

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Gustavo Henrique Ramos de Vilhena

**OS FAZEDORES DE CIDADE – UMA HISTÓRIA DA MUDANÇA  
DA CAPITAL NO PIAUÍ (1800-1852)**

**RECIFE**

**2016**

**Gustavo Henrique Ramos de Vilhena**

**OS FAZEDORES DE CIDADE – UMA HISTÓRIA DA MUDANÇA DA  
CAPITAL NO PIAUÍ (1800-1852)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em História da Universidade  
Federal de Pernambuco sob a orientação  
do Prof. Dr. Antonio Paulo Rezende.

**RECIFE**

**2016**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB-4 1291

V711f Vilhena, Gustavo Henrique Ramos de.  
Os fazedores de cidade : uma história da mudança da capital no Piauí  
(1800-1852) / Gustavo Henrique Ramos de Vilhena. – 2016.  
272 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo Rezende.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.  
Inclui referências.

1. Piauí - História. 2. Cidades e vilas. 3. Capitais (Cidades). 4  
Teresina (PI). I. Rezende, Antonio Paulo (Orientador). II. Título.

981.22 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2016-15)



**Gustavo Henrique Ramos de Vilhena**

**“OS FAZEDORES DE CIDADE – UMA HISTÓRIA DA MUDANÇA DA  
CAPITAL NO PIAUÍ (1800-1852)”**

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Aprovada em: **25/02/2016**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende  
**Orientador (Universidade Federal de Pernambuco)**

Prof. Dr. Antonio Jorge de Siqueira  
**Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tanya Maria Pires Brandão  
**Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)**

Prof. Dr. Daniel de Souza Leão Vieira  
**Membro Titular Externo (Universidade de Pernambuco)**

Prof. Dr. Márcio Ananias Ferreira Vilela  
**Membro Titular Externo (Colégio de Aplicação)**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Paulo e Jacinta, ao meu tio, Vicente, e à minha avó, Marisa, pelo apoio incondicional durante os anos de viagens entre Teresina, Campina Grande e Recife. Aos meus irmãos, Hermano e Paulo, parceiros e melhores amigos. Aos meus tios, Alba, Magdala, Fernando e Ubirajara, pela amizade e força. Ao meu primo Marcos, parceiro no ofício de historiador e incentivador deste trabalho. Aos primos Elmano, Júnior, Vinícius, Alexandre, Aline, Patrícia e Flávia.

Aos amigos Luís Gonzaga Baião e Mairton Celestino. Verdadeiros irmãos, amigos, e parceiros no ofício da história. Os anos de sacrifício no doutorado não seriam possíveis sem a ajuda mútua e a solidariedade entre nós. Grande parte dessa pesquisa aconteceu graças à inteligência e generosidade de suas críticas.

A todos os meus professores da UFPI. Paulo Ângelo, João Kennedy, Fonseca Neto, Áurea Paz, Teresinha Queiroz, Alcides Filho, Edwar Castelo Branco e Pedro Vilarinho. Figuras fundamentais em minha formação acadêmica.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da UFPE. Isabel Guillen, Regina Guimarães, Durval Muniz e Antonio Montenegro. Agradecimentos especiais a Daniel Vieira, Tânia Brandão, Jorge Siqueira e Antonio Paulo Rezende. A convivência com vocês foi uma experiência enriquecedora da qual jamais esquecerei.

À Sandra Regina e Patrícia. São o coração deste Programa, e minha gratidão pela força de ambas é simplesmente imensurável.

Aos parceiros da FACEPE pelo financiamento desta pesquisa.

A todos os amigos que abandonei nesses anos de viagens e reclusão. As verdadeiras amizades não respeitam nem o tempo nem as fronteiras. Espero que meu retorno faça desses laços mais fortes.

## RESUMO

Este trabalho busca investigar o fenômeno da transferência da capital do Piauí, em 1852, de Oeiras para Teresina. Fato inédito na história do Brasil, nunca antes uma cidade fora pensada e construída para abrigar uma sede administrativa no país. Desde 1844, o debate político no universo da Província resultou numa série de atos legislativos que culminaram na mudança definitiva, a partir da lei provincial de agosto de 1852. Mais precisamente, a pesquisa procura compreender a natureza do discurso mudancista, com o objetivo de historicizar seus temas e desconstruir os conceitos que lhe deram sentido. Para isso, foram analisados os relatórios provinciais de 1836 até 1863, o espaço privilegiado onde a mudança da capital foi construída. Teresina foi resultado de uma projeção de futuro do Império, que a partir de conceitos como *civilização* e *progresso*, procurou elaborar a sua imagem política. Esse esforço de legitimação produziu o esquecimento sobre as expectativas que definiram a primeira capital do Piauí, Oeiras. Sua fundação, em 1762, foi resultado da criação da Capitania de São José do Piauí a partir de um projeto urbanístico e civilizatório do Estado português, com conceitos políticos específicos daquele período. No final do século XVIII, a mudança da capital foi deliberada através de uma consulta formal no Conselho Ultramarino, que decidiu a permanência em Oeiras. Apesar disso, o processo elaborou todas as possibilidades que foram apropriadas, quase meio século depois, pelo discurso mudancista no Segundo Reinado. Projetando o futuro de Teresina como o da própria Província, as narrativas políticas oitocentistas representaram a cidade como ícone da *civilização*, e superioridade do universo urbano sobre o *sertão* – o obstáculo à materialização plena desta visão. Essa perspectiva foi incorporada pela historiografia local a partir da publicação do primeiro livro de história do Piauí, a *Memória Cronológica, Histórica e Corográfica*, de autoria de Martins Pereira de Alencastre, e publicada na Revista do IHGB em 1857. Porém, décadas depois, a literatura romântica – através da obra poética *Lira Sertaneja*, de autoria de Hermínio Castelo Branco, mobilizou os mesmos conceitos de *civilização*, *cidade* e *sertão* para operar uma inversão: a construção da identidade do Piauí a partir da crítica ao universo urbano representado pela nova capital, e a valorização da experiência rural através da vida *sertaneja*.

**Palavras-chave:** Teresina. Cidade. Civilização. Sertão.

## RESUME

This work seeks to investigate the phenomenon of the transfer of the capital of Piauí, in 1852, of Oeiras to Teresina. Unprecedented fact in the history of Brazil, never before a city outside conceived and built to house an administrative headquarters in the country. Since 1844, the political debate in the universe of the Province has resulted in a series of legislative acts which culminated in the definitive change, from the Provincial Law of August 1852. More precisely, the research seeks to understand the nature of the speech change, with the objective of its themes and historicizar deconstruct the concepts that gave him the direction. For this reason, it was analyzed the reports of 1836 until 1863 provincial, the privileged space where the change of the capital was built. Teresina was the result of a projection of the future of the Empire, who from concepts such as civilization and progress, has sought to develop its political image. This effort to legitimize produced the forgotten about the expectations that have defined the first capital of Piauí, Oeiras. Its foundation, in 1762, was a result of the creation of the Captaincy of St Joseph of Piauí from an urban project and the civilizing the Portuguese State, with specific political concepts of that period. At the end of the 18th century, the change of the capital was deliberate through a formal consultation in the Ultramarine Council, which has decided to overseas permanence in Oeiras. Despite this, the process has produced all the possibilities that were appropriate, almost half century after, by speech change in Second Reign. Designing the future of Teresina as the own province, the narratives nineteenth century policies represented the city as an icon of civilization, and superiority of urban universe on the hinterland - the obstacle to the materialization of this vision. This perspective was incorporated by the historiography location from the publication of the first book on the history of Piauí, *Memória Cronológica, Histórica e Corográfica* of Martins Pereira Alencastre, and published in the Journal of the IHGB in 1857. However, decades later, the Romantic literature - through the poetic *Lira Sertaneja*, authored by Hermínio Castelo Branco, mobilized the same concepts of civilization, city and hinterland to operate a reversal: the identity construction of Piauí from the criticism of the urban universe represented by the new capital and the valorization of rural experience through the rustic life.

**Keywords:** Teresina. City. Civilization. Hinterland.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>CAPÍTULO I: A MUDANÇA DA CAPITAL NO SEGUNDO REINADO</b> .....	29
1.1 Mobilizando as forças.....	29
1.2 Os relatórios governamentais: a construção da mudança.....	42
1.2.1 O conceito de <i>provincialização</i> do comércio.....	50
1.3 1844 ou a mudança da capital.....	58
1.4 1848: a emergência da Vila do Poti.....	93
<b>CAPÍTULO II: A MUDANÇA NO PERÍODO COLONIAL</b> .....	107
2.1 Narrativas da mudança.....	107
2.2 1697 ou a <i>invenção</i> do Piauí.....	127
2.3 1759: Oeiras e a criação da Capitania de São José do Piauí.....	146
2.4 1800: a construção dos possíveis.....	184
<b>CAPÍTULO III: DIZER A CIDADE</b> .....	198
3.1 O futuro do Piauí nas narrativas políticas.....	198
3.2 A construção historiográfica: Martins Alencastre e a <i>Memória</i> .....	226
3.3 Literatura, <i>cidade</i> , <i>sertão</i> : Hermínio Castelo Branco e a <i>Lira Sertaneja</i> .....	240
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	263
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	270

## INTRODUÇÃO

Em 1851, durante os trabalhos da Assembleia Provincial do Piauí, ao argumentar em favor da ideia de transferência de sua sede administrativa de Oeiras para outra cidade, o presidente à época, um jovem de 27 anos chamado Antonio José Saraiva, assim se justificou: “*Pobre, e longe de todos os grandes centros de civilização, sem comércio e sem indústria, Oeiras carece de todas as condições para ser favorável ao progresso científico e literário do Piauí*”.<sup>1</sup> No mesmo relatório, fez referência a uma declaração oficial atribuída a um de seus antecessores na presidência da província, chamado Zacarias de Góes: “*Oeiras nunca poderá ser um centro de luzes!*”.<sup>2</sup> E comentou a frase de Góes dentro da lógica de sua argumentação: “*Sentença terrível em um século de movimento intelectual, e que deve merecer a atenção dos escolhidos da Província, tão empenhados em levá-la à altura da civilização de suas irmãs*”.<sup>3</sup>

Os relatórios governamentais eram falas oficiais impressas e arquivadas pela Tipografia provincial, órgão público responsável pela produção e manuseio desse tipo de documentação. Eram discursos para a posteridade, que demandavam esmero retórico e político com as palavras.<sup>4</sup> Se Antonio Saraiva citava Zacarias de Góes é porque lera seus relatórios, certamente como leitura de informação prévia para compreender elementos do contexto da província que viria a governar. Provavelmente também assim fizera com outros presidentes, o que nos permite supor que leu pelo menos os relatórios de 1844 em diante, até o momento de sua posse. Saraiva, portanto, viu o que nós contemporâneos podemos ver: que toda a argumentação em favor da transferência já estava contida nesses textos oficiais, inclusive no período referente à administração de Góes.<sup>5</sup> Ou seja, seguindo tal linha de raciocínio, é possível vislumbrar um começo para

---

<sup>1</sup> Fala do Presidente da Província Antonio Saraiva dirigida à Assembleia Legislativa Provincial em 3 de junho de 1851. P. 14.

<sup>2</sup> *Idem*.

<sup>3</sup> *Idem*.

<sup>4</sup> A ideia dos relatórios governamentais como lugares de produção de saberes tomada de empréstimo aqui é elaborada pelo historiador Luis Gonzaga Baião Filho, que desenvolve pesquisa de doutoramento intitulada *Criminalidade e justiça penal no sertão do Piauí*, pela UFPE.

<sup>5</sup> De todos os presidentes provinciais do Piauí, entre 1844 e 1850, Zacarias de Góes foi aquele que, em seus discursos para a Assembleia Provincial, melhor racionalizou a questão da transferência, elencando suas principais motivações e justificativas. Há claramente a influência de sua perspectiva nos

a ideia de mudança entre as décadas de 40 e 50 do século XIX. Pelo menos, essa ideia parece implícita no texto de Antonio Saraiva.

De forma simplista, os fundamentos do discurso mudancista sustentavam-se na premissa de que o Piauí, desde princípios dos oitocentos, atravessava uma grave crise econômica devido à decadência de sua principal atividade, a pecuária, e que a única possibilidade de transformação deste estado crítico seria através de uma mudança estrutural que deslocaria seu eixo administrativo da cidade de Oeiras para outro lugar, prioritariamente nas margens do rio Parnaíba.<sup>6</sup> O desejo de torná-lo navegável justificava-se por sua grande extensão, seu regime permanente de águas, a possibilidade de cortar toda a Província, desde o extremo sul até o oceano Atlântico, e assim estabelecer uma linha de comércio interna e externa, que converteria o Piauí de um estado crítico para um horizonte de prosperidade. Entretanto, com sua capital administrativa distante centenas de quilômetros das margens do Parnaíba, qualquer esforço de empreendimento parecia infrutífero.

Era o argumento da distância o principal ponto da crítica mudancista. A ideia de navegar a bacia do Parnaíba correspondia ao desejo de estabelecimento de canais ou vias de comunicação que ligassem a província ao restante do Império e do mundo, já que ele permitia a ligação direta de léguas de sertão adentro com o Atlântico, algo promissor em termos econômicos.<sup>7</sup> Era bem recorrente nesses relatórios oficiais a ideia de que a inoperância dessa rede de águas bloqueava o aproveitamento integral das possibilidades econômicas da província, que poderia perfeitamente engordar suas finanças caso pudesse comercializar as “riquezas da terra”. Sedimentava-se o discurso da natureza grandiosa, prenhe de recursos, mas inexplorados por essa deficiência estrutural da província.

Em meados do século XIX Oeiras contava basicamente com duas estradas oficiais. Uma para São Luís, no Maranhão, e outra para Salvador, na Bahia. Suas condições eram desfavoráveis para transportar grandes cargas, algo que limitava o deslocamento de mercadorias à quantidade que o lombo de burros poderia carregar. O

---

posicionamentos de Antonio Saraiva acerca do problema, e ele deixou bem claro em seu primeiro relatório essa filiação.

<sup>6</sup> Ver as falas presidenciais dirigidas à Assembleia Legislativa do Piauí, referentes à administração de Sousa Ramos, Zacarias de Góes e Antonio Saraiva.

<sup>7</sup> O desejo de tornar o rio Parnaíba navegável e utilizá-lo como acesso fluvial a grandes extensões do sertão remete ainda ao século XVII, quando já se sabia da possibilidade de adentrar por ele através de sua desembocadura no mar e percorrer essas extensões.

carro de boi praticamente não era usado. Tais condições encareciam consideravelmente o comércio devido aos altos custos de frete e, num âmbito geral, as consequências do problema dificultavam a arrecadação fiscal da província, paralisada pela falta de circulação monetária. A localização mediterrânea da cidade, portanto, prescindia de uma rede de estradas para ligar-se de forma efetiva a outros lugares, ou “centros” (segundo a fala de Saraiva). Entretanto, grande parte dessa rede imprescindível resumiu-se a caminhos que, segundo um administrador oitocentista, eram senão “*obra do tempo, e das pisadas dos viandantes!*”.<sup>8</sup>

A perspectiva da argumentação mudancista convidava Oeiras ao sacrifício expiatório pelo crescimento da Província, e a cidade-sede desde 1761 parecia sem dúvida um erro histórico da administração ultramarina. No mesmo relatório, Saraiva citou novamente Góes, quando afirmou: “*se esta cidade alguma influencia política exerce sobre o resto da Província é unicamente devido á presença do governo, e das autoridades, que aqui residem*”.<sup>9</sup> Para a administração imperial, Oeiras fracassara em promover questões chave como a navegação efetiva da bacia parnaibana e/ou a provincialização da economia, tornando-se um fardo que ameaçava imobilizar o Piauí. A convicção deste problema era tamanha que Saraiva chegou a afirmar no mesmo relatório que “*o futuro da Província depende essencialmente da mudança da capital*”.<sup>10</sup>

O exercício de vislumbrar o futuro parecia recorrente nesse relatório de Antonio Saraiva. Em primeiro lugar, procurava estabelecer uma “genealogia” do projeto de mudança ao afirmar uma continuidade política entre ele e administrações anteriores, inclusive citando trechos inteiros do relatório Góes, de 1845. Sua intenção era certamente justificar-se em suas argumentações, buscando o referendo do passado para legitimar suas visões e construir a linha temporal do projeto. É interessante destacar que essa temporalização correspondeu somente ao período pós-regencial, quando a ideia de um Império brasileiro era construída institucionalmente. No entanto, certos elementos da argumentação mudancista não eram novos, pois seus começos podem ser fixados já em 1844. Seria uma estratégia retórica de Saraiva no sentido de arrogar para si, representante da ordem Imperial, a concretização do projeto? Em segundo lugar, um

---

<sup>8</sup> Fala do Presidente da Província Sousa Ramos dirigida à Assembleia Legislativa Provincial em 7 de julho de 1844, p. 38.

<sup>9</sup> Fala do Presidente da Província Antonio Saraiva dirigida à Assembleia Legislativa Provincial em 3 de junho de 1851, p. 24.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 26.

senso de urgência histórica focado num ideal de *civilização* como modelo político para o Piauí, tendo na visão de uma cidade nova o lugar de referências semânticas contidas nesse conceito. “*Um século de movimento intelectual*”, assim definia o momento em que se dirigia aos deputados da Assembleia, e assim justificava a substituição de Oeiras relegando a antiga capital à condição de retardatária do tempo. Confundia o “atraso” da província com o seu próprio, num movimento que a converteu em cidade-signo do atraso. Em 1851, tudo conspirava para torná-la a imagem desta distância que não se restringia a uma perspectiva espacial concreta, mas aquilo que as visões sobre Teresina deixariam para trás. Criava-se, assim, a imagem de uma cidade cuja lógica de existência parecia incompreensível, um anacronismo que a racionalidade da administração imperial, ao arrogar para si o *status* civilizatório, estava fadada a resolver. Antonio Saraiva personificava, em sua juventude e na impetuosidade com que conduziu o processo, esse ideal de um horizonte novo que se abria.

Até hoje vigora sobre o tema a perspectiva discursiva instaurada por ele e influenciada por seus antecessores.<sup>11</sup> A ideia da transferência da capital para uma nova cidade às margens do rio Parnaíba como condição de superação de uma “crise” que estagnava a Província, com todas as promessas da navegação e do comércio, e a desconstrução do isolamento para integrar-se na rede dos civilizados, persiste como consenso, mesmo em sua estruturação retórica. É difícil resistir às tentações desse tipo de argumentação, que mobiliza ideias de *progresso* e *civilização* e os elementos de futuridade nela contidos. Oferece uma linha temporal com perspectivas de futuro e passado, definindo aquela *outridade* (Oeiras) como padrão identitário para legitimar uma cidade sobre a outra.

É óbvio que a construção de Teresina, como todo acontecimento em sua dramaticidade, envolveu seus contemporâneos em projeções e desejos acerca das consequências de tal mudança. Numa Província de população rarefeita, dispersa em fazendas de gado, e pontilhada por vilas que, segundo um administrador oitocentista “*nos dias ordinários ficam desertas de gente, e aonde a população está tão espalhada, que o mais vizinho dista do outro quatro ou cinco léguas*”,<sup>12</sup> não era de se esperar a proeminência de uma “cultura urbana” nos parâmetros imaginados por Saraiva em

---

<sup>11</sup> MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

<sup>12</sup> Fala do Presidente da Província Sousa Martins dirigida à Assembleia Legislativa Provincial em 3 de junho de 1836, p. 12.

1851. Erguer uma cidade nova, com Igreja Matriz e toda uma estrutura de edifícios capazes de abrigar o *staff* da administração burocrática, deslocando-o da capital original que cumpria essa função há quase um século, desde a criação da própria Capitania do Piauí, foi um processo de extrema audácia e habilidade política impressionantes mesmo para os padrões de hoje. É possível compreender a lógica urbana que fez Teresina a tecitura de futuros possíveis?

Não restam dúvidas que Antonio Saraiva foi misto de político astuto com ares de visionário. Como desfrutar dessa visão, nós historiadores, pelos restos conservados em suas palavras? Considero seus relatórios governamentais de 1851 e 1852 como pontos de partida fundamentais para a percepção desse horizonte de expectativas que a construção de Teresina despertou. Especialmente pelo fato de que eles estavam inseridos numa continuidade de outras narrativas de presidentes anteriores que, desde 1844, não apenas produziram saberes, como legislaram sobre a mudança. As perspectivas desses administradores sobre as demandas e consequências relacionadas ao projeto representava uma ação política maior, que tinha na mobilização dos conceitos de *civilização* e *progresso* os pilares de um modelo de âmbito nacional, do qual era agente e a própria personificação.

É mister que compreender a lógica urbana que permitiu a invenção de Teresina como um projeto viável, apesar de todas as dificuldades e desafios, passa pela desconstrução da palavra *civilização* enraizada nessas falas presidenciais. Até que ponto é possível compreender politicamente o uso desta palavra no período? Porque é a partir dela que se definiram os parâmetros discursivos para legitimar a superação de Oeiras como um imperativo histórico, como condição *sine qua non* para alçar a Província ao “*progresso científico e literário*”, “*à altura da civilização de suas irmãs*”. Simbolicamente, Teresina funcionou como depósito de visões; e o monopólio do futuro defendido por Antonio Saraiva era, senão, a ressonância do projeto político de construção identitária de um Império incipiente.

Se Teresina, como resultado de uma ideia de cidade no século XIX, existiu em seus começos personificada por visões que podem ser lidas nos relatórios provinciais de 1844 até 1852 – ano de sua fundação – a primeira questão a se resolver é: que cidade desejavam estes presidentes provinciais que em menos de uma década teorizaram, debateram e concretizaram algo até então sem precedentes<sup>13</sup> na história das cidades

---

<sup>13</sup> Teresina precedeu as experiências de Aracaju, Belo Horizonte, e Brasília, no sentido de representarem cidades construídas para abrigar funções administrativas exercidas por outras.

brasileiras? Por que, especialmente neste período, a questão da substituição de Oeiras e consequente deslocamento do eixo administrativo para as margens do rio Parnaíba tornou-se tão relevante a ponto de suportar as imagens de futuro e passado da Província? Aparentemente, tratou-se da afirmação de uma nova racionalidade urbana em substituição à outra; e isso aparece recorrentemente na argumentação mudancista – que será profundamente analisada em momento oportuno da tese.

O que os relatórios não contam, ao condenarem a antiga capital pelo atraso estrutural da província, é que assim como Teresina em meados de sua idealização como cidade, também Oeiras suportou um horizonte de expectativas, ainda que significativo de um período anterior. Tanto que é difícil, mesmo para pesquisadores do tema, compreender seu papel sem desvincilhá-la das imagens construídas pelo discurso mudancista. Oeiras, em sua história, também carregou responsabilidades, e suportou uma ideia de cidade e um horizonte que deveria mirar, além, claro, das funções políticas e institucionais que cumpria. Seria possível pensar uma história de Teresina desconectada desta *outridade* que lhe serviu de parâmetro para sua própria constituição como cidade?

O horizonte de expectativas aberto com a elevação de Oeiras a foro de cidade não deve ser apartado das próprias ambições políticas que envolveram a criação da Capitania do Piauí, em 1758. As análises que atravessam os relatórios de Ramos, em 1844, Góes, em 1845, e Antonio Saraiva, em 1851 – impecáveis em elencar todas as necessidades e condicionantes que justificassem uma mudança de tal envergadura – silenciam totalmente acerca desta questão. Não há nessa documentação elementos que apontem para a compreensão do quadro político setecentista, certamente pela distância temporal envolvida, como também pelo motivo óbvio de que, para concretizar a mudança era necessário “descreditar” Oeiras nos domínios esperados de uma cidade, fazendo-a parecer um mal entendido histórico.

Mas a questão é que o Piauí sempre exerceu para a administração colonial um papel geopolítico no mapa dos domínios lusitanos na América.<sup>14</sup> A sua definição enquanto território institucionalizado, em 1758, derivou das guerras entre criadores de gado e nações indígenas, que por todo o século dezessete devassaram a bacia

---

<sup>14</sup> Funcionava como ligação terrestre entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil, além de território que abastecia de gados as regiões mineradoras. Cf. NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. v. 1. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2007; FONSECA, Rodrigo Gerolineto. **A Pedra e o Pálio: Relações sociais e cultura na capitania do Piauí no século XVIII**. UFPI: 2010 (Dissertação de Mestrado).

sãofranciscana.<sup>15</sup> A estratégia de montagem de fazendas permitia a posse sobre o território conquistado, assim como a ampliação dos espaços para os animais, cuja criação extensiva impunha a aquisição de terras mais providas de pasto natural e boas fontes de água. Nesse período, o caráter econômico se confundia com a violência e o militarismo da conquista: aqueles que viviam da criação do gado eram vaqueiros e soldados, prontos a guerrear sob pretexto de retaliações. Sob a forma de expedições punitivas, esses homens atravessaram o divisor de águas entre o São Francisco e o Parnaíba, sempre no rastro de seculares caminhos indígenas, até atingirem, na segunda metade do século, o rio Piauí e o rio Canindé, onde fixaram seus rebanhos em terras consideradas férteis.<sup>16</sup>

Quando a primeira freguesia foi criada, em 1697, há pelo menos duas décadas já existiam fazendas estabelecidas, e uma população incipiente, apesar de rarefeita e dispersa.<sup>17</sup> Todas as terras conhecidas constavam como sesmarias doadas aos seus conquistadores: Domingos Afonso Mafrense e Francisco Dias D'Ávila.<sup>18</sup> Este último herdara o portentoso patrimônio da Casa da Torre, como era conhecida a família Ávila. Estabelecidos na Bahia, desde o primeiro governo geral, dedicaram-se á conquista militar dos territórios indígenas que formavam a bacia do São Francisco. Em 1674, no encalço de índios rebeldes, uma expedição militar liderada por ambos encontrou as nascentes do rio Piauí, e em pouco tempo os demais rios que formavam a bacia sudeste do Parnaíba, como o Canindé e o caudaloso Gurguéia. Em 1676, as primeiras sesmarias foram concedidas em Pernambuco, representando léguas de sertão ainda desconhecido para a administração oficial.<sup>19</sup>

Essas sesmarias eram divididas e arrendadas por contrato àqueles dispostos a explorá-las economicamente, geralmente vaqueiros e membros das próprias expedições militares. Formavam-se currais e fazendas nas quais o rebanho, na maioria dos casos,

---

<sup>15</sup> Sobre esse processo de conquista do Rio São Francisco através da instalação de fazendas e currais de gado, Cf. PESSOA, Angelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição:** A Casa da Torre de Garcia D'Ávila – família e propriedade no nordeste colonial. USP: 2003 (Tese de Doutorado).

<sup>16</sup> Cf. NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**, v. 1. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2007; MOTT, Luiz. **Piauí Colonial:** População, economia e sociedade. Teresina: APL, 2003; ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí.** Teresina: Comepi, 1981.

<sup>17</sup> Cf. Carvalho, Miguel de. *Descrição do Sertão do Piauí e Canindé* [Carta ao Bispado de Pernambuco, 1697]. In: \_\_\_\_\_ENNES, Ernesto. **As guerras dos palmares:** subsídios para sua história. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1938.

<sup>18</sup> *Idem.*

<sup>19</sup> Cf. NUNES, *op. cit.*

pertencia ao sesmeiro; após firmado o contrato, a cada quatro animais que nascessem, um pertenceria ao posseiro, sendo esta sua parte na sociedade. Além disso, pagava uma taxa anual pelo uso da terra, cobrada indefectivelmente por representantes autorizados. Não é difícil imaginar a existência de arbitrariedades nessas relações. Os primeiros anos de fixação deste sistema foram marcados por violências, extorsões e assassinatos, sempre ocasionados por disputas territoriais e abusos cometidos pelos donos das sesmarias contra os posseiros,<sup>20</sup> aqueles que realmente assumiam todos os riscos de permanência na terra, nestes “*dilatadíssimos sertões*”.<sup>21</sup>

As primeiras intervenções sobre esses embates aconteceram por intermédio do Padre Miguel de Carvalho, responsável legal pelos procedimentos eclesiásticos que fundaram a freguesia de Nossa Senhora da Vitória sob as ordens do Bispado de Pernambuco. É de sua autoria a *Descrição do Sertão do Piauí*,<sup>22</sup> documento valiosíssimo por traçar uma visão racional que abrangia dados físicos e geográficos, definia distâncias, enumerava as fazendas e seus moradores, e organizava a nomenclatura dos povos indígenas que coabitavam, quase nunca em paz, com os pioneiros que ousavam a fixação nessas fronteiras ainda sombrias para a administração colonial. Segundo Carvalho, todas as terras pertenciam legalmente a Domingos Afonso Mafrense e Leonor Pereira Marinho, que exerciam de tal forma violenta essa autoridade que as queixas contra os abusos, ouvidas pelo padre durante cerca de quatro anos, fizeram parte de uma campanha pessoal junto ao Rei em favor daqueles que arrendavam e trabalhavam nessas propriedades.<sup>23</sup>

Em princípios dos setecentos, a administração colonial iniciou um processo jurídico de intervenção acerca do problema de terras no Piauí. A Carta Régia de 3 de março de 1700<sup>24</sup> transferia a jurisdição sobre doação de sesmarias dos foros da Bahia e de Pernambuco para o Maranhão, com a intenção clara de diminuir a influência política de Sertão e dos Ávila, e aproximar os posseiros de um foro jurídico que atendesse suas

<sup>20</sup> BRANDÃO, Tânia. **A Elite Colonial Piauiense: família e poder**. 2ª Ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

<sup>21</sup> [Consulta da Junta das Missões sobre as cartas do Bispo e Governador de Pernambuco em que representam a falta de igrejas e Párocos nos Presídios dos Palmares e Sertão de Rodelas, delitos que se cometem neste Sertão e dissolução com que vive o Mestre de Campo do Presídio das Alagoas]. In: \_\_\_\_\_ ENNES, Ernesto. *As guerras dos palmares: subsídios para sua história*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1938. Documento 57, p. 352.

<sup>22</sup> Carvalho, Miguel de. *Descrição do Sertão do Piauí e Canindé* [Carta ao Bispado de Pernambuco, 1697]. In: \_\_\_\_\_ ENNES, *op. cit.*

<sup>23</sup> NUNES, 2007, v. 1, p. 106.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 112.

demandas legais. Exatamente dois anos depois, a Carta Régia de 3 de março de 1702,<sup>25</sup> determinava a demarcação de todas as terras do Piauí, sob pena de ficarem devolutas. Em 1714, o governador do Maranhão declarou-as devolutas, mas um Alvará de 11 de Janeiro de 1715 protegeu as sesmarias doadas na Bahia e em Pernambuco.<sup>26</sup> A questão era tão delicada que o Ouvidor Geral da Bahia fora autorizado “*a notificar a Garcia de Ávila Pereira que, sob pena de se lhe tirarem todas as suas sesmarias, não perturbe nem inquiete os moradores que no Piauí se achem de sesmarias ou datas que já têm povoadas*”.<sup>27</sup> Entre os primeiros anos do século XVIII, até 1758, quando toma posse o primeiro governador da Capitania, “*o interesse que a Corte tomou para pôr termo ao problema de terra no Piauí deu origem a sucessivas provisões, cartas régias, bem como a nomeações de notáveis autoridades para a execução das medidas preconizadas*”.<sup>28</sup>

Em 1712, o governador do Maranhão havia sugerido a nomeação de um juiz de fora para o Piauí; entretanto, sua ideia fora recusada pelo rei, que achou ser de melhor conveniência a criação de uma vila no local da freguesia de N. S. da Vitória, “*com senado da câmara, juízes, vereadores, almotacés, provedor e seu escrivão e outro para o judicial, ou um só para ambas as escrivânias [...]*”.<sup>29</sup> A instalação da vila, nomeada de Mocha, aconteceria somente em 26 de dezembro de 1717. Em 1718, o Piauí foi convertido em capitania, mas só “legalmente”: na prática, isso se deu mais de quarenta anos depois, com a posse de primeiro governador em 1758. Esses dois eventos apontam para duas questões bem relevantes: primeiro, a opção pela instalação da vila como ferramenta de controle jurídico e representação da força e autoridades reais; segundo, o processo de institucionalização do território, que se deu num contexto de racionalização da administração ultramarina. Em ambos os casos, é possível observar tanto a afirmação do Estado sobre um contexto em que dominavam arbitrariamente forças privadas, quanto a necessidade de definir geopoliticamente seus limites. Lutas entre sesmeiros e posseiros, enfrentamentos contra tribos indígenas belicosas, e toda a violência implícita faziam do Piauí uma zona problemática e alvo constante de intervenções.

A elevação da vila da Mocha à categoria de cidade, em 1761, com o nome de Oeiras foi uma ação de seu primeiro governador, João pereira Caldas, em cumprimento

---

<sup>25</sup> *Idem.*

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 118.

<sup>27</sup> *Idem.*

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 133.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 116.

da Carta Régia de 19 de junho de 1761.<sup>30</sup> Esse período foi um marco para a organização político-administrativa da capitania, por sua vez criada num contexto bem mais amplo de racionalização dos domínios lusitanos de além-mar. O ministério do Marquês de Pombal, num curto período de tempo, agiu sobre o Piauí como nunca fora feito até então: materializou o projeto de criação da Capitania, confiscou os bens da Companhia de Jesus corporificados em dezenas de fazendas de gado ao longo do território, organizou o corpo burocrático-administrativo e as forças militares, e definiu a criação de vilas e cidades como projeto de institucionalização da ordem sobre um espaço vasto e de difícil administração como era o Piauí na metade do século XVIII.

A constituição de uma “política metropolitana” materializada na criação de vilas e cidades não foi um aspecto *sui generis* da administração no Piauí, podendo ser considerada como estratégia de amplo espectro no período em questão.<sup>31</sup> Mas não deve ser desconsiderado o fato de que, somente a partir desse momento histórico, “estabeleceu-se a situação jurídica dos habitantes em relação ao Estado português”.<sup>32</sup> As vilas criadas no Piauí concomitantes com a cidade de Oeiras e sua respectiva elevação a foro jurídico de sede administrativa provincial, num contexto geral, apontam a necessidade de estabelecimento de “*pontos limites da estrutura político-administrativa da Colônia*”.<sup>33</sup>

Da mesma forma, as questões acerca do urbanismo português dos setecentos já apontam para a existência de um projeto político que fazia da cidade a representação temporal do Estado sobre territórios mediterrâneos, e subvertem certas perspectivas historiográficas que minimizam ou mesmo desconsideram a ordem e o planejamento urbanos como marca da administração colonial.<sup>34</sup> A carta régia de 1761 estabelecia ordens claras acerca da estruturação do espaço e alinhamento das ruas da cidade de Oeiras, e a mesma preocupação pode ser observada na criação de inúmeras vilas durante o mesmo período. Havia certamente, por parte do Rei, considerações de caráter estético, demonstrando cuidado em relação à aparência, ou visualidade, de seus domínios além-

---

<sup>30</sup> COSTA, Pereira da. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**: desde seus tempos primitivos até a proclamação da república. Artenova. Rio de Janeiro: 1974, p. 143.

<sup>31</sup> Exemplos de criação de vilas no Ceará e no Rio Grande do Sul com as mesmas finalidades político-institucionais.

<sup>32</sup> BRANDÃO, 2012, p. 76.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 77.

<sup>34</sup> Nestor Goulart Reis, na década de 60, criticou as considerações de Sérgio Buarque de Holanda sobre a ausência de planejamento urbano nas políticas do Estado português.

mar. A cidade deveria ser a materialização de uma ordem compacta e visível, sempre a mesma aonde quer que se fosse, para demonstrar força na unidade. Para o viajante que andasse pelas campinas de capim e gado desses sertões, a visão do espaço urbano deveria proporcionar essa visão, de que ali, à revelia das vastidões do território, estava a ordem burocrática do Estado português.

Dessa forma, o elemento *urbano* foi, na perspectiva da administração colonial, o caminho para a constituição de uma sociedade civil para uma Capitania incipiente, como também para discipliná-la aos costumes, normas ou padrões de comportamento. Obviamente, existiram resistências, assimilações e confrontos, e a própria dificuldade de se imprimir uma cultura urbana, sobre um território constituído já há quase um século na estrutura fundiária da fazenda de gado, de população reduzida e dispersa, parece ser desafiador mesmo para os julgamentos contemporâneos. Mas era esse desejo que transparecia nas cartas régias: a visão de um futuro que tinha nas vilas e cidades o seu foco de irradiação.

Portanto, é lícito corroborar a existência de um horizonte de expectativas na intervenção urbana que caracterizou a ação governamental na criação da Capitania de São José do Piauí. Oeiras foi portadora, em seu tempo, de uma “lógica” urbana e signo da política ultramarina, elementos que não foram problematizados no discurso mudancista dos relatórios governamentais já citados. Entretanto, quando olhados de perto, até mesmo se parecem.<sup>35</sup> É possível afirmar uma semelhança, e até mesmo uma continuidade, no uso do *urbano* como projeto político de afirmação da ordem, no caso da construção de Teresina? No entanto, colocado o problema sob tal perspectiva, não estaria justificando discursivamente o fracasso de Oeiras e a necessidade de substituí-la, da forma como defendiam os mudancistas? Não parece ser correto o movimento de julgá-la em termos de certo ou errado, mas constatar que ambas as cidades, nos anos chave de 1761 e 1852, suportaram visões de futuro, e que essa semelhança histórica é inegável.

Pode-se observar certas aproximações, algumas bem óbvias, como por exemplo, o fato de que Antonio Saraiva procedeu da mesma forma que fora feito com

---

<sup>35</sup> Também a questão das “luzes” foi problematizada no século XVII. Era desejo da administração ultramarina que a convivência urbana tirasse os moradores de suas fazendas para habitarem as recentes vilas, com o intuito de evitar que essa população vivesse “com os gados e com os irracionais nessas distâncias para se escurecer até vir a perder a nobreza na habitação de ermos tão remotos”. [Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a João Pereira Caldas. Palácio de N. S. da Ajuda, 19 de junho de 1761]. In: \_\_\_\_\_ COSTA, 1974, v. 1, p. 149.

Oeiras, elevando uma vila a foros de cidade com a função de sede administrativa. O seu discurso contém a construção de Teresina como pilar do desejo de ter no *urbano* a cristalização do projeto político do qual fazia parte e de onde partia essa ação. Por outro lado, existe nas Cartas Régias a visão de uma rede institucional de vilas e cidades que serviu de base para a consolidação da América portuguesa dentro dos parâmetros legais e em conformidade com as leis, pois também no século XVIII optou-se pela delimitação do espaço urbano como agente condicionante da mudança. E mesmo em termos estritamente técnicos, é coerente afirmar que Antonio Saraiva, ao definir os padrões organizacionais do espaço material de Teresina, tenha aprimorado os modelos urbanísticos coloniais especialmente no alinhamento das ruas e centralidade das praças: o tabuleiro de xadrez era um tipo de organização oriunda do pragmatismo militar português, com raízes bem distantes.

Trabalhar com a hipótese de que as fundações de Oeiras e Teresina personificaram momentos em que a administração portuguesa – cada uma em seu tempo e dentro das suas singularidades – optou pela afirmação institucional e política através da cidade, significa adentrar na seguinte questão: como e que estratégias foram adotadas, em ambos os casos, na construção de uma cultura *urbana* para o Piauí? Houve pelo menos tal esforço? Certamente que sim, caso contrário o empreendimento simbólico presente em cada um desses eventos não se justificaria. Seria imprudente, em termos metodológicos, desconsiderar tal questão, o que não significa precisamente equiparar dois acontecimentos históricos particulares e que tiveram motivações distintas. Mas em precisamente três aspectos, não há como negar entre eles as semelhanças, pelo menos no campo semântico da documentação, tais como a presença da futuridade, a ideia de cidade “civilizante”, e a definição de regras na ordenação do espaço urbano. Mesmo durante toda a administração colonial, a navegabilidade da bacia parnaibana, eixo da argumentação mudancista, fora tema recorrente, como também o próprio desejo de mudança da capital.<sup>36</sup>

Então, se é possível falar em aproximações históricas sob tais termos, por que então o desejo de mudança? Por que a manifesta intenção de parte razoável da opinião pública desde 1844 até 1852, na execução da transferência? Oeiras não conteve o horizonte de expectativas exprimido pelo Rei em 1761? Por que, na perspectiva da

---

<sup>36</sup> A visão de uma cidade às margens do Parnaíba, na antiga vila do Poti, e próximo de onde hoje está localizada a cidade de Teresina, pode ser encontrada em carta datada de 8 de abril de 1798, de autoria de Dom João de Amorim, governador da capitania. Cf. ALENCASTRE, 1981, p. 65.

administração provincial, a partir de 1844, era imperativo para o “desenvolvimento” do Piauí tirar-lhe a função de capital e promover todo um deslocamento do aparato burocrático? Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que a hipótese de continuidade em termos urbanísticos e políticos na história das duas cidades é um esforço de abstração somente possível numa perspectiva horizontal e a partir de um distanciamento histórico que marca o lugar desta pesquisa. Mas na segunda metade do século XIX, Oeiras perdera o monopólio das visões de futuro e, em termos políticos, a incapacidade de conter essas projeções justificou, pelo menos em parte, a legitimidade dada ao projeto de transferência que culminou na construção de Teresina. Qual o motivo desta limitação simbólica observada e presente na documentação oitocentista?

Se há tantas semelhanças vistas de longe, também existem diferenças consideráveis. Quando Saraiva conclamou a Assembleia a aderir à mudança, utilizou-se de um artifício retórico poderoso: o uso político de um conceito, a palavra *civilização*. Ela apareceu diversas vezes, e nos momentos cruciais da argumentação. A Assembleia de 1851 foi crucial no sentido de apresentar a ideia da mudança como algo plenamente realizável e de agregar votos dos deputados a favor do projeto. E é em nome desta ideia que ele almejava legitimá-lo, num ambiente que mesmo naquele momento ainda hostilizava o plano de tirar de Oeiras os foros de capital.

Em 1851, na fala de Antonio Saraiva, a palavra *civilização* apontava para o futuro. Estabelecia na linearidade temporal sua força coercitiva capaz de converter a questão da mudança na encruzilhada histórica que poderia definir os rumos da província. Por outro lado, circunscrevia Oeiras numa espécie de lugar ermo no tempo, cristalizada, imóvel, ponto de partida sem chegada. Uma palavra que poderia ser definida como um conceito, porque naquele momento, em termos históricos, “*a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela*”.<sup>37</sup>

Essa pesquisa está orientada no sentido de corresponder às demandas oriundas de duas questões. Primeiro, por que, em 1851, optou-se pela construção de uma cidade, Teresina, para abrigar a sede administrativa da Província, em substituição à Oeiras? Segundo, se Oeiras não correspondia às expectativas que motivaram a sua substituição, por que, afinal, fora escolhida para tal função em 1761? Um erro da administração ultramarina? Um mal-entendido histórico? Ou a afirmação de uma lógica urbana sobre

---

<sup>37</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 109.

outra? Não são questões simples de responder. Existem trabalhos precisos em estabelecer análises acerca de questões referentes às formas urbanas, traçados geométricos, e a materialização de um projeto político manifesto através desses parâmetros urbanísticos, além das trocas entre os agentes da administração colonial e as forças locais na fixação de tais diretrizes, como bem nos alertou Nestor Goulart Reis<sup>38</sup> ao defender uma “tradição” urbana setecentista. Estudiosos do urbanismo são categóricos em afirmar, especialmente em relação à história de Oeiras, o uso político do espaço, ou melhor, a delimitação de uma *cidade da ordem*, materialização institucional da teia burocrática sobre os vastos sertões do Piauí.<sup>39</sup>

Proponho, para almejar um redirecionamento metodológico, uma exegese apurada da documentação envolvida, a saber: as cartas régias de 29 de junho de 1759 e 19 de junho de 1761,<sup>40</sup> referentes à fundação da cidade de Oeiras e demais vilas na fase primária de instalação do aparato burocrático na Capitania de São José do Piauí, no período do ministério pombalino; os documentos oficiais produzidos no Conselho Ultramarino no período em questão; e os relatórios dos presidentes de província<sup>41</sup> que, a partir de 1844, na administração de Sousa Ramos, até 1852, com Antonio Saraiva cristalizaram a ligação do projeto de mudança a uma urgência estrutural do Piauí. Isso permite vislumbrar a questão ou problema do urbano no Piauí dentro do universo semântico, dos usos da palavra, das cargas simbólicas que historicamente pôde suportar. A palavra *urbano*, se pesquisada no *Dicionário da Língua Portuguesa*,<sup>42</sup> de 1789, significava, enquanto adjetivo, aquilo que era “*dotado de urbanidade*”, ou “*conforme aos termos da urbanidade*”.<sup>43</sup> *Urbanidade*, por sua vez, foi definida como “*a cortezia, e bom termo, os estilos da gente civilizada, e polida, civilidade, policia*”.<sup>44</sup> *Urbanizar*, enquanto verbo, foi descrito como “*fazer urbano, civilizar*”.<sup>45</sup> E a palavra *policia* – que materializava os desejos do Rei D. José com a criação de Oeiras – carregava, além do

<sup>38</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana no Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

<sup>39</sup> Cf. RIGHI, Roberto e CARVAL, Silvia. *A cidade de Oeiras e o urbanismo pombalino*, apresentado no IX Seminário da Cidade e do Urbanismo, São Paulo, 2006.

<sup>40</sup> ALENCASTRE, 1981, p. 156-161.

<sup>41</sup> Todos os relatórios referentes ao Piauí estão disponíveis on-line no site do *Center for Research Libraries*, no período correspondente a 1835-1889.

<sup>42</sup> BLUTEAU, Raphael. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Tomo II. Lisboa, 1789. Disponível em Google livros.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 499.

<sup>44</sup> *Idem*.

<sup>45</sup> *Idem*.

sentido referente ao “*governo, e administração interna da República*”, também o significado de “*urbanidade dos cidadãos, no falar, no termo, na boa maneira*”.<sup>46</sup>

Oeiras e Teresina projetaram visões inscritas em seus respectivos documentos fundantes, a partir do uso político de determinados conceitos. Já não é possível desconsiderar que a criação da primeira cidade suportou tantas expectativas quanto a primeira; e que seguiu uma racionalidade específica, conteve também um projeto e portou o signo da mudança, além de servir, em termos de *dizibilidade*, como o *outro* sobre o qual os relatórios presidenciais, já nos oitocentos, elaboraram identitariamente a cidade que sonhavam. Uma analogia interessante é possível de ser feita com a *Marósia* de Ítalo Calvino,<sup>47</sup> feita de duas cidades, uma dos ratos, a outra das andorinhas. “*É hora de concluir o século dos ratos e iniciar o das andorinhas*”, diziam alguns habitantes.<sup>48</sup> Sobre essa duplicidade, dizia Calvino: “*ambas mudam com o tempo; mas não muda a relação entre elas: a segunda é a que está para se libertar da primeira*”.<sup>49</sup>

Não é possível historicizar Teresina sem Oeiras: elas se cruzam. E as motivações de sua fundação, em 1852, já nos parecem tão distantes quanto eram para seus contemporâneos as motivações contidas em 1761. Sendo assim, o objetivo desta tese é traçar uma genealogia da experiência urbana no Piauí a partir das visões de futuro passadas, dos horizontes de expectativas delineados com a fundação de ambas as cidades, e como essas visões foram mobilizadas politicamente a partir do uso de certas palavras e conceitos. Além disso, analisar como a ideia de mudança da capital – pensada tanto na Colônia, quanto no Império – permitiu aos seus contemporâneos a construção de saberes e possibilidades no universo dessas visões. Em termos metodológicos, “*compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então*”.<sup>50</sup> Reinhart Kosseleck é preciso em afirmar que:

Quando se analisam conceitos passados cujos termos ainda poderiam ser os nossos, podemos ter uma ideia das esperanças e anseios, das angústias e sofrimentos dos contemporâneos de então. E mais, tornam-se manifestos, para nós, a extensão e os limites da força enunciativa dos testemunhos linguísticos do passado. Poderemos avaliar o espaço da experiência e da

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 225.

<sup>47</sup> CALVINO, Ítalo. **Cidades Invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. Rio de Janeiro: O Globo, 2003.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 147.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 148.

<sup>50</sup> KOSELLECK, 2006, p. 103.

expectativa passadas, na medida em que ele pôde ser apreendido conceitualmente dentro da economia linguística do passado e foi efetivamente articulado na linguagem das fontes.<sup>51</sup>

Não é sobremaneira intenção desta pesquisa ater-se a uma supervalorização da documentação escrita na construção de uma história; pois “*toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística*”.<sup>52</sup> Ou melhor, como diria poeticamente Ítalo Calvino, “*jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles*”.<sup>53</sup> Partindo desta premissa, desejo analisar o fenômeno urbano no Piauí em sua construção semântica e social, não “*como a identidade de um ‘Zeitgeist’ linguisticamente articulado e as circunstâncias nas quais se deram os fatos*”,<sup>54</sup> mas enquanto “*tensão entre conceitos e fatos*”,<sup>55</sup> pois as possibilidades tão promissoras no âmbito do discurso, seja nos começos de Oeiras ou Teresina, são hoje como a cidade de *Fédora*: um lugar onde “*há um palácio de metal com uma esfera de vidro em cada cômodo. Dentro de cada esfera, vê-se uma cidade azul que é o modelo para outra Fédora. São as formas que a cidade teria podido tomar se por uma razão ou por outra, não tivesse se tornado o que é atualmente*”.<sup>56</sup> As cidades carregam a história dos seus possíveis e da infalibilidade do tempo, na medida em que, tal como *Fédora*, “*o que até ontem havia sido um possível futuro hoje não passava de uma esfera de vidro*”.<sup>57</sup>

Existe uma dificuldade inerente a este trabalho, referente ao extenso corte cronológico que almeja arrebatá-lo. Não é uma tarefa simples para o historiador mobilizar um corpus documental tão vasto e que carrega a experiência semântica de pelo menos dois séculos. Porque pensar metodologicamente uma análise das forças envolvidas na criação de ambas as cidades significa trazer para a esfera da pesquisa a maturação do tempo, e regredir antes mesmo do ano chave de 1761, até os primórdios da criação da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, em 1697, o núcleo populacional que originou a primeira capital. Se pensar Teresina exige o esforço de pensar Oeiras, portanto uma análise crítica desta não deve desconsiderar um recuo temporal, tornando ainda maior o

---

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 268.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 103.

<sup>53</sup> CALVINO, *op. cit.*, p. 61.

<sup>54</sup> KOSELLECK, *op. cit.*, p. 111.

<sup>55</sup> *Idem*.

<sup>56</sup> CALVINO, *op. cit.*, p. 34.

<sup>57</sup> *Idem*.

desafio de não sucumbir à dispersão. A opção escolhida foi o estabelecimento de eixos históricos em que o termo *urbano*, ou outros adjuntos a ele, tais como *polícia* e *civilização* aparecem na documentação relacionados a momentos políticos específicos, sem perder de vista a necessidade de conexão com uma chave de leitura focada, especialmente, nos usos e projeções contidos nesses mesmos termos como registro de suas ações políticas.

O primeiro capítulo deseja analisar os meandros políticos da transferência da capital tomando como ponto de partida os relatórios governamentais entre 1836 e 1852, procurando analisar particularmente os elementos que compunham os fundamentos da argumentação mudancista. Por que optou-se pela construção de uma nova cidade como solução do problema da transferência? Por que, a partir de 1844, a mudança foi alçada a representação de um futuro promissor para a Província e executada sob esta condição histórica? Analisada em termos urbanísticos, a escolha do plano de construção da nova cidade, com ruas perpendiculares em forma de tabuleiro de xadrez, constituído a partir de uma praça central onde se materializavam, através das construções, o poder espiritual e secular, parece mesmo uma sofisticação da visão urbanística presente nas cartas régias de Oeiras, com ruas retas e casas alinhadas em torno da Igreja Matriz. No entanto, no campo discursivo, foi elaborada como uma ruptura em relação ao passado, como um leque de possíveis que se abriam para o futuro. Isso foi possível graças a uma construção identitária que tomou Oeiras enquanto seu *outro*, como também pelo uso político do conceito de *civilização*, que durante o Segundo Reinado captou a construção de um ideal de ordem e prosperidade e funcionou como ferramenta de representação do poder do Estado. Os presidentes provinciais, a partir da administração de Sousa Ramos, em 1844, recorreram a esse termo seja para reforçar a sua visão de cidade, como para afirmar a iminência de um tempo porvir que marcava e legitimava a sua urgência histórica. É objetivo deste capítulo analisar a relação entre o uso político da palavra *civilização* e a criação da cidade de Teresina. Quais as expectativas geradas com a criação de Teresina e a mudança da capital? Qual modelo de cidade ideal mobilizado nessas visões?

Portanto, o capítulo procura compreender as narrativas relacionadas à mudança da capital em sua natureza política, com a análise do conjunto de argumentos presentes em Antonio Saraiva. Por outro lado, promover um deslocamento para outros presidentes que, antes dele, pensaram e deliberaram sobre o tema. Dessa forma, estabelecer uma genealogia da mudança em seu universo político. Além disso, compreender as

representações de Oeiras a partir do discurso de civilização e sertão que estabeleciam a antiga capital como outridade no processo de invenção de Teresina. Este esforço deliberado de construção do esquecimento não apenas silenciou sobre as condições históricas que lhe determinaram como capital, mas sobre o fato de que as possibilidades mobilizadas para materializar a nova sede administrativa, no século XIX, já haviam sido pensadas durante o período colonial.

O segundo capítulo deseja problematizar o primeiro processo que deliberou sobre a possibilidade de saída da capital de Oeiras para um local nas margens do rio Parnaíba, entre 1797 e 1801. Sob a tutela do Conselho Ultramarino, ele produziu um documento vasto, em que a questão foi abordada profundamente. Quais os fundamentos do conjunto processual que produziu os saberes sobre a mudança no período colonial? Ela foi pensada no contexto de um projeto de criação de vilas como parte do esforço de criação da Capitania de São José do Piauí. Em 1761, ela serviu como afirmação do domínio institucional da administração colonial, como estratégia geopolítica de posse das regiões mediterrâneas, e como projeto de “civilização” do sertão, a partir de um plano deliberado de instituição de uma cultura urbana. Foram criadas seis vilas, e Mocha foi elevada a foros de cidade, sendo escolhida também como sede administrativa do incipiente corpo burocrático. Nas cartas régias dirigidas ao primeiro governador, João Pereira Caldas, o rei D. José descreveu suas visões acerca do projeto de criação da Capitania, definindo suas intenções, esperanças, expectativas e as formas de procedimentos formais da organização, tanto do espaço urbano, na definição de regras urbanísticas e escolha dos nomes das respectivas vilas, quanto da formação do corpo burocrático a partir da própria população local, que deveria assimilar as formas de convivência urbana. A palavra *polícia*, presente na documentação real, continha um elemento de futuridade por representar bem as expectativas oriundas da criação de Oeiras: como já foi dito, correspondia em termos semânticos uma noção de urbanidade para seus contemporâneos e apontava também para o uso político no período. Compreender esses usos e as visões contidas é a chave para compreender a escolha e prevalência da cidade de Oeiras como capital até meados do século XIX, quando o horizonte de expectativas resultante de sua criação já parecia incompreensivelmente distante. O objetivo deste capítulo, portanto, é entender essas projeções pela análise da documentação, avaliando a relação entre esse universo linguístico das fontes e seus correspondentes extralinguísticos, na mediana entre o que se desejou e projetou, e os rumos concretos que definiram a configuração da cidade, ora aproximando-se, ora

distanciando-se destas expectativas. Como Oeiras suportou as visões de futuro que lhe foram impostas em seu começo? De que forma a cidade foi colocada em dúvida por conta do pedido de transferência? Como o processo desencadeado pelo Conselho Ultramarino nos permite compreender a própria dinâmica desse projeto colonial? Para responder esses questionamentos, serão utilizadas como documentação primária as cartas régias de 1759 e 1761, referentes às vilas e à cidade de Oeiras; as cartas de João Pereira Caldas sobre os procedimentos por ele executados no processo de implementação das ordens reais e os desafios e limitações encontrados; e a *Descrição da Capitania de São José do Piauí*,<sup>58</sup> de autoria de Antonio Durão, ouvidor-geral que em 1772 analisou os resultados do projeto urbano aqui executado e traçou um perfil dos núcleos urbanos existentes no Piauí, se corresponderam ou não aos planos traçados pela Coroa.

O terceiro capítulo analisa a construção das imagens de futuro relacionadas ao Piauí com o advento da mudança da capital e a construção de Teresina. Quais as representações mobilizadas para a construção do futuro da Província? Os relatórios pós-fundação demonstraram que dois elementos personificavam as expectativas em torno da mudança: a navegação a vapor do Parnaíba, e as obras públicas na nova capital. Durante mais de uma década, pesou sobre os ombros dos presidentes provinciais a responsabilidade de materializarem ambos os aspectos; porém, o elemento da incerteza atravessou essa projeção de futuro, na medida em que ameaçada pelas dificuldades e obstáculos inerentes ao projeto. Dessa forma, o discurso político construiu uma imagem de futuro significada pelo conceito de civilização e os signos do progresso: a navegação, o vapor, a indústria e a ciência – onde Teresina personificava a possibilidade de consolidação dessas expectativas, como cidade modelar. Por sua vez, é possível afirmar que esse esforço era maior que o universo provincial: se tratava de uma construção identitária mobilizada para a legitimação da imagem política do Segundo Reinado. Assim, tal projeção de futuro construiu o seu próprio passado, representado pela imagem do sertão e do sertanejo conectadas à antiga capital, Oeiras – um espaço-tempo a ser superado e que aparecia como obstáculo ao discurso civilizatório que Teresina estava fadada a carregar. Essa perspectiva foi incorporada pelo discurso historiográfico com a publicação do primeiro livro de história do Piauí, a *Memória Cronológica*,

---

<sup>58</sup> A transcrição deste documento na íntegra pode ser encontrada em: MOTT, Luiz. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade**. 2ª Ed. Teresina: APL, 2006, p. 28.

Histórica e Corográfica da Província do Piauí, através da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1855. Como operava essa narrativa? De que forma ela corroborou o discurso político tanto em seus objetos, quanto no processo de silenciamento de uma história relacionada à experiência de Oeiras?

Se as narrativas políticas e historiográficas construíram uma identidade para o Piauí e o Brasil na relação entre os conceitos de *civilização* e *cidade*, tendo a nova capital como central nessa dinâmica, e com o ideal de apropriação do *sertão* no sentido de sua incorporação e disciplinarização – já que significado como principal obstáculo desta visão – pode-se observar que, no plano literário, uma outra construção semântica foi executada. A publicação da *Lira Sertaneja*, de autoria do poeta e jornalista Hermínio Castelo Branco, sinalizou para uma inversão completa dos mesmos objetos, com a produção de uma lírica fundamentada na proeminência da experiência rural sobre a experiência urbana. Na batalha de imagens para dizer o Piauí e o Brasil, Castelo Branco mobilizou o *sertão* e o *sertanejo* para afirmá-los como portadores da identidade da nação, e para elaborar uma crítica ao ideal civilizatório materializado pela cidade. Quais as características retóricas deste discurso? Como ele se articulava com o contexto político provincial? Assim, o período posterior à fundação de Teresina foi responsável pela produção de duas imagens antagônicas; e que se encontravam, porém, na mobilização de objetos em comum.

Esta pesquisa pretende pensar o fenômeno urbano no Piauí – especificamente, a mudança da capital – em suas manifestações sociais e linguísticas, e os usos da palavra em suas composições e variações semânticas, num período de tempo particularmente amplo. Manuel de Barros conta que em sua infância, observando o trabalho dos arqueólogos, inicialmente não os compreendia. “*No começo achei que aqueles homens não batiam bem. Porque ficavam na terra o dia inteiro escovando osso*”.<sup>59</sup> Seu espírito poético o fizera reconhecer as devidas semelhanças para concluir que as palavras são “*conchas de clamores antigos*”;<sup>60</sup> e que seu desejo era o de ir no rastro desses clamores, “*que estariam guardados dentro das palavras*”.<sup>61</sup> De que jeito?

---

<sup>59</sup> BARROS, Manoel. **Memórias Inventadas**: as infâncias de Manoel de Barros. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008, p. 21.

<sup>60</sup> *Idem*.

<sup>61</sup> *Idem*.

Fazendo feito arqueólogo: “*logo pensei de escovar palavras*”.<sup>62</sup> Nada descreve melhor o espírito metodológico deste trabalho.

---

<sup>62</sup> *Idem.*

## CAPÍTULO I – A MUDANÇA DA CAPITAL NO SEGUNDO REINADO

### 1.1 Mobilizando as forças

Em ofício de 20 de janeiro de 1852, o presidente da Província do Piauí, Antonio Saraiva, determinou ao secretário de obras provinciais – o português João Isidoro França – o castigo de qualquer escravo insurreto durante as obras de construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo.<sup>63</sup> Alguns dias antes, em 7 de janeiro, repreendeu veementemente França acerca dos atrasos da obra, iniciada um ano antes, em 8 de janeiro de 1851, quando a pedra fundamental foi lançada em cerimônia oficial. Nesse momento, ostentava a confiança no trabalho do mestre; meses depois, o tom de voz era outro.<sup>64</sup> De janeiro até maio de 1852, Saraiva interferiu diretamente em diversos aspectos da construção: escreveu sobre castigos, escravos doentes, gastos com trabalhadores, estratégias de trabalho e sobre os custos desenfreados.<sup>65</sup>

Desde novembro de 1850 o presidente demonstrava a relevância e urgência da obra em sua plataforma de governo. Mestre Isidoro foi transferido dos trabalhos que realizava na capital da Província – uma série de melhoramentos na Ladeira do Castelo, trecho da estrada real que, partindo de Oeiras, ligava o Piauí ao Maranhão. Antonio Saraiva ordenou o seu fim imediato e o deslocamento de todos os recursos disponíveis – escravos, trabalhadores artífices, ferramentas, animais – para o porto de São Francisco, localizado nas margens do Rio Parnaíba nas proximidades da barra do Rio Poti, um de seus principais afluentes.<sup>66</sup> Esse porto era o acesso fluvial ao local de construção da Igreja de N. S. do Amparo, cuja finalidade seria substituir a arruinada matriz da Vila do

---

<sup>63</sup> Livro da Secretaria da Presidência do biênio 1851-52. Ofício de 20 de janeiro de 1852. Arquivo Público do Estado do Piauí – Casa Anísio Brito.

<sup>64</sup> Livro da Secretaria da Presidência do biênio 1851-52. Ofício de 7 de janeiro de 1852. Arquivo Público do estado do Piauí – Casa Anísio Brito.

<sup>65</sup> O registro das questões relacionadas à construção da Igreja de N. S. do Amparo estão disponíveis nos livros da Secretaria da Presidência e nos relatórios presidenciais de 1853 a 1860, disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado do Piauí.

<sup>66</sup> Livro da Secretaria da Presidência do biênio 1851-52. Ofício de 7 de janeiro de 1852. Arquivo Público do estado do Piauí – Casa Anísio Brito.

Poti – um pequeno núcleo urbano situado a alguns quilômetros, bem no encontro entre os dois rios.

Desde o ano de 1842 que a câmara municipal desta vila solicitara à Assembleia Provincial a transferência de sua sede, por conta das frequentes cheias do Poti e a inviabilidade em permanecerem os moradores no lugar.<sup>67</sup> A igreja Matriz estava seriamente danificada e a ameaça de ruína era iminente. Mesmo assim, o seu estado precário representava um elemento em comum com as demais matrizes, quase todas remanescentes do século XVIII: os relatórios governamentais de 1844 até 1850 enfatizavam o problema, geralmente motivo de análise por parte dos administradores provinciais.<sup>68</sup> Dessa forma, desde o pedido formal até o início da construção foram transcorridos quase uma década.

O pedido da Câmara do Poti não poderia ser considerado insignificante. Todas as vilas portuguesas respeitavam a organização formal em torno da igreja Matriz: ela servia como marco do próprio traçado urbano, especificamente em relação ao alinhamento das casas, ruas e quarteirões.<sup>69</sup> Construir outra sede significava mudar toda sua estrutura, já que os prédios da administração pública deveriam ser reconstruídos ao redor, as novas ruas realinhadas e novas casas levantadas. Isso exigia não somente um decreto de lei; mas um projeto urbano, financiamento público e esforços coletivos dos habitantes e da administração provincial. Não era fácil a tarefa de mobilizar todos esses aspectos juntos.

Por isso o empenho dos moradores quando Antonio Saraiva sinalizou a favor da mudança. O projeto deveria priorizar a Matriz como obra fundante; e uma Comissão de Construção foi criada para orientar os trabalhos e os gastos, financiados com recursos públicos e privados.<sup>70</sup> O local escolhido ficava distante da zona crítica afetada pelas cheias seis quilômetros, na direção sul do município, numa chapada elevada em relação às margens do rio Parnaíba e conhecida como *Corisco*. A área prescrita foi avaliada

---

<sup>67</sup> Em 1842 foi votada a lei provincial número 140, autorizando a Câmara da vila do Poti a construir uma nova matriz em lugar mais apropriado e protegido das constantes cheias que causavam sérios prejuízos aos edifícios do lugar. Cf. COSTA, F. A. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**: dos tempos primitivos até a proclamação da República. V. 2. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, p. 448.

<sup>68</sup> Nos relatórios dos presidentes provinciais no período citado, o estado precário dos templos religiosos foi uma constante, especialmente pela dificuldade das vilas em arcarem com os custos das reformas necessárias para a manutenção de suas respectivas matrizes. Grande parte das obras, ao longo desses anos, foi subsidiada com recursos do governo provincial, a partir da definição de prioridades – daí a relevância do tema com um dos campos mais delicados da administração.

<sup>69</sup> Cf. capítulo 2.

<sup>70</sup> NUNES, 2006, v. 4, p. 101.

pessoalmente por Saraiva, que partira de Oeiras no dia 22 de outubro de 1850 – pouco mais de um mês depois de sua posse – e permaneceu até meados de dezembro. Certas vantagens geográficas eram oferecidas para a construção da nova vila: terreno plano, de vegetação rasteira, protegido do regime de águas, apto para receber o arruamento e alinhamento das casas em linhas retas e perpendiculares<sup>71</sup> – perfazendo, em termos urbanísticos, o chamado “tabuleiro de xadrez”.<sup>72</sup> Parte do tempo que permaneceu ali provavelmente foi dedicado às avaliações dessa natureza, especialmente pela importância conferida por ele ao projeto.

Isidoro França foi autorizado oficialmente em 18 de novembro a seguir para a vila do Poti, chegando no dia 6 de dezembro acompanhado de uma comitiva formada por pedreiros, carpinteiros e assistentes.<sup>73</sup> Paralelamente a esse grupo, seguiram escravos selecionados das fazendas do fisco provincial, juntamente com os carros e juntas de bois necessários à tração e deslocamento de materiais.<sup>74</sup> Soldados foram destacados para policiar o lugar, a obra e os trabalhadores.<sup>75</sup> A primeira iniciativa do mestre de obras foi coordenar a construção das instalações necessárias para a condução do projeto, segundo ofício por ele dirigido ao presidente Saraiva:

Fiz uma casa grande para me arranchar, duas mais por trás dela, uma para quartel dos soldados, e outra para rancho de todos os escravos, um curral para meter os bois, um grande rancho ao lado da igreja para recolher a cal e fazer o amassador, e mesmo para recolher-se a gente quando chover tudo isso debaixo de minhas vistas.<sup>76</sup>

Em 25 de dezembro, sob o abrigo dessa estrutura primeira, aconteceu a cerimônia de lançamento da pedra fundamental da Igreja, narrada em detalhes por Isidoro:

Tenho a grande honra e satisfação de levar ao conhecimento de V. Exa. que no dia 25 do corrente teve lugar a primeira pedra no alicerce da porta do Evangelho da nova Matriz com as solenidades seguintes: ao depois de uma missa do Senhor Vigário dita no meu rancho pelas 11 horas da manhã, acompanhado de todas as autoridades da Vila e mais membros da Comissão e as senhoras das principais famílias todas bem ornadas de jóias e bons

---

<sup>71</sup> BRAZ, Ângela. **O plano de implantação da cidade de Teresina** (1852). In: \_\_\_\_\_ Visões Urbanas – Cadernos PPG-AU/FAUFBA, v. 5, Número Especial, 2008.

<sup>72</sup> *Idem.*

<sup>73</sup> NUNES, 2006, v. 4, p. 102.

<sup>74</sup> *Idem.*

<sup>75</sup> *Idem.*

<sup>76</sup> *Idem.*

vestidos e mais os principais cidadãos da Vila tendo também acompanhado o Alferes do Destacamento as autoridades junto com algumas praças que se reuniram às quatro praças que eu aqui tinha e mais imensidade de povos de fora que aqui se ajuntou toda essa brilhante companhia como acima já disse e marchou para o sítio da nova matriz onde se achava a tropa formada e metendo o Senhor Juíz de Direito na pedra solene duas moedas, uma de prata e outra de cobre com o cunho do império e ao depois de encerrada essa arrelíquia dentro da mesma pedra, se deitou dentro do alicerce, o dito Sr. Dr. Juiz de Direito deu vivas à sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro Segundo e a S. Imperial Família, e a Constituição do Império e ao Exmo. Senhor Presidente da província, como fundador e protetor de nova Vila, e como também a todos os Potienses o que toda a brilhante companhia (...) com grande entusiasmo, e ao depois disto deram-se três descargas a tropa de alegria e acabada toda esta (...) retiram-se todos para (...) e foi anunciada com alguns foguetes a reunião de muitos tabuleiros que trouxeram as mesmas famílias com diferentes iguarias que reunidas fizeram (...) banquete onde todas as famílias comeram com grande alegria e satisfação, deram-se muitos (...) ao Exmo. Sr. Presidente da Província e a todas as autoridades que acompanham tão solene auto e assim se findou todo o divertimento pelas quatro e meia da tarde e às cinco horas embarcaram todos na barca do Senhor Capitão Manuel Domingues e outros em botes e retiraram-se para sua casa, tudo com muita alegria, os Senhores da Comissão mandaram dar mais um dia de jornal a cada obreiro por requisição que me fizeram os ditos obreiros e participei a Comissão em nome deles. Eles resolveram o que acima disse esperando a aprovação a aprovação de V. Exa. Assim finalizou o dia 25 cheio de entusiasmo e prazeres.<sup>77</sup>

O acontecimento narrado teve uma dupla importância simbólica. Ele significou o começo dos trabalhos de construção da nova Igreja de Nossa Senhora do Amparo em substituição à antiga matriz arruinada pelas cheias do Poti, algo almejado há anos por seus habitantes; por outro lado, lembrava-os de ser o início da mudança, já que a vila do Poti – pelo menos para os moradores mais abastados – seria reconstruída de acordo com as orientações do presidente e do mestre de obras. A cerimônia oficial, em toda sua singularidade, sinalizou para o encontro de diferentes perspectivas: as expectativas dos moradores em reconstruírem suas casas em outro lugar, levando-se em consideração que nem todos possuíam recursos para tal; os interesses do vigário com a nova igreja e todos os trabalhos ligados à administração da freguesia; as possibilidades de trabalho para os “obreiros”; as dores e castigos que atravessavam o cotidiano dos homens e mulheres escravos; *a imensidade de povos de fora*, certamente atraídos pela magnitude da reunião singular naquele imenso descampado; as forças policiais e jurídicas; e o posicionamento de mestre Isidoro, ele próprio narrador do evento.

Por que tanta mobilização das forças locais e provinciais para a construção da Matriz? Para os moradores da vila do Poti ela significava a aquisição de uma nova igreja protegida dos riscos de destruição, mas condicionada ao desafio de construção de

---

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 103.

uma nova sede municipal. Em 25 de dezembro, em meio à celebração, isso não parecia assustá-los. Isidoro usou a palavra *alegria* em diversas passagens do seu ofício ao presidente da Província. *Assim finalizou o dia 25, cheio de entusiasmo e prazeres*, foi como reportou ao seu superior o desfecho da cerimônia. Mas para Antonio Saraiva? Quando assumiu o cargo da presidência do Piauí, uma lista de problemas de caráter social, econômico e jurídico desafiava suas habilidades de administrador. Saraiva mal completara 27 anos e administrar uma Província marcava sua estréia na política nacional. Por que, então, apostar naquele pequeno agrupamento urbano, e deslocar parte dos recursos provinciais no projeto de mudança?

A mudança da sede da vila do Poti representou um capítulo no drama maior que foi a construção de Teresina, atual capital do Piauí. Pela primeira vez na história do Brasil uma cidade foi pensada e feita para exercer a função de sede administrativa.<sup>78</sup>

Desde o final do século XVIII circulava a ideia de transferir para as margens do rio Parnaíba a estrutura burocrática da administração que estava localizada na cidade de Oeiras desde o ano de fundação da Capitania de São José do Piauí, em 1759.<sup>79</sup> Foi esse projeto ousado e de difícil execução a principal meta de Antonio Saraiva para seu governo e sua plataforma de lançamento na política imperial.

Já no início do governo parecia decidido em relação a essa empreitada. A visita feita na vila do Poti para escolher o lugar da nova sede municipal foi também um momento de ajustes e projeções políticas. Em primeiro lugar, ele precisava do apoio dos principais proprietários do município. Seria deles a iniciativa de construção dos primeiros prédios em troca do financiamento público para a construção da Matriz. Esta, por sua vez, seria erguida sob orientação da administração e com mão de obra escrava deslocada das fazendas nacionais,<sup>80</sup> mais os trabalhadores especialistas oriundos da Escola de Educandos Artífices.<sup>81</sup> Como a Assembleia Provincial de 1842 já havia autorizado legalmente o pedido da Câmara potense, Antonio Saraiva estava amparado pela lei. Caso conseguisse o comprometimento dos proprietários em construir uma estrutura urbana mínima, poderia transferir para a vila nova capital.

---

<sup>78</sup> Das cidades brasileiras planejadas para serem capitais (Aracajú, Belo Horizonte, Brasília e Palmas), Teresina representou a experiência pioneira.

<sup>79</sup> Cf. capítulo 2.

<sup>80</sup> Conjunto de propriedades rurais que pertenciam à Companhia de Jesus no Piauí, e confiscadas pelo Estado Português em 1758.

<sup>81</sup> Essa instituição procurava ensinar ofícios manuais às crianças órfãs sob os cuidados da administração provincial.

Não era tarefa simples. No plano local, a primeira iniciativa foi dialogar com pessoas influentes e de recursos capazes de assumir o fardo financeiro. Foi criada uma Comissão composta pelo padre da freguesia do Poti, Mamede Antonio de Lima, o juiz municipal, Jesuíno de Sousa Martins e um rico fazendeiro da região, Roberto Raimundo de Aguiar, para gerir a construção da Igreja Matriz.<sup>82</sup> No entanto, se a mudança da sede da vila do Poti era um projeto amparado por lei, transformá-la na capital já exigia um esforço de articulação política ainda incerta no final de 1850. Saraiva apostava em conseguir na Assembleia Provincial do ano seguinte maioria suficiente de deputados que votassem a favor da ideia. Entre os habitantes potiensens, a possibilidade de terem não somente uma nova sede municipal, mas abrigarem a capital administrativa da Província superava as melhores expectativas. Compreende-se, dessa forma, a adesão massiva dos moradores locais; e o fato de Saraiva ter priorizado o lugar como campo inicial de sua ação política, logo no início do governo.

Mas entre os moradores de Oeiras, o centro administrativo da Província em 1850, a ideia não despertava entusiasmo. Exercia esse papel desde 1761, quando foi criada como sede da Capitania de São José do Piauí.<sup>83</sup> Há praticamente um século, portanto. Tempo suficiente para a cristalização de sua importância política no cenário provincial – mas que não conseguia o mesmo respaldo no campo econômico.<sup>84</sup> A transferência baseava-se fundamentalmente no argumento de que era necessário explorar a navegabilidade do Parnaíba, e que a distância de Oeiras em relação ao rio<sup>85</sup> dificultava a materialização deste esforço. Com a capital estabelecida em suas margens a navegação seria um fato concreto.<sup>86</sup>

---

<sup>82</sup> NUNES, 2006, v. 4, p. 101.

<sup>83</sup> Cf. capítulo 2.

<sup>84</sup> O presidente Zacarias de Góes, em 1845, afirmou que a capital, Oeiras, possuía somente proeminência política sobre a Província, pelo fato de abrigar a estrutura burocrática da administração; porém, no aspecto econômico, sua relação com as demais vilas era insignificante – fato este que, na perspectiva do presidente, lhe tirava a possibilidade de promover o desenvolvimento material e financeiro do Piauí. Foi esse um dos principais argumentos do discurso mudancista a partir de 1844.

<sup>85</sup> Oeiras localiza-se nas proximidades do rio Canindé, um dos principais afluentes do rio Parnaíba, a cerca de 300 quilômetros de suas margens.

<sup>86</sup> Esse posicionamento já havia sido manifestado em 1844 pela Câmara Municipal da vila de Campo Maior (importante centro na economia provincial) em consulta feita pelo presidente Sousa Ramos, figura política de relevo responsável por lançar no plano do debate político o tema da mudança da capital. Durante a passagem de Antonio Saraiva pela presidência o projeto recebeu apoio político e financeiro de figuras relevantes daquela vila – destaque ao oficial Manoel Jacob de Almendra – especialmente pela proximidade que Campo Maior tinha com o rio Parnaíba e seu uso como fluxo do mercado de derivados da pecuária no Piauí.

Era esse o posicionamento de Antonio Saraiva, bem como daqueles deputados provinciais favoráveis ao projeto. Mas era um desafio conquistar adesão da maioria da Assembleia. É possível mapear os esforços de mudança através das leis provinciais promulgadas a partir de 1844. A lei 174 de 23 de agosto autorizou a construção de uma cidade nas margens do Parnaíba localizada nos limites do município de São Gonçalo. Em 1845, a lei 191 de 30 de agosto autorizou o presidente provincial a transferir a capital para a sede da vila pelo tempo necessário à materialização das obras. Entretanto, nenhum esforço foi feito. Diante de desafio que a ideia significava, a lei virou letra morta. Cinco anos depois, em 1849, foi aprovada a lei de 23 de agosto estabelecendo um novo lugar, dessa vez no terreno definido para as novas instalações da Vila do Poti, logo que o município fosse realocado e contasse com as estruturas necessárias a receber a administração pública. Contudo, no ano posterior, a lei 253 de 3 de agosto de 1850 revogou sumariamente tudo que fora legislado até então sobre a transferência da capital. Apostar que ela realmente aconteceria diante de todos esses reveses na execução da legislação, um ano depois de revogada, foi uma jogada ousada do jovem administrador.

A primeira cartada de Saraiva apoiava-se nos precedentes jurídicos. Embora a lei 253 finalizasse a questão, em 1849 a Assembleia votara a favor da transferência nos termos que ele desejava incorporar à sua administração. A capital era prevista para a nova sede municipal da vila do Poti (que desde 1842 fora autorizada a mudar-se, mas não o fizera por limitações financeiras) logo que contasse com as condições necessárias para abrigar o corpo burocrático residente em Oeiras. Apesar de revogada, não perdera sua força política, quando ele foi escolhido presidente provincial – pois alertava ao fato de que as dificuldades relativas à transferência eram de caráter executivo. Não seria impossível repetir tal feito durante seu governo e conseguir a quantidade suficiente de deputados provinciais que votassem com ele. A questão chave estava em tornar a mudança para o Poti uma realidade. Enquanto uma nova cidade não fosse construída, a capital continuaria em Oeiras.

Um segundo movimento, portanto, seria pensar os gastos, as projeções e as limitações da Província diante da empreitada. Esse sempre fora o limite do projeto, na medida em que a construção de uma cidade implicava numa Igreja Matriz e pelo menos algumas casas ou prédios para servirem de Câmara, Cadeia, Quartel de Polícia, Palácio de Governo, entre outros. De acordo com os relatórios governamentais analisados, a arrecadação de recursos era insuficiente para atender todas as demandas da administração, inclusive com pedidos reiterados das Câmaras Municipais para reformas

em suas respectivas vilas. Um projeto de tal envergadura parecia absurdo para aqueles que se posicionavam contra. A única cidade localizada nas margens do rio e que possuía condições urbanísticas capazes de atender às expectativas mínimas de uma capital era a vila de São João Parnaíba,<sup>87</sup> no extremo norte da Província. Apesar disso, não foi uma alternativa considerada nem pelas leis provinciais já citadas, nem por Antonio Saraiva. No início de seu governo recebera como oferta da família Miranda Osório cinco anos de isenção dos prédios que lhe pertenciam para que abrigassem as repartições públicas, mas recusou a proposta. Estava decidido acerca do Poti, mesmo que isso significasse o dispêndio de recursos.<sup>88</sup>

Em carta ao Ministro do Império, datada de 1850, assim escreveu:

A ideia Exmo. Sr., da mudança da Capital que toda a Província deseja, porque é ela precursora da prosperidade do Piauí, tem sido até hoje desprezada pela opinião de sua inexequibilidade, atentas às dificuldades de criação de uma nova povoação, que trazendo grandes dispêndios, tem até provocado da parte do Governo Imperial ordem à Presidência, a fim de que seja circumspecta em uma medida, que tende a sobrecarregar aos cofres gerais. Entretanto, a prudência administrativa, que aconselha todas as cautelas em ordem a evitar despesas, não pode inibir o administrador empenhado no futuro da Província que lhe foi confiada pelo ilustrado Governo de S. M. o Imperador, de lançar suas vistas para que tal desiderato seja obtido, sem que se tenha de lamentar os gastos de grandes quantias. Acredito, Exmo. Sr., que se conseguir mover os habitantes de Poti e dar incremento à edificação de suas moradas no novo local, se conseguir que eles edifiquem à sua custa a casa da Municipalidade, e outras, que possam ser convenientemente alugadas para repartições públicas, eu terei preparado o terreno no qual os meus sucessores possam ganhar a gratidão da Província. Preciso para isso de que o impulso seja dado pelo Governo Imperial.<sup>89</sup>

A carta informava a estratégia de ação de Saraiva e como ele esperava proceder em relação ao problema. Apesar do pedido formal por uma atitude incisiva do Império, esta não aconteceu. Ele compreendeu, portanto, o valor que as articulações no plano local significavam, pois sem o comprometimento financeiro dos principais cidadãos o projeto permaneceria letra morta. A descrição da cerimônia de inauguração da pedra fundamental da nova Matriz, descrita em ofício pelo mestre Isidoro França, demonstrava a adesão dos moradores e permite avaliar a participação indispensável de alguns deles nos parâmetros esperados por Saraiva. O Capitão Manuel Domingues, por

---

<sup>87</sup> Foi uma das primeiras vilas criadas no Piauí, no ano de 1762. Prosperou pela comercialização de charque e outros gêneros através do rio Parnaíba, aproveitando-se da proximidade de sua foz no Atlântico como rota de comércio marítimo.

<sup>88</sup> NUNES, 2006, v. 4, p. 112.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 99.

exemplo, foi um desses personagens emblemáticos. Segundo Isidoro Dias, as festividades oficiais da nova Igreja não encerraram ali: (...) *assim se findou todo o divertimento pelas quatro e meia da tarde e às cinco horas embarcaram todos na barca do Senhor Capitão Manuel Domingues e outros em botes e retiraram-se para sua casa, tudo com muita alegria (...)*.<sup>90</sup> Infelizmente o mestre de obras não documentou o que lá acontecera, apesar de insinuar que fosse uma continuação privada das festividades oficiais.

Domingues era um próspero proprietário do Maranhão, na outra margem do Parnaíba, e que atuava no círculo político da vila do Poti. A sua participação nas obras da Igreja estavam relacionadas ao fornecimento da alimentação dos trabalhadores, que era diariamente transportada em pequenas embarcações de um lado ao outro.<sup>91</sup> Num plano maior estava ligado à Comissão formada para gerir os custos, e que recebera doações de inúmeros particulares, inclusive dele próprio. Saraiva possuía uma lista de pessoas doadoras que alcançara a quantia de 3 contos de réis,<sup>92</sup> posteriormente passada para a mesma Comissão. Seriam moradores da vila interessados na mudança da sede municipal, e habitantes de municípios próximos seduzidos pela ideia de proximidade com uma nova capital provincial. Mas qual a natureza dessa relação? Não é possível considerar as inúmeras doações sem a devida contrapartida política. Se Domingues, por exemplo, era capaz de agregar as pessoas em torno de si – o ofício de Isidoro não deixa dúvidas da continuação das festividades relacionadas ao cerimonial da Igreja em sua propriedade – isso mensurava seu grau de comprometimento com o projeto.

O mês de janeiro de 1851 foi dedicado inteiro aos trabalhos fundação dos alicerces da Igreja para compor o corpo de sua estrutura inicial. No final de fevereiro, mestre Isidoro enviou um ofício formal para Saraiva, onde discutia questões relativas ao desenho dos quarteirões adjacentes à praça principal.<sup>93</sup> Nele, também se referia ao quarteirão de Manuel Domingues e certas exigências técnicas para ser aterrado e construído. Essa informação é importante pois demonstrava que a distribuição espacial na nova vila já estava parcialmente definida desde a fase inicial das obras da Matriz. Teria funcionado como elemento de barganha política e condição de adesão ao projeto de Saraiva? Certamente. O plano de Saraiva previa a demarcação de 100 quarteirões

---

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 104.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 109.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 101.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 104.

tomando como referência a Igreja Matriz, sendo que 70 deles seriam doados a famílias.<sup>94</sup> É importante destacar que, para abrigar as funções de capital, a vila deveria receber os moradores do Poti, os funcionários públicos de Oeiras e todas as pessoas que ali desejassem viver. Por outro lado, essa distribuição respondia a critérios políticos: todos os quarteirões localizados nas proximidades de matriz e do centro administrativo tinham maior valor e foram, em parte, ocupados por proprietários envolvidos diretamente no momento inicial do projeto.

Antonio Saraiva dependia do dinheiro privado e, pela urgência que imprimiu às obras, não podia esperar por recursos do Governo Imperial. A Comissão somente disponibilizava recursos para a construção da Matriz; não havia, portanto, condições de suportar os gastos com prédios públicos a partir das reservas provinciais. Situação esta que definiu o caráter ambíguo do projeto: em abril de 1851, vinte e um proprietários já edificavam suas casas por conta própria, sendo que quatro delas pertenciam a Manoel Domingues.<sup>95</sup> Em ofício escrito por Isidoro França, o mestre de obras reclamava dos problemas em administrar a construção da Igreja e atender aos pedidos particulares de demarcação e alinhamento de casas, questionando Saraiva a quem deveria priorizar.<sup>96</sup>

No começo de 1851, já a Câmara do Poti concedera alguns terrenos, o que demonstrava seu papel decisivo nesse processo inicial de concessões, mesmo que sujeito a irregularidades. O lugar escolhido para a nova vila ocupava terras privadas que pertenciam ao Tenente-Coronel Francisco da Cunha Castelo Branco.<sup>97</sup> Os procedimentos legais de desapropriação, mesmo com o progresso das obras, nem mesmo foram iniciados: só no segundo semestre houve um contato entre a Câmara Municipal e ele, estabelecendo entre ambos a doação de terras em troca de isenção de impostos sobre todos os prédios que ele construísse e posteriormente seus herdeiros.<sup>98</sup>

A posse de edificações nesse começo significava não somente a fixação no lugar, mas a possibilidade de alugá-los para receberem repartições públicas.<sup>99</sup> Construir

---

<sup>94</sup> BRAZ, Ângela. O plano de implantação da cidade de Teresina (1852). In: *Visões Urbanas – Cadernos PPG-AU/FAUFBA*, v. 5, Número Especial, 2008.

<sup>95</sup> NUNES, 2006, v. 4, p. 105.

<sup>96</sup> *Ibidem*, p. 106.

<sup>97</sup> Era o proprietário da data *Covas*, lugar escolhido a partir da lei provincial de 1842 para sediar a nova Matriz da vila do Poti.

<sup>98</sup> NUNES, *op. cit.*, p. 106.

<sup>99</sup> Essa era uma prática comum nas vilas e cidades do Piauí: o uso de prédios particulares, mediante pagamento, para abrigarem órgãos da administração pública.

na nova vila – caso a transferência da capital Oeiras acontecesse – seria no mínimo um investimento lucrativo. Apesar dos limites jurídicos referentes ao processo de desapropriação, parecia que este seria resolvido à medida que transcorressem as obras de caráter urbano. Em ofício da Câmara do Poti ao presidente Antonio Saraiva, de julho de 1851, os vereadores afirmavam em relação à nova vila que “*a edificação ali vai com tanto progresso que se não houver algum motivo de arrefação nos proprietários em breve estará capaz de receber em si a Capital desta Província*”.<sup>100</sup> Quem eram estes proprietários e como receberam seus quinhões, não é possível responder plenamente. Mas somente em setembro, quando essas construções já estavam em andamento, é que foi promulgada a lei 312, que determinava o valor de 100 réis por braça de terreno na nova vila.<sup>101</sup> Levando em consideração que os quarteirões do projeto deveriam ter 40 braças de frente e de profundidade, seu preço custava em torno de 8.000 réis. Para título de comparação, eram gastos 6.000 réis em alimentação para cada escravo – e este número era considerado pouco.<sup>102</sup> Dessa forma, não era difícil para os homens mais abastados a aquisição dessas terras. Por outro lado, o processo de ressarcimento envolvendo o antigo proprietário do lugar se arrastou até meados de 1852.<sup>103</sup>

Para Saraiva, a quantidade de pessoas envolvidas nas construções particulares era um aspecto determinante para o futuro da transferência. Esse elemento era de tamanha relevância que ele alterou o plano urbano acrescentando três quarteirões, em lugar de dois, em torno da praça principal<sup>104</sup> – pois já especulava acerca da demanda por esses espaços privilegiados na estrutura urbana incipiente. A praça deveria conter em si uma multiplicidade de funções, pois lá estariam os prédios administrativos, a Igreja e o Mercado. A mudança no plano significou também a existência de três ruas principais que, a partir da praça, comunicavam-na com o restante da malha urbana e eram por ela balizadas. Assim,

(...) seria a área mais importante de Teresina, porque ao seu redor se concentrariam os poderes locais, o presidente da Província deduzia que um número maior de quarteirões ao redor da praça significava mais notáveis instalados na principal área da cidade, o que agradaria aos proeminentes da vila do Poti, os quais custearam as despesas da transferência da capital, além

---

<sup>100</sup> NUNES, 2006, v. 4, p. 108.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 107.

<sup>102</sup> *Ibidem*, P. 110.

<sup>103</sup> *Ibidem*, P. 106.

<sup>104</sup> BRAZ, 2008, p. 227.

de arregimentar mais pessoas interessadas em investir na região para facilitar o processo de consolidação da nova capital.<sup>105</sup>

Em termos urbanísticos, o chamado “plano Saraiva” remetia a uma tradição portuguesa de fazer cidades. A análise prévia do sítio, as ruas retas e perpendiculares, a rigidez geométrica e a concentração dos poderes administrativos no entorno da praça principal caracterizavam o urbanismo erudito português,<sup>106</sup> cuja personificação maior fora a reconstrução de Lisboa em 1755. Mas antes disso a administração ultramarina operava a partir de provisões<sup>107</sup> que determinavam critérios de organização espacial das vilas e cidades: alinhamento das casas, demarcação da praça central que servia de marco para a construção da Igreja, dos prédios públicos e para o alinhamento das ruas. Por outro lado, existem diferenças significativas. Nas cidades coloniais, a praça ocupava lugar central; na cidade idealizada ela foi deslocada para a confluência com o rio, direcionada para suas margens. Além disso, era bem maior que seus correspondentes coloniais, ela media 1.200 palmos. Tomando como referência o tamanho padrão de um quarteirão previsto pelo projeto, ele corresponderia a três deles.<sup>108</sup> Essas alterações materializavam a expectativa de concretização da navegação do Parnaíba: a primeira visão de quem chegasse por suas águas seria o complexo administrativo e religioso circunscrito no marco zero. Eram alterações que traduziam o significado político do projeto: deveria ele adequar-se às demandas necessárias para sua própria execução, além de conter as expectativas sobre uma futura cidade que, esperava-se, deveria ser em poucos anos a maior da Província.

Existem correspondências entre Antonio Saraiva e Isidoro França detalhando a árdua tarefa de gerenciar os trabalhos no primeiro semestre de 1851.<sup>109</sup> Os desafios impostos pela imprevisibilidade do cotidiano tornavam difícil um esforço atravessado pela urgência. As obras da matriz não progrediam conforme o tempo previsto e novas despesas surgiam. Um dos principais problemas é que a ausência de uma organização prévia limitou a aquisição de materiais fundamentais para a construção, como madeiramento, tijolos, telhas e cal. Por outro lado, o número ainda reduzido de

---

<sup>105</sup> *Idem.*

<sup>106</sup> *Idem.*

<sup>107</sup> As duas cartas régias relacionadas à fundação da Capitania de São José do Piauí demonstravam essa didática urbanística nos procedimentos de criação de vilas no século XVIII. Cf. capítulo 2.

<sup>108</sup> BRAZ, 2008, p. 226.

<sup>109</sup> Ver o Livro de Ofícios e Registros da Secretaria da Presidência biênio 1851-52. Arquivo Público do Estado do Piauí – Casa Anísio Brito.

trabalhadores nesses primeiros meses obrigou mestre Isidoro a promover esforços nada ortodoxos: com poucos escravos para recolher madeira e pedra nas matas da chapada delegou a tarefa aos oficiais pedreiros e carpinteiros – afinal, sem estes materiais nada poderiam fazer.<sup>110</sup> Havia, portanto, um contingente misto de homens cativos e livres operando nas obras. Em março, o mestre de obras requeria uma lista de escravos para funções especializadas:

(...) um escravo para amassador, outro para traçador de cal, quatro para serventes de pedreiro, três para canoas passando cal (vindas do Maranhão), tijolos e cacos de telha, três para andarem com o carro, dois para carregar água constantemente para o amassador, um para estar com o cavoqueiro na pedreira tirando as soleiras para as portas, três para irem para o mato carregarem madeira para a borda do rio (...).<sup>111</sup>

Os escravos recrutados eram deslocados das fazendas fiscais e, portanto, propriedades do governo provincial. Nos ofícios de abril apareciam juntamente com o pedido de juntas de bois, perfazendo a parte mais dura da construção: não havia distinção entre homens e animais no trabalho braçal e os abusos eram a regra cotidiana. Em maio, o mestre de obras relatava a devolução de quatro escravos devido aos desgastes infringidos.<sup>112</sup> O trabalho era intenso e o controle dos trabalhadores exigia uma série de cuidados demonstrado no ofício de 7 de abril, que aumentava a quantidade de soldados para policiar o lugar.<sup>113</sup> É possível imaginar a turbulência desses primeiros meses: além dos problemas exigindo suas habilidades de administração, Isidoro ainda era requisitado pela Câmara do Poti para demarcar os quarteirões e determinar os alinhamentos das casas particulares.<sup>114</sup> Em 13 de maio – indiferente às limitações de material e logística nas obras – 21 casas eram erguidas paralelamente à Igreja Matriz pela iniciativa privada. No mesmo dia que recebeu a notícia, o presidente Antonio Saraiva manifestou o desejo de acompanhar pessoalmente o crescimento da pequena vila.<sup>115</sup>

A partir de 4 de outubro, já instalado no grande canteiro de obras, ele despachou as documentações provinciais assinalando pela primeira vez oficialmente um

---

<sup>110</sup> NUNES, 2006, v.4, p. 105.

<sup>111</sup> *Idem.*

<sup>112</sup> *Idem.*

<sup>113</sup> Livro de ofícios e registros da Secretaria da Presidência biênio 1851-52. Ofício de 7 de abril de 1851. Arquivo Público do Estado do Piauí – Casa Anísio Brito.

<sup>114</sup> NUNES, *op. cit.*, p. 106.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 108.

nome: Vila Nova do Poti.<sup>116</sup> Durante cerca de dois meses, em meios às obras e trabalhadores, fez dali a capital temporária. Não era estranho aos habitantes de Oeiras as questões e planos que envolviam a transferência, porque uma história dos arranjos legislativos já era experimentada desde 1844. Porém, sem força política que materializasse um resultado efetivo. A presença do presidente provincial no campo de obras – e que personificava literalmente seu comprometimento pessoal com o projeto – não era bom sinal para os que argumentavam em favor da proeminência oeirense, pois sinalizava pela primeira vez que a mudança da capital não suportava mais somente as limitações urbanísticas (uma cidade estava em construção, ao contrário dos momentos anteriores), e se aproximava cada vez mais de uma questão legislativa. Sob essa perspectiva os antecedentes não eram favoráveis à Oeiras: a lei de 1849 demonstrou que não era impossível a montagem de um corpo legislativo em sua maioria pró-mudancista.

A Assembleia provincial de 1851 – a primeira desde que tomara posse no ano anterior – seria o espaço por excelência onde o tema seria explorado politicamente. Entretanto, teria que lidar com o mesmo corpo de deputados provinciais responsáveis pela suspensão, em 1850, de todas as deliberações legislativas acerca da transferência da capital. Só haveria novas eleições em 1852, e isso significava que Antonio Saraiva só poderia pensar em uma Assembleia politicamente favorável no ano posterior. Portanto, sua fala deveria ser estrategicamente montada para tornar convincente um argumento já refutado pelo mesmo grupo ao qual se dirigia.

## **1.2 Os relatórios governamentais: a construção da mudança**

Os relatórios governamentais eram falas oficiais onde o presidente da Província não apenas expunha os dados relacionados ao lugar, mas produzia saberes. Isso permitia a Antonio Saraiva, por exemplo, disponibilizar de uma fonte de informações sobre a transferência da capital desde 1844, quando a Assembleia começou a legislar sobre o assunto. Dessa forma, o relatório Saraiva de 1851 possuía elementos relativos à trajetória de administrações anteriores e atestava a forma como ele assimilou as questões relativas ao assunto. Pelo menos em dois momentos ele fez referência direta a Sousa Ramos e Zacarias de Góes – ambos, ex-presidentes provinciais. Certamente, essa bagagem teórica resultante do conhecimento dos relatórios foi indispensável para

---

<sup>116</sup> *Idem.*

conduzi-lo diante dos deputados provinciais e fazer sua avaliação das condições da Província.

Ele começou com uma assertiva direta: “*Oeiras não entretém com as demais partes da Província senão relações políticas*”.<sup>117</sup> Dizia isso ao tratar da inexistência de um internato na capital responsável pela formação do ensino secundário no Piauí.<sup>118</sup> A falta desta instituição obrigava a procura em outras províncias: “*sendo para alguns lugares da Província a distância para o Maranhão e Bahia quase a mesma que para esta cidade*”,<sup>119</sup> algumas famílias mandavam seus filhos completarem seus estudos fora. O fato de Oeiras não atrair estudantes por não ser uma referência no campo da educação não foi observado somente por Saraiva. O presidente Zacarias de Góes, em 1845, afirmou: “*se uma Capital deve ser o centro da política, da indústria, e da ciência, ou ao menos fazer-se notável por algum desses elementos de preponderância e primazia, creio que uma longa experiência fala bem alto contra Oeiras a todos esses respeitos*”.<sup>120</sup> E seguiu com seu raciocínio: “*se esta cidade alguma influência política exerce sobre o resto da Província é unicamente devido à presença do Governo, e das autoridades que aqui residem*”.<sup>121</sup>

Posteriormente na sua fala, Saraiva abordou um assunto comum à maioria dos relatórios: a situação precária dos templos religiosos. A dependência em relação aos recursos provinciais era notória. “*Hoje desmoram os que existem, e ficam despidos até de paramentos, e dos objetos necessários às funções religiosas, se os cofres provinciais não os acodem*”.<sup>122</sup> A precariedade das Igrejas ressoava nos apelos das Câmaras municipais. Em todos os relatórios, de 1844 até 1851, os respectivos presidentes foram unânimes em atestar o estado “*lastimoso*”<sup>123</sup> dos templos. “*O estado das matrizes existentes continua a ser deplorável, e muitas freguesias ainda*

---

<sup>117</sup> Relatório do Presidente Antonio Saraiva dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 3 de julho de 1851, p. 13.

<sup>118</sup> Cf. NETO, Marcelo de Sousa. **Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)**. FCMC: Teresina, 2013.

<sup>119</sup> *Idem*.

<sup>120</sup> Relatório do Presidente Góes e Vasconcellos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de agosto de 1845, p. 36.

<sup>121</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>122</sup> Relatório do Presidente Antonio Saraiva dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 3 de julho de 1851, p. 26.

<sup>123</sup> Relatório do Presidente Silveira da Mota dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 16 de julho de 1850, p. 12.

*absolutamente as não tem, fazendo-lhes vezes de matrizes casas bem indignas de tal mister*”,<sup>124</sup> afirmava Góes e Vasconcellos em 1846. A título de informação, a questão do culto público era um elemento da governança de suma importância política, e perfazia um dos diversos temas previamente tipificados no modelo de relatório provincial. A religião não estava circunscrita somente às forças eclesiásticas, sendo assunto de relevância para os presidentes. Um trecho de Sousa Ramos na Assembleia de 1844 nos aproxima da perspectiva institucional que o catolicismo assumia no país:

É geralmente reconhecido que uma sociedade sem religião não poderia subsistir; é também uma verdade, que em boa fé não pode ser contestada, que a Religião Católica Apostólica Romana, dominante pela nossa Constituição, Santa e divina em sua Instituição, é a única capaz de fazer a felicidade do homem, e de prestar à sociedade civil um concurso poderoso para chegar a seu fim; e portanto eu estou dispensado de fazer sentir a obrigação que pesa ao Estado de mantê-la do melhor modo. Em que consiste, porém, o principal desempenho desta obrigação? Na edificação de Templos com a decência própria de uma casa de Deus; na instrução do Clero, e mantimento dos Párocos, porque a estes incumbe a celebração dos sacrifícios Santos da Religião, e a propagação de suas doutrinas.<sup>125</sup>

Especialmente dois problemas atravessaram os relatórios dos presidentes provinciais em relação às matrizes: a questão financeira e a atuação dos padres. Ramos admitia a obrigação da administração provincial em atender as demandas das igrejas. Entretanto, o problema no Piauí era generalizado: não se tratava de socorrer algumas freguesias, mas praticamente todas. Com exceção da freguesia da vila de Jaicós,<sup>126</sup> todos os outros templos apresentavam danos matérias acumulados por uma combinação implacável de tempo e descaso público. Mesmo os saldos positivos no período com as receitas provinciais não eram suficientes para cobrir as projeções orçamentárias de uma reforma de tal magnitude. Como consequência, a prioridade dos gastos foi com a matriz da capital, Oeiras, que também exigia reparos estruturais.

Góes e Vasconcellos, em 1846, reclamava sobre a necessidade de ação das Câmaras Municipais e de forças particulares para neutralizar o problema. Segundo sua perspectiva resolver financeiramente reformas locais era uma questão de arrecadação: as

<sup>124</sup> Relatório do Presidente Góes e Vasconcellos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 11 de julho de 1846, p. 16.

<sup>125</sup> Relatório do Presidente Sousa Ramos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 7 de julho de 1844, p. 18.

<sup>126</sup> O templo da vila era dirigido pelo padre Marcos Araújo Costa, primo do presidente Manoel de Sousa Martins, que governou a Província de 1834 até 1843. Padre Marcos era uma figura proeminente no cenário político do Piauí, além de exercer um trabalho de educação para jovens na sede de sua propriedade em Jaicós. Não é difícil supor que essa influência tenha sido decisiva na manutenção da Igreja Matriz a ponto do torná-la diferenciada em relação às demais matrizes das vilas provinciais.

matrizes deviam ser reformadas a partir de doações, devidamente agenciadas por comissões formadas pelos principais cidadãos de cada vila.<sup>127</sup> Parecia que o estado lamentável dessas igrejas era – por essa perspectiva – a materialização da falta de fé coletiva e um traço da degeneração moral da sociedade, pois seus fregueses assistiam a deterioração dos templos sem nenhuma mobilização que não dependesse de pedidos à presidência da Província. Góes não poupou o clero como responsável pelo problema: destacou, especialmente, a corrupção dos padres que dirigiam as freguesias, e a relação nebulosa que mantinham com as questões financeiras: “*mais parecem lobos que pastores*”.<sup>128</sup> Os padres estavam “*tão alheios às virtudes do seu ministério, que disséreis antes ser vis mercadores, do que homens de corações formados pelos moldes do Evangelho*”.<sup>129</sup>

O desprezo pelo clero atravessou parte desses relatórios governamentais. O próprio Saraiva, no texto oficial de 1851, acusou-o de ter “*esquecido o seu caráter sagrado, para procurar importância, e consideração, onde não deve ter – na política e na acumulação de riquezas*”.<sup>130</sup> Alguns casos de participação de clérigos na política atestavam exemplos bem nebulosos, como o assassinato do padre Manoel Quintino de Brito<sup>131</sup>, em Oeiras, ou a fuga do vigário da freguesia de São Gonçalo, suspeito de homicídio.<sup>132</sup> Mas quem melhor definiu os motivos desse posicionamento anticlerical foi o ex-presidente provincial, Zacarias de Góes, em 1845. Os padres, no Piauí, eram membros da junta de arrecadação fiscal da Província. Quando visitavam as fazendas para cumprir funções paroquiais, também observavam *in loco* os recursos existentes em cada propriedade. Isso gerava desconfiança na população, além de colocar os padres numa situação, no mínimo duvidosa: da mesma forma que podiam revelar, podiam também omitir, e dessa forma contribuir para o problema crônico de sonegação fiscal. Os padres não eram queridos no Piauí oitocentista.

---

<sup>127</sup> Relatório do Presidente Góes e Vasconcellos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 11 de julho de 1846, p. 18.

<sup>128</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>129</sup> *Idem*.

<sup>130</sup> Relatório do Presidente Antonio Saraiva dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 3 de julho de 1851, p. 26.

<sup>131</sup> Relatório do Presidente Góes e Vasconcellos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de agosto de 1845, p. 6.

<sup>132</sup> Relatório do Presidente Góes e Vasconcellos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 11 de julho de 1846, p. 7.

Apesar das críticas veladas, Antonio Saraiva contou com o apoio poderoso do vigário da freguesia do Poti, o Padre Mamede de Lima. Certamente ele foi um dos articuladores locais da construção da nova Matriz. Além disso, em 1852, ele apareceu como deputado provincial e liderou, dentro da Assembleia, a lei que determinou a transferência da capital. Ainda em 1851, foi ele um dos líderes da Comissão gestora dos recursos para a Igreja de N. S. do Amparo, doados por particulares. Isso contrariava a perspectiva de Góes, para quem a corrupção dos clérigos inviabilizava a confiança depositada em tal empreitada. Mas Xavier Cerqueira, presidente provincial em 1848, apontou exatamente a criação de uma comissão para organizar a obra na vila<sup>133</sup>; e esse seria o modelo incorporado por Saraiva dois anos depois.

Ainda na Assembleia de 1851, continuando seu relatório, após contextualizar a situação das matrizes, ele especificou o estado da Igreja do Poti. De acordo com suas observações, o problema principal era sua vulnerabilidade em relação ao ciclo das águas: *“as enchentes do rio tem solapado todo o terreno que lhe fica contíguo, e que sustenta sua base; e é de crer, que uma elevação considerável das águas do Poti a arruíne completamente”*.<sup>134</sup> Em seguida, afirmou: *“é preciso abrigá-la desse risco”*.<sup>135</sup> Ora, no momento em que Saraiva dizia isso aos deputados, as obras da nova Matriz já estavam encaminhadas; assim, todos sabiam de suas intenções. O relatório era o espaço institucional de fixação de seu posicionamento político (da mesma forma foi para os seus antecessores); e outros presidentes haviam descrito a mesma questão.

A primeira referência sobre esta Matriz foi no relatório Sousa Ramos, em 1844. Ao se referir ao problema, destacou a lei provincial 140, relativa à mudança da sede municipal do Poti: como dito anteriormente, a existência da vila estava condicionada à igreja; sem ela, portanto, a sede estava inviabilizada. Daí o desejo dos locais com a mudança. *“Enquanto não se edificar em outro lugar a nova matriz, também não se efetuará a mudança da vila”*,<sup>136</sup> sentenciou Ramos. *“As enchentes do rio têm danificado consideravelmente a Matriz do Poti, e sua continuação a destruirá inteiramente”*,<sup>137</sup>

---

<sup>133</sup> Relatório do Vice-Presidente Xavier Cerqueira dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 21 de junho de 1848, p. 20.

<sup>134</sup> Relatório do Presidente Antonio Saraiva dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 3 de julho de 1851, p. 28.

<sup>135</sup> *Idem.*

<sup>136</sup> Relatório do Presidente Sousa Ramos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 7 de julho de 1844, p. 23.

<sup>137</sup> *Idem.*

retificou. Portanto, o fato de ter destacado o Poti no universo das freguesias do Piauí estava ligado à abordagem que ele fazia acerca de uma lei já legislada e nunca materializada, relativa a um problema estritamente local: a mudança da sede de uma vila.

Em 1849, Francisco Peretti falou sobre o Poti: “*além de estar constantemente ameaçada no inverno pelas enchentes do rio, que lhe fica próximo, a matriz da Freguesia do Poti tem as principais paredes assaz danificadas, e promete pouca duração*”.<sup>138</sup> Em 1850, Silveira da Mota foi mais enfático sobre seu estado: “*acha-se inteiramente arruinada*”; e determinava até mesmo valores relativos a uma possível reforma. Em 1848, o vice-presidente Xavier Cerqueira corroborou, ao final de seu relatório aos deputados provinciais, a necessidade de solucionar o problema da vila, com uma comissão e direcionamento de recursos públicos – já imaginando uma alternativa palpável para um problema maior de estabelecer a capital do Piauí nas margens do Parnaíba. E a lei número 123 – que determinava o lugar destinado à nova vila do Poti como capital provincial – foi votada em 1849; portanto, sob tal perspectiva é que devem ser compreendidas as referências específicas dirigidas por esses presidentes.

A semelhança do relatório Saraiva de 1851 com seus antecessores era notória. Ainda seguindo sua fala aos deputados nesse ano, um dos temas abordado foi a situação das estradas e das comunicações. Ele defendia maior atenção ao problema, porque a posição geográfica do Piauí – fazendo fronteira com outras províncias – demandava a manutenção desses caminhos.<sup>139</sup> O estado calamitoso afetava diretamente o preço final de mercadorias importadas – principalmente do porto de São Luís – pois os altos custos dos transportes deixavam os produtos que entravam na capital Oeiras com preços proibitivos. Havia uma proposta corrente entre os deputados para reforma das duas estradas reais, através de vias macadamizadas;<sup>140</sup> mas Saraiva era definitivamente contra. No seu ponto de vista, os gastos com esse processo não valeriam o retorno, que seria mínimo: atingiriam somente os municípios produtores de gado, enquanto as zonas agrícolas da Província não seriam beneficiadas diretamente.<sup>141</sup> Esse posicionamento era

<sup>138</sup> Relatório do Presidente Francisco Peretti dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 5 de julho de 1849, p. 6.

<sup>139</sup> Relatório do Presidente Antonio Saraiva dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 3 de julho de 1851, p. 32.

<sup>140</sup> *Idem.*

<sup>141</sup> *Idem.*

coerente com seu ponto de vista, na medida em que era adepto da efetivação da navegação dos rios.

Desde 1844, Sousa Ramos priorizou tanto as estradas, quanto a navegação, na classe dos melhoramentos mais urgentes. “*Na classe dos melhoramentos materiais devem figurar em primeiro lugar as estradas, pontes, e navegação dos rios do interior da Província, isto é, os meios de sua comunicação, que formam a sua principal necessidade*”.<sup>142</sup> Em 1845, Góes e Vasconcelos afirmava: “*não temos estradas, senão trilhos*”.<sup>143</sup> Sobre o valor que essas reformas significavam no âmbito da administração provincial, o vice-presidente Xavier Cerqueira, em 1848, sentenciou: “*as estradas são o mais poderoso auxílio da riqueza de um país*”.<sup>144</sup> Ambos explanaram, em seus relatórios, não apenas a dimensão do problema, mas descreveram em detalhes as condições reais dos caminhos do Piauí. Cerqueira declarou com pesar que “*não é possível haver quadro mais aflitivo do que o de nossas estradas as quais, se são incômodas, e até perigosas no verão, tornam-se intransitáveis no tempo do inverno, por ter o viajante de ser embaraçado pelos rios destituídos de pontes, e canoas*”.<sup>145</sup> Góes, três anos antes, ao enumerar alguns reparos considerados por ele imediatos, deixou vislumbrar esse estado crítico:

Esse desejado melhoramento deve consistir em extinguir atoleiros que nelas haja, arredar pedras que a embaraçam, em cortar o mato que de um e outro lado incomodam o viajante, e finalmente em mudar mais, ou menos a direção de algumas, ou tornando-as um pouco mais compridas para evitar subidas ásperas, ou fazendo-as mais curtas no caso em que sem necessidade seguem por grandes rodeios.<sup>146</sup>

Todos esses presidentes, em seus relatórios, pareceram compreender as prioridades da Província, mas operavam dentro de limitações orçamentárias que desafiavam o trabalho de governar. Entre eles, não faltaram sugestões diversas sobre soluções viáveis, do ponto de vista administrativo, para minimizar a precariedade da estrutura material das comunicações. Sousa Ramos falou das oportunidades de

<sup>142</sup> Relatório do Presidente Sousa Ramos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 7 de julho de 1844, p. 37.

<sup>143</sup> Relatório do Presidente Góes e Vasconcellos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de agosto de 1845, p. 23.

<sup>144</sup> Relatório do Vice-Presidente Xavier Cerqueira dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 21 de junho de 1848, p. 14.

<sup>145</sup> *Idem.*

<sup>146</sup> Relatório do Presidente Góes e Vasconcellos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de agosto de 1845, p.23.

exploração dos recursos das fazendas fiscais; Góes preferiu pensar na mobilização das forças particulares para a recuperação e construção de estradas no Piauí. Mas a questão é que, entre eles, havia a perspectiva de que a principal opção para maximizar as comunicações e o comércio seria aproveitar o maior caminho de todos, já moldado pelas forças da natureza: o rio Parnaíba.

A fala de Antonio Saraiva sobre o problema das estradas foi, dessa forma, somente um ponto de apoio para expor seu posicionamento sobre a questão da navegação. Ele rebateu veementemente o desejo de parte da Assembleia em utilizar recursos dos cofres provinciais para investimentos nas estradas que ligavam Oeiras à Salvador e S. Luís, argumentando que não serviriam para a exportação dos gêneros agrícolas produzidos por outros municípios. É fundamental a atenção sobre esse ponto do relatório de 1851, pois representou o alicerce do discurso mudancista: não é possível desconectar a mudança da capital das avaliações e projeções relativas ao potencial navegável do Parnaíba. Saraiva teorizou o assunto e ultrapassou o discurso meramente descritivo: seu relatório condensou a experiência política dos seus antecessores sobre o assunto.

O tema da navegação, nos relatórios governamentais, sempre foi amplamente discutido e objeto de teorização. Saraiva organizou sua argumentação sem omitir a leitura de relatórios anteriores. Inicialmente, desenvolveu um preâmbulo sobre as qualidades do rio Parnaíba: sua extensão (“*oferece um curso navegável de mais de duzentas léguas*”) e possibilidades (“*uma navegação sumamente proveitosa*”)<sup>147</sup>, além de dois afluentes importantes, o rio Gurguéia e o Canindé. A base do seu ponto de vista foi o relatório Sousa Ramos, de 1844. O próprio Antonio Saraiva escreveu:

Em 1844 dizia nesta mesma cadeira o Exmo Sr. Dr. Sousa Ramos, que era para admirar, que os habitantes do Piauí, deixando inúteis as águas de um dos rios maiores de Brasil, e que navegado, poderia dar valor aos tesouros abandonados sobre um terreno de mais de duzentas léguas, fossem por meio de transportes dispendiosos, e insuficientes, procurar no centro de outra província as minguadas águas de um rio menor, que a indústria de outros havia tornado navegável.<sup>148</sup>

É preciso esclarecer certos pontos fundamentais desta fala. O centro ao qual se referiu era a vila de Caxias, localizada na bacia do rio Itapecuru, que nascia no interior

---

<sup>147</sup> Relatório do Presidente Antonio Saraiva dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 3 de julho de 1851, p. 33-34.

<sup>148</sup> *Ibidem*, p. 34.

da província do Maranhão e desaguava na cidade de São Luís. Por ele existia uma rota de comércio histórica com o Piauí ligando a capital maranhense até Oeiras, e tendo Caxias como eixo entre os dois lugares. A proximidade com a fronteira das duas províncias, delimitada pelo rio Parnaíba, consagrou este caminho: era simples atravessá-lo e ter acesso ao território piauiense. Por ele circulavam gados, couros, algodão e bens manufaturados importados pelo porto de São Luís. O rio Itapecuru, com menor extensão que o Parnaíba, era o protótipo de navegação que referenciava esse ponto de vista.

De acordo com Saraiva e Sousa Ramos, essa relação era perniciosa para o Piauí. O caminho do Itapecuru foi construído (em termos econômicos) na troca dos capitais do gado piauiense por bens de consumo importados pelo porto maranhense. Como Caxias intermediava essa circulação, conseguia concentrar para si a proeminência sobre o comércio. Além disso, parte do algodão produzido era contrabandeada por esse caminho e contabilizada nas receitas do Maranhão, defasando as receitas locais. Era necessário para minimizar ou anular tal dinâmica a efetivação da navegação do rio Parnaíba. Duas vantagens concretas: uma estrada de escoamento de gêneros agrícolas que, supostamente, reduziria os custos de transporte e os tornaria lucrativos; e a possibilidade de comercializar o charque no lugar das boiadas a pé, onde a perda de cabeças de gado nas longas jornadas reduzia consideravelmente os ganhos dos criadores.

### 1.2.1 O conceito de *provincialização do comércio*

Antonio Saraiva, de todos os presidentes, foi aquele que mais se aprofundou na análise da navegação. Ele sintetizou um conceito por ele batizado de *provincialização do comércio*: que os bens manufaturados que entravam e os gêneros agrícolas que saíam o fizessem por São João da Parnaíba, na foz do rio de mesmo nome, e não por São Luís via Caxias:

A dependência dos negociantes do Piauí para com os do Maranhão, sob cuja tutela tem até hoje vivido o nosso comércio, o poder da rotina, o adiantamento da navegação do Itapecuru, e sobretudo a superioridade do porto da cidade de S. Luís sobre o da Parnaíba, não consentiram até hoje a emancipação do comércio da Província, e consequentemente o seu abastecimento pela cidade da Parnaíba.

É mister porém dizer-vos, que esta cidade, onde já existe uma casa inglesa, que recebe gêneros de Liverpool, é destinada a roubar à cidade de S. Luís o grande mercado do Piauí; e esse fato, que nada menos é do que a **provincialização de nosso comércio**, produzirá as mais graves consequências, os maiores resultados para o engrandecimento desta

Província. Então os lucros deixados pelos consumidores do Piauí aos negociantes do Maranhão, e de Caxias, aumentarão os nossos capitais dados ao comércio; e sabeis, que o aumento dos capitais é o aumento das forças produtivas de um País; e que aumentado o comércio, é corolário infalível o aumento da agricultura, e da indústria, porque esse elemento da riqueza das nações tem uma ação recíproca, e se prestam um auxílio admirável. A navegação pois do Parnaíba terá então um maior desenvolvimento, e as ricas matas do Gilbués, as férteis terras das margens daquele rio, e do Uruçuí, ou antes as imensas riquezas até hoje perdidas para a Província serão aproveitadas.<sup>149</sup>

A conceitualização de um projeto econômico a partir da análise particular das experiências de administrações anteriores certamente enriqueceu o relatório de 1851 – pelo menos em termos teóricos. Tomando o texto de Sousa Ramos (1844), Saraiva foi capaz de reelaborá-lo para fundamentar a navegabilidade sob o desejo de rearticular relações históricas entre o Piauí e o Maranhão, e construir uma projeção de futuro para a Província. É preciso compreendê-lo com parcimônia. Em primeiro plano, houve a constatação de uma relação comercial – que conectava S. Luís, Caxias e Oeiras – e o desequilíbrio inerente a ela. Falava-se de *dependência* dos negociantes piauienses; por outro lado, os negociantes maranhenses também compartilhavam desta mesma ligação: afinal, era o gado do Piauí que abastecia a praça de S. Luís – e se levamos em consideração que a carne era um gênero de primeira necessidade, é difícil minimizar sua relevância diante de artigos manufaturados. A questão era de *ponto de vista*. Economicamente, a Província sempre geriu seus recursos através da exportação de gêneros, tendo o gado como pilar desse movimento. Um comércio feito por terra, em comboios de animais, que circulavam não somente para o Maranhão, mas outros lugares da Bahia, Pernambuco e Ceará. Era uma relação *interprovincial*, historicamente construída desde o século XVIII. O fato de o rio Parnaíba não ser, até a segunda metade do século XIX, navegável em sua extensão, não significava necessariamente a estagnação do quadro provincial – como a perspectiva mudancista de Saraiva tentava pressupor.

A ideia de *provincializar* a economia do Piauí, portanto, significava restringir ao âmbito do território e sob a gerência da administração a canalização das exportações e importações que configuravam seu cenário financeiro, tendo o rio Parnaíba como artéria principal desta nova relação. Significava dominar um fluxo. Não havia referência aos outros espaços de trocas comerciais pelo gado – a não ser uma projeção sobre a comercialização do charque pelo rio e os benefícios virtuais para os proprietários. A

---

<sup>149</sup> *Ibidem*, p. 36.

navegação do Parnaíba – na ótica do discurso mudancista – foi uma mudança paradigmática na tradição econômica do Piauí: pela primeira vez o gado não era protagonista no âmbito global das finanças provinciais. Pois a *provincialização* operava com as possibilidades de outros bens de produção, centrados no potencial da atividade agrícola. Por quê?

Em 1851, a principal fonte de renda para os cofres provinciais ainda era o imposto sobre o gado. Não é possível falar propriamente numa crise – argumento comumente usado pelos presidentes provinciais ao se referirem ao estado das finanças públicas – mas numa sobrecarga de tributação.<sup>150</sup> Não podendo elevar ainda mais o fardo dos proprietários, restava aos administradores explorarem novas alternativas de arrecadação. A mais óbvia era o algodão que, no entanto, continha em si um desafio: controlar o contrabando para o Maranhão de grandes quantidades não contabilizadas e, portanto, não tributadas pela receita do Piauí. Todos os presidentes provinciais, desde 1844, identificaram ambos os problemas, e consentiram ser a fronteira do rio Parnaíba o espaço de fluxo desses capitais escusos ao fisco. Era a chave para a maximização da arrecadação da Província. Em outro aspecto, o uso de São João da Parnaíba como entrada de bens industrializados – baseado na referência ao comércio com Liverpool – também sinalizava para um incremento das finanças através da instalação da estrutura alfandegária.<sup>151</sup>

O paralelo entre essa cidade e a capital maranhense merece ser discutido. Saraiva afirmou a superioridade do porto de São Luís, o que permite pensar que o projeto de provincialização do comércio também significava a maximização do porto de Parnaíba – que, na segunda metade do século XIX, apresentava algumas limitações e dificuldades. A cidade não se localizava propriamente no litoral, mas nas margens de um dos cinco braços nos quais o rio se divide antes de desaguar no Atlântico. O *Igaraçu*, tal como é denominado, permitia a navegação por essa grande foz, que forma um conjunto de ilhas e o acesso ao oceano, dando ao lugar amplas possibilidades de navegação. Entretanto, transitar pela região era um desafio à habilidade dos pilotos: as correntes marítimas poderosas e dificuldades de ancoragem das embarcações limitavam o potencial de circulação comercial. Mas essas dificuldades não impediam relações

---

<sup>150</sup> Relatório do Presidente Francisco Peretti dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 5 de julho de 1849, p. 42.

<sup>151</sup> A criação de uma Alfândega representava um desejo antigo que só foi concretizado na década de sessenta do século XIX.

consolidadas desde o século XVIII: no auge das oficinas de charque, a cidade exportava para Maranhão, Pernambuco, Pará e Guianas.

A cidade de São João da Parnaíba e suas movimentações comerciais são caracteres emblemáticos das relações urbanas no Piauí oitocentista. Suas vilas parcamente se comunicavam pela precariedade dos caminhos, sendo bem comum a existência de ligações com outras províncias do que com elas próprias. A capital Oeiras possuía a proeminência política, já que as decisões e deliberações administrativas aconteciam ali, mas não conseguia estabelecer uma centralidade em outros aspectos. Havia uma autossuficiência econômica entre os núcleos urbanos, que operavam em suas respectivas zonas de interferência – em função tanto da extensão territorial do Piauí, quanto da dispersão desses lugares sobre o mesmo território. Havia o comprometimento com outras praças e a inexistência de um mercado interno. *Provincializar*, nesses termos, significava operar o comércio do Piauí pelo Piauí. Mas havia outros fatores a serem considerados.

Saraiva usou uma retórica economicista que mobilizou termos como *capital* e *forças produtivas* para tentar projetar um cenário de desenvolvimento industrial com base na exploração agrícola e aproveitamento do rio. Havia sentido em sua lógica: a produção agrícola seria geradora de recursos porque demandaria uma série de transformações estruturais sustentadas pelos capitais de exportação através da navegação do Parnaíba. “*Sem que a agricultura, sem que a indústria, sem que o comércio tenha começado suas operações, não é possível a navegação. Ela vem após daquele fato, e depois o anima, lhe dá forças maiores, e recebe dele todo o desenvolvimento*”.<sup>152</sup>

A navegação do Parnaíba, portanto, dependia da articulação de três elementos que eram, em 1851, somente projeções. “*Nós já temos uma agricultura à margem do rio, que começa a florescer; temos um comércio, tutelado, é verdade do Maranhão; porém capaz de emancipar-se dele, se forem removidos os embaraços, os obstáculos, que se opõem a seu progresso*”.<sup>153</sup> Que obstáculos eram esses? Indiscutivelmente, a relação com a província maranhense e a presença da capital em Oeiras. Disse Saraiva aos deputados da Assembleia naquele ano:

---

<sup>152</sup> Relatório do Presidente Antonio Saraiva dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 3 de julho de 1851, p. 35.

<sup>153</sup> *Idem*.

Fazendo descer pelo Parnaíba os algodões, os couros, e mais produtos da Província, e não pelo Itapecuru, que nós chegaremos a dar às forças produtivas da Província a direção que lhe é conveniente. Seria isso uma cousa que se possa realizar sem o auxílio poderoso da administração? Não o creio. É mister portanto que eu e vós, Senhores, estejamos à margem daquele rio, e não vivamos a dezenas de léguas, nestes sertões, uma vida estéril para os mais importantes melhoramentos materiais da Província.<sup>154</sup>

A conexão entre o “progresso” da Província e a navegação do Parnaíba não foi exclusiva do discurso de Antonio Saraiva, mas um posicionamento conectado com seus antecessores. A ligação com Sousa Ramos foi a mais explícita, por ter sido uma relação declarada e citada em relatório. O motivo é que foram dele, em 1844, as primeiras considerações teóricas sobre o conceito de *provincialização do comércio*. “A navegação do Parnaíba é, na minha opinião, a necessidade mais urgente da Província”,<sup>155</sup> afirmou em sua gestão, pelos mesmos motivos já citados: crença num modelo de exploração econômica que viabilizasse, através das águas do rio, uma rede de circulação de gêneros agrícolas voltados para o comércio exterior; e cuja consequência mais visível seriam a redução dos custos de frete, agregando valor ao lucro final, e o incremento da arrecadação provincial. “Por meio da navegação deste rio os gêneros de produção da Província adquirirão o valor que agora não têm para exportação, em razão do seu preço no mercado não cobrir as despesas de transporte”.<sup>156</sup> E continuou: “a navegação deste rio, além de encher de recursos a Província, criará muitas riquezas; e sem falar do desenvolvimento, que será levado à agricultura, corte de madeiras, e muitas outras fontes de riquezas, que estão sem ação entre nós”.<sup>157</sup> A mesma projeção foi feita por Saraiva ao falar das “riquezas até hoje perdidas”.<sup>158</sup>

Aliás, essa perspectiva teórica operava com visões de futuro. Como já foi dito, o conceito de *provincialização do comércio* estipulava a desconstrução do modelo de comercialização do gado recorrente no Piauí oitocentista. Ambos os presidentes projetaram a criação de oficinas de charque ao longo do rio, sendo o viés industrial e racional de um comércio onde a perda de animais nas longas jornadas era uma realidade sempre à espreita. Sousa Ramos reforçava esse argumento com o exemplo de boiadas

---

<sup>154</sup> *Idem.*

<sup>155</sup> Relatório do Presidente Sousa Ramos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 7 de julho de 1844, p. 40.

<sup>156</sup> *Idem.*

<sup>157</sup> *Idem.*

<sup>158</sup> *Idem.*

que perdiam até três quartos de seu número inicial ao chegarem aos mercados consumidores. O problema deveria ser resolvido a partir “*da exportação da carne salgada, e dos couros, para que, uma vez admitida a navegação do rio Parnaíba, em suas imediações, em diferentes lugares se estabeleçam charqueadas que, passados anos, seriam outras tantas povoações florescentes em seu comércio*”.<sup>159</sup> A relação entre cidade e o espaço do rio numa equação de prosperidade foi, nesta passagem, latente; e apontou para um aspecto mais sub-reptício do conceito: o deslocamento político do espaço urbano do Piauí para as margens do Parnaíba.

Como toda projeção de um discurso político, o aparato teórico elaborado por Sousa Ramos e, posteriormente, Antônio Saraiva, não foi uma constante em outros relatórios presidenciais. Zacarias de Góes, em três anos de governo, nem sequer deu relevância ao assunto, senão em relatório de 1845 (seu primeiro ano na administração provincial):

Quem me ouvir falar do rio Parnaíba talvez pense que vou ocupar-me de algum plano relativo à sua navegação. Não, Senhores, outro é o meu designo. Bem sei que a navegação desse grande Rio, que hoje corre depresado, sendo estabelecida com regularidade pode algum dia mudar as cousas da Província, quanto à sua riqueza, e prosperidade.<sup>160</sup>

Ele não compartilhou, portanto, da perspectiva de seu antecessor; mas nem por isso desconsiderou o valor econômico do rio. Numa projeção mais humilde, defendeu o uso de barcas em pontos estratégicos de passagem entre o Piauí e o Maranhão, para minimizar as perdas do gado na travessia de águas perigosas, além de taxar as transações comerciais com intuito de incrementar as rendas provinciais.<sup>161</sup>

O próprio Sousa Ramos, como entusiasta da ideia, admitiu a fragilidade de sua visão diante da realidade material da administração provincial. A Assembleia havia decretado a lei 129 concedendo exclusividade por 25 anos a qualquer companhia particular que gerenciasse a navegação; porém, ele reconheceu que, sem uma experiência prévia apontando dados efetivos ou projeções de lucros, nenhum grupo privado arriscaria tamanha empreitada. Sem “*um ensaio que descubra o alcance das*

---

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>160</sup> Relatório do Presidente Góes e Vasconcellos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de agosto de 1845, p. 25.

<sup>161</sup> *Idem*.

*vantagens*”,<sup>162</sup> e sem dados estatísticos como população, produção, importação e exportação, efetivar a navegação a vapor no Parnaíba era impraticável. Ramos contornou esse problema ao sugerir o uso de “*barcas movidas a remos e a varas, semelhante à praticada no rio Itapecuru, de que nos vamos aproveitar depois de uma longa viagem por terra em péssimas estradas*”.<sup>163</sup> Esse posicionamento permite pelo menos algumas questões. Admitir a inviabilidade da navegação a vapor significava reconhecer as limitações do conceito de *provincialização*, que dependia supostamente da ligação da cidade de São João ao interior da Província e vice-versa – algo realmente difícil de realizar ao subir o rio e, portanto, inviabilizando um dos fluxos.<sup>164</sup> Em outro aspecto, a proposta de reforçar a navegação aos moldes do Itapecuru não apenas reforçava a dependência comercial que se buscava implodir, mas lançava a seguinte questão: se o porto de S. Luís conseguia movimentar um volume de mercadorias que abastecia praças do interior através da navegação ribeirinha – inclusive a capital piauiense, Oeiras – que obstáculos interferiam para que o porto da cidade de São João consolidasse uma relação semelhante com o próprio Piauí, assim como visualizaram os teóricos da *provincialização*? Tais questões serão exploradas em momento oportuno; agora, é importante constatar as limitações de um discurso político compartilhado por Saraiva, e que sustentou seu relatório em 1851.

Entre as projeções mais grandiosas de Ramos e Saraiva, e o posicionamento mais comedido de Góes, é importante frisar que a navegação do Parnaíba existia dentro de padrões modestos, através de barcas e balsas que circulavam entre as províncias vizinhas. Francisco Peretti, presidente do Piauí no período de 1848-49, listou grande quantidade de portos fluviais em pontos estratégicos do rio – dentre os quais, pelos menos cinco estavam sujeitos à fiscalização tributária.<sup>165</sup> Além disso, demonstrou uma rede de comunicação entre vilas e cidades das duas províncias, tendo como pontos de contato, do lado piauiense, as vilas de Campo Maior, Barras, Poti, S. Gonçalo e a capital, Oeiras.<sup>166</sup>

---

<sup>162</sup> Relatório do Presidente Sousa Ramos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 7 de julho de 1844, p. 41.

<sup>163</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>164</sup> Relatório do Presidente Francisco Peretti dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 5 de julho de 1849, p. 32.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>166</sup> *Ibidem*, p. 30.

Peretti compartilhou uma preocupação em comum com seu sucessor, Silveira da Motta. Em relatório de 1849 noticiou o pedido da Câmara municipal de Oeiras, em relação à abertura de “*uma estrada em direção ao – Porto da Conceição – no rio Parnaíba para facilitar pela condução de carros o comércio da cidade da Parnaíba para esta capital*”;<sup>167</sup> Mota, em 1850, também reafirmou o pedido dos vereadores ao defender o mesmo projeto. “*Muito conviria a abertura de uma estrada de carros, que fosse ter ao porto da Conceição no rio Parnaíba, daqui distante apenas 20 léguas, atravessando, segundo consta, terrenos planos; pois essa estrada facilitaria as comunicações com a Parnaíba, que é um dos pontos mais comerciais da Província, e com quem atualmente poucas relações tem o interior*”.<sup>168</sup> De acordo com Peretti, as possibilidades desse contato era bem vantajosas; porém, até 1848 era “*mui diminuto pela dificuldade com que sobem as barcas até o rio Canindé, quando não são as enchentes deste grandes e duradouras*”.<sup>169</sup> As narrativas desses presidentes permitem algumas observações importantes sobre a relação entre as duas cidades – as mais importantes do Piauí nesse período.

Em primeiro lugar, sobre as possibilidades de ligação entre ambas. A distância entre as cidades é de aproximadamente 660 quilômetros. Oeiras fica localizada numa região de nascentes do rio Canindé que, por sua vez, deságua diretamente no rio Parnaíba. Utilizando essa via fluvial, era possível encurtar esse caminho penoso através da navegação – pelo menos em teoria. Na prática, dependia de forças da natureza (“enchentes grandes e duradouras”) que reduziam o uso do Canindé a situações contingenciais.<sup>170</sup> Exatamente por isso a ideia de ambos os governantes em construir uma estrada para superar essa limitação. Em segundo lugar, a própria motivação da obra – estabelecer contatos comerciais com a cidade de São João – era emblemática sobre a relação estabelecida entre este núcleo urbano e demais vilas da Província: a constatação de Motta, em 1850, era que a cidade pouco contato tinha com o interior. Esses dados não fragilizavam o conceito de *provincialização*, pois atestavam que, após Sousa Ramos teorizar o assunto, outros governantes tentaram operar politicamente na mesma direção;

<sup>167</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>168</sup> Relatório do Presidente Silveira da Mota dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 16 de julho de 1850, p. 18.

<sup>169</sup> Relatório do Presidente Francisco Peretti dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 5 de julho de 1849, p. 32.

<sup>170</sup> O rio Canindé sempre representou parte do caminho que ligava a cidade de Oeiras ao Maranhão, por onde circulava, desde o século XVIII, uma rede de comércio historicamente importante entre as duas províncias.

afinal, nas visões de Peretti e Motta, a cidade de São João deveria se relacionar mais profundamente com as demais partes Província, principalmente em termos econômicos. No entanto, é importante destacar que este plano, na segunda metade do século XIX, estava bem longe de materializar-se segundo aquilo pensado nos relatórios governamentais.

A ideia de fazer da navegação um plano governamental de amplo impacto sobre as finanças do Piauí, especialmente no período correspondente ao Segundo Reinado, foi um tema recorrente e carregado de projeções políticas que ultrapassaram as avaliações mais lúcidas para suportarem desejos salvacionistas. “*A navegação do rio Parnaíba é a necessidade mais urgente da Província, e o melhoramento mais importante em seus resultados*”,<sup>171</sup> assim definiu Sousa Ramos em 1844. “*Ela criará muitas riquezas*”,<sup>172</sup> justificou. Sete anos depois, Antonio Saraiva reforçou esse mesmo ponto de vista: “*creio que o Piauí poderia conquistar todos os seus melhoramentos na navegação fluvial*”.<sup>173</sup> Góes, Peretti, Cerqueira e Mota, todos à sua maneira, enfatizaram o tema em suas análises; e o conjunto de reflexões desses presidentes sobre a navegação apontou para outra questão indissociável, e que foi por eles lançada: Oeiras, afastada das margens do Parnaíba, poderia promover um plano de tal envergadura?

### 1.3 1844 ou a mudança da capital

Essa pergunta é importante por estar ligada a um problema maior que era a mudança da capital. Entre 1844 e 1851, todos os presidentes (com exceção de Zacarias de Góes) concordaram que só era possível desenvolver a navegabilidade do rio Parnaíba em larga escala com a presença da capital provincial em suas margens. E nesse curto espaço de tempo quatro leis foram criadas com esse objetivo sem, no entanto, obterem sucesso. Cerqueira, em relatório de 1848, definiu como um “*notável prejuízo no crédito*

---

<sup>171</sup> Relatório do Presidente Sousa Ramos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 7 de julho de 1844, p. 40.

<sup>172</sup> *Idem.*

<sup>173</sup> Relatório do Presidente Antonio Saraiva dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 3 de julho de 1851, p. 33.

*moral da Legislação Provincial*”<sup>174</sup> a indefinição sobre a questão. Como já foi dito, existiu uma história dessas deliberações que ilustrou a discordância acerca do tema, pois entre os administradores nunca existiu consenso sobre o lugar escolhido – e as constantes alterações legais nesse período atestaram esse fato. Sousa Ramos, em 1844, se posicionou diante da Assembleia com uma longa argumentação sobre a mudança, apoiada numa convicção política: “*para mim, pois, é líquido que a mudança da capital é uma condição imposta a esta Província para seu engrandecimento e prosperidade*”.<sup>175</sup> Mas havia dúvidas em relação aos possíveis locais – especialmente entre a cidade de São João e a vila de S. Gonçalo:

(...) onde iremos estabelecê-la? Na vila da Parnaíba? Ficará em uma extremidade da Província; e enquanto a adoção de meios mais rápidos de comunicação não abreviar a distância, que vai desta vila ao restante da Província, enquanto a outros respeitos não melhorarem nossas circunstâncias, semelhante medida oferece inconvenientes que contrapesam suas grandes e palpáveis conveniências. No município de S. Gonçalo? Em lugar salubre, aprazível, fértil, e imediato ao rio Parnaíba? Em verdade, na atualidade, é este o lugar que mais vantagens oferece para este fim, e acredito que se conseguíssemos fundar aí a Capital, em poucos anos se tornaria mais populosa, e florescente que a atual, aliás uma das mais antigas Cidades do Brasil, pois conserva este título desde El-Rei D. José I (...).<sup>176</sup>

A análise de Ramos permite algumas observações sobre os três espaços urbanos entrelaçados pela sua argumentação. Sobre São João recaía o fardo de uma contradição: se a transferência da capital era um projeto indissociável do plano de navegação na Província, o município era inevitavelmente a escolha mais óbvia. Possuía um trânsito comercial considerável com outros lugares fora do Piauí e era o único município que explorava efetivamente seu potencial fluvial. Porém, ele reforçava a incapacidade da cidade em conectar-se com as demais vilas, e o principal problema imposto ao plano de *provincialização do comércio*. Sem abreviar distâncias – que, em outras palavras, significava a realização da navegação a vapor e a construção de estradas – uma escolha tão óbvia assumia um caráter mais complexo.

Uma alternativa foi por ele defendida: a mudança da capital para as imediações da vila de São Gonçalo – um núcleo diminuto que foi, originalmente, uma redução indígena remanescente do século XVIII. O lugar oferecia uma dupla vantagem: ficava

<sup>174</sup> Relatório do Vice-Presidente Xavier Cerqueira dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 21 de junho de 1848, p. 47.

<sup>175</sup> Relatório do Presidente Sousa Ramos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 7 de julho de 1844, p. 54.

<sup>176</sup> *Idem.*

na zona do rio Parnaíba (na confluência com o riacho Mulato) e tinha ligações com Oeiras, sendo relativamente mais próximo das demais vilas em relação à primeira opção sugerida por Ramos. Além disso, os principais atributos da terra – como recursos hídricos e fertilidade do solo – estavam concentrados ali. O município poderia ser uma potência agrícola (atributo importante na dinâmica da *provincialização*) e atrair grande concentração populacional em comparação com a capital. Sousa Ramos, particularmente, definiu em seu relatório a sua visão de cidade ideal para sediar a capital: “*um lugar salubre, aprazível, abundante de água, fértil, e que ofereça vantagens nas comunicações com o todo de uma Província, principalmente com os pontos de comércio dela, assim como das Províncias vizinhas*”.<sup>177</sup> Mas essas características devem ser compreendidas no seu universo discursivo como uma forma de corroborar o posicionamento acerca da vila de São Gonçalo: na verdade, as qualidades lançadas por Ramos são óbvias, e perfaziam o argumento contra Oeiras desde os primeiros reclames a favor da transferência da capital ainda no século XVIII.<sup>178</sup>

Uma questão crucial não foi por ele discutida: se a cidade de Parnaíba ficava “distante” das demais vilas, por outro lado possuía a melhor estrutura urbana da Província, superior à da própria capital, Oeiras. Por outro lado, a transferência para a confluência do rio mulato com o rio Parnaíba, nas imediações da vila de S. Gonçalo, demandaria a construção de todo o aparato urbanístico necessário para receber minimamente a administração provincial. Portanto, entre a necessidade de encurtar distâncias, ou construir uma nova cidade, foi com a segunda opção que Sousa Ramos se posicionou no debate da mudança. Ele mesmo admitiu essa contradição:

Mas poderemos nós empobrecidos como nos achamos, e no apuro das finanças da Província, ir fundar uma Cidade sobre um campo desabitado, onde tudo se terá de fazer: edifícios para as Repartições públicas, e residência dos Empregados de todas as classes; Matriz, Quartel, Cadeia, casa de Câmara etc, etc, etc?<sup>179</sup>

Assim, vista dessa perspectiva, a escolha de S. Gonçalo era bem mais um posicionamento político que uma decisão funcional. “*Quanto a mim tão convencido*

---

<sup>177</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>178</sup> Quando a ideia de transferência da capital foi analisada pelo Desembargador Antonio Araújo, em 1801, através de consulta do Conselho Ultramarino, uma das propostas elaboradas foi São Gonçalo. Os motivos eram semelhantes: proximidade com o rio Parnaíba, salubridade e fertilidade da terra.

<sup>179</sup> Relatório do Presidente Sousa Ramos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 7 de julho de 1844, p. 54.

*estou da necessidade da mudança da Capital como da dificuldade dela nas nossas atuais circunstâncias*".<sup>180</sup> Assim, se tratava de uma projeção, de um olhar para o futuro, pois o problema teria que esperar para "*ocupar a atenção desta Assembleia em tempo mais feliz*".<sup>181</sup> Mesmo assim, os deputados decretaram a lei que estabelecia a mudança da capital exatamente nesses moldes. Mas por que São Gonçalo? E por que a questão da transferência só ganhou dimensão na Assembleia em 1844? Foi um plano do Governo Central e orientado a Sousa Ramos, ou partiu de forças da própria Província? Sousa Ramos escreveu em seu relatório uma frase emblemática. Ao descrever as qualidades que deveriam ter uma capital provincial, sobre o Piauí simplesmente afirmou: "*na nossa não concorrem estas qualidades, como é bem visto e reconhecido. [grifo meu]*".<sup>182</sup> O que se pode deduzir desta afirmação? Primeiro, que o debate sobre a transferência permeava o imaginário político local bem antes de sua chegada. Por quê?

Em 1800, em resposta ao pedido do desembargador Antonio Araújo sobre o problema da mudança da capital, a Câmara de Oeiras elaborou um relatório definindo seu posicionamento em relação à proposta. Três anos antes, em 1797, o governador do Maranhão (que, nessa época, subordinava a Capitania do Piauí), Antonio Noronha, sugeriu ao Conselho Ultramarino o estabelecimento da capital nas margens do rio Parnaíba, no ponto em que ele fosse melhor navegável. De acordo com seu posicionamento em relação ao tema, optou por ser mais relevante a instalação na vila de São João da Parnaíba, porque já desenvolvia comércio além-mar de gêneros oriundos da pecuária – especialmente o charque e couros. O Rei e o Conselho solicitaram de Araújo uma avaliação completa da questão; e por isso o seu esforço em consultar a Câmara já que, segundo ele, eram "os mais interessados no negócio de que se trata".<sup>183</sup> A consulta lhe rendeu três propostas para a instalação. A Nobreza e o Povo defenderão a construção da nova capital em dois possíveis lugares: entre as barras dos rios Poti e Canindé, afluentes do Parnaíba, ou em São Gonçalo, que na época era um pequeno núcleo remanescente de um antigo aldeamento indígena. Já os vereadores decidiram em favor de que a nova capital seria bem localizada entre a foz do rio Piauí e do rio Canindé, com o objetivo de firmar a navegação interior desses rios.

---

<sup>180</sup> *Idem.*

<sup>181</sup> *Idem.*

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>183</sup> [Carta do Desembargador Joaquim Antonio de Araújo ao Príncipe Regente [D. João], sobre a conveniência em mudar a capital do Piauí para as margens do rio Parnaíba e acerca do aforamento dos bens do Conselho do Piauí]. Arquivo Histórico Ultramarino. ACL\_CU\_0, 16, Cx. 24, D. 1240.

Antonio Araújo foi colocado diante de quatro propostas diferentes, e cada qual fundamentada à sua maneira. Em primeiro lugar, a sugestão de Noronha ao Conselho Ultramarino sobre a mudança da capital para as margens do rio Parnaíba, com o intuito de “utilizar dos importantíssimos interesses da navegação interior”.<sup>184</sup> Esse marco jurídico desencadeou a análise do Desembargador e o pronunciamento da Câmara oeirense, que reagiu contra sugestão de Noronha. Em carta ao Conselho, datada de 23 de julho de 1798 – apenas um ano após iniciados os debates – Gonçalo Botelho de Castro, ex-governador da Capitania do Piauí, explicou os motivos pelos quais não requereu a mudança para a dita vila – argumentando que sua posição geográfica, no extremo norte do território, dificultava uma relação equilibrada com as demais vilas do Piauí. Sobre isso, afirmou: “o não fiz por considerar depois com maior reflexão, os incômodos e prejuízos que resultariam a todos aqueles povos, que em tão longa distância procurassem o recurso da justiça”.<sup>185</sup> Sobre Oeiras, disse: “a capital estava muito bem estabelecida na parte central de todas as mais povoações compreendidas nesta vasta Capitania, (...) e por isso ser mais fácil o recurso à parte central do que ao fim da Capitania, onde é situado a vila da Parnaíba”.<sup>186</sup>

Apesar disso, o Conselho Ultramarino continuou a audiência sobre o assunto, enviando Araújo para uma avaliação *in loco* do problema, o que aconteceu somente em 1800, quando ele acionou a Câmara para se manifestar sobre o tema. Até então, as considerações teóricas da mudança eram monopólio de administradores exteriores e correspondências do Conselho; naquele momento, os habitantes do lugar puderam expor suas próprias possibilidades. A Nobreza, corroborada pelo Povo, delineou um raio bem amplo que incluía a extensão da foz do Canindé até a do Poti, num total de aproximadamente duzentos quilômetros. Poderia também ser transferida para a Aldeia de São Gonçalo dos Índios, alguns quilômetros distante da margem do Parnaíba, porém com acesso direto a ela por estrada de carros. O documento definiu, assim, essa argumentação:

(...) respondeu a Nobreza que lhe parecia ser o lugar mais próprio para o assento da Capital desta Capitania, ou entre a barra do rio Canindé e a do Poti à margem do rio Parnaíba, ou na Aldeia de São Gonçalo; porquanto as terras de uma e outra situação acima apontadas são muito férteis e estão próximas ao rio Parnaíba que dá navegação para os transportes dos frutos em toda a sua

---

<sup>184</sup> *Idem.*

<sup>185</sup> *Idem.*

<sup>186</sup> *Idem.*

extensão e em todo o tempo, se bem que a situação da Aldeia de São Gonçalo lhes parece melhor por ser mais saudável em razão de estar mais no centro com a pequena jornada de três léguas por boa estrada de carro até a margem do rio Parnaíba: e por isso está mais livre das moléstias que costumam grassar na margem daquele rio; erigindo-se em qualquer das referidas situações a Cidade fica igualmente no centro da Capitania com a pequena diferença de lhe ficar mais distante o Parnaguá obra de dez léguas; com este mesmo parecer se conformou o povo que se juntou (...).<sup>187</sup>

Mas os vereadores da Câmara escolheram um posicionamento diferente:

(...) a melhor situação para o estabelecimento da Capital lhe parecia serem as terras entre a barra do rio Canindé e do rio Piauí, que ambos irão desembocar ao rio Parnaíba, porque além destas terras serem mais férteis podem os povos aproveitar-se da navegação dos três rios acima referidos (...).<sup>188</sup>

No referido processo de 1800, a opção pela vila de São João não apareceu como alternativa aceita pelas forças locais da cidade de Oeiras. Pareceu que a localização no extremo norte da Capitania – explicada por Gonçalo Botelho dois anos antes – era consensualmente considerada como elemento limitador desta possibilidade em particular. Por outro lado, se a proposta originalmente defendida por Antonio Noronha em 1797 objetivava a centralização dos habitantes na margem do rio Parnaíba e, dessa forma, a exploração de sua navegabilidade, as propostas desenvolvidas no âmbito da legislatura local não perderam de vista essa referência crucial; entretanto, incorporaram o discurso da centralidade como princípio tão relevante quanto aquele. Essa foi uma orientação trazida pelo desembargador Araújo e representou o posicionamento da administração ultramarina – que, por sua vez, definiu a seguinte diretriz:

Recomendando-lhes que tivessem em vista o dever ficar a capital no meio da Capitania para os prontos recursos das partes e para os prontos socorros do Governo e Justiças nos casos ocorrentes aos extremos da Capitania, objeto que tiveram em vista os Comissários que o Senhor Rei D. José de Gloriosa Memória mandou do estabelecimento desta Capital, recomendando-lhes outrossim que se lembrassem que o terreno mais fértil e mais afeito para o Comércio era o mais próspero para o estabelecimento de qualquer cidade.<sup>189</sup>

As ordens reais eram claras: a nova capital suportaria critérios de fertilidade, possibilidades de comércio, e respeitar um local central que fosse o mais equidistante das demais partes do Piauí. O interessante é que essa orientação real definia a cidade de

---

<sup>187</sup> *Idem.*

<sup>188</sup> *Idem.*

<sup>189</sup> *Idem.*

Oeiras como parâmetro da escolha, além de estabelecer uma conexão com as motivações oriundas de sua fundação durante o reinado de D. José, cerca de quarenta anos antes. Portanto, a centralidade de Oeiras era ainda compreendida como uma qualidade importante na dinâmica da administração portuguesa colonial, especialmente naquela Capitania em processo de construção de seu corpo burocrático. Esse elemento da centralidade inviabilizou a vila da Parnaíba – pois apesar das grandes vantagens comerciais sobre as demais vilas, não superava a força dessa diretriz real.

Quando Araújo organizou, avaliou e deliberou sobre essas possibilidades, o seu parecer contrariou as expectativas dos agentes envolvidos: a capital deveria permanecer em Oeiras. As dificuldades que envolveriam a construção de uma nova cidade no contexto do Piauí, em 1800, tornaram o projeto proibitivo. Construção de prédios públicos, confisco de terras já doadas em sesmarias para proprietários privados, limitações demográficas – desafios impraticáveis para o desembargador, que classificou a ideia como “*uma quimera*”.<sup>190</sup>

Uma avaliação da documentação citada demonstra que a capital não foi transferida simplesmente porque não houve desejo pela administração portuguesa. Mas o resultado da consulta construiu as mesmas possibilidades que ocuparam o debate da mudança cerca de quarenta anos depois, num contexto político completamente diferente. Certamente, a transferência e seus possíveis alimentaram a memória política do Piauí garantindo a sobrevivência desta ideia por tantos anos.

Se a capital do Piauí permaneceu em Oeiras por decisão real, em 1800, por que a ideia da transferência retornou ao discurso político a partir de 1844? Por que Sousa Ramos defendeu a questão na Assembleia provincial daquele ano? Era uma orientação do Governo Central, quando da sua indicação para a presidência do Piauí? Ou um desejo dos deputados que ele incorporou na fala governamental daquele ano?

Quando Sousa Ramos foi indicado para assumir o cargo presidencial, em 1843, os dois anos que o precederam (1841-42) incendiaram a política nacional. O Golpe da Maioridade, as rebeliões no Rio Grande do Sul, e a Balaiada no Maranhão e Piauí, acirraram os embates entre conservadores e liberais. Esta última revolta, apesar de debelada pelos esforços de Sousa Martins e com o sacrifício de parte do patrimônio provincial, lhe trouxe resultados ambíguos.<sup>191</sup> Se, por um lado, o reconhecimento pelo

---

<sup>190</sup> *Idem.*

<sup>191</sup> Cf. DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaiada: a guerrilha sertaneja**. Revista Estudos Sociedade e Cultura, n. 5, nov. 1995: 73-88.

feito veio através do título nobiliárquico de Visconde, as feridas expostas nos dois anos de batalha mancharam irreversivelmente sua imagem nos círculos da Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro.

Primeiramente, é importante uma avaliação do contexto provincial. Tomando como referência a criação das Assembleias Provinciais, em 1834, Sousa Ramos ocupava o cargo desde a primeira delas, instalada no Piauí em 1836. Portanto, quando da sua substituição por Sousa Ramos, em 1844, estava no poder por quase uma década (governou o Piauí anteriormente, somando, assim, bem mais tempo na administração pública). Em 1839, eclodiu no Maranhão e no Piauí a rebelião da Balaiada, cujo estopim fora o recrutamento forçado e as arbitrariedades no uso deste procedimento, além de uma insatisfação nas câmaras municipais contra a lei dos prefeitos – que substituíra os antigos juizes de paz (escolhidos por indicações locais) e era designado pelo próprio presidente da Província. Em ambos os problemas é possível enquadrar ações de Manoel de Sousa Martins. À frente da presidência, o uso do recrutamento militar para punir desafetos e ameaçar possíveis dissidentes foi, inegavelmente, um dos pilares da manutenção política deste “sistema”. Martins recorria a essa estratégia, por demais ameaçadora: se o indivíduo fosse enviado para as guerras no sul, isso significava o desenraizamento do lugar; uma forma de desterro como punição e amparado pela lei. Por outro lado, a lei dos prefeitos permitiu a Sousa Martins mais uma ferramenta de barganha política, pois a indicação de um cargo similar aos juizes de paz era a chave para interferência direta na esfera municipal – se levarmos em consideração que alguns municípios promoveram, por anos, resistência declarada ao sistema de Sousa Martins, é bem fácil compreender a repercussão local de tal medida.

É difícil mensurar as motivações que envolveram uma guerra de quase dois anos, e que mobilizou tantas forças e vidas. Mas no Piauí, em especial, a luta levantou como uma de suas bandeiras a derrocada da administração de Sousa Martins. Essa característica política garantiu a adesão de iminentes figuras políticas que visualizaram na rebelião uma possibilidade de enxotá-lo da presidência. Sousa Martins, durante os anos do conflito, lutou não somente pela manutenção da ordem, mas pela rede de poder tecida à sua volta, porque ambas – após anos seguidos de governo do Piauí – praticamente se confundiam. Quando, em 1842, surgiram acusações contra a condução da guerra, dois fatores repercutiram contra ele: o nepotismo e o desvio de recursos públicos. Seus filhos foram beneficiados com cargos de liderança militar resguardados na capital, Oeiras, e nunca participaram de conflitos reais. Durante a campanha, Sousa

Martins forneceu gado de propriedades suas para repô-las, em seguida, por animais de mais alto valor oriundos das fazendas nacionais, propriedades do governo Imperial.

Grande parte dessas denúncias foi conduzida por seu sobrinho, Francisco de Sousa Martins, partidário dos conservadores, que acusava o tio de improbidade legal e de se ausentar do cenário político naqueles anos críticos. As denúncias foram rebatidas por Limpo de Abreu, liderança do Partido Liberal, ao exaltar sua trajetória desde a independência do Brasil e o recente feito militar com a pacificação da Balaiada, que lhe rendeu o título de Visconde.<sup>192</sup> Ironicamente, a defesa do correligionário não se repetiria nos anos posteriores, pois eventos fora do Piauí definiriam seu futuro político.

A Câmara de 1842 fora eleita com a maioria de deputados liberais, e logo depois dissolvida, em 1º de maio. A revolta da Província do Rio Grande do Sul personificou o posicionamento do partido, e seus líderes esperavam uma adesão de outras províncias administradas por correligionários – caso, por exemplo, do Piauí. Entretanto, Martins não aderiu nem se pronunciou a favor do movimento; assistiu o envio de 1500 soldados embarcados no Maranhão num silêncio que definiu, de forma emblemática, a perda do apoio na dinâmica da política nacional. Sob os ataques do seu sobrinho e ferrenhos oradores do partido conservador, ninguém o defendeu.

A nomeação do cargo de presidente provincial era bem estratégica na dinâmica do bipartidarismo. No mesmo ano, os conservadores indicaram os presidentes de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais em reação à investida liberal. Certamente, neste cenário de barganhas por cargos públicos, a Província do Piauí, assim como todas as outras, foi alvo dos embates políticos recentes. O fato de Sousa Martins governar por tantos anos passou a incomodar e ganhou dimensões partidárias, ao servir de mote para as críticas acirradas dos conservadores, especialmente nas reuniões da Câmara. No início de 1843, o Ministério de 20 de Janeiro, em cuja composição predominou os conservadores, possibilitou que na Câmara um *front* conservador objetivasse minar a força de determinados alvos – dentre eles, os presidentes de Pernambuco e do Piauí, reconhecidamente liberais.<sup>193</sup> Em janeiro, numa das reuniões dos deputados, Ferraz atacou a permanência de Sousa Martins por tantos anos consecutivos na administração: “*Parece, meus Senhores, que a Província goza de uma administração paternal, ao considerarmos o tempo de sua duração. É o Presidente desta província o decano dos*

---

<sup>192</sup> NUNES, 2006, v. 3, p. 211.

<sup>193</sup> *Ibidem*, p. 216.

*presidentes, e creio que este cargo lhe foi conferido ad secula seculorum; informe-se, porém, a Câmara e conhecerá o mísero e mesquinho estado dessa infeliz Província*".<sup>194</sup>

E continuou: "*Uma administração que existe há mais de 20 anos deve necessariamente ser um modelo; ela tem atravessado todas as crises, tem sido respeitada por todos os Ministérios, quaisquer que seja seus princípios políticos*".<sup>195</sup> Apesar da estratégia deliberada de desconstruir politicamente o Visconde, o deputado Ferraz levantou uma questão valiosa: como ele conseguira permanecer por tantos anos na administração provincial?

Sousa Martins nunca governou sozinho. O grupo político-familiar do qual fazia parte e que se confundiu com seu próprio nome consolidou-se no poder a partir de 1823, quando o país, recém independente, procurava se inventar enquanto nação, territorialmente e institucionalmente. Foi reconhecido por seus esforços contra a presença de tropas portuguesas no Piauí e no Maranhão, e foi indicado pessoalmente por D. Pedro I ao cargo de presidente do Piauí – apesar de que, naquele momento, não fosse sua principal opção. A relação de confiança foi estabelecida quando, no ano seguinte, Martins liderou forças provinciais contra os focos de resistência alinhados à Confederação do Equador, movimento que abrangeu Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí. O reconhecimento político na corte foi consolidado nesse momento crítico, e Sousa Martins estreou na esfera nacional como liderança fundamental na manutenção da ordem. Mas existiam dissidentes que discordavam ou disputavam contra ele a proeminência política nesse cenário de construção da nação. Um deles foi seu próprio irmão, que já em 1823 denunciou as arbitrariedades que testemunhou nas batalhas pela Independência. Seu filho, Francisco de Sousa Martins, era o deputado que na Câmara, passados mais de 20 anos, organizava uma frente de críticas contra o tio.

Ainda na Câmara de 1843, o deputado paulista Joaquim Pacheco sugeriu uma emenda de lei que cortasse o ordenado de Sousa Martins como presidente de Província. "*Não se pode mais duvidar que a Província do Piauí está à disposição de um paxá que ali manda com império absoluto*",<sup>196</sup> afirmou. A sugestão foi considerada inconstitucional e ameaçou, inclusive, a dissolução do parlamento daquele ano. A instabilidade provocada pelas acusações contra Sousa Martins e outros presidentes

---

<sup>194</sup> *Ibidem*, p.213.

<sup>195</sup> *Ibidem*, p. 214.

<sup>196</sup> *Idem*.

obrigou o Ministério a um posicionamento que definiria seu futuro político. O Visconde foi assim definido por Carneiro Leão:

Eu julgo que a sua administração já não pode ser útil; a sua idade avançada e algumas outras circunstâncias me fazem ter essa crença. Desde muito tempo que minha opinião particular seria a favor desta mudança; além disso, um novo estímulo há para ela, e é a petição do Presidente para a sua demissão.<sup>197</sup>

Com o pedido de demissão de Martins, o cargo estava à disposição novamente. Em 1º de setembro de 1843, José Ildefonso Sousa Ramos foi indicado, por decreto imperial, para exercer a função de presidente do Piauí. Membro do partido conservador, até o momento a única experiência na política era um cargo de Juiz de Paz na vila de Valença, na Província do Rio de Janeiro. Chegou ao Piauí em dezembro e assumiu no dia 30, recebendo as honras diretamente de Sousa Martins em cerimônia oficial. Somente dois meses depois, em fevereiro de 1844, o Ministério que indicara Sousa Ramos caiu; e um novo arranjo político decretou a sua saída e a nomeação de Rio Pardo para a presidência. A partir daí, uma trama política envolvendo Pardo, Martins, Ramos e Francisco de Sousa Martins, atravessou o resto do ano em torno das eleições para deputados gerais.

Assim que soube das mudanças, Sousa Ramos providenciou a sua própria candidatura ao cargo de deputado geral pelo Piauí, em aliança com Francisco – que, por sua vez, pleiteava a segunda vaga. Foi nesse contexto conturbado – ciente de que seria substituído da presidência do Piauí – que fez do cargo um *front* dos conservadores para ocupação de espaços estratégicos nas eleições daquele ano. No início do seu mandato, Ramos estabeleceu um diálogo com todas as câmaras municipais, convocando-as para expor as suas principais demandas e as informações descritivas de cada lugar. Dessa forma, conseguiu firmar três perspectivas: conseguiria um olhar panorâmico da Província que ele acabava de assumir; poderia aproveitar essas demandas para constituir uma plataforma de governo e uma base que lhe apoiasse politicamente; e, dessa forma, garantir um campo de barganha eleitoral na economia política local, pois o cargo de deputado geral pelo Piauí era uma possibilidade de ascensão real.

As correspondências apontaram dados cruciais para a compreensão dos problemas locais. Todas as câmaras pediam o esforço do presidente pela navegação do rio Parnaíba, e descreviam o estado precário das vias de comunicação e a necessidade

---

<sup>197</sup> *Idem.*

de reparos estruturais, além de uma rede intrincada de relações comerciais com outras vilas e províncias vizinhas. Entre esses relatórios, um deles reclamava atenção especial a um problema específico: a mudança da capital. A Câmara de Campo Maior – uma das vilas mais prósperas do Piauí – mantinha relações comerciais com a vila de São João da Parnaíba, através de gêneros derivados da pecuária que eram escoados pelo rio Parnaíba e exportados pelo Porto das Barcas. Obviamente, a navegação era um tema relevante para os moradores locais. Mas esse posicionamento, décadas depois da consulta feita pelo Conselho Ultramarino e num momento institucional distinto, ressoava uma nota semelhante, na relação historicamente construída, entre a efetivação da navegabilidade e a saída da Capital da cidade de Oeiras para as margens do rio. Assim escreveram os vereadores:

Para promover, pois, a navegação do Parnaíba, indica esta Câmara: 1º - A mudança da Capital da Província para a maior proximidade possível do dito rio em local mais adequado e vantajoso, para que a sua população, relações, comércio e luxo darão grande empenho à navegação, e a facilidade desta promoverá o aumento da cidade e assim reciprocamente; 2º - A criação de uma companhia de barcas ordinárias, coadjuvada, mas não dirigida, pelo Governo; 3º - A isenção de qualquer imposição nos gêneros que forem importados ou transportados pelo dito rio.<sup>198</sup>

Esses elementos construídos na argumentação da Câmara de Campo Maior eram semelhantes aos posicionamentos de Sousa Ramos na Assembleia Provincial de 1844, o que demonstra que ele fez do texto dos vereadores o suporte para consolidar um posicionamento político particular. Primeiramente, a adoção da navegação do Parnaíba como signo de prosperidade e o condicionamento de sua efetivação à mudança da capital, tornando-os indissociáveis. “*A facilidade desta promoverá o aumento da cidade e assim reciprocamente*”. Em seu relatório, Ramos imaginou cidades pontilhando as margens do rio e enriquecidas pelo comércio fluvial. Esse mantra político assumido por ele foi, anos depois, incorporado por Saraiva – e nunca sem riscos, na medida em que essa dependência que corroborava o sucesso também valia para o fracasso. Mas, naquele momento especial, significava uma valiosa plataforma política – que, construída por forças locais, podia ser apropriada, como assim o fez. Ramos defendeu um tipo específico de navegação em pequenas embarcações, as mesmas “barcas ordinárias” definidas pelos vereadores no trecho acima. São semelhanças bem consideráveis e que foram além: desde 1841, existia uma lei provincial que determinava

---

<sup>198</sup> NUNES, 2006, v. 4, p. 19.

a concessão de vinte e cinco anos de privilégios a qualquer Companhia que efetuasse a navegação a vapor no Parnaíba. Portanto, o presidente Sousa Ramos, em sintonia com Campo Maior, definiu um posicionamento contrário a uma lei provincial que havia sido votada exatamente no período da administração de seu atual rival, Manoel de Sousa Martins. Certamente, algo bem conveniente naquele explosivo começo de mandato, onde precisava fixar sua identidade.

O pedido da câmara de Campo Maior permite observar que existiam vilas no Piauí aproveitando economicamente a navegação do Parnaíba, e que a presença da capital em Oeiras era questionada dentro de um espaço institucional da própria Província. Mas isso era fundamentado por questões de caráter econômico, político, ou a soma dessas duas instâncias? Parece que a terceira opção é mais coerente com as informações documentais. Quando falou aos deputados provinciais na Assembleia de 1844, Sousa Ramos já sabia que seria substituído e visualizava uma campanha para a vaga de deputado geral pelo Piauí. Nesse relatório, denunciou seu antecessor, Manoel de Sousa Martins, pela criação de um “sistema” para garantir sua estabilidade no poder local:

O fato singular, que se dá a respeito desta Província, de ter estado sujeita à administração de um só homem por mais de vinte anos, apenas por uma vez brevemente interrompidos, unido a pouca notícia que havia de suas verdadeiras circunstâncias nas outras Províncias, criou em muitos a opinião de estar a tal ponto ligada sua tranquilidade ao sistema, e até ao pessoal desta administração, que aquela seria impossível sem este.<sup>199</sup>

A fala de Sousa Ramos contra o Visconde era a ressonância das críticas feitas na Câmara no Rio de Janeiro, capitaneadas por seu sobrinho Francisco de Sousa Martins – com o qual estava coligado para as eleições de deputados gerais. O tempo decorrido da administração (“mais de vinte anos”), o anonimato ao qual lhe acusava a imprensa carioca (“a pouca notícia que havia de suas verdadeiras circunstâncias”), e a construção de um sistema de cargos públicos que lhe garantia governabilidade eram os elementos recorrentes que Ramos mobilizava, dessa vez através do seu relatório provincial. O lugar de presidente lhe permitia a dominância da palavra – e ele não se mediu para se opor a seu adversário. O “sistema” não era “tranquilo”, apenas aparentava ser: ele “criou em muitos a opinião”, ou seja, o Visconde definiu a garantia da ordem e do apaziguamento político como sua identidade. Manoel de Sousa Martins

---

<sup>199</sup> Relatório do Presidente Sousa Ramos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 7 de julho de 1844, p. 6.

construía, na perspectiva de Ramos, um modelo de governo despótico e que operou, inclusive, na ilegalidade: quando devassou a secretaria de governo, este encontrou indício de que ordens Imperiais desde 1840 estavam sem cumprimento algum; por outro lado, denunciou um esquema de distribuição de patentes militares para a Guarda Nacional, que Martins manipulou através de lei provincial determinando a vitaliciedade dos cargos. Certamente, Sousa Ramos procurou desconstruir a imagem política que seu rival lapidou por anos, e assumir para si – um político jovem em ascensão na carreira burocrática – a imagem de eficiência e legitimidade em sua administração.

No mesmo mês da reunião dos deputados provinciais do Piauí, onde Ramos expôs seus posicionamentos políticos, ele se inscreveu na lista de candidatos, juntamente com Francisco de Sousa Martins, que chegara à Oeiras dias antes. Em setembro, o novo presidente indicado chegou para tomar posse: Tomaz Joaquim Pereira Valente, figura pública atuante desde o primeiro reinado, e que recentemente combatera os farroupilhas no Rio Grande do Sul. Membro do partido liberal, o Conde do Rio Pardo não tardou em aliar-se com os liberais locais e decidiu concorrer também como deputado geral (juntamente com José Francisco de Miranda Osório, membro da Assembleia provincial e natural da vila de São João). As eleições daquele ano aconteceram em novembro e dezembro num ambiente político tenso e de acusações recíprocas. Pelo menos em quatro vilas distúrbios envolvendo as duas facções geraram violência armada. Especialmente em Campo Maior, um dos redutos de resistência política contra o Visconde, foi necessário a intervenção do chefe de polícia para aplacar a ação de grupos que usavam da intimidação para manipulação de resultados.<sup>200</sup>

Apesar das acusações mútuas, o resultado do pleito foi uma vitória esmagadora de Sousa Ramos e Francisco de Sousa Martins, atestando a proeminência dos conservadores sobre a facção liberal. Acima de tudo, a política no Piauí estava fracionada entre viscondistas e anti-viscondistas, apesar de que o resultado de 1844 possa ser compreendido numa dinâmica bem mais ampla, onde a investida conservadora representou um fenômeno de caráter nacional. Derrotados, o Conde do Rio Pardo e o Visconde da Parnaíba teriam um futuro nebuloso pela frente.

Em abril de 1845, nas comemorações da Semana Santa em Oeiras, a exibição de dois Judas representando a ambos foi uma ofensiva direta de conservadores mais

---

<sup>200</sup> NUNES, 2006, v. 3, p. 29.

exaltados.<sup>201</sup> Ridicularizados publicamente, os liberais acusaram a ação de Padre Quintino – deputado provincial eleito no último pleito e um dos principais líderes anti-viscondistas no Piauí. Desde o ano passado atacava deliberadamente e publicamente a administração de Rio Pardo, que escrevera um ofício ao Bispo do Maranhão para interferir contra as atitudes do padre e sua conduta bem distante do comportamento eclesiástico modelar. Nesse ínterim, o presidente da Província sofreu acusações – juntamente com o Visconde – através da Câmara e da imprensa no Rio de Janeiro. Isso provocou a sua demissão do cargo, ainda em abril, mas que só seria de seu conhecimento em maio.<sup>202</sup>

Alguns dias depois da exibição dos Judas, no dia 15, Padre Quintino foi assassinado em Oeiras. O crime acirrou ainda mais os ódios já que a opinião pública acusou o chefe de polícia da capital, Teodoro Pereira da Costa, pela autoria do assassinato, sob ordens de Rio Pardo e do Visconde. No dia 17, em clara retaliação dos conservadores, Pereira da Costa foi morto, em condições semelhantes ao homicídio de Quintino. As duas mortes mergulharam o Piauí numa verdadeira guerra partidária que já começava com baixas importantes de ambos os lados.

A partir de informações que acusavam a organização de forças partidárias de Sousa Ramos a apenas algumas léguas de Oeiras, Rio Pardo decidiu expedir ordens de dispersão e reforçar a segurança da Capital – o que foi feito graças ao deslocamento de homens armados oriundos de propriedades do Visconde e incorporados à força militar. Paralelamente, moradores saíram da cidade temendo as represálias pela morte do chefe de polícia, e se aglomeraram nas suas cercanias. Esse grupo avolumou-se com a adesão dos membros conservadores mais exaltados, e a ameaça de uma invasão a Oeiras era iminente. As condições eram claras: a saída imediata de Manoel de Sousa Martins da cidade. O desgaste de sua imagem pública provocada por todos os episódios que culminaram nas mortes dos dias 15 e 17 tornou sua presença no cenário político insustentável, tanto no plano local quanto nacional. No dia 23, o Visconde acatou a exigência e partiu para uma de suas fazendas nas proximidades da capital, e o grupo se dispersou das imediações. A essa altura, o desgaste de Rio Pardo era irreversível. Quando recebeu a carta de sua demissão e a substituição por Zacarias de Góes, nomeou o chefe de polícia, Francisco Xavier de Cerqueira como 2º vice-presidente provincial,

---

<sup>201</sup> *Ibidem*, p. 31-32.

<sup>202</sup> *Idem*.

delegou a ele a presidência, e abandonou antecipadamente o cargo para não passar-lhe pessoalmente ao rival.

A passagem de Sousa Ramos pelo Piauí foi, do ponto de vista político, bastante emblemática. Para ele, significou a eleição para deputado geral e sua afirmação como líder conservador a partir da derrocada de Manoel de Sousa Martins. O fato de substituir um presidente que ocupava o cargo por tantos anos possibilitou a apropriação das expectativas de renovação e dos anseios da oposição antiviscondista – certamente o maior trunfo de Ramos na composição de sua identidade política. A análise desta trajetória é a chave para compreender algumas questões lançadas anteriormente.

Primeiro, a aparição do tema da mudança da capital no relatório de 1844, especificamente na administração de Sousa Ramos, deve ser entendida por uma constatação simples: não foi proposta antes disso porque desde 1834 a Província era administrada por Sousa Martins e o grupo correligionário que orbitava o governo sediado em Oeiras; não era de seu interesse, portanto, um projeto que tirasse a capital de lá. Isso não significa que nesse período a navegação não fosse uma plataforma de governo. Era possível pensá-la sem a condição de estar o governo nas margens do Parnaíba – uma relação somente naturalizada nos anos posteriores. Nem significa também que a ideia de transferência não povoasse o discurso político do período. Logo que Ramos assumiu o governo, o relatório da Câmara de Campo Maior defendendo o projeto significou um elemento institucional fundamental para o posicionamento incorporado na fala presidencial. Ele dimensionou, assim, um problema: o futuro da Província dependia da navegação, e esta, da mudança da capital. Esse axioma foi construído, assim, deste encontro entre forças locais e nacionais. A partir daí todos os presidentes até 1851, direta ou indiretamente, se manifestaram em relação ao tema em seus respectivos relatórios governamentais.

Foi nessa investida dos conservadores no Piauí que a lei de agosto de 1844 autorizou a mudança da capital. Antes da sessão dos deputados uma comissão visitou São Gonçalo e definiu a construção de uma cidade bem próxima à vila, nas margens do rio Parnaíba, entre a foz do rio Canindé e do riacho Mulato, ambos seus afluentes. Mas por que esse lugar em especial? Quarenta anos antes, essa opção era uma entre outras elaboradas em resposta ao Conselho Ultramarino; havia, portanto, uma “memória” da mudança que não mudara nem em suas escolhas possíveis. Mas isso não explica por que, dentre elas, os deputados optaram, em 1844, por essa decisão. Não é uma pergunta simples de ser respondida. Mas algumas hipóteses podem ser desenvolvidas, a partir de

elementos já discutidos. Sobre o critério da *centralidade* – que foi sempre considerado relevante, desde as análises de 1800 – as proximidades de São Gonçalo pareciam bem satisfatórias, pois a distância norte-sul em relação às demais vilas era praticamente equivalente. Em 1844, o local era um porto fluvial importante para a cidade de Oeiras, já que ficava na foz do Canindé, um fluxo navegável até próximo da capital; além disso, perfazia uma parte do caminho real que ligava Piauí e Maranhão, e que conectava cidades de São Luís, Caxias e Oeiras – dessa forma, a nova sede administrativa permanecia fixada na mesma rota, sem alteração deste fluxo por décadas já consolidado. A escolha também atendia à necessidade de buscar as margens do rio Parnaíba onde ele fosse navegável – critério este que mobilizou a ideia da mudança no início do século. Some-se a tudo isso a reconhecida fertilidade de São Gonçalo que atendia ao desejo de desenvolvimento da agricultura, tão destacado nos relatórios governamentais.

Entre o relatório de Sousa Ramos e a lei votada pelos deputados provinciais existiam semelhanças importantes. Ao defender o lugar da mudança, não falou na *vila* de São Gonçalo, mas no *município* – isso abrangia uma zona mais ampla, portanto, até o ponto específico que a comissão enviada pela Assembleia determinara. Isso implicava que a transferência dependeria da construção de uma cidade. Mesmo que o lugar decidido fosse a própria vila, não havia nenhuma estrutura urbana capaz de receber minimamente a administração e seu aparato burocrático. No entanto, não se definiu um plano de trabalho nem as questões legais que envolviam uma obra desse porte. O que levantava a seguinte dúvida: havia vontade política dos deputados em materializar a ideia? Até que ponto a lei de 1844 assinalava um novo signo político mobilizado para a definição de identidades partidárias nesse cenário de reordenamento das forças locais, caracterizado pela substituição de Manoel de Sousa Martins na presidência do Piauí?

Sousa Ramos questionou aos deputados na Assembleia que antecederia o decreto da lei se “*poderemos nós empobrecidos como nos achamos, e no apuro das finanças da Província, ir fundar uma cidade sobre um campo desabitado, onde tudo se terá de fazer*”.<sup>203</sup> Essa questão era crucial e ele assim se posicionou: “*tão convencido estou da necessidade da mudança da Capital como da dificuldade dela nas nossas atuais circunstâncias*”.<sup>204</sup> O problema da mudança não escapava a esta contradição fundante: a sua necessidade era proporcional à sua impossibilidade. Então, por que

---

<sup>203</sup> *Idem*, p. 54.

<sup>204</sup> *Idem*.

votaram um projeto de lei sobre um problema tão controverso? A mudança da capital, diante das limitações materiais que dissolviam tal ideia, não era algo com um desfecho imediato definido. Talvez isso explique a ausência de um plano de construção da cidade, ou de como os recursos necessários seriam organizados. Mas, em termos institucionais, representou um marco jurídico: a consolidação do esforço político que sinalizava para esse reordenamento de forças representado naquele ano emblemático de 1844. Essa singularidade transformou a ideia da mudança da capital no depósito das expectativas, e uma fonte valiosa no jogo político que se desenrolava no Piauí. “*É pois este um objeto, aliás de vital interesse para a Província, que terá de ser reservado para ocupar a atenção desta Assembleia em tempo mais feliz*”.<sup>205</sup> A ideia da mudança foi construída como fundamental para o Piauí para cristalizar uma necessidade que, no entanto, habitava esse tempo mítico – e foi exatamente isso que lhe deu visibilidade neste cenário onde os administradores brigavam vorazmente por afirmação partidária nas disputas eleitorais. Certamente, foi Sousa Ramos o pioneiro em desenvolver este artifício – e o fez relativamente com sucesso, já que sua passagem pelo Piauí rendeu bons frutos. A partir dele, por outro lado, a questão da transferência da capital do Piauí ganhou uma dimensão nacional.

Quando se dirigiu à Assembleia Provincial de 1845, Zacarias de Góes também firmou sua perspectiva sobre o tema. Numa ampla discussão com o título “Mudança da Capital”, ele traçou uma análise ampla sobre a questão, sob um ponto de vista distinto de seu antecessor. Ao contrário de Sousa Ramos – que aprofundou conceitualmente o tema da navegação condicionando-o à transferência de Oeiras – Góes optou por uma abordagem mais pragmática, dispensando o teor visionário e político do relatório de 1844. Membro do partido conservador, no entanto, não poupou críticas a Ramos e aos deputados provinciais sobre a lei do ano anterior. “*Ora, esse lugar é completamente deserto, e foi escolhido somente pelas supostas vantagens da situação*”.<sup>206</sup> Em seguida, declarou: “*tenho dado a razão porque não foi aquela lei executada por meu antecessor, não há de ser por mim, nem também, segundo todas as probabilidades, pelos meus sucessores*”.<sup>207</sup> Essas acusações lançadas por Góes, de que a lei da mudança respondia a interesses contingenciais no conturbado ano anterior, destacam uma questão importante:

---

<sup>205</sup> *Idem.*

<sup>206</sup> Relatório do Presidente Góes e Vasconcellos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de agosto de 1845, p. 35.

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 36.

se há uma clara insinuação de interesses políticos na construção dessa lei, quais são eles, afinal? Bem, a derrota eleitoral dos liberais personificados por Sousa Martins, o cerco a Oeiras, e a emergência da mudança como plataforma política foram indicações desse reordenamento de forças que possibilitou a legislação da transferência. O problema é que a decisão pela construção de uma nova capital representava um desafio tão grande que levantava dúvidas sobre se a lei realmente aconteceria. Por isso Góes duvidou das intenções dos deputados que votaram a favor e do próprio Ramos, seu correligionário – que mesmo identificando o problema, não o problematizou, preferindo seguir a maioria na Assembleia e explorá-lo politicamente. Góes assim expressou sua avaliação:

Construir todos os edifícios necessários ao serviço público, erguer de repente uma cidade inteira, é empresa possível a um homem de gênio, que disponha de inumeráveis braços e de uma riqueza imensa, mas é uma perfeita quimera para o Governo Constitucional de uma Província pobre. É verdade que a lei autorizou a Presidência, a contratar com a Assembleia, e Governo Gerais, uma emissão de 200:000\$ em notas, obrigando-se a Província a resgatá-los com 10 por cento de sua renda anual; mas esta medida, Senhores, ainda quando obtivesse assentamento do poder competente, não sei se seria prudente por em prática, porque me parece que daria em resultado um grande empenho legado às gerações vindouras sem proveito correspondente. É uma conjectura que faço com olhos vistos na história do nosso País.<sup>208</sup>

O argumento de Góes era idêntico ao de Ramos: construir uma cidade não era viável com os recursos disponíveis da Província. Mas, além desse dado, mostrava que a questão da mudança já extrapolava os limites provinciais e passava ao campo da administração geral, pois a lei de 1844 previa a emissão de dinheiro público para execução da obra – o que lhe colocava no âmbito das reformas nacionais. Se Ramos saturou de expectativas o tema e deslocou para o futuro a nova capital, Zacarias de Góes deslocou essa perspectiva: a construção não significava a redenção da Província, mas um fardo para esse mesmo futuro. Ele elaborou um prognóstico e recorreu à noção de história *magistra vitae*<sup>209</sup> para legitimar e reforçar sua opinião no embate travado com seu antecessor pela dominância política do futuro da província, construído discursivamente nessas falas governamentais.

E qual a dimensão política da lei? Ela foi feita para não ser executada, somente pelos “interesses” denunciados por Góes? Ele se posicionou por sua revogação e foi além, ironizando os deputados que votaram a favor em 1844:

---

<sup>208</sup> *Idem.*

<sup>209</sup> KOSSELECK, 2006, p. 41.

A lei de 3 de agosto do ano passado mandou transferir a capital da província para a margem do rio Parnaíba, na confluência da corrente denominado Mulato e aí edificar a nova cidade com o nome de Regeneração. (...) Não insisto em mostrar a impraticabilidade da lei que muda a capital da Província para a margem do Parnaíba no lugar já referido, porque se há quem disso esteja convencido é esta ilustre Assembleia. Esta Lei, pois, ou há de ser revogada, ou jamais passará de letra morta.<sup>210</sup>

Bem, as limitações materiais levavam a crer na impraticabilidade da mudança, e na seriedade das deliberações legislativas – de acordo com a perspectiva de Góes. Mas aquém do esforço de construção de uma cidade – que não era pouco – é preciso procurar avaliar a escolha dos deputados em 1844 a partir de uma multiplicidade de critérios envolvidos na decisão. Como foi dito, há quarenta anos o lugar figurava como uma possibilidade dentre outras criadas no início do século XIX para sediar a capital. A região de São Gonçalo e, especificamente, o encontro entre o riacho Mulato e o Rio Parnaíba (onde a cidade deveria erguida) atendia a uma série de vantagens relevantes: preenchia o critério da centralidade (recorrente desde a consulta de 1800); correspondia a uma faixa de reconhecida fertilidade que permitia o desenvolvimento da agricultura de larga escala na Província, um dos pilares da ideia da mudança; estava localizada numa zona navegável do rio Parnaíba; alinhava-se com a estrada real que ligava o Maranhão e o Piauí, por onde fluía o eixo comercial São Luís-Caxias-Oeiras; proximidade com a foz do rio Canindé, navegável até a cidade de Oeiras; e a ligação religiosa com a freguesia de Nossa Senhora da Vitória.

Então, a perspectiva de Góes silenciava essas nuances. O debate sobre a mudança da capital mobilizou a opinião pública desde a queda de Sousa Martins, e a lei era a ressonância legal dessa atmosfera. No mesmo relatório, ele disse: “*segundo o que tenho observado é geral a convicção, mesmo dos habitantes de Oeiras, de ser inconveniente a existência da Capital aqui, havendo só divergência sobre o lugar para onde deva ser transferida*”.<sup>211</sup> Só existiam divergências porque o tema estava sendo debatido e lugares estavam sendo pensados. O uso político da mudança da capital efervescia o cenário da Província. Zacarias de Góes, assim como seu antecessor, procurou construir sua própria perspectiva política e se posicionar teoricamente sobre a questão. Uma semelhança com Sousa Ramos era a preferência pela cidade de São João,

---

<sup>210</sup> Relatório do Presidente Góes e Vasconcellos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de agosto de 1845, p. 35-36.

<sup>211</sup> *Ibidem*, p. 37.

uma opção que resolveria o desafio urbanístico e financeiro. Mas esse alinhamento era circunstancial; no geral, Góes assumia outras posições.

A título de comparações, Sousa Ramos explorou pesadamente as visões da navegação do Parnaíba, e a sua relação direta com a emergência de cidades. O conceito de provincialização que fundamentava teoricamente seu discurso era o carro chefe de seu projeto de intervenção sobre as finanças do Piauí – ou pelo menos era essa a identidade política que construía para si na escrita do relatório de 1844. Mas dependia da localização da capital nas margens do rio para configurar como cidade modelo – o protótipo de cidade contido nas suas visões, e que desencadearia a explosão urbana implícita no conceito. Em Sousa Ramos, a lei que mudava a capital para a foz do mulato era coerente politicamente, mesmo implicando o desafio de erguer um novo espaço: possibilitava resolver a aplicação de um modelo econômico e experimentar a materialização da forma urbana representada na fala que dirigiu à Assembleia.

Zacarias de Góes, por outro lado, desnaturalizou a ideia da navegação e as visões elaboradas de prosperidade econômica, e optou por uma abordagem de ceticismo. Assim, conseguiu singularizar a sua identidade em relação ao antecessor, desvencilhando-se de qualquer projeto político anterior. Ele não acreditava que ela seria possível em larga escala e minimizou o seu poder de transformar o Piauí. “*Quem me ouvir falar do rio Parnaíba talvez pense que vou ocupar-me de algum plano relativo à sua navegação. Não, Senhores, outro é o meu desigño*”,<sup>212</sup> ironizou em seu relatório de 1845 em referência clara ao correligionário Sousa Ramos. E qual era o seu “desigño”, afinal? Bem, ele estava num início de governo, onde procurava se firmar construindo uma imagem de equilíbrio e imparcialidade, oposta à trajetória conturbada dos outros dois presidentes que radicalizaram o processo eleitoral na Província. No início de sua fala aos deputados, fez questão de lembrar os incidentes que culminaram no cerco a Oeiras, e a necessidade de se manter a ordem. Ao chamar a lei da mudança de “lei morta”, destacando seu caráter político – inclusive, lançando a responsabilidade aos deputados que votaram a favor – Góes fazia o papel de um conciliador que se comportava além das querelas partidárias em busca do bem comum da Província que governava. Assim, era favorável pela revogação imediata da lei, e sustentou sua impraticabilidade pela falta de recursos – apesar de admitir a existência de um plano que previa o uso de verbas do Governo Geral. Góes se desvinculou da obrigação de cumprir

---

<sup>212</sup> *Ibidem*, p. 25.

uma lei votada no epicentro da guerra entre liberais e conservadores no Piauí para mobilizar, à sua maneira, a grande plataforma política que o debate sobre uma nova capital permitia vislumbrar.

Em primeiro lugar, a oposição em relação à lei de 1844 serviu muito bem para anular a interferência do legado de Sousa Ramos em sua administração, além de acalmar o debate político recentemente radicalizado durante as eleições do mesmo ano. Mas isso não significava que ele fosse contra a mudança da capital. Procurou, na verdade, construir sua proeminência no campo da administração ao incorporar o tema para si. Ao contrário, Zacarias de Góes lançou a seguinte questão: se a lei fosse revogada, seria válido manter a capital em Oeiras? Assim ele respondeu:

Se uma Capital deve ser o centro da política, da indústria, e da ciência, ou, ao menos, fazer-se notável por algum desses elementos de preponderância e primazia, creio que uma longa experiência fala bem alto contra Oeiras a todos esses respeitos. Se esta Cidade alguma influência política exerce sobre o resto da Província é unicamente devido à presença do Governo, e das autoridades que aqui residem: as notícias da Corte são extraordinariamente demoradas, as ordens mais urgentes do Gabinete de S. M. o Imperador em extremo retardadas raras vezes chegam a tempo de dar às cousas a desejada direção. Tanto esta cidade não é um centro científico que nela apenas existem três cadeiras de 1<sup>a</sup> Letras, e uma de latim, estando suspenso o ensino secundário por disposição legislativa. E qual é, Senhores, a preponderância que tem Oeiras pelo comércio e pela indústria, achando-se como sabeis pela tutela de Caxias? Situada entre morros, é quase inabitável a cidade, porque o calor que no clima do norte é tão intenso, torna-se aqui por essa circunstância ainda mais abrasador e insuportável: o local da cidade é tão pedregoso, e consequentemente estéril, que não consente vegetação, de maneira que na estação calmosa, como agora, dir-se-ia morta a natureza, a não ser o riacho da Mocha, em cujas margens sempre verdejam, bem que raras, algumas árvores. Estas razões embargam inteiramente o crescimento e prosperidade desta Cidade, e segundo o que tenho observado é geral a convicção, mesmo dos habitantes de Oeiras, de ser inconveniente a existência da Capital aqui, havendo só divergência sobre o lugar para onde deva ser transferida.<sup>213</sup>

O trecho acima deve ser compreendido com parcimônia. Ao desconstruir a lei votada no ano anterior que legislava a mudança, Góes retrocedeu o debate da transferência ao seu ponto inicial: era possível a permanência de Oeiras como capital da Província? Em caso negativo, por quê? Esse deslocamento foi a chave para o presidente definir uma alteridade política e se posicionar como força analítica e crítica para questões cruciais relacionadas à Província para a qual foi designado administrar. Nunca é demais lembrar a projeção que as presidências exerciam no cenário nacional – principalmente no jogo de mudanças ministeriais onde os cargos duravam pouco tempo.

---

<sup>213</sup> *Ibidem*, p. 36.

Somente por comparação, Sousa Ramos definiu como critérios para uma capital provincial os parâmetros seguintes: “*um local salubre, aprazível, abundante de água, fértil, e que ofereça vantagens nas comunicações com o todo de uma Província, principalmente com os pontos de maior comércio dela, assim como das Províncias vizinhas*”.<sup>214</sup> Góes, por outro lado, ampliou esse modelo incorporando três perspectivas distintas (“*o centro da política, da indústria, e da ciência*”) e o condicionamento da relação entre esses elementos na definição ou não do *status* de capital. Ele criou, dessa forma, a sua própria cidade, e abordou o problema sob uma forma diferente. Enquanto em Ramos a mudança da capital (como projeto governamental) estava condicionada à necessidade de materialização da navegação e, portanto, inserida numa visão global da Província, em Góes era uma necessidade imposta pela própria natureza de Oeiras, que não cabia no modelo urbano por ele almejado. Por isso Sousa Ramos descreveu visões urbanas à revelia de Oeiras, pois a cidade aparecia no relatório de 1844 relacionada ao espaço de atuação de Manuel de Sousa Martins, seu adversário político. Por outro lado, Góes precisava da cidade para problematizar a forma que defendia. Para consolidar uma compreensão mais elaborada desse antagonismo, é importante a fixação de certas características em ambos os presidentes.

O presidente Sousa Ramos, durante sua curta e incendiária passagem pelo Piauí, operou politicamente com duas projeções: a navegação do rio Parnaíba e a mudança da capital eram os condicionantes para o desenvolvimento econômico da Província. Com a capital estabelecida nas margens, a navegação seria inevitável, e produziria a explosão urbana definida por ele sob o termo de “povoações florescentes” – o resultado da rede de vilas e cidades que teciam o clímax dessa visão. O modelo mobilizado por Ramos era de cidade fluvial, agregando a isso a comunicação e a salubridade, nada mais. Não era um modelo prescritivo. A cidade de São João se enquadrava nessas condições; porém, a localização geográfica inviabilizava suas “*grandes e palpáveis conveniências*”.<sup>215</sup> Como foi observado, esse argumento já havia sido cristalizado na consulta de 1800. Em 1845, Góes afirmou ser identificável em parte da opinião pública a caracterização de “perniciosa” para o estabelecimento da capital da Província naquela cidade. Por essa razão, Ramos incorporou a crítica e descartou em seu relatório essa possibilidade.

---

<sup>214</sup> Relatório do Presidente Sousa Ramos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 7 de julho de 1844, p. 52.

<sup>215</sup> *Ibidem*, p. 54.

Entretanto, afirmou ser São João a cidade “*mais populosa e importante da Província*”.<sup>216</sup> Por que isso não era suficiente para fazê-la capital? Além disso, é possível questionar a relação entre as vilas e cidades do Piauí, e perguntar: afinal, como a função de capital era exercida? O que isso significava? Para responder, é necessário observar as informações das Câmaras municipais mobilizadas por Sousa Ramos no início da sua administração. Esses dados informavam sobre os fluxos comerciais e as rotas de comunicação estabelecidas com as províncias vizinhas. É importante organizar numa visão ampla dessas conexões. Os contatos interprovinciais eram feitos basicamente com o Maranhão, Ceará e Bahia, com a predominância do lado maranhense. Todas as vilas e cidades do Piauí (Oeiras, São João, Campo Maior, Piracuruca, Valença, Jerumenha, Parnaguá, Barras e o Poti) estavam integradas numa rede envolvendo São Luís, Caxias e Munin, conectando as bacias dos rios Itapecuru e Parnaíba. Com o Ceará, a vila de Viçosa era um ponto de interseção com a vila de Piracuruca e a cidade de São João. A vila de Parnaguá mantinha fortes relações com a Bahia, especialmente com Feira de Santana, caso semelhante em relação à capital Oeiras, que também negociava no território baiano.<sup>217</sup> A característica especial do Piauí estava relacionada à amplitude de suas fronteiras, conectadas diretamente a outras quatro províncias. Isso fazia com que Parnaguá, no sul, e São João, no norte, por exemplo, vivenciassem relações mais sólidas com outros lugares do que entre si mesmas. Esse fenômeno particular era uma característica das relações urbanas no Piauí. A vila do Poti chegou a afirmar na consulta realizada por Sousa Ramos que se não dependesse do sal exportando pela cidade de Parnaíba, poderia ser completamente independente do restante da província, pois todo o seu comércio era realizado com o Maranhão através de Caxias e São Luís. A vila de Parnaguá praticamente tinha na Bahia a extensão do seu raio de ação, e a ligação com Oeiras era a única conexão com o restante dos espaços urbanos piauienses. Nem mesmo a capital escapava disso: somente Jerumenha e Valença informaram alguma relação de comércio com Oeiras. A única zona onde uma relação entre vilas era consolidada era entre Campo Maior, Piracuruca, Barras e São João – todas num raio de distância equivalente.

Essa dispersão foi identificada por Sousa Ramos e certamente fundamentou seus argumentos: o esforço de integração do fluxo entre as vilas para canalizar os

---

<sup>216</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>217</sup> NUNES, 2006, v. 4, p. 20-21.

capitais evadidos para outras províncias. Em termos econômicos, não é difícil observar as limitações de Oeiras em personificar a imagem de uma cidade coerente com esse projeto. Porém, do ponto de vista político-institucional, ela era a única conexão entre as zonas suturadas que perfaziam o território do Piauí. No ano seguinte, Zacarias de Góes afirmou: “*se esta Cidade alguma influência política exerce sobre o resto da Província é unicamente devido à presença do Governo, e das autoridades que aqui residem*”.<sup>218</sup> Então, a presença do governo não era suficiente? O fato de Oeiras abrigar a sede administrativa e exercer esse papel político para as demais vilas não significava nada? Apesar desta crítica não constar na fala de Sousa Ramos, ele também se esforçava em desconstruir Oeiras como capital do Piauí, ao se referir a ela como “*uma das mais antigas do Brasil*”.<sup>219</sup> Sendo velha, não suportava visões de futuro. Mas essas críticas permitem pensar além e questionar a natureza de Oeiras enquanto cidade. Qual a sua história? Sob que lógica urbana foi pensada? Certamente, esse é um caminho relevante para que a análise não fique restrita às imagens construídas por esses presidentes.

Oeiras foi fundada em 1761, como parte do esforço de criação institucional da Capitania de São José do Piauí, durante o Ministério do Marquês de Pombal. Esse “urbanismo pombalino”<sup>220</sup> foi expresso através de cartas régias que tratavam de medidas de caráter urbanístico na criação de vilas e cidades em todo o Brasil.<sup>221</sup> Num momento em que o Estado português procurava definir juridicamente as fronteiras de sua principal colônia, as vilas representaram a estratégia mais eficiente de controle institucional. O espaço urbano, nesse momento, era a personificação da ordem e da presença da administração. Antes de elevada à categoria de cidade, Oeiras era vila desde 1717 – exatamente para servir de fórum aos habitantes locais, que usualmente sofriam o inconveniente de recorrer a São Luís, Salvador ou Olinda para resolver questões relacionadas à justiça. Sua elevação à cidade foi resultado da necessidade de uma capital para a nova Capitania. A vila da Mocha, como era denominada, era naquele período o núcleo urbano mais importante do Piauí e a referência no campo jurídico para as demais povoações. A escolha óbvia para uma sede administrativa, portanto.

---

<sup>218</sup> Relatório do Presidente Góes e Vasconcellos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de agosto de 1845, p. 36.

<sup>219</sup> Relatório do Presidente Sousa Ramos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 7 de julho de 1844, p. 54.

<sup>220</sup> Cf. ANDRADE, Adriano Bittencourt. O urbano no Brasil setecentista. XXIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Santa Catarina, 25-29 de maio de 2009.

<sup>221</sup> Cf. capítulo 2.

Mas, além do aspecto jurídico, como extensão desse caráter institucional das vilas coloniais, estava também o universo da religião. O espaço urbano era o lugar das Igrejas e o coração das freguesias. O marco para a criação de qualquer vila no Brasil era a existência do templo católico. Ele demarcava o centro urbano e condicionava todo o seu traçado, pois era da Praça da Igreja que as ruas e casas eram alinhadas. A importância do caráter religioso é maximizada no caso específico da vila da Mocha. Sua origem remontava a um período bem anterior à fundação da Capitania de São José do Piauí: era um núcleo urbano originado em torno da Igreja sede da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, criada em 1697 para atender os habitantes que se espalhavam pelas bacias dos rios Canindé, Piauí, Gurguéia, Poti e Parnaíba – o embrião do território piauiense. Um detalhe importante da criação da Igreja foi que sua localização específica não foi feita por acaso. A sua relação com as fazendas que pontuavam o território era equidistante – e esse detalhe foi discutido na reunião do representante do Bispado de Pernambuco, padre Miguel Carvalho, com os habitantes incorporados aos limites definidos para a freguesia. Foi, dessa forma, uma escolha deliberada com base num critério de *centralidade*.

Oeiras, historicamente, conseguiu consolidar a proeminência sobre os demais espaços urbanos a partir desses dois elementos, a Justiça e a Igreja, somados à centralidade que lhe permitia abranger de forma equitativa todos os lugares do Piauí. Esse argumento sempre foi considerado, mesmo no universo de questões envolvendo a mudança da capital. No relatório do Ouvidor Antonio Araújo, em 1800, ele definiu que o critério para a criação de uma nova capital deveria ser a sua localização: era importante que “*fosse central à Capitania, para dali se poder acudir os seus extremos*”.<sup>222</sup> No mesmo texto afirmou ser Oeiras “*a mais povoada e a mais central da Capitania; motivo porque sendo outro tempo a vila da Mocha mereceu do Senhor Rei D. José de Gloriosa Memória os foros de cidade*”.<sup>223</sup> Essa relação sempre foi considerada pela administração do Conselho Ultramarino no período colonial; e permanecia um fator relevante décadas depois.

Portanto, num cenário em que as vilas projetavam-se para além das províncias, uma capital centralizada era um fator de integração política, pelo menos no campo

---

<sup>222</sup> [Carta do Desembargador Joaquim Antonio de Araújo ao Príncipe Regente [D. João], sobre a conveniência em mudar a capital do Piauí para as margens do rio Parnaíba e acerca do aforamento dos bens do Conselho do Piauí]. Arquivo Histórico Ultramarino. ACL\_CU\_0, 16, Cx. 24, D. 1240.

<sup>223</sup> *Idem*.

simbólico. O governo provincial estava próximo para todos os núcleos urbanos. Pela lógica em que foi fundada, é possível afirmar que Oeiras cumprira certas expectativas relacionadas ao universo urbano na segunda metade do século dezoito. O fato de ser capital da província e, por esse motivo, exercer alguma proeminência política em relação ao Piauí, foi algo construído historicamente – não devendo ser minimizado, portanto. E mesmo praticamente um século depois – em 1844 – o presidente Sousa Ramos diria a respeito da mudança da capital:

(...) onde iremos estabelecê-la? Em Parnaíba? Ficaré em uma extremidade da Província, e enquanto a adoção de meios mais rápidos de comunicação não abreviar a distância, que vai desta vila ao restante da Província (...) semelhante medida oferece inconvenientes que contrapesam suas grandes e palpáveis conveniências.<sup>224</sup>

Assim, nem o desenvolvimento econômico de São João da Parnaíba, nem suas “*grandes conveniências*”, eram suficientes para exercer a função de capital, cuja projeção era de um espaço capaz de conectar as vilas e disciplinar a dispersão. Nesse aspecto, Sousa Ramos reconheceu a validade de Oeiras, porque sua crítica partiu de uma teoria: o melhoramento de maior relevo para as finanças da Província era a navegação dos rios e, conseqüentemente, a integração econômica dos espaços urbanos – algo que Oeiras não conseguira materializar em décadas. Em relação ao Piauí, afirmou que nenhuma outra província esteve tão habilitada “*para admitir melhoramentos proporcionais*”,<sup>225</sup> relacionados aos projetos de infraestrutura – dentre eles a navegabilidade em larga escala. Entretanto, não o fez. Ramos criticava a administração de seu rival, Manoel de Sousa Martins, e sua suposta inoperância nesse aspecto. Na forma como construiu sua posição sobre o tema da transferência, a ideia de uma nova capital estava condicionada a essa limitação no campo econômico. Oeiras deveria ser substituída somente por uma questão contingencial: uma nova sede provincial nas margens do rio Parnaíba era necessária para fomentar a navegação. Mas não poderia perder o valor da *centralidade*.

Sua hegemonia política foi questionada por Sousa Ramos num contexto de derrocada de Sousa Martins, que governou a Província por anos consecutivos. Como adversário político, construiu no seu relatório de 1844 a ideia de isolamento de Oeiras a partir desta dinâmica. Duas acusações pesaram sobre o Visconde na investida

<sup>224</sup> Relatório do Presidente Sousa Ramos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 7 de julho de 1844, p. 54.

<sup>225</sup> *Ibidem*, p. 38.

conservadora orquestrada no Rio de Janeiro: a sua ausência na corte, mantendo-se em todos os anos de governo restrito aos limites do Piauí; e as arbitrariedades que cometera na administração local, sob a penumbra desta distância. A imagem do distanciamento deliberado construído por seus adversários nesse momento crítico foi transposta para a representação de Oeiras dentro desse modelo, porque a cidade era, historicamente, o campo de atuação de Sousa Martins e seu grupo político. Assim, o deslocamento político passava também pelo deslocamento da capital. Não havia um campo mais fértil para o debate da mudança.

A lei de 1844 autorizando a transferência sob os termos já destacados correspondeu ao cruzamento de uma pluralidade de forças. Ela foi produzida no diálogo entre o presidente provincial e as Câmaras municipais, resultando num projeto de intervenção e num modelo de cidade; retomou uma possibilidade pensada há mais de quarenta anos; foi definida por uma comissão de deputados e depois votada em Assembleia Provincial, com a definição de um plano orçamentário previsto para os gastos com a nova capital. Além disso, o lugar definido não fugiu a um critério consolidado por Oeiras – a centralidade – sendo de igual acesso para todas as vilas do Piauí. Sob esses aspectos a escolha de 1844 foi perfeitamente coerente, contrariamente à imagem negativa atribuída por Zacarias de Góes no ano seguinte, ao iniciar sua administração.

Góes era contra a lei, como vimos. Argumentou com a suposta inviabilidade do projeto diante da limitação de recursos; não acreditava na capacidade da Província em executar a construção de uma capital. Apesar disso, a lei determinava o deslocamento de recursos dos cofres Gerais para o início das obras – porém, o presidente desconsiderou esse aspecto da lei. Simplesmente rejeitou a responsabilidade de sua execução ao insistir na ideia de sua inviabilidade. Zacarias de Góes queria garantir o uso próprio do “problema” da mudança.

Em seu relatório de 1845, ele se negou a explorar o tema da navegabilidade do rio Parnaíba em sua plataforma de governo. Essa separação em relação a Sousa Ramos o fez também rejeitar a lei. O reordenamento que Zacarias de Góes promoveu no debate da mudança começou com o esforço de desconectar a projeção de uma nova capital com o projeto de navegação na Província. Os problemas econômicos do Piauí não estavam mais condicionados, em sua superação, a esse campo de análise. A questão era que sua capital não se enquadrava na visão de cidade que ele queria projetar durante sua trajetória como presidente. A forma como Góes mobilizou para si a ideia da mudança

colocou o *urbano* no centro do debate a partir de um esforço duplo: a definição de um modelo ideal de cidade e a construção da alteridade personificada por Oeiras. Em outras palavras, o tripé política-cultura-indústria que caracterizou o espaço urbano idealizado no discurso de Góes só serviu de pretexto para desqualificar a capital e se posicionar a favor de sua substituição. Nem mesmo é possível afirmar que tratasse de uma nova preocupação no campo político a respeito da necessidade de lançar o universo urbano como objeto de especulação – pois tal abordagem já fora desenvolvida em períodos anteriores. A questão que deve ser enfatizada é: quais os usos do *urbano* no discurso desses administradores?

Em Zacarias de Góes, o recurso ao universo urbano (representado por um modelo ideal) serviu para firmar sua posição no debate político mais relevante da Província. Ele era favorável à transferência da capital para a cidade de São João da Parnaíba, e desde o início decidiu por essa possibilidade como plataforma de governo. Era fundamental que ele desconstruísse as motivações da lei de 1844 e, por conseguinte, a lógica da cidade de Oeiras no contexto provincial. Em relação ao universo político, como visto, o fato da cidade exercer sua proeminência por possuir os foros de capital não pode ser minimizado diante dos argumentos observados. Sobre o fato da cidade não ser, como esperava Góes, um “*centro científico*”, a existência de limitações no sistema educacional brasileiro nesse período não poderia ser dada como um aspecto singular do lugar, senão um problema de natureza nacional.<sup>226</sup> E em relação à dependência de circulação comercial com a província do Maranhão, essa conjuntura já fora analisada por Sousa Ramos e estava prevista para ser ultrapassada com a concretização de seu ideal semelhante ao conceito de *provincialização* estabelecido, anos depois, por Antonio Saraiva.

Zacarias de Góes procurou elaborar o isolamento de Oeiras para além dos embates políticos travados no ano anterior: a capital deveria ser substituída não pelos dois aspectos postos em Ramos, como a incapacidade em sedimentar a navegação e a relação com a oligarquia de Sousa Martins – mas por questões de caráter geográfico. Era a geografia do lugar – o clima, a vegetação – que explicava as limitações de ordem econômica.

Situada entre morros, é quase inabitável a cidade, porque o calor que no clima do norte é tão intenso, torna-se aqui por essa circunstância ainda mais

---

<sup>226</sup> Cf. NETO, Marcelo de Sousa. **Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)**. FCMC: Teresina, 2013.

abrasador e insuportável: o local da cidade é tão pedregoso, e consequentemente estéril, que não consente vegetação, de maneira que na estação calmosa, como agora, dir-se-ia morta a natureza, a não ser o riacho da Mocha, em cujas margens sempre verdejam, bem que raras, algumas árvores.<sup>227</sup>

Se em Sousa Ramos, Oeiras perdera a capacidade de projetar o futuro no campo da política para os rumos da Província, em Zacarias de Góes o isolamento foi naturalizado por aspectos que adentraram pela primeira vez o debate da mudança. A abordagem da geografia para explicar o lugar condenava a cidade a uma condição insuperável, e condicionava a prosperidade do Piauí para fora do seu alcance. “*Estas razões embargam inteiramente o crescimento e prosperidade desta Cidade*”.<sup>228</sup> O resultado desta expressão era que Góes construiu a independência sobre o antecessor e conseguiu se posicionar em relativa superioridade sobre a direção do tema da mudança. Ele procurou assumir um lugar de imparcialidade ao lançar para o campo da opinião pública a necessidade de substituir Oeiras: “*segundo o que tenho observado é geral a convicção, mesmo dos habitantes de Oeiras, de ser inconveniente a existência da Capital aqui, havendo só divergência sobre o lugar para onde deva ser transferida*”.<sup>229</sup> O debate ganhou uma dimensão pública – mesmo porque a lei votada em 1844 certamente repercutiu dada a proporcionalidade de seu impacto para a realidade do Piauí – e o lugar de presidente lhe concedia o monopólio da fala: era ele quem detinha o poder da palavra para produzir os saberes relativos à mudança. Zacarias de Góes conduziu sua perspectiva estabelecendo a dualidade entre São João e Oeiras, ao afirmar o desejo da primeira em sediar a capital da Província. No entanto, o presidente não esclareceu se tratar de uma representação formal da Câmara, ou um posicionamento seu, preferindo manter a atmosfera de imparcialidade:

A Cidade de Parnaíba julga-se com direito de ter em si a Administração da Província, e alega em seu favor as seguintes razões: 1º estar quase à margem do Oceano, pois situada na margem direita do Parnaíba dista apenas do mar duas léguas, e permitir por isso que o Governo Supremo faça sentir a sua ação na Província com muito maior rapidez que agora, podendo a Correspondência da Corte com a Província, e vice-versa, fazer-se diretamente e não por intermédio do Maranhão e da Bahia; 2º a grande probabilidade de, estando lá a Capital, despertar-se o espírito de especulação para navegar-se o Parnaíba, e que é de uma utilidade imensa; 3º haver já suficiente número de edifícios cômodos para as Repartições públicas, e residência dos

<sup>227</sup> Relatório do Presidente Góes e Vasconcellos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de agosto de 1845, p. 37.

<sup>228</sup> *Idem.*

<sup>229</sup> *Idem.*

Empregados; 4º o exemplo das outras Províncias, cujo território compreende alguma porção de costa, as quais tem sentido a vantagem de terem as suas Capitais junto ao mar, e não no interior.<sup>230</sup>

Os argumentos expostos no relatório de 1845 colocaram a cidade de São João no centro do debate da mudança como a possibilidade mais “racional” e livre de motivações partidárias (assim Góes definiu a lei do ano anterior). Essa perspectiva estava fundamentada numa razão geográfica, política e urbanística. Geográfica, porque a relação com o litoral era determinante para a escolha, seja em termos de comunicação (as correspondências com a corte), seja em termos históricos (necessidade de seguir o exemplo de outras partes do Brasil). A lógica de Góes estava firmada pela equação litoral-interior, que lhe permitia operar com o poder de dizer Oeiras enquanto antítese de seu modelo, e enquadrar São João nesta dualidade que antagonizava as duas cidades. Mas ela era uma cidade ribeirinha, e não marítima; estava situada em um dos braços de rio chamado Igarçu, a uma distância de aproximadamente 10 quilômetros do mar. A mesma projeção sobre a navegação em larga escala no Piauí contida na escolha dos deputados em 1844 era, no relatório de Góis, apropriada e mobilizada para dizer São João, lançando-a no centro da execução deste projeto e – isto é o mais relevante – transferindo para ela as visões do futuro da Província.

Curiosamente, esta dualidade criada no relatório Góes e Vasconcellos em 1845, entre São João da Parnaíba e Oeiras, não existia no campo político. Uma análise dos resultados da eleição de 1844, em que Sousa Ramos e Francisco de Sousa Martins, representantes do partido conservador, lutaram contra Rio Pardo e Francisco Miranda Osório, candidatos do partido liberal, demonstrou que o único lugar da Província em que os liberais – capitaneados por Manoel de Sousa Martins – venceram a eleição foi exatamente em São João.<sup>231</sup>

Sobre o fato de a cidade poder contar com a estrutura urbanística mais desenvolvida da Província para receber os foros de capital, talvez este argumento fosse o único ponto que dificultava seriamente a execução da lei de 1844. Se bem que o próprio Zacarias de Góes admitiu a existência de um orçamento destinado especificamente para este fim. Mas a verdade é que ele não queria executar a lei, e deixou isso claro aos deputados provinciais ao afirmar que se nem Sousa Ramos executou a lei, também ele não o faria. Elaborou um prognóstico para justificar abortar

---

<sup>230</sup> *Idem.*

<sup>231</sup> NUNES, 2006, v. 4, p. 30.

o projeto: “*não sei se seria prudente por em prática, porque me parece que daria em resultado um grande empenho legado às gerações vindouras sem proveito correspondente*”.<sup>232</sup> E arrogou para si a superioridade de sua posição: “*É uma conjectura que faço com olhos vistos na história do nosso País*”.<sup>233</sup> Mas a história recente do país não possuía nenhum exemplo semelhante ao que acontecia no Piauí a respeito da mudança de uma capital; então, Zacarias de Góes blefou para garantir a legitimidade e a sapiência de sua administração.

Ao desconstruir a lei de 1844 e desqualificar a escolha dos deputados de seu sucessor, Sousa Ramos, Zacarias de Góes também projetou para o futuro o problema da mudança da capital – uma estratégia que lhe permitia explorar indefinidamente a questão. Era preciso “*dar tempo à que a opinião pública se vá esclarecendo, e pronunciando a este respeito para que então possa o legislador resolver definitivamente o que for conveniente ao maior número de habitantes da Província*”.<sup>234</sup> Ele não concordava com a lei, nem com a permanência da capital em Oeiras, e nem com a recusa de São João enquanto possibilidade primordial. Sobre essa rejeição, reconheceu que “*grande número de pessoas*”<sup>235</sup> o faziam ou por “*interesses particulares*”,<sup>236</sup> ou por acharem “*perniciosa*”<sup>237</sup> tal escolha. Mesmo assim, para ele, isso significava a falta de esclarecimento das pessoas, algo que só o tempo solucionaria: Zacarias de Góes, dessa forma, não somente prolongou o debate (pois incentivava que a opinião pública fosse se pronunciando sobre o assunto), como garantiu o seu monopólio sobre a palavra ao firmar o lugar de gestor da questão.

Apesar de tudo isso, mais uma vez os deputados provinciais reforçaram a escolha de 1844. Zacarias de Góes se dirigiu ao mesmo corpo político que votara em favor da lei da mudança, no ano anterior. Ao final da Assembleia de 1845, outra lei provincial foi votada: ela determinava a transferência da capital para a vila de São Gonçalo, em caráter temporário, o suficiente para executar a construção da nova cidade no lugar já definido. As repercussões dessa decisão foram as seguintes: ela reforçou o

---

<sup>232</sup> Relatório do Presidente Góes e Vasconcellos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de agosto de 1845, p. 36.

<sup>233</sup> *Idem.*

<sup>234</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>235</sup> *Idem.*

<sup>236</sup> *Idem.*

<sup>237</sup> *Idem.*

posicionamento da Assembleia e sua dominância sobre o tema, na medida em que desconsiderou os argumentos do presidente e as acusações de imparcialidade feitas por ele; definiu no campo político que o desafio urbanístico de erguer uma cidade não seria fator limitador (o fundamento da crítica de Góes baseava-se nisso); e, obviamente, significou uma derrota pessoal para Zacarias de Góes em almejar a liderança num espaço marcado pela lembrança de seu antecessor.

Em 1846, ele continuou na presidência do Piauí. No relatório que apresentou aos deputados na Assembleia daquele ano, transpareceu a existência deste embate com as forças locais – e que o incomodava consideravelmente. Em novo artigo denominado “Mudança da Capital”, Góes e Vasconcellos manifestou contrariedade em relação ao fato de que cabia à mesma Assembleia o poder de legislar acerca de questão tão relevante. Assim o presidente se manifestou:

A mudança da capital da Província desta cidade para a margem do rio Parnaíba, decretada desde 3 de agosto de 1844, e que ainda o ano passado foi objeto de uma resolução da Assembleia, não há até agora recebido impulso da Administração Provincial: cumpre informar-vos das razões, porque tenho assim obrado. Se bem que o § 1º do art. 10 do ato adicional dê a esta Assembleia o direito de legislar sobre a mudança da Capital, entendi eu que não devia por em prática uma medida de tal importância sem comunicá-la ao Governo Geral, e obter o seu assentimento, visto como é tão interessado em negócio desta ordem, pelas despesas que lhe cabe fazer na parte que lhe toca da decretada mudança, e pela nova direção que deverá tomar a sua correspondência e determinação de suas ordens.<sup>238</sup>

A análise de trecho relativo à fala presidencial de 1846 atesta alguns elementos importantes para a compreensão do problema da mudança naquele ano. Primeiro, Zacarias de Góes reafirmou o compromisso em não executar a lei, já que, como ele mesmo declarou, que não haveria nenhum “*impulso da Administração Provincial*”. O protagonismo dos deputados na legislação da transferência, apesar de garantido por lei, incomodava o presidente – que decidiu “*que não devia por em prática uma medida de tal importância*” sem o consentimento do Império. Bem, se a deliberação da Assembleia acerca do projeto era legal, por outro lado, Góes contornou a questão ao colocá-la, também, na esfera dos interesses nacionais. A mudança da capital provincial não era um caso de jurisprudência local porque sua importância ultrapassava as fronteiras do Piauí. Na batalha pela proeminência política sobre o projeto, ele incorporou a voz do Governo Imperial: um movimento sagaz, na medida em que lhe permitiu a dominância sobre um

---

<sup>238</sup> Relatório do Presidente Góes e Vasconcellos dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 11 de julho de 1846, p. 38.

corpo de deputados “indisciplinados”, para se impor como representante da ordem central. Não haveria a mudança da capital sem o consentimento do Império; as ordens, pois, partiriam do centro: era esse o posicionamento de Zacarias de Góes após as derrotas diante da Assembleia provincial. No diálogo com o Governo Imperial, há outro dado importante que concedeu ao presidente o *status* de mediador da questão: e escrita das informações:

Submeti, pois, o negócio ao Governo Imperial em ofício datado de 1º de setembro do ano passado, o qual em aviso de 26 de novembro do mesmo ano ordenou-me que, para levar ao conhecimento do Conselho d’Estado, informasse circunstancialmente das razões que induziram a Assembleia a determinar a transferência da Capital, com declaração das vantagens que podem dela resultar a prosperidade, e boa administração da Província. Cumpri prontamente a determinação do Governo Imperial, e aguardo a sua decisão: neste estado se acham as coisas.<sup>239</sup>

Após os deputados provinciais votarem a lei que mudava temporariamente a capital do Piauí para a vila de São Gonçalo, já em setembro, Góes reagiu com a estratégia de trazer o Governo Central ao palco do debate. O resultado foi o mesmo posicionamento do presidente diante da deliberação da Assembleia provincial: o esvaziamento das razões desta instituição e a perda de sua legitimidade em legislar a questão – agora lançada ao universo legislativo nacional. O aviso de 26 de janeiro foi claro: era necessário submeter o problema ao Conselho de Estado. Este órgão representava um quinto poder na estrutura administrativa imperial, deliberando previamente assuntos de relevância para a nação, antes de serem discutidos na Assembleia Geral. Ao presidente Zacarias de Góes caberia informar três eixos fundamentais sobre a mudança da capital no Piauí: as circunstâncias, as razões, e as vantagens. Esses aspectos foram abordados por ele já no relatório de 1845, onde construía seu posicionamento. As circunstâncias foram as eleições de 1844; as razões, interesses eleitoreiros e particulares; e as vantagens, nenhuma, por se tratar de uma lei impraticável. Somente por comparação, os mesmos aspectos ilustravam o discurso do seu antecessor, Sousa Ramos: as circunstâncias estavam materializadas na queda política de Manoel de Sousa Martins; as razões, a implementação da navegabilidade do rio Parnaíba; e as vantagens, a provincialização do comércio e a integração entre as vilas do Piauí. É curioso constatar que o mesmo projeto tenha sido representado de maneiras tão distintas entre dois presidentes no espaço de apenas dois anos. Mas as

---

<sup>239</sup> *Ibidem*, p. 39.

informações prestadas por Zacarias de Góes relativas à mudança da capital não foram diferentes daquilo que já defendera em seu relatório de 1845. Continuou defendendo a impraticabilidade do projeto – não sem ironia aos que acreditavam que a mudança fosse uma possibilidade real:

Cabe-me aqui dizer-vos que fiel às ideias expendidas em meu antecedente relatório, declarei ao Governo, com os fundamentos e razões que me ocorreram, que era, ao menos por agora, inexecutável a projetada mudança, porque, por (?) razões, não é possível improvisar uma Cidade sem dinheiro: fora mister nada menos que a onipotência do Criador para dizer: faça-se uma Cidade, e ela aparecerá. Inclino-me a crer, Senhores, que os habitantes desta Cidade, que pelo rumor da mudança da Capital, deixaram de construir casas, que premeditavam levantar, podem sem receio edificá-las, que primeiro hão de elas, cedendo ao tempo, arruinar-se, que sair dos morros de Oeiras a Capital da Província.<sup>240</sup>

A mudança da capital – no momento em que ganhava a projeção de um projeto local para a esfera de interesse nacional – foi representada como inviável pelo fator implícito de construção de uma cidade, e os gastos significativos para um esforço de tal envergadura. Uma deficiência da lei de 1844 foi a inexistência de um projeto urbanístico para a nova capital, e um plano que previsse a mobilização de forças para torná-la concreta. A saída prematura de Sousa Ramos da presidência não permite mensurar até que ponto sua permanência poderia permitir a efetivação da lei – na medida em que o apoio da presidência se mostrou algo tão decisivo. A experiência de Zacarias de Góes assim demonstrou; se bem que a estratégia de requisitar a administração central para deliberar o tema foi parte do seu esforço em assumir politicamente o protagonismo da questão. Ele definiu seu posicionamento “*com os fundamentos e razões que me ocorreram*”; portanto, se firmou como o limite do problema entre a Província e o Governo Central. Mas, ao contrário de seu anterior relatório, onde lançou a possibilidade da mudança para o futuro e condicionada pelo esclarecimento da opinião pública, a lei de 1845 (onde os deputados reafirmaram seu lugar aquém das considerações negativas do presidente) esvaziou tal prerrogativa e radicalizou a visão de Góes: o futuro deixou de ser o lugar da mudança. Assim, ao ironizar o temor de alguns moradores de Oeiras em construir na cidade, diante da possibilidade da transferência da capital, condenou definitivamente o projeto e renegou as leis de 1844 e 1845 à condição de lei morta: “*primeiro hão de elas, cedendo ao tempo, arruinar-se, que sair dos morros de Oeiras a Capital da Província*”.

---

<sup>240</sup> *Idem.*

#### **1.4 1848: A emergência da vila do Poti**

Uma avaliação do governo de Zacarias de Góes demonstra que, entre 1844 e 1852, ele foi o presidente que mais tempo permaneceu à frente da administração provincial. A sua recusa pessoal em cumprir a legislação da mudança foi, certamente, significativa para a condução política desse mandato de quase três anos. O projeto que, até então, ocupava o centro do debate político no Piauí foi por ele desqualificado. A partir de 1846 é possível identificar nos planos de governo o direcionamento do olhar da administração para questões urbanas envolvendo a cidade de Oeiras. Os anos de governo de Góes representaram um período de reformas e construção no espaço urbano da capital. Mas o que isso significou? Por que, mesmo elaborando uma argumentação complexa sobre a inviabilidade de Oeiras como sede da Província, ele investiu, a partir de 1845, nessas intervenções sobre o espaço?

Em primeiro lugar, o adiamento da mudança da capital abriu a possibilidade de intervenções urbanas em Oeiras, pois sem um projeto concreto era necessário canalizar os esforços para a própria cidade. Era possível transformá-la e adequá-la às visões do presidente? Bem, todas as obras realizadas nesse período representavam elementos simbólicos no universo da urbanidade. Zacarias de Góes realizou reformas de ruas, priorizou a iluminação pública, construiu pontes e ordenou a manutenção do trecho da estrada real que ligava o Piauí ao Maranhão. Foi responsável pela criação da Escola de Educandos Artífices e de prédios públicos de instituições relevantes, como a Câmara dos Vereadores. Além disso, no amplo quadro de degradação das matrizes (relatado inúmeras vezes nos relatórios governamentais), ele priorizou as reformas na Matriz de Oeiras. Em nenhum momento no século XX – ou até mesmo, desde sua fundação – a cidade não usufruía de melhoramentos de tal envergadura. Por que essa mudança de direção na administração provincial? A presidência de Góes deve ser compreendida não como uma uniformidade, mas como fases marcadas por embates específicos. Num primeiro momento, seu esforço em garantir o monopólio no debate da mudança; a desqualificação das deliberações legais da Assembleia de 1844 e 1845; o lançamento do debate na pauta de questões nacionais; e o esquecimento conferido ao tema no seu relatório de 1847. Nenhuma palavra, neste documento, foi dita sobre a transferência da capital. Por outro lado, foram informadas todas as obras de intervenção urbana em andamento em Oeiras. Como explicar a mudança de atitude de Zacarias de Góes? Bem,

ao final de sua administração, era necessária a fixação de um legado político, de uma memória que pudesse qualificar sua trajetória como presidente – especialmente no momento em que buscava se consolidar na carreira nacional. A alteração no foco – da mudança e suas possibilidades, até a negação de sua validade e o olhar sobre Oeiras – foi, portanto, fruto das circunstâncias políticas resultantes do embate entre ele e a Assembleia provincial.

O ano de 1848 foi emblemático para o debate acerca da capital no Piauí. Na Assembleia dirigida pelo vice-presidente Xavier Cerqueira, mais uma vez, a transferência foi motivo de questionamentos entre os deputados. Ao final do relatório ele esboçou a natureza do seu ponto de vista. Para Cerqueira, a impraticabilidade das leis de 1844 e 1845 significou uma vergonha para a instituição. “*Continua a ser letra morta as Leis Provinciais de 3 de Agosto de 1844, e 30 do mesmo mês de 1845, com notável prejuízo no crédito moral da Legislação Provincial; parecendo por isso da mais urgente necessidade, que chegueis a um acordo, acerca de tão importante objeto*”.<sup>241</sup> A firmeza de suas palavras atestava o incômodo de parte do staff político do Piauí com os resultados do projeto, votado seguidamente e jamais efetivado. Como visto, a administração de Zacarias de Góes desconstruiu o esforço dos deputados ao representar ao Governo Imperial sobre a inviabilidade daquelas leis. O posicionamento de Xavier Cerqueira pode ser interpretado como parte desse enfrentamento entre a Assembleia e a Presidência, onde o “descrédito moral” ao qual se referiu deve ser compreendido como a incapacidade do corpo local da administração em se sobressair na dinâmica criada por Góes. “*Não acompanho, aos que julgam impossível, que a Capital saia dos morros d’Oeiras*”,<sup>242</sup> assim se colocou o vice-presidente, em clara recusa ao julgamento de seu antecessor. Pela primeira vez um agente local utilizou o relatório governamental para expressar seus argumentos em relação ao tema da mudança; durante toda a administração de Zacarias de Góes, por exemplo, este exerceu implacavelmente a prática do monopólio das palavras, como visto anteriormente. Xavier Cerqueira assim descreveu a sua compreensão acerca das possibilidades que envolviam a mudança da capital:

(...) antes parece-me, não só possível, como até muito natural, e até infalível semelhante mudança, logo que os Piauienses, em geral, e o corpo do comércio em particular, se compenetrem da utilidade d’estar à margem do

<sup>241</sup> Relatório do Vice-Presidente Xavier Cerqueira dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 21 de junho de 1848, p. 18.

<sup>242</sup> *Idem*.

vasto, e rico Parnaíba a Capital da Província: uma medida bem simples, e que só de vós depende, produzirá esse grande resultado (...).<sup>243</sup>

Este ponto de vista procurou desconstruir o monumento erguido por Zacarias de Góes. Atacou o argumento da inviabilidade encaminhado ao Governo Imperial; buscou falar em nome da Província (os piauienses); e reafirmou a proeminência da Assembleia sobre o tema ao destacar que deles (os deputados) dependia a execução do projeto. Num plano mais amplo, significou o recrudescimento de forças locais contra a centralização com a qual o projeto fora conduzido até então, especialmente a partir de 1846.

Um dos dados mais importantes lançados no universo do debate da mudança foi o surgimento de uma nova possibilidade para a nova capital. Até aquele momento, pesava consideravelmente o argumento financeiro para desqualificar o projeto: do ponto de vista urbanístico, a construção de toda a estrutura necessária para o funcionamento de uma cidade não era um empreendimento simples – ainda mais para conter uma capital de Província. Foi assim que Zacarias de Góes rebateu Sousa Ramos na batalha pela hegemonia sobre a questão. Era uma plataforma política poderosa a ideia de que a sede provincial, se localizada nas margens do rio Parnaíba, traria o engrandecimento para a mesma e a integração das vilas no Piauí. A única fragilidade nesta visão foi a limitação explorada por Góes durante sua administração. Em 1848, na mesma fala aos deputados, Xavier Cerqueira lançou uma possibilidade para solucionar o impasse:

(...) terei sem dúvida conhecimento desse formoso lugar destinado no Município do Poti, e à margem do Parnaíba para a edificação da nova Vila daquele nome, concedei-lhe em dotação a quantia de 59:471\$372 rs., que os cofres gerais devem ao Provincial, e não duvideis consignar na lei de orçamento esses 10:000 rs. já votados no projeto que deixou de ser sancionado; esta medida de simples auxílio deverá ser acompanhada da criação de uma Comissão, que se encarregue da cobrança daquela quantia, e promova a edificação de uma Igreja, cadeia, e quartel para a tropa paga, recebendo de vossa ilustrada capacidade todo o desenvolvimento, de que é suscetível, e deixai por conta do tempo a mudança desta Capital, que tanta bulha tem feito.<sup>244</sup>

Pela primeira vez foi possível um deslocamento dentro do debate sobre a mudança da capital. Uma nova possibilidade entrou no jogo político personificada pela vila do Poti e seu caso singular. Desde 1842, uma lei provincial autorizou a mudança da

---

<sup>243</sup> *Idem.*

<sup>244</sup> *Idem.*

sede municipal da vila para um local nas margens do rio Parnaíba que fosse protegido pelas enchentes regulares de um de seus principais afluentes, o rio Poti. A vila ficava situada no encontro dos dois cursos d'água, num local que, ao longo dos anos, se mostrou vulnerável ao regime das cheias. Apesar disso, a vila desfrutava de relativa prosperidade econômica – pelo menos foi isso que transpareceu o relatório da Câmara dirigido ao presidente Sousa Ramos, em 1844. Xavier Cerqueira conseguiu registrar no seu texto a imagem da vila como um recurso estratégico capaz de contornar a limitação da lei de 1844: se existisse uma cidade erguida nas margens do rio Parnaíba, e que atendesse aos critérios estabelecidos pela mesma lei, a transferência seria não somente algo possível, mas uma realidade “natural” como o fluir do tempo. Com a nova vila finalizada, de acordo com Cerqueira, caberia apenas uma postura à Assembleia e seus deputados: *“deixai por conta do tempo a mudança da capital, que tanta bulha tem feito”*. Suas palavras devem ser consideradas relevantes porque, desde 1845, ele estava envolvido na administração provincial: assim, conhecia profundamente o tema e suas especificidades debatidas nesses anos.

No ano seguinte, a Assembleia provincial votou a lei que autorizou a mudança da capital para o lugar destinado à nova vila do Poti. Porém, ela nem chegou a ter alguma duração: em 1849, outra lei provincial anulou-a, e tudo o mais que havia sido legislado sobre o tema. A transferência parecia que, no campo político, sofrera um revés após mais de cinco anos oscilando entre adeptos e contrários. Apesar disso, a ideia de que a prosperidade do Piauí dependia deste empreendimento já estava enraizada no debate político, e nenhum presidente provincial poderia escapar de posicionar-se a respeito da questão. Quando Antonio Saraiva assumiu a presidência entre 1850 e 51, a disponibilidade de saberes nos relatórios governamentais, desde 1844, lhe permitiu não apenas o conhecimento profundo sobre o assunto e as expectativas mobilizadas, como a apropriação desses mesmos saberes para elaborar um posicionamento particular – em outras palavras, a construção de sua identidade política enquanto administrador da burocracia imperial. As leituras que fez dos relatórios que lhe antecederam – e esta informação estava presente na sua própria narrativa, ao citar as palavras de Ramos e Góes, respectivamente – representaram o meio de assimilação dos elementos pertinentes a cada presidente. Assim, Antonio Saraiva incorporou as projeções de Sousa Ramos sobre a navegação e a cidade; as críticas a Oeiras e a rejeição à lei de 1844, presentes em Zacarias de Góes; e a escolha da vila do Poti como solução mais viável, materializada nas palavras de Cerqueira e na lei de 1848. A anulação das “leis da

mudança”, no ano que antecederia a sua posse, antes de ser um revés, definiu as condições políticas perfeitas: deixava novamente em aberto o problema; porém, com uma gama de saberes à disposição de qualquer um que desejasse tomar para si a proeminência da questão no debate político – a essa altura, já o alicerce que sustentava as expectativas sobre o futuro do Piauí.

Quando assumiu a presidência do Piauí, como visto, Antonio Saraiva estava decidido a empreender a mudança. Ele sabia que a lei de 1849 carregava uma mensagem política: não era possível transferir a capital para um lugar deserto, sem a existência de um núcleo populacional de estrutura mínima. Saraiva utilizou a referida lei como ponto de partida para sua argumentação: “*impossível era mudar uma capital para um lugar deserto como aquele*”,<sup>245</sup> concordou com a Assembleia. Porém, apresentava novos fatos: a construção da Igreja Matriz, iniciada desde o ano anterior, e o comprometimento dos proprietários da vila do Poti em construir no espaço previsto da nova vila representavam a sua barganha política – ou melhor, uma solução viável para o problema. “*O Piauí não pode prosperar (...) sem que trateis seriamente de achar solução à mudança da capital*”,<sup>246</sup> alertou aos deputados. Se não era viável mudá-la para um local despovoado, o presidente defendeu sua alternativa: a criação de uma povoação que pudesse sediar a administração provincial “*sem que a Província despenda quantias que não possui, e que lhe são absolutamente indispensáveis*”.<sup>247</sup> O comprometimento de forças particulares com o projeto significava, nesta perspectiva, uma forma de contornar o problema financeiro que o projeto acarretava – argumento este que fez Zacarias de Góes se posicionar contra, alguns anos antes.

Antonio Saraiva informou que “*a uma légua da vila do Poti se levanta e cresce uma pequena povoação*”,<sup>248</sup> em referência à construção que havia iniciado sob a supervisão do mestre de obras Isidoro França. Ele oferecia um alento à falta de fé daqueles que não acreditavam ser possível uma povoação “*receber a capital*”<sup>249</sup> dentro das condições que o debate político impunha. Segundo o presidente, a descrença devia ser atribuída ao fato de que nenhum de seus sucessores examinara pessoalmente as

---

<sup>245</sup> Relatório do Presidente Antonio Saraiva dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 3 de julho de 1851, p. 38.

<sup>246</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>247</sup> *Idem*.

<sup>248</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>249</sup> *Idem*.

possibilidades do lugar; nem operou no sentido de mobilizar as forças de um município (nesse caso, a vila do Poti), para que seus interesses fossem dirigidos “*para a edificação de prédios, que formassem um núcleo de povoação, que se aumentasse*”.<sup>250</sup> Construiu, dessa forma, a sua hegemonia na linha de presidentes que problematizaram a transferência da capital, mas não se comprometeram, como ele, em materializá-la. No relatório governamental Saraiva argumentou que foi ele o responsável por compreender os problemas relacionados à vila do Poti, além de se mostrar como autor da escolha de seu novo lugar. Porém, é importante destacar que ambos os aspectos já estavam previstos na lei provincial de 1842. “*Convidei-os a edificar no mais belo e agradável lugar da margem do Parnaíba*”,<sup>251</sup> assim escreveu. “*O resultado de tudo isso foi além de minhas esperanças*”,<sup>252</sup> informou o presidente, se referindo à existência de mais de trinta casas, e que os moradores do Poti deixavam suas moradias para habitar o local, já denominado de Vila Nova do Poti.

Antonio Saraiva continuou seu relatório defendendo que seus esforços foram insignificantes, mas visavam “*aos mais vitais interesses do Piauí*”.<sup>253</sup> Em caráter ufanista, exaltou o patriotismo e os esforços dos habitantes da vila que se comprometeram com o projeto. “*As cores políticas não poderão naquela localidade dividir os esforços dos habitantes do Poti no grande empenho de promover a prosperidade do seu município*”.<sup>254</sup> Lançou, dessa forma, a vila na vanguarda e no centro do debate político, como parte de seu esforço em legitimar o processo que iniciara desde o início do mandato. Para enfrentar a questão crucial envolvendo os gastos públicos relacionados à construção de edificações, ele defendeu a hipótese de que casas particulares – erguidas por proprietários tanto da vila, quanto do Maranhão – poderiam ser alugadas para abrigar órgãos administrativos de acordo com as necessidades. “*Por essa forma pode a Província obter quanto deseja com pouco dispêndio*”.<sup>255</sup> No mais, projetou aos deputados uma soma reduzida de despesas anuais bancadas pelos cofres públicos, sendo definida em “*um conto e oitocentos mil reis*”.<sup>256</sup>

---

<sup>250</sup> *Idem.*

<sup>251</sup> *Idem.*

<sup>252</sup> *Idem.*

<sup>253</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>254</sup> *Idem.*

<sup>255</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>256</sup> *Ibidem*, p. 41.

Como chegou a esse valor, o presidente não explicou. No mais, recorreu ao mantra usual relacionado à mudança da capital: que a prosperidade advinda deste movimento aumentaria a arrecadação da Província e suportaria qualquer despesa com obras públicas, “*consequência imediata da mudança da capital em alguns anos*”.<sup>257</sup>

Assim, se posicionou como o presidente capaz de oferecer a luz ao problema que se arrastava durante anos. “*Tenho-vos mostrado, Senhores, que podeis resolver, em harmonia com os recursos da Província, o grande problema do seu engrandecimento*”.<sup>258</sup> Ele apresentara o caminho – ainda que esta possibilidade fosse desenvolvida já na lei de 1848, antes de seu governo; cabia aos deputados, portanto, como exemplo de patriotismo, executar a visão. Além disso, procurou reforçar os argumentos para legitimar a Nova Vila do Poti como sede para a administração provincial. “*Prefiro aquela localidade para sede do Governo da Província*”,<sup>259</sup> afirmou. Destacou sua salubridade; a possibilidade de confrontar a vila de Caxias, no Maranhão, em relação à sua hegemonia no comércio do Piauí; a conexão com a cidade de São João da Parnaíba e as grandes possibilidades da navegação, seja no aspecto econômico, ou nas facilidades de comunicação com a Corte; o potencial agrícola do município; e a crença de ser a nova vila “*a única que promete florescer à margem do Parnaíba, e habilitar-se em menos tempo para possuir a capital da Província*”.<sup>260</sup>

As intenções de Saraiva acerca da transferência não eram desconhecidas em Oeiras. Ao contrário, seu posicionamento já estava definido desde que assumira a presidência. Críticas oriundas das hostes liberais ainda ressentidas pela derrocada política de Manoel de Sousa Martins procuravam desestabilizar as argumentações em defesa da mudança. Esse fato não passou despercebido em seu relatório. Acusou partidários contrários ao projeto de tentarem manobrar, no âmbito do Governo Imperial, para subverter o seu “*sistema administrativo*”,<sup>261</sup> que “*por tender a preparar o terreno para a mudança da capital, ofende os interesses de Oeiras*”.<sup>262</sup> Ele elencou os principais pontos do argumento antimudancista em prol da cidade: possuir alguns edifícios públicos, por estar no centro da Província, e por ser “*uma cidade pobre, que*

---

<sup>257</sup> *Idem.*

<sup>258</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>259</sup> *Idem.*

<sup>260</sup> *Idem.*

<sup>261</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>262</sup> *Idem.*

*sem a capital, ficaria reduzida a pouca cousa*”.<sup>263</sup> Saraiva desconsiderou todos eles; e sobre a presença de edifícios e obras públicas em Oeiras – iniciados durante a administração de Zacarias de Góes – foi taxativo aos deputados: o “*futuro do Piauí*”<sup>264</sup> não deveria ser prejudicado “*só porque haveis despendido nesta cidade em pontes, em calçadas, em um hospital, e uma casa para Liceu algumas quantias*”<sup>265</sup>, afirmou com desdém.

Vós decidireis se por amor dessas quantias deixará o Piauí de conquistar pelo comércio, pela agricultura, pela indústria somas maiores, que poderão em pouco tempo dar-lhe uma capital mais rica, mais cômoda, mais civilizada, e mais conveniente à direção dos negócios públicos.<sup>266</sup>

No apelo aos deputados provinciais, Antonio Saraiva repetiu as palavras de Sousa Ramos, sete anos antes, quando estabeleceu a relação que viria a sustentar o discurso mudancista: a relação entre a navegação, a cidade, e a projeção do futuro “civilizado”. Desta forma, determinou uma via de mão única com obstáculos claramente definidos, personificados na imagem da capital, Oeiras. Mesmo reconhecendo que “*alguns ilustres piauienses sofram com essa mudança*”,<sup>267</sup> a causa era bem maior que certas convicções pessoais ou interesses particulares. “*O futuro da Província depende essencialmente da mudança da capital*”,<sup>268</sup> sentenciou. “*Deveis decidir de uma vez*”,<sup>269</sup> assim finalizou seu discurso na Assembleia; e justificou seu empenho em promover a transferência como meta de sua administração a partir da ideia de que se tratava, acima de tudo, de resguardar a projeção devidamente reservada ao Piauí: cabia a ele, no papel de presidente, “*a obrigação de defender com empenho os grandes interesses da Província que administra*”.<sup>270</sup>

E qual a finalidade de Antonio Saraiva com toda essa construção retórica em torno da mudança da capital e de seu papel dentro do processo? Num primeiro plano, a tentativa de convencer uma Assembleia de deputados que votara em 1849 com a finalidade de anular tudo que até então havia sido legislado sobre a mudança da capital.

---

<sup>263</sup> *Idem.*

<sup>264</sup> *Idem.*

<sup>265</sup> *Idem.*

<sup>266</sup> *Idem.*

<sup>267</sup> *Idem.*

<sup>268</sup> *Idem.*

<sup>269</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>270</sup> *Ibidem*, p. 43.

Era necessário apontar subsídios suficientes para se fazer crer que a lei de 1848 era possível de ser efetivada; daí a importância em informar sobre o andamento das obras na vila nova, e da existência de casas e contingente humano. A vila emergiu como caminho palpável para a realização da transferência e, além disso, suportar o horizonte de expectativas projetado a partir da ideia, e que lhe atravessou desde os seus começos para lhe conferir sua própria identidade. Por outro lado, o esforço de convencimento operado por Saraiva, se deveu ao fato de se tratar de uma aposta política. Até ali, não havia garantias de que a Assembleia votasse a favor da mudança; todo o trabalho por ele empreendido no Poti poderia ser em vão, significando que seu ideal de realizador operava, inicialmente, no campo da incerteza. Ele não mediu palavras, por exemplo, para tentar conectar o problema da mudança a uma questão visceral para a Província – movimento este que, em termos retóricos, caracterizou a oposição ao projeto como antipatriótica e conflitante com a imagem do futuro do Piauí.

Por isso, a composição da Assembleia provincial de 1852 era, para ele, fundamental. Com a eleição de deputados favoráveis à transferência da capital, o caminho ficaria aberto para legislar-se favoravelmente aos seus planos. Porém, certos obstáculos ainda seriam decisivos naquele ano. Em 1851, o pedido de elaboração de uma lei que autorizasse a mudança para o Poti não foi correspondido. Além disso, em 1852, um novo projeto foi lançado na pauta dos deputados, a respeito da transferência da capital: previa o retorno à lei de 1844, com a escolha da zona portuária de São Gonçalo para construção de uma nova cidade. Esse movimento político, que sinalizava o posicionamento de parte da Assembleia em favor de Oeiras, atestava a seguinte assertiva: considerava aceitável a mudança da capital, mas para um local próximo desta capital. O projeto personificou a resistência aos planos de Antonio Saraiva, provocando-lhe uma reação através do relatório dirigido aos mesmos deputados. Ele manifestou desapontamento com a falta de comprometimento, no ano anterior, em relação à exposição que fizera; e não deixou de ironizar o fato ao afirmar que “*em épocas mais remotas o Corpo Legislativo, quase sem convicção da exequibilidade das leis a respeito, votou-as com suma facilidade*”.<sup>271</sup> Além disso, recorreu ao discurso patriótico para conectar o seu empenho pessoal – “*que só pode oferecer-me desgostos e sacrifícios*”<sup>272</sup> – a um desejo da Província, e incorporando para si a figura de altruísta,

---

<sup>271</sup> Relatório do Presidente Antonio Saraiva dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de julho de 1852, p. 34.

<sup>272</sup> *Idem*.

na medida em que mobilizava a visão mais importante para o Piauí. Os adversários desse ponto de vista, na perspectiva do presidente, buscavam objetá-la a partir do esforço de executar a mudança em “*um lugar inconveniente, e com precipitação*”,<sup>273</sup> se referindo obviamente à vila de São Gonçalo. Sobre a proeminência do Poti como melhor escolha, assim escreveu:

Quanto a mim a mudança da capital para o Poti há de produzir a navegação em grande escala no rio Parnaíba; há de dar à Província um importante ponto comercial, e há de possuir uma civilização grande, porque há de ter riqueza, e há de ficar ligada por aquela navegação a todos os municípios da Província, e a todos os grandes centros de civilização do Império.<sup>274</sup>

A narrativa de Saraiva sintetizou todos os aspectos e as projeções sobre a mudança da capital que a vila do Poti poderia suportar. As críticas em Oeiras eram sustentadas num esforço em elencar certas características que podiam legitimar São Gonçalo no debate político. O presidente rebateu todas elas: a salubridade e a fertilidade eram elementos comuns a ambas as vilas; “*o Poti não cede em nada (...) a quaisquer outros dos portos da margem do Parnaíba que pudessem ser escolhidos para aquele mister*”,<sup>275</sup> completou. “*É minha opinião que nenhum outro município mais do sul contém melhores qualidades para sede de Governo*”,<sup>276</sup> dessa forma, não apenas refutou a hipótese oposicionista, como sinalizou para uma divisão que se fazia cada vez mais presente no debate político provincial sobre a transferência: os municípios do norte e do sul. Este recorte permitia aos oposicionistas mobilizarem a ideia de que uma capital no Poti ficaria distante de Oeiras e de Parnaguá, enquanto beneficiaria as vilas de Campo Maior e Parnaíba em detrimento das demais. Recorriam, assim, novamente ao argumento da centralidade como subsídio principal para os critérios estabelecidos em relação à mudança. Esta perspectiva foi duramente criticada por Saraiva, que promoveu um deslocamento ao representá-la como falso fundamento, na medida em foi exatamente essa visão que definira Oeiras como capital provincial. “*Nem me demoro sobre a consideração de ponto mais central, porque foi justamente essa consideração a que nos legou uma capital nos sertões e todas as suas fatalíssimas consequências*”.<sup>277</sup>

---

<sup>273</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>274</sup> *Idem*.

<sup>275</sup> *Idem*.

<sup>276</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>277</sup> *Idem*.

A retomada de São Gonçalo como possibilidade foi considerada por Saraiva como uma manobra cuja finalidade era resguardar os interesses oeirenses (“*porque a capital lhe ficaria mais próxima*”<sup>278</sup>) – que, nessa abordagem, apareciam como antagonicos aos da própria Província. Ressaltou que o Poti “*tomara um grande, um extraordinário incremento*”<sup>279</sup> movido graças à ideia da mudança, apesar da descrença de parte da opinião política. “*A certeza da mudança se dará, logo que se conhecer na Província que há uma lei, e que essa lei é muito exequível*”,<sup>280</sup> afirmou com a convicção no seu projeto, somada ao fato de que o seu comprometimento com as obras, manifestado desde 1851, calaria as vozes incrédulas de sua execução. Essa atitude contundente do presidente, e mesmo agressiva, procurou desqualificar o projeto da oposição, mas também desafiá-la a satisfazer todas as exigências que o Poti personificava como alternativa bem mais sólida que a de São Gonçalo. Chegou até mesmo a desafiá-los: caso votassem a lei, não deveriam esquecer o trabalho metódico de “*consignar todos os meios indispensáveis para sua execução*”.<sup>281</sup> Nesse ponto, obviamente, Saraiva levava relativa vantagem. No momento do debate na Assembleia as obras da nova vila do Poti estavam adiantadas e a mudança do antigo local já havia sido reconhecida no ano anterior. Bastava uma aprovação formal do legislativo para a execução da transferência – um movimento previsível e fundamental do qual dependia a consolidação desse plano desenvolvido desde o final de 1850, quando o próprio presidente se encarregou de sua condução. Saraiva dependeu consideravelmente dos esforços particulares dos moradores do Poti, e assim descreveu essa relação:

Terminarei, Senhores, este capítulo agradecendo ainda mais uma vez aos habitantes do Poti os sacrifícios, que não feito para terem o prazer de ver no seu município a Capital da Província.<sup>282</sup>

A afirmação do presidente não significava apenas o cumprimento aos esforços da população da vila do Poti com a construção de sua nova sede, empenhados pela promessa de abrigar a nova capital. Foi uma forma de consolidar a relação maniqueísta constituída no cerne do debate sobre a mudança: personificando o futuro do Piauí, toda objeção a ela seria um ato contra essa projeção. No campo político, essa dualidade

---

<sup>278</sup> *Idem.*

<sup>279</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>280</sup> *Idem.*

<sup>281</sup> *Idem.*

<sup>282</sup> *Ibidem*, p. 38.

serviu para mobilizar a opinião pública e esvaziar as reações localizadas em Oeiras. “*Seria de desejar, que unidos marchassem hoje todos os piauienses sem exceção, no grande empenho de fazerem o bem de sua Província*”,<sup>283</sup> escreveu Saraiva. Essa visão coletiva era rompida pelas críticas entre parte dos oeirenses – representados como figuras dissonantes dos anseios da sociedade piauiense. Assim o presidente descreveu sua opinião sobre os habitantes da capital:

Os oeirenses, Senhores, que até agora não têm concorrido para o progresso daquela povoação, hão de ser os nossos melhores auxiliares, logo que conheçam quanto erram em não adotar com franqueza, e mesmo com entusiasmo, uma medida que, se lhes faz mal, há de servir poderosamente a seus filhos, destinados em Oeiras a não ter futuro algum, quando a população desta cidade crescer alguma cousa.<sup>284</sup>

Antonio Saraiva definiu os dois lugares onde habitavam as temporalidades da Província no campo político. Na vila do Poti, o futuro relacionado à mudança da capital e as esperanças inerentes a essa visão; em Oeiras, o destino cruel de “*não ter futuro algum*”. Assim, se no presente a ideia da transferência poderia significar uma ruptura na vida de alguns habitantes, esta se justificava em benefício da prosperidade de seus próprios filhos diante de um movimento irreversível. Foi esta a última estratégia retórica do presidente dentro de sua narrativa nos relatórios de 1851 e 1852: condenar os filhos de Oeiras a sustentarem o fardo de geração perdida. Só havia expectativa e esperança no universo da vila nova do Poti; ambos não habitavam mais a antiga capital. Todo esse aparato retórico delineado por Antonio Saraiva para garantir a efetivação do projeto de mudança – construído a partir das leituras dos relatórios governamentais de seus antecessores, e de suas próprias experiências como administrador da Província – provavelmente não seriam suficientes sem a materialização do Poti como uma possibilidade real. Dessa forma, o projeto de transferência da sede administrativa do Piauí foi aprovado ao final da Assembleia de 1852, através da Resolução número 315 de 27 de julho. Ela autorizou a mudança da capital de Oeiras para a vila nova do Poti, que por sua vez foi elevada a categoria de cidade, com o nome de Teresina.

Nos meses seguintes houve intenso trabalho relativo ao traslado de toda a estrutura burocrática para a nova capital. No dia 1º de agosto, Antonio Saraiva autorizou a transferência do Estabelecimento dos Educandos Artífices com seus objetos e o grupo de alunos, como o intuito de auxiliarem nas obras públicas que aconteciam em Teresina.

---

<sup>283</sup> *Idem.*

<sup>284</sup> *Idem.*

Na mesma data, determinou a viagem dos funcionários da Administração da Fazenda Provincial; em seguida, ordenou a mudança da Administração do Correio. No dia 2 escreveu ao Ministro da Fazenda pedindo autorização para o deslocamento da Tesouraria da Província, e ao Ministro da Guerra para a construção de um quartel na cidade. As informações dirigidas ao Governo Central se estenderam até o mês de setembro, quando comunicou o estabelecimento das repartições públicas em casas cedidas gratuitamente por proprietários particulares durante o período de um ou dois anos. Somente em outubro houve uma resposta do Ministro do Império reconhecendo oficialmente a nova capital.<sup>285</sup>

Na verdade, os procedimentos de transferência foram rápidos, durando pouco mais de um mês. No dia 14 de agosto Antonio Saraiva chegou a Teresina e autorizou a transferência da Tesouraria para o início de outubro, mesmo sem a resposta da Corte. No dia 16, dois dias após sua chegada, a Câmara de Teresina oficialmente executou a lei 315 que autorizava a mudança da capital e, durante a cerimônia, o presidente foi agraciado com o título de Fundador da Cidade de Teresina. Construía-se, dessa forma, a identidade política do jovem administrador como fazedor de cidade. Saraiva reconheceu em correspondência oficial que sua pressa em executar a lei da mudança e efetuar a transferência da estrutura burocrática de Oeiras se deveu a dois motivos: a proximidade com a estação chuvosa, que tornaria mais difícil o transporte de bens; e a existência de uma “fermentação nos espíritos” dos habitantes oeirenses insatisfeitos com o processo. Apesar disso, no dia 14 de setembro, todos os arquivos relacionados à administração da Província foram retirados de lá, e no dia 20 o cofre da Tesouraria com as rendas províncias também foi escoltado pela força pública em direção à nova capital.<sup>286</sup>

Um balanço geral da mudança efetuada durante a administração de Antonio Saraiva aponta para todas as imagens já discutidas até aqui: a representação de uma nova cidade como portadora do futuro do Piauí, as expectativas sobre a navegação a vapor no rio Parnaíba, e a elaboração de Oeiras como personificação do passado que se desejava superar a partir do discurso mudancista. Aliás, a construção desta *outridade* foi, certamente, a estratégia mais importante na definição da identidade da nova capital. A crítica contra a primeira capital não podia ser dissociada do próprio fenômeno de decadência política de Sousa Martins, pois ambos emergiram no relatório de Sousa

---

<sup>285</sup> NUNES, 2006, v. 4, p. 117.

<sup>286</sup> *Ibidem*, p. 119.

Ramos, em 1844. Esse processo de esquecimento deliberado, resultado das modificações no cenário político provincial e nacional, foi a tônica dos relatórios posteriores – inclusive de Antonio Saraiva, que recorreu insistentemente na estratégia retórica de condicionar Oeiras ao passado que o projeto mudancista desejava superar. A nova capital suportou as imagens de futuro do Piauí, renegando à sua irmã a proeminência na projeção de qualquer porvir. Porém, se Teresina foi pensada dentro de um horizonte de expectativas que legitimou os fundamentos de sua identidade entre os anos de 1844 e 1852, não seria válido pensar que Oeiras, no momento de sua fundação na segunda metade do século XVIII, experimentasse um fenômeno semelhante? Na verdade, a cidade respondeu a desejos e esperanças específicos do contexto político setecentista suportando suas próprias imagens de futuro. Porém, essas motivações sucumbiram ao esquecimento produzido através dos relatórios governamentais. Mas esse não foi o único dado silenciado nas narrativas dos presidentes provinciais. A ideia da mudança da capital durante o Segundo Reinado não foi uma questão deliberada exclusivamente nesse período. Cerca de quatro décadas após a fundação de Oeiras e a criação da capitania de São José do Piauí, em 1800, ela foi problematizada pela administração do Estado Português.

## CAPÍTULO II – A MUDANÇA NO PERÍODO COLONIAL

### 2.1 Narrativas da mudança

Em abril de 1798, em ofício dirigido ao Conselho Ultramarino – órgão máximo da administração colonial portuguesa – o governador da Capitania de São José do Piauí, João de Amorim Pereira informou sobre os negócios da administração, os potenciais econômicos, os problemas envolvendo as vilas e suas respectivas câmaras. E sugeriu a mudança de sua capital da cidade de Oeiras – fundada em 1761, durante os procedimentos de instalação da capitania – para a vila de São João da Parnaíba, estabelecida no mesmo ano. De acordo com Amorim, a localização geográfica da dita vila – num dos braços que formavam a foz do rio Parnaíba – e os negócios desenvolvidos por seus habitantes mais abastados – o comércio exterior dos derivados da pecuária, especialmente, couros e charque – eram elementos que legitimavam o deslocamento da sede administrativa e o rearranjo de um formato definido há apenas três décadas. Por que o governador optou por tal mudança? Que fundamentos ele sugeriu para sustentar essa alteração de perspectiva? Na mesma correspondência ao Conselho, assim se justificou:

Em todas as partes do mundo o que faz a abundância é o comércio e o que o promove são as facilidades que a natureza ou a arte lhes administra: o transporte pelo rio é sempre cômodo, muito mais quando as suas mencionadas margens lhes oferece produções interessantes.<sup>287</sup>

Amorim se referia ao esforço necessário de navegação na bacia do rio Parnaíba, especialmente em relação ao potencial econômico que isso significava para as finanças da recente capitania. Seja em termos de fertilidade, ou as possibilidades relacionadas à sua navegabilidade eram, para o governador, uma prioridade para a administração ultramarina. A capital, Oeiras, estava localizada nas proximidades do rio Canindé – um dos afluentes da bacia parnaibana – mas relativamente distante das margens do Parnaíba; esse dado específico, e a localização mediterrânea da cidade, resultavam em consequências nefastas para a economia do Piauí, segundo a perspectiva

---

<sup>287</sup> [Ofício do Governador D. João de Amorim Pereira ao Ministro do Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 8 abril de 1798]. In: \_\_\_\_\_. COSTA, 1974, v. 1, p. 204.

de Amorim. Esse ponto de vista centralizado nas finanças da Capitania desqualificou o *status* de Oeiras para cumprir as expectativas esperadas de uma capital; além disso, se baseou no questionamento sobre as condições do lugar no qual estava localizada:

Em primeiro lugar o terreno da Capitania é incapaz da produção necessária para a sustentação de seus habitantes; pois todos os gêneros que se consomem nesta cidade vêm daqui 10, 15, 20 e mais léguas em cavalos, que apenas carregam cinco arrobas e fazem por dia 5 a 6 léguas de caminho, o que faz com que sejam mais caros do que em Portugal, sendo por mar conduzidos dos portos deste continente: – esta razão, unida a grande preguiça, quase universal destes povos, os reduz muitas vezes a padecer muitas fomes, o que não sucederia se fosse situada às margens do excelente rio Parnaíba, navegável algumas duzentas léguas, abundantíssimo de peixe, sendo suas margens suscetíveis de mais e melhor produção de todos os efeitos, que fazem o principal objeto de transporte para os portos de Portugal.<sup>288</sup>

Duas questões são cruciais neste fragmento. Primeiro, a relação contraditória entre o administrador e a construção de uma visão sobre o lugar. A que se referia a adjetivação de “preguiça universal” acerca dos habitantes da capitania? Sua quase totalidade estava envolvida numa vida rural dedicada ao cultivo de subsistência e a criação pecuária e seus derivados. Não é possível desconsiderar a complexidade relacionada à dinâmica deste trabalho; e muito menos classificar como “preguiçosos” os sujeitos que protagonizavam a atividade. O abastecimento de gêneros para a cidade de Oeiras sofria do problema de transporte, encarecendo os preços; para uma capital de província, tornava-se algo maior – se bem que, no universo do comércio colonial setecentista, não é possível imaginar isso como uma questão específica da Capitania. O próprio governador admitiu a prevalência de certas produções no contexto local, consideradas de grande valor nos portos portugueses; porém, acreditava na possibilidade de amplitude desse mercado. “*O melhor é, certamente, o que já se vai colhendo, que podia e até devia produzir em grande abundância*”.<sup>289</sup> Ele se referia ao cultivo de tabaco, algodão e arroz que, juntamente com a produção pecuária, mobilizava os esforços dos proprietários locais. Porém, não conseguia discernir a conversão desse esforço num cenário de comércio capaz de alavancar as finanças do Piauí. “*O açúcar, o arroz, o tabaco e todas as mais produções da América progrediriam se tivessem tido um braço que animasse a sua produção e um gênio que buscasse os meios de seu*

---

<sup>288</sup> *Idem.*

<sup>289</sup> *Ibidem*, p. 205.

*aumento*”.<sup>290</sup> Obviamente, em sua perspectiva, a capital, Oeiras, carecia da condição de pilar para esse movimento.

Num segundo plano, a questão relacionada aos problemas de comunicação e encarecimento das mercadorias que entravam na capital – um duplo problema, portanto, cuja solução era vista no potencial do rio Parnaíba e sua capacidade de reverter a ambos, seja na maximização das comunicações, ou no suprimento de recursos de primeira necessidade. A navegação era, no seu posicionamento político, a chave para o desenvolvimento da Capitania. Para justificar esse ponto de vista Amorim mobilizou uma experiência recente da Capitania vizinha: “*O que fez aumentar o comércio do Maranhão foi a produção das matas do rio Itapecuru, que sendo muito extensas e abundantes, não excedem as do Parnaíba, na barra de cujo rio está situada a vila de São João da Parnaíba (...)*”.<sup>291</sup> Realmente, o esforço empreendido pela Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará conseguiu converter a Capitania numa das grandes exportadoras de algodão no período colonial; tal feito se deveu ao aproveitamento do Itapecuru como veia de ligação da capital, São Luís, com o interior maranhense até a região de Aldeias Altas, por onde corria um fluxo constante de mercadorias – seja das margens do rio, ou dos portos da capital. Amorim se valia da noção de que, se tal empreendimento foi materializado ali, não haveria sentido em não fazê-lo numa bacia de maiores proporções, e capaz de conectar a costa ao interior em mais de duzentas léguas como era a bacia parnaibana. Sua recomendação de mudança da capital do Piauí – de Oeiras para a vila de São João da Parnaíba – se baseava na possibilidade de fazer desta uma similaridade com a capital do Maranhão. A vila, caso fosse convertida em sede administrativa, ofereceria determinadas vantagens em comparação a Oeiras. Sobre ela, afirmou:

Apesar de não ter tido uma pessoa vigilante para seu aumento e comércio, está muito melhorada, que esta cidade, não só na construção de seus edifícios e regularidade de interior, mas na abundância que sempre há nela, tanto pelo seu termo, como pelos contínuos socorros que lhe entram pela barra, como pelo interior do mencionado rio: ali tem havido e há comerciantes que transportam para o porto de Lisboa e cidade do Porto muitos gêneros dos que produz este clima (...).<sup>292</sup>

---

<sup>290</sup> *Idem.*

<sup>291</sup> *Idem.*

<sup>292</sup> *Idem.*

A vila estava localizada num dos braços do rio Parnaíba em sua foz no Atlântico, denominado de Igarçu. A proximidade com a barra permitia o fluxo dos produtos locais para fora, em direção a portos da colônia e de Portugal, além da entrada de bens de consumo – perfazendo um incipiente comércio para um núcleo fundado somente cerca de três décadas atrás, durante o processo de criação institucional da Capitania de São José do Piauí. Havia uma florescente atividade de manufatura ligada à criação pecuária, como o beneficiamento da carne de charque e de couros voltados para a exportação. A vila contava com inúmeras oficinas capazes de abater milhares de animais por ano, num processo denominado de charqueada.<sup>293</sup> Essa atividade não mobilizava somente produtores da vila, como também de outros lugares, a exemplo da vila de Campo Maior. O rio Parnaíba funcionava como via de escoamento de sua barra até o interior da Capitania; além disso, a saída para o mar, através do porto de Amarração, permitia a entrada de embarcações de médio porte, algo que foi aproveitado com relativo sucesso nesse período. Essa especificidade da vila de São João da Parnaíba gerava uma renda razoável para a Câmara Municipal, lhe permitindo o cumprimento de uma exigência contida na carta régia de fundação da Capitania de São João do Piauí: que as municipalidades fossem capazes de prover financeiramente o desenvolvimento de suas respectivas vilas. Tal condição, obviamente, não fora identificada por Amorim Pereira na avaliação que fez de Oeiras. Isso aponta para outro aspecto relativo ao campo arquitetônico, pois a geração de renda possibilitou a construção da vila sobre padrões materiais superiores aos da própria capital; o governador, por exemplo, ressaltou como características suas a construção de edifícios e a *regularidade do interior*. São João da Parnaíba emergiu, nas palavras do governador, como modelo urbanístico fundamentado na ideia de simetria e planejamento do espaço: certamente a personificação de uma racionalidade setecentista na composição dos espaços urbanos coloniais. Para ele, esses elementos – comerciais e urbanos – justificavam a vila como legítimo lugar para a sede administrativa.

Portanto, o teor político contido nas palavras de Amorim Pereira demonstrava uma proposta de administração capaz de elevar à categoria de prioridade o esforço de navegação da bacia parnaibana em grande escala através da mudança da capital, Oeiras, para as margens do dito rio. A escolha da vila de São João da Parnaíba pode ser compreendida como algo contingencial, já que o proeminente núcleo urbano

---

<sup>293</sup> Cf. GANDARA, Gercinair Silvério. Rio Parnaíba...cidades-beira. Brasília: UNB, 2008 (Tese de Doutorado).

materializava, dentro de seu campo de atuação, a visão projetada pelo governador para o desenvolvimento da Capitania. Por conseguinte, somente a delimitação desse panorama não é suficiente para explicar o alcance do posicionamento do governador. Ele significava que Oeiras, escolhida como capital em 1761, não representava uma unanimidade entre os administradores encarregados pelo Conselho Ultramarino. A ideia da transferência da sede para as margens do rio Parnaíba precedia o período de Amorim Pereira. Alguns anos antes, Antonio Noronha – governador da Capitania do Maranhão – prescreveu esta possibilidade ao Conselho.<sup>294</sup> O governador que precedeu Amorim da administração do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho, também seguiu a mesma linha de pensamento, optando pela vila de São João como o local mais apropriado para a execução do projeto.<sup>295</sup> Dessa forma, é possível identificar uma sequência de administradores que defendiam a substituição de Oeiras. Isso demonstra a presença de uma avaliação negativa relacionada à forma como foram estabelecidas e organizadas as vilas no momento de instalação da Capitania do Piauí. É importante ressaltar uma singularidade ligada à organização desses nucleamentos urbanos: nunca na história colonial houve o esforço premeditado de criação de vilas como no caso da montagem da Capitania, a partir de 1759. Foram constituídas, no espaço de dois anos, seis vilas no lugar de freguesias existentes, além da elevação da vila da Mocha à categoria de cidade e capital, com o nome de Oeiras. Quando Amorim Pereira falou em favor da mudança da sede administrativa, sua argumentação operou dentro desta singularidade do Piauí; portanto, no mesmo documento, ele propôs uma revisão crítica dos padrões relativos ao processo desencadeado décadas antes, e que ainda reverberavam no campo de ação político:

Das vilas que se compõe esta Capitania, só uma está no lugar em que devia estar indispensavelmente situada, que é a de Parnaguá, aonde ela faz extrema com as capitánias de Pernambuco e Bahia. A vila de Jerumenha, distante 7 léguas do Parnaíba, aonde deveria ter-se estabelecido, e aonde, pelas comodidades já expressas seria sumamente abundante, é falta de todo o preciso, pobre e miserável. Marvão é o mais pobre, e que precisa ser mudada para dali trinta léguas para o lugar das Piranhas, que é muito mais abundante, e cheio de gente, e que por sua situação na raia da Capitania do Ceará, é mais própria para assistir ali o juiz.

---

<sup>294</sup> Nesse período, a Capitania do Piauí estava subordinada administrativamente ao governo da Capitania do Maranhão.

<sup>295</sup> [Carta do Desembargador Joaquim Antonio de Araújo ao Príncipe Regente [D. João], sobre a conveniência em mudar a capital do Piauí para as margens do rio Parnaíba e acerca do aforamento dos bens do Conselho do Piauí]. Arquivo Histórico Ultramarino. ACL\_CU\_0, 16, Cx. 24, D. 1240.

Esta capital, que pelo seu ponto central dista da vila de Campo Maior 80 léguas, sendo mudada para a de São João da Parnaíba ficaria distando 40, e de todas as mais com pouca diferença.

O meu parecer, Exmo Sr., é que V. Exa proponha a S. M. a mudança da cidade para aquela excelente vila, que dentro em pouco tempo virá a ser uma boa cidade.<sup>296</sup>

A ideia de mudança da capital estava sobreposta a uma alteração mais ampla acerca da localização das vilas, cuja proposta se baseava no deslocamento para as margens do rio Parnaíba. A transferência da sede administrativa seria a ponta de lança de um plano que questionava tanto a sua escolha, quanto o estabelecimento de outras sedes municipais. A quebra da centralidade de Oeiras – na perspectiva incorporada por Amorim Pereira – deslocou a dinâmica urbana no Piauí no momento em que definiu outras possibilidades de referência. A relação com a vila de Campo Maior, por exemplo, era emblemática. Por que ela foi tomada como medida de comparação entre Oeiras e São João da Parnaíba? Por que seria melhor desfrutar de sua proximidade? A vila era, reconhecidamente, um dos lugares mais prósperos na criação de rebanhos na Capitania.<sup>297</sup> Teria o governador visualizado essa conexão em benefício de uma imagem de futuro fundamentada no desenvolvimento econômico? A resposta é positiva, levando em consideração as mesmas motivações que o fizeram crer que São João, em pouco tempo, seria “*uma boa cidade*”. A ideia de navegação do Parnaíba como redenção econômica da Capitania – principal alicerce do desejo de mudança da capital – permitia o exercício de expectativas e projeções desta forma; a povoação do Poti, por exemplo, aparecia como produto desta relação entre economia e o rio:

O rio Parnaíba é tão próprio para uma grande navegação, produção e cultura, que espontaneamente na barra que nele faz um dos muitos que se lhe ajuntam, e que são navegáveis até certa distância, principalmente no tempo das chuvas, chamado Poti, um dos ditos de maior produção, se formou uma povoação tal, com negócio, capela e um cura desta freguesia, que não só é melhor que quase todas as vilas, como que não precisa mais nada do que a criação de um juiz.<sup>298</sup>

Portanto, nas palavras de Amorim Pereira residiam não apenas a crítica ao procedimento de instalação das vilas no Piauí; mas um desejo de articular, durante sua

<sup>296</sup> [Ofício do Governador D. João de Amorim Pereira ao Ministro do Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 8 abril de 1798]. In: \_\_\_\_\_. ALENCASTRE, 1981, p. 64.

<sup>297</sup> Dois tipos de pastos naturais existiam no Piauí: o capim *agreste* e o capim *mimoso*. Os rebanhos alimentados com este último atingiam uma taxa de engorda e reprodução bem superiores. A região da vila de Campo Maior possuía grandes campinas formadas unicamente por esse tipo – o que garantia a prosperidade de suas criações.

<sup>298</sup> ALENCASTRE, *op. cit.*, p. 65.

passagem na administração, um movimento em direção às margens do rio Parnaíba. Ele conseguiu visualizar, inclusive, o protótipo desse movimento tanto na vila de São João – eixo central dessa perspectiva – quanto na formação proeminente de um núcleo urbano “*melhor que quase todas as vilas*” na barra de um dos principais afluentes da bacia parnaibana. Porém, havia uma limitação minimizada por ele na correspondência dirigida ao Conselho Ultramarino: a localização de São João em relação às demais povoações da Capitania. Amorim afirmou que, em caso de mudança da capital para lá, ficaria distante “*de todas as mais com pouca diferença*”. Porém, em correspondência oficial de julho do mesmo ano, Gonçalo Botelho – antecessor do governador e que, durante sua administração, também propôs a mudança – apresentou um pedido de desculpas sobre tal posicionamento. Sobre o fato de requerer o pedido de transferência, alegou não ter o feito pelas seguintes razões:

(...) o não fiz por considerar depois com maior reflexão, os incômodos e prejuízos que resultariam a todos aqueles povos, que em tão longa distância procurassem o recurso da justiça na pronta administração que eu mesmo lhes devera prestar; portanto, como disse (?) projeto, assentando que a capital estava muito bem estabelecida na parte central de todas as mais povoações compreendidas nesta vasta Capitania, não é só porque nela reside o Governo e Ministro de Letras, como por serem inteiramente leigos os indivíduos de que se compõem as Câmaras de todas as vilas, e por isso ser mais fácil o recurso à parte central do que ao fim da Capitania, onde é situada a vila da Parnaíba. Esta é a razão que tive para não requerer semelhante mudança e é igualmente a com que posso informar a VAR, que resolverá o que for servida.<sup>299</sup>

Cruzando as datas das correspondências – a informação de Botelho é posterior ao ofício de Amorim – é possível observar a tentativa do Conselho Ultramarino em organizar subsídios para a questão. As palavras de Gonçalo Botelho abriam novas possibilidades acerca da problematização da mudança, pois dois aspectos em especial podem ser analisados: uma reviravolta na construção da transferência da capital, ao iluminar um problema minimizado por Amorim em relação ao posicionamento de São João da Parnaíba na geografia das vilas piauienses; e uma faceta importante relacionada à capital, Oeiras, e a dinâmica exercida com as demais nucleações urbanas da Capitania. A cidade corporificava o aparato jurídico-institucional que fazia funcionar a máquina administrativa no Piauí, auxiliando as demais vilas de acordo com as demandas municipais. Nesse aspecto, a localização mediterrânea de Oeiras possibilitava uma

<sup>299</sup> [Carta do Desembargador Joaquim Antonio de Araújo ao Príncipe Regente [D. João], sobre a conveniência em mudar a capital do Piauí para as margens do rio Parnaíba e acerca do aforamento dos bens do Conselho do Piauí]. Arquivo Histórico Ultramarino. ACL\_CU\_0, 16, Cx. 24, D. 1240.

relação equitativa com elas, especialmente em relação às zonas Jerumenha e Parnaguá – para cujas necessidades uma capital no extremo norte da Capitania dificultaria consideravelmente intervenções em situações que exigissem os socorros públicos. A sua fundação em vila, em 1717, tinha como finalidade a centralização dos processos judiciais locais que transitavam nos foros de São Luís, Olinda e Salvador, fato este que limitava consideravelmente o poder de ação dos proprietários locais. Com o aparelho jurídico institucional instalado lá, as demais freguesias e núcleos urbanos (que, a partir de 1761, com a criação da Capitania, foram elevados à condição de vilas) puderam recorrer a um foro privilegiado, sem os custos acarretados pelas longas viagens ao Maranhão, Bahia ou Pernambuco.

Por outro lado, tanto a criação da vila da Mocha, em 1717, quanto a fundação da Capitania de São José do Piauí, em 1761, devem ser compreendidas dentro de um período específico relativo ao esforço de interiorização da administração colonial, cujo olhar voltava-se cada vez mais para a institucionalização das áreas mediterrâneas do Brasil. Desde a segunda metade dos setecentos houve um esforço deliberado da metrópole em efetivar a conquista do interior através da proliferação de núcleos urbanos alçados à condição de vila, e submetidos a certas diretrizes de natureza política e urbanística. Somente a Capitania do Piauí teve seis vilas erigidas, enquanto em outras partes da colônia movimento semelhante pode ser identificado basicamente no mesmo momento.<sup>300</sup> Um ano antes das correspondências de Pereira Amorim e Baltazar Botelho, o governador do Maranhão, Antonio Noronha, escreveu uma avaliação sobre as intenções da administração portuguesa. Ele demonstrou relativa preocupação em relação aos resultados advindos desse esforço de interiorização da administração pública na colônia. A vastidão do território, as dificuldades de comunicação, a escassez de contingente populacional eram limitações a serem consideradas por qualquer agente governamental. Por conseguinte, as vilas materializaram a estratégia política nesse período para efetivar a presença institucional da Coroa e preencher as lacunas demográficas do território. Noronha informou sobre o problema a partir de sua experiência na administração do Maranhão, e atacou três frentes: a construção de uma estrada para a Capitania do Grão-Pará; a elevação em vila do povoado de Aldeias Altas – um dos pontos nevrálgicos da rota comercial do Itapecuru para a cidade de São Luís; e

---

<sup>300</sup> Cf. BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. São Paulo: FAU-USP, 2007. (Tese de Doutorado); NETO, Clovis Ramiro Jucá. **Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense – algumas notas**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. Nr. Sér. v. 20, n. 1, p. 133-166, jan. – jul. 2012.

a mudança da capital da Capitania de São José do Piauí para as margens do rio Parnaíba. Assim o governador expôs as questões:

Existe essa Colônia no estado da infância, e não fazendo esta paralelo com a maioria ainda entre os Corpos Políticos, não tem sido possível até o tempo presente facilitar a comunicação interior e exterior de tão vasto território a ponto de interessar a Coroa satisfeitas que sejam as despesas necessárias. Sua Majestade (?) a tem coadjuvado incumbindo-me de abrir uma nova estrada desta Capitania para a do Pará, a qual se abriu pela direção mais própria às comodidades (?) de um e outros habitantes. Eu já representei à mesma Senhora as vantagens que resultarão em mudar-se a Capital do Piauí para as margens do rio Parnaíba, procurando a sua posição até onde fosse navegável; pois desse modo, juntando-se os Povos em um lugar central, pelos efeitos de uma maior organização política, se poderiam utilizar dos importantíssimos interesses da navegação interior e poderiam melhor promover o giro de todos os artigos de (?), de todo gênero do tráfico e negociações; representei juntamente elevá-lo à Vila, o julgado de Aldeias Altas, porquanto estando situado junto ao rio Itapecuru, navegável em mais distância de oitenta léguas, se tem feito opulento em população e riqueza, e teriam estes acrescidos de (?) respectivos moradores fossem atendidos com uma maior extensão de emprego, ainda que honorários de (?) forenses e de polícia; o que posto fico adiantando com toda a eficácia todos os objetos relativos ao importante assunto que a mesma Senhora por VAR foi servida encarregar-me, que representarei à proporção que tiverem o aumento desejado.<sup>301</sup>

As razões de Antonio Noronha para a mudança da capital podem ser vistas dentro do amplo universo que envolvia as questões enfrentadas por um administrador setecentista. De forma geral, suas motivações residiam no uso das bacias hidrográficas para desenvolver as comunicações na vastidão territorial; na maximização das finanças potencialmente geradas pela circulação comercial através destas rotas; e, especialmente, a reunião ou arregimentação das populações locais para efeito de “*maior organização política*”. O esforço de disciplinarização do território era o mesmo para submeter os habitantes da colônia à política metropolitana. A “*navegação interior*” aparecia como uma prioridade governamental; e o rio Parnaíba, um desafio a ser conquistado. Mas, num âmbito geral, é possível identificar um padrão envolvendo os três pontos lançados por ele em relação ao desejo de constituição de uma rede nos domínios das três capitanias. Até meados do século XIX, a Capitania de São José do Piauí era subordinada institucionalmente ao governo do Maranhão; e isso justificava o fato de a navegação interior através da bacia parnaibana ou a ideia da mudança da capital serem

---

<sup>301</sup> [Carta do Desembargador Joaquim Antonio de Araújo ao Príncipe Regente [D. João], sobre a conveniência em mudar a capital do Piauí para as margens do rio Parnaíba e acerca do aforamento dos bens do Conselho do Piauí]. Arquivo Histórico Ultramarino. ACL\_CU\_0, 16, Cx. 24, D. 1240.

ambas pensadas nesta amplitude maior que delimitava a zona de ação da ocupação portuguesa entre o Itapecuru e o Parnaíba.

Dom Fernando Antonio de Noronha fazia parte de uma casta seleta de administradores oriundos de famílias tradicionais de Portugal. Ele era o irmão mais novo de Noronha, governador da Capitania das Minas Gerais durante a década de 70 dos setecentos. Em 1792 assumiu o cargo de governador e Capitão-general da Capitania do Maranhão, ocupando-o até meados de 1799. Em relação ao Piauí, as buscas mineralógicas e as guerras contra nações indígenas sublevadas na região da vila de Parnaguá, no sul da Capitania, perfaziam o universo de preocupações administrativas. Ao contrário de Amorim – que, posteriormente, desenvolveu argumentações de natureza financeira para justificar a mudança da capital – ele lançou duas questões intimamente relacionadas: a navegação interior e a organização política dos habitantes. Os conflitos armados que assolavam o Piauí, além das expectativas sobre as possibilidades de jazidas minerais valiosas eram questões relevantes para a administração, negando-lhe o descuido de não olhar para as zonas mediterrâneas com afinco e parcimônia. Noronha fundamentou a mudança para as margens do Parnaíba por compreender as vantagens relacionadas a esse deslocamento: o fluxo de gêneros, o incremento das comunicações, as possibilidades agrícolas – todos esses elementos juntos fariam da nova capital um espaço de adesão dos povos capaz de aumentar o contingente populacional da Capitania e resolver o mal da dispersão pela vastidão do território. Porém, nesta perspectiva, a centralidade da cidade era fundamental devido à singularidade da dinâmica governamental exigida no contexto piauiense. Noronha queria a saída de Oeiras, sem perder a característica que a legitimavam enquanto capital no campo do debate sobre a transferência.

Em 1798, ao assumir a mudança da capital como um problema, Amorim Pereira se aprofundou no tema e explorou outros caminhos. As questões que apareceram no discurso de Antonio Noronha em 1797 – quando convocado a prestar esclarecimentos junto ao Conselho Ultramarino – não representavam o cerne da argumentação de Amorim. A ideia de uma capital ribeirinha que aproveitasse a navegação no rio Parnaíba permanecia enquanto projeto político; porém, por motivações um pouco distintas. Se Noronha enfatizou o aspecto demográfico e a natureza dispersa das populações mediterrâneas como o foco a ser trabalhado, cujas consequências seriam geradoras do desenvolvimento comercial, Amorim criticou duramente a natureza da atividade pecuária em prol do desenvolvimento de gêneros

agrícolas bem mais proveitosos para a arrecadação fiscal da Capitania. É possível dizer que houve o deslocamento da questão demográfica para a conjuntura econômica do Piauí, com o intuito de legitimação da mudança da capital: a fertilidade das margens do rio e o seu aproveitamento econômico racional permitiriam a materialização de um fluxo através da bacia parnaibana. Dentro do raciocínio do governador constava a necessidade de disciplinar institucionalmente essa circulação, por intermédio da criação de uma alfândega na vila de São João da Parnaíba – algo que ele também pleiteou durante seu curto mandato.

A escolha desta vila para substituir Oeiras na administração da Capitania preencheu a lacuna deixada por Antonio Noronha no ofício dirigido ao Conselho, já que ele não definiu especificamente um local, mas uma condição: o lugar até onde o rio fosse melhor navegável. Em 1798, Amorim Pereira registrou somente duas povoações nas margens do Parnaíba: a vila de São João e a nucleação do Poti. Apesar do otimismo demonstrado pelo governador quando se referiu ao pequeno povoado, a vila de São João representava a escolha mais racional dentro desta lógica. Com a capital lá estabelecida, a possibilidade de coordenar um fluxo comercial capaz de integrar a zona mediterrânea ao oceano e, dessa forma, aos portos de Portugal, sustentava a visão de Amorim para maximizar o cenário fiscal da Capitania. Em sua zona de ação a vila desenvolvera um proeminente comércio de charque para exportação, o que mobilizava os rebanhos de outros lugares do Piauí, a exemplo da vila de Campo Maior. Dentro desta perspectiva material, portanto, parecia a escolha mais óbvia. No entanto, a presença de outras questões relacionadas ao problema da mudança da capital esvaziava o argumento de Amorim Pereira. Principalmente, o ponto de vista de Gonçalo Botelho ao se justificar perante o Conselho Ultramarino por recusar São João enquanto possibilidade viável pela distância em relação às demais vilas – aspecto este determinante para qualquer esforço de socorrê-las em caso de necessidade. Essa característica de natureza jurídico-institucional que legitimava Oeiras na função de capital parecia reverberar mais que a visão econômica de Amorim Pereira, e foi reforçada em correspondência a ele dirigida pelo mesmo Conselho.

O Ministro Rodrigo de Sousa Coutinho, consciente dos argumentos já construídos até aquele momento, iluminou alguns parâmetros distintos a partir de sua reflexão sobre a Capitania e a dinâmica singular que conectava Oeiras às demais zonas

do Piauí.<sup>302</sup> Com base no posicionamento de Amorim Pereira, o ministro imaginou alguns pontos além do universo econômico que legitimavam a vila de São João como escolha mais plausível. Em primeiro lugar, manifestou preocupação sobre o problema da distância desta para a vila de Parnaguá, localizada no sul do território. Considerou pernicioso este fato ao alegar – assim como já fizera Botelho de Castro – a perda da centralidade tão cara na dinâmica jurídico-institucional da capital com os demais núcleos urbanos. Além disso, Parnaguá era, nas próprias palavras de Amorim, a única vila do Piauí inquestionável na sua localização, privilegiada no acesso aos limites de Pernambuco e Bahia. Mas outro dado – que não apareceu nas palavras de Amorim ou Noronha – foi, certamente, a questão militar: desde a década de 60<sup>303</sup> conflitos armados entre proprietários e tribos indígenas – especialmente no espaço daquela vila – incomodavam as autoridades estabelecidas em Oeiras. Parnaguá era uma zona conflituosa, pois a característica específica desta tríplice fronteira lhe transformou num corredor de passagem para as nações que buscavam os territórios de Goiás ou do Maranhão.<sup>304</sup> Distanciar-lhe o centro administrativo da Capitania era, na lógica dessas décadas conturbadas, um exercício temerário.

Ele também destacou a proximidade de Oeiras com os principais rebanhos de gado do Piauí – sem, contudo, ser mais específico. Porém, é viável deduzir que as “manadas” às quais se referiu na dita documentação eram as fazendas do fisco: um conjunto de propriedades rurais confiscadas da Companhia de Jesus durante os procedimentos de instalação da Capitania, em 1759.<sup>305</sup> O conjunto de fazendas perfazia um patrimônio significativo, que desde 1761 passou a ser gerenciado por agentes particulares da oligarquia local indicados pelo governador; obviamente, se

---

<sup>302</sup> *Idem.*

<sup>303</sup> O primeiro grande conflito após a criação da Capitania de São José do Piauí aconteceu em 1763 contra as nações Acroás, Gueguês e Timbiras, nas áreas dos rios Uruçuí e Gurguéia. Em 1771, uma nova campanha contra os Acoroás. Em 1776, a guerra contra os índios Pimenteiras, que iria se estender até 1783. Em 1778, houve a sublevação dos índios Gueguês, devido às péssimas condições do aldeamento de São Gonçalo. Em 1793, rebelaram-se os índios Tapacoás e Tapacoás-Mirins, na região da vila de Parnaguá.

<sup>304</sup> Toda a região sul da bacia do rio Paranaíba, especialmente seus afluentes como o Uruçuí e o Gurguéia, permitia a circulação de nações indígenas nesta rede de águas composta por rios tanto do lado piauiense, quanto maranhense. Além disso, a proximidade com as nascentes do Paranaíba abria uma rota para a região de Goiás.

<sup>305</sup> Com a expulsão dos jesuítas dos domínios coloniais de Portugal, e a ilegalidade da Companhia de Jesus no Brasil, todos os seus bens foram confiscados e apropriados pelo Estado. No Piauí, os padres eram proprietários de fazendas herdadas em testamento com a morte de Domingos Afonso Mafrense, em 1711. Ele doou parte de seu patrimônio para o Colégio de Salvador – incluindo as propriedades no Piauí, incorporadas ao Estado português com a criação da Capitania, em 1759. Cf. NUNES, 2006, v. 1; COSTA, 1974, v.1.

transformaram em objeto de disputa política, além de despertarem um olhar mais agudo da administração ultramarina sobre esse conjunto patrimonial.<sup>306</sup> A presença da Ouvidoria e da Casa de Fazenda na capital Oeiras – dada a proximidade com essa zona – era uma estratégia de garantir a gerência regular dos bens, de acordo com o argumento de Rodrigo Coutinho.

Durante o governo de Amorim Pereira, o oficial da Cavalaria chamado Antonio do Rêgo Castelo Branco foi investigado por supostos erros de conduta à frente da administração de uma das inspeções das fazendas fiscais. Era parente de João do Rêgo Castelo Branco, primeiro Coronel de Cavalaria indicado por João Pereira Caldas em 1762. Ele foi responsável por empreender uma série de expedições militares entre as décadas de 70 e 90, além de proeminente figura no cenário político dessa fase inicial da capitania. Sobre Antonio do Rêgo, além da acusação citada, recaía a suspeita de intrigas contra Antonio Durão (ouvidor na década de 70) e o pároco da capital. O histórico de relações conturbadas – e em alguns casos, violenta – entre os representantes da administração ultramarina e os membros de uma casta de proprietários locais que emergiram no cenário político através da criação jurídico-institucional da Capitania de São José, levou D. Diogo a se referir aos “*revoltosos gênios dos habitantes*”<sup>307</sup> de Oeiras como um dos argumentos para manter-se ali a residência do governador.

Assim, diante de elementos que legitimavam Oeiras no contexto da Capitania – a centralidade, a natureza jurídico-institucional e a economia com ênfase na pecuária e propriedades do Estado – o discurso de Amorim Pereira encontrou certas ressalvas derivadas da emergência de um panorama distinto. Mas a intensidade com a qual o debate sobre a mudança da capital foi tratado nas correspondências oficiais – principalmente a partir deste governador – encaminhou o Conselho Ultramarino a elaborar uma análise mais ampla do problema através do trabalho do desembargador Antonio Araújo. Havia, dessa forma, como ponto comum a todos esses administradores, o esforço em construir saberes capazes de dizer e suportar a ideia da mudança. O envio de uma peça de alto valor indicava a profundidade que o *staff* português queria alcançar dentro da complexidade do tema. Porém, o envio do desembargador em 1800 não

---

<sup>306</sup> As fazendas apropriadas dos jesuítas representavam ricas propriedades rurais com escravaria, mobiliário, maquinário, e milhares de cabeças de gado *vacum* e *cavalar*. O levantamento deste patrimônio foi realizado durante a administração do primeiro governador da Capitania, João Pereira Caldas. Cf. COSTA, 1974, v.1, p. 137.

<sup>307</sup> [Carta do Desembargador Joaquim Antonio de Araújo ao Príncipe Regente [D. João], sobre a conveniência em mudar a capital do Piauí para as margens do rio Parnaíba e acerca do aforamento dos bens do Conselho do Piauí]. Arquivo Histórico Ultramarino. ACL\_CU\_0, 16, Cx. 24, D. 1240.

possuía somente a intenção de deliberar sobre o problema da capital do Piauí, pois havia questões de relevância semelhante, a exemplo do caso das fazendas do fisco. No geral, assim como as considerações feitas por Amorim envolviam assuntos além da própria mudança em si, com Antonio Araújo não foi diferente. Mas a dimensão do seu cargo lhe permitiu adentrar na questão, e elaborar um relatório complexo sobre o problema a partir dos aspectos já lançados, somando-lhes algumas especificidades. Curiosamente, no início do documento, Araújo não deu nenhum crédito ao governador sobre o desenvolvimento intelectual da questão, centralizando o debate em torno de duas figuras – Antonio Noronha e Gonçalo Botelho – como mentores da ideia na esfera do Conselho Ultramarino – apesar deste último questionar, alguns anos antes, a validade de São João como escolha viável no contexto do Piauí, além de justificar-se por não o ter feito. Foi assim que o desembargador iniciou sua argumentação:

Remetendo-me VAR a representação por cópia que a Var enviou o governador e Capitão-General do Maranhão Dom Fernando Antônio de Noronha, na qual entre outros objetos, representa a VAR as vantagens que resultarão de mudar-se a capital do Piauí para as margens do rio Parnaíba, procurando a sua posição até onde fosse navegável, remetendo-me VAR outrossim por cópia a informação que a este respeito deu o Tenente-General Gonçalo Lourenço Botelho de Lemos Abreu do Rego e Castro, que enquanto a mim persuadiu-se que a projetada mudança era para a vila da Parnaíba, segundo o que observo da sobredita representação, é VAR servido ordenar-me que informe com o meu parecer sobre estes mesmos fatos aos ditos respeitos.<sup>308</sup>

É importante ressaltar que o uso das palavras de Noronha como alvo das argumentações do desembargador não se limitaram ao problema da mudança. Na verdade, o trabalho de Antonio Araújo abrangia um espectro bem mais amplo que os problemas específicos da Capitania do Piauí, pois ele deliberava sobre outras duas questões lançadas pelo governador e já citadas aqui: a construção de uma estrada entre o Maranhão e o Pará, e a elevação de Aldeias Altas à condição de vila. Sua função enquanto agente da Coroa era informar e “desembargar” assuntos relativos à administração colonial com a condição de representante máximo do Rei. Essa relação patrimonialista significou o cerne da política colonial, na qual os assuntos da esfera pública se confundiam com a esfera privada, e onde a ponta desta relação era personificada pela figura Real. No caso da construção da estrada, o próprio Noronha admitiu uma relação ambígua, na medida em que ela materializava as ordens de Lisboa,

---

<sup>308</sup> *Idem.*

mas sua construção foi guiada pelas necessidades de “*uns e outros habitantes*”. Sobre a criação da vila, se tratava de uma questão mais complexa.

No ponto de vista do governador do Maranhão, Aldeias Altas era um núcleo estratégico e promissor em termos econômicos e populacionais. Permitia a ligação direta com São Luís através do Itapecuru, e estava próximo o suficiente do rio Parnaíba para intermediar o contato crucial com a Capitania do Piauí e sua capital, Oeiras. Fosse na esfera econômica ou jurídico-administrativa, essa relação tinha grande valor na dinâmica política daquele período, já que personificava o esforço de interiorização do Estado Português em seus domínios coloniais. Antonio Noronha, quando defendeu a criação da vila, conhecia o aparato burocrático necessário para sua instalação, o que incluía o Senado da Câmara e a eleição de vereadores entre os habitantes locais, além de demais funções administrativas que movimentavam a maquinaria desses espaços. Não é possível medir, pelo menos no espaço desta pesquisa, a amplitude das relações interpessoais de Noronha e supor até que ponto era beneficiado, no campo do governo da Capitania, por essa abertura para os proprietários locais adentrarem na esfera administrativa com as regalias respectivas dos cargos políticos. Em outra medida, o desejo de criação da vila de Aldeias Altas e a mudança da capital do Piauí para as margens do Parnaíba – pelo menos numa imagem que não incluísse a vila de São João como possibilidade – se analisadas juntas, pressupõem a criação de um eixo que conectasse as zonas mediterrâneas do Maranhão e Piauí através desses espaços institucionais personificados pela vila e pela cidade.

Porém, o desembargador Araújo não dividiu as mesmas ambições. Ao contrário, sua avaliação foi bem mais econômica. Contrário à ereção da vila disse: “*não parece bem a ereção de nova vila, porque aquele arraial de Aldeias Altas tem um Juiz (?), um (?) do Público Judicial e Notas, o que é bastante para o Civil*”.<sup>309</sup> Se Noronha considerava legítimas as despesas com o aparato burocrático, fundamentado na sua experiência como governador, Araújo rebateu essa ideia. Considerou mais prudente optar pelo pressuposto de que o arraial possuía a estrutura suficiente para atender sua demanda. A suposta prosperidade argumentada por Noronha não foi suficiente para convencê-lo. Sobre os “*homens ou do comércio ou da lavoura*”<sup>310</sup> sugeriu tão somente “*lançar entre eles o orgulho*”. Mais relevante que o aparato jurídico de vila pareceu ser

---

<sup>309</sup> *Idem.*

<sup>310</sup> *Idem.*

a capacidade militar presente no arraial. Contava com “*um comandante no posto pelo General do Estado e de mais a mais agora um destacamento de tropa de linha*”,<sup>311</sup> cuja finalidade era “*acudir a qualquer insulto que suceder no lugar ou nas vizinhanças*”,<sup>312</sup> de acordo com o parecer do desembargador.

Sobre a mudança da capital do Piauí, Antonio Araújo utilizou um artifício interessante: trouxe a Câmara de Oeiras para a dinâmica do debate, quando convocou a instituição para elaborar as possibilidades relativas a uma nova cidade. Defendeu a prevalência de uma lei de 1766 – que obrigava, em caso de aforamento de terras públicas a pessoas não contempladas por requisitos legais, a interferência do Desembargo do Paço juntamente com as Câmaras das respectivas vilas. O Desembargador justificou o procedimento pela seriedade do assunto: se a Câmara era consultada em relação ao aforamento de bens, a saída da capital de Oeiras era bem mais importante, e envolvia os próprios habitantes da cidade.

Por argumento da Lei de 23 de Julho de 1766, que não permite o aforamento dos bens dos Conselhos sem audiência das respectivas Câmaras, Nobreza e Povo, pareceu-me ouvir sobre o objeto desta informação a Câmara, Nobreza e Povo desta Cidade, como os mais interessados no negócio de que se trata, e por ser de maior peso do que o aforamento de quaisquer bens do Conselho.<sup>313</sup>

Um pouco além do argumento jurídico utilizado por Antonio Araújo para justificar a convocação da Câmara de Oeiras é possível observar a relação entre as câmaras municipais e o Estado português. O esforço de interiorização da administração promovido especialmente na segunda metade do século XVIII dependeu em grande parte da incorporação da nobreza e de proprietários locais na rede da burocracia portuguesa. Essas instituições exerciam funções administrativas nas lacunas deixadas no âmbito das vilas, e envolviam desde questões urbanas até funções militares de proteção do território. No caso da Capitania do Piauí, a sua criação efetiva a partir de 1761 significou a incorporação da oligarquia local como parte desta estrutura de poder,<sup>314</sup> tanto no nível institucional representado pela criação das vilas nas freguesias locais, quanto no aspecto militar com a formação do Regimento de Cavalaria e dos corpos de milícia. Portanto, a relação com a câmara oeirense atestou o valor desta instituição na produção de saberes sobre o problema da mudança da capital. Até então, esse

---

<sup>311</sup> *Idem.*

<sup>312</sup> *Idem.*

<sup>313</sup> *Idem.*

<sup>314</sup> Cf. BRANDÃO, 2012.

movimento havia ficado restrito ao discurso dos agentes da Coroa; a municipalidade poderia expor suas condições e construir seus possíveis – apesar de que se tratava de um procedimento consultivo, porque cabia somente ao desembargador o poder deliberativo sobre a questão. O resultado da consulta em Oeiras foi assim expresso por Antonio Araújo:

Convocando-os à Casa da Câmara, e fazendo-lhes as ponderações que me pareceram próprias, unanimemente responderam a Nobreza e o Povo que (?) ser útil a mudança da Capital ou para qualquer sítio entre as barras dos rios Poti e Canindé, ou na Aldeia de São Gonçalo dos Índios, pelas terras ali serem mais férteis e por ser mais fácil o comércio em razão da navegação que admite o rio Parnaíba; e que a segunda das ditas situações lhe parecia muito melhor por ficar mais no centro com a pequena jornada de três léguas à margem do rio por estrada boa de carros em razão de ser mais saudável e estar livre das epidemias que grassam nas margens do rio. A Câmara em pouco (?) respondendo que a situação melhor lhe parecia mais acima entre a foz do Canindé e do rio Piauí, para os Povos se aproveitarem da navegação dos três rios, Canindé, Piauí e Parnaíba.<sup>315</sup>

A consulta feita pelo desembargador definiu três possibilidades para o estabelecimento de uma nova capital. É importante destacar que todas elas imaginavam a navegação da rede hidrográfica da Capitania como o fundamento para legitimar a mudança. Entretanto, a proposta elaborada por Amorim Pereira a favor da vila de São João não foi nem sequer considerada. Mais uma vez, o argumento da centralidade aparecia, corroborando as avaliações anteriores onde a necessidade de equidade em relação às distâncias entre os núcleos urbanos e a sede administrativa representava um aspecto limitador para a emergência da vila como uma possibilidade consensual. A imposição deste critério atravessou tanto o plano local, através da constatação da Câmara da relevância dessa condição, como o plano maior relativo ao campo de ação político dos governadores e agentes do Conselho Ultramarino. Observando as duas propostas defendidas pela Nobreza e Povo, é possível identificar a prevalência dos dois critérios mais poderosos – a navegação e a centralidade da capital – na medida em que o espaço pensado era acessível a todas as partes da Capitania. Mas ambas as escolhas – a mediana entre a foz do Poti e do Canindé, ou a Aldeia de São Gonçalo dos Índios – apesar de atenderem a esse padrão definido, não lhe respondiam previamente: na verdade, a primeira se tratava de uma zona de circulação amplamente utilizada dentro

---

<sup>315</sup> [Carta do Desembargador Joaquim Antonio de Araújo ao Príncipe Regente [D. João], sobre a conveniência em mudar a capital do Piauí para as margens do rio Parnaíba e acerca do aforamento dos bens do Conselho do Piauí]. Arquivo Histórico Ultramarino. ACL\_CU\_0, 16, Cx. 24, D. 1240.

do Piauí para conectar à capital Oeiras o fluxo comercial com o Maranhão através da rota que ligava o rio Itapecuru ao Parnaíba.

Sobre São Gonçalo, esta escolha – considerada na representação citada como a mais promissora – merece algumas observações importantes. Em primeiro lugar, é preciso situar historicamente a sua existência no cenário da Capitania de São José do Piauí. Sua fundação esteve relacionada a uma série de embates envolvendo forças militares locais e nações indígenas, especialmente nas zonas do rio Gurguéia e do rio Piauí. Um dos resultados foi o apresamento dessas populações através de aldeamentos geridos por particulares, pois desde a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses e a incorporação de uma legislação para disciplinar os nativos ainda remanescentes, as missões foram secularizadas administrativamente. A aldeia era gerida pela família Rêgo Castelo Branco, que mantinha uma relação ambígua com os índios: apesar do esforço do Estado português em incorporá-las à sociedade civil, no âmbito local essa relação nunca foi de fato uma realidade. Sob tal justificativa foram sistematicamente explorados; e as expedições militares punitivas, quase sempre, ocultavam o interesse principal em tentar descobrir prováveis zonas auríferas no sul da Capitania e nas cabeceiras do rio Parnaíba. São Gonçalo era o núcleo para o qual as populações capturadas eram remanejadas, ficando sob a disciplina do poder governamental local. A escolha do lugar como possível espaço de implantação da nova capital estava relacionada com a fertilidade da terra, permitindo incorporar o desejo de exploração agrícola na dinâmica das finanças da Capitania – um ponto de destaque presente também na argumentação de Amorim Pereira. Além disso, a curta proximidade com as margens do Parnaíba era compreendida como elemento positivo de higiene urbana, pois estava menos suscetível às epidemias que periodicamente afetavam os moradores ribeirinhos.

As duas propostas oriundas da Nobreza e do Povo foram unânimes entre os convocados, de acordo com o texto de Antonio Araújo. Porém, não foi esse o ponto de vista corroborado pelo Senado da Câmara. Os vereadores aprovaram a ideia de fixar a nova capital numa zona bem mais afastada das margens do Parnaíba, entre a foz do rio Canindé e a foz do rio Piauí. Historicamente, essa área foi uma das primeiras compreendidas nos limites da freguesia de N. S. da Vitória, criada em 1697 por ordens do Bispo de Pernambuco. A cidade de Oeiras – originada desse núcleo primitivo – estava localizada no entorno de uma das nascentes do Canindé, um dos principais cursos da bacia parnaibana. Além deste fato, é relevante destacar a proximidade do

lugar definido com as fazendas do fisco: esse conjunto de propriedades rurais formava um patrimônio significativo tanto para o Conselho Ultramarino, quanto para os administradores locais responsáveis pela gerência desses bens. Quando Rodrigo Coutinho se referiu às “*manadas de bois*” e a necessidade de proximidade da sede da Capitania com essa área estratégica, atestou a proeminência deste espaço na dinâmica política no Piauí. Por outro lado, o argumento iluminado pelos vereadores não foi este. Sustentaram a escolha a partir do desejo de materializar a navegação entre os rios sem, contudo, justificarem a prevalência desse eixo sobre os demais cursos fluviais da Capitania. É inevitável relacionar esse projeto à visão construído por Antonio Noronha de uma “*navegação interior*”, como política de expansão territorial na colônia. Todavia, a área delimitada estava ocupada desde a definição territorial do Piauí, a partir de 1761.

De qualquer forma, as três propostas suportavam o argumento da centralidade e da navegação – os pilares da ideia de mudança da capital. Mas havia um obstáculo silenciado na consulta: todas elas implicavam na construção da estrutura urbana necessária para o funcionamento mínimo de uma sede administrativa.<sup>316</sup> Com exceção da vila de São João – descartada pelos argumentos já observados – não havia nenhum núcleo urbano fixado nos lugares previstos. Apesar das propostas contemplarem uma série de fatores estratégicos – a navegabilidade, a centralidade, a fertilidade, ou a proximidade com as fazendas do fisco –, o fardo relacionado à construção de uma vila se destacava sobre todas as demais perspectivas. Assim Araújo refletiu sobre o problema:

Se nas margens do rio Parnaíba houvesse alguma povoação tal qual a de Aldeias Altas que o mesmo General pretende que se erija em vila de (?) condescenderia na mudança da Capital, uma vez que fosse central à Capitania, para dali se poder acudir os seus extremos; porém, Senhor, naquelas margens não há povoação: apenas há de distância em distância, e grande, alguma casa de palha dos lavradores que ali tem terras, como se prova do (?) n. 3, logo não posso condescender com o projeto da mudança.<sup>317</sup>

Note-se que o desembargador se pronunciava em oposição ao relatório de Antonio Noronha. Se ele contestou o projeto de ereção em vila de Aldeias Altas, por

---

<sup>316</sup> Assim argumentou o Desembargador Araújo sobre a estrutura urbana: era preciso “*edificar uma igreja para o pasto espiritual da povoação, um palácio para o governador que VAR houvesse de propor a esta Capitania, uma casa de Câmara, uma cadeia e um quartel para o destacamento (...)*”. Cf. [Carta do Desembargador Joaquim Antonio de Araújo ao Príncipe Regente [D. João], sobre a conveniência em mudar a capital do Piauí para as margens do rio Parnaíba e acerca do aforamento dos bens do Conselho do Piauí]. Arquivo Histórico Ultramarino. ACL\_CU\_0, 16, Cx. 24, D. 1240.

<sup>317</sup> *Idem.*

outro lado foi esta a referência para balizar o seu ponto de vista. Mais uma vez o núcleo foi tomado como exemplo positivo para o projeto de mudança da capital no Piauí. As palavras de Antonio Araújo, além de condenarem a execução do projeto, acusaram a existência de interesses políticos ocultos. De acordo com Araújo, se tratava de “*uma quimera inventada talvez por alguém dos que na Câmara respondeu por parte da Nobreza que informou aquele General para o representar a VAR*”.<sup>318</sup> A acusação do desembargador pressupunha um cenário no qual a mudança teria sido idealizada inicialmente no espaço da Câmara oeirense e incorporada no ofício produzido por Antonio Noronha, em 1797. Essa relação demonstrava o papel da municipalidade e sua dinâmica com a administração do Maranhão à qual a Capitania de São José estava subordinada. Mas, principalmente, que a ideia da mudança fora construída na esfera política específica do Piauí, sendo materializada nos canais mais favorecidos do Estado pelas palavras dos governadores. Somente com Antonio Araújo o registro do posicionamento da Câmara foi evidenciado no contexto de produção de saberes a respeito do problema. O desembargador, inclusive, citou os nomes envolvidos na construção da ideia. “*Digo isto porque Antonio do Rêgo Castelo Branco e Antonio Pereira da Silva seu cunhado, tempos antes me quiseram persuadir esta mudança e foram na Câmara os principais votos a favor do projeto, que os mais seguiram*”.<sup>319</sup> O mesmo indivíduo investigado na devassa feita por Araújo acerca da administração das fazendas do fisco; líder militar nos embates com nações indígenas há décadas; e parente do administrador da Aldeia de São Gonçalo dos Índios. Quais os interesses de Rêgo Castelo Branco e dos vereadores de Oeiras em mudar a capital do Piauí? Antonio Araújo definiu a cidade como “*a mais povoada e a mais central da Capitania*”, motivo pelo qual “*mereceu do Senhor Rei D. José de Gloriosa Memória os foros de cidade*”.<sup>320</sup> Mas a escolha do rei em 1761 foi questionada pela própria elite local incorporada à rede burocrática da administração colonial, apenas décadas depois.

A ideia de mudança da capital no século XVIII abrangia uma complexidade de informações, pontos de vista, e questionamentos, sendo atravessada tanto por interesses contidos na esfera particular, quanto deliberações relacionadas às demandas da administração pública. Para compreendê-la em sua totalidade é necessário analisar vários aspectos da própria fundação da Capitania de São José do Piauí, principalmente o

---

<sup>318</sup> *Idem.*

<sup>319</sup> *Idem.*

<sup>320</sup> *Idem.*

fenômeno urbano de estabelecimento de vilas que caracterizou este procedimento institucional. Mais que isso, é preciso recorrer às bases históricas que definiram Oeiras, antiga vila da Mocha criada em 1717, e suas especificidades no contexto colonial. Um documento crucial para essa compreensão é a *Descrição do Sertão do Piauí*, de autoria do Padre Miguel Carvalho e produzida em 1697.<sup>321</sup>

## 2.2 1697 ou a invenção do Piauí

Para compreender a singularidade e o valor histórico deste documento é preciso conectá-lo aos seus começos. Isso significa estabelecer que a narrativa do Padre Miguel Carvalho foi escrita num momento particular de trabalho missionário para o Bispado de Pernambuco, em fins dos seiscentos, através dos “sertões” – a imensidão de terras além da linha litorânea – quando eram atravessados por guerras entre nações indígenas, vaqueiros armados, terços de paulistas e escravos rebeldes – tudo confluindo para a delimitação de imagens que caracterizavam essas zonas mediterrâneas como lugares críticos ou zonas opacas onde a ação disciplinante do Estado português se fazia necessária. As guerras dos palmares e as guerras punitivas contra nações rebeladas (Jandoins, Gurguéias, Rodeleiros) eram ainda vivas; coincidentemente, esses movimentos de aspecto estritamente militar deixavam como resultado de suas ações o estabelecimento das fazendas de gado, que até os anos 70 do século XVII já cortavam a bacia são franciscana e já alcançavam a bacia parnaibana. Não podemos desvencilhar, dessa forma, as guerras e o gado como elementos partícipes da afirmação territorial portuguesa que acontecia naquele momento, em duas frentes, ambas sob a tutela do Bispado de Pernambuco. A primeira, no cenário pós-guerra dos Palmares, que resultou no estabelecimento de dois arraiais para garantir a proteção militar sobre uma área tida pela administração colonial como estratégica, especialmente por seu potencial agrícola e fertilidade do solo. Por outro lado, o desejo de disciplinar esses espaços transparecia nas correspondências do bispado, principalmente quando descrevia os “maus costumes” dos paulistas e o poder desmensurado que eles exerciam nesses arraiais. A segunda, a frente

---

<sup>321</sup> [Descrição do Sertão do Piauí Remetida ao Illm.º e Rm.º Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco]. In: \_\_\_\_\_ ENNES, Ernesto. **As guerras dos Palmares: Domingos Jorge Velho e a Tróia Negra.**

que nos interessa, correspondente ao lado oeste da bacia sãofranciscana e o lado leste da bacia parnaibana, onde o padre Carvalho instalou, em 1697, duas freguesias, respectivamente: a do Seráfico São Francisco e a de N. S. da Vitória.

Na *Descrição*, o padre Carvalho afirmava, dirigindo-se ao rei de Portugal, que a narrativa por ele produzida servia “*de noticia do distrito da nova freguesia de N. S. da Vitória que o seu grande zelo me mandou fundar entre os miseráveis moradores que vivem nestes sertões*”.<sup>322</sup> Na mesma parte do documento fazia uma ressalva importante:

Se não for tão clara como seja necessário para o conhecimento que V. Ill.ma deseja ter destes desertos; será por falta de termos para explicar-me, e não de ciência dos distritos, pois há 4 anos que ando sempre de viagens em continua lide visitando estes moradores sem me ficar rio, riacho, fazenda, ou parte nomeada neste Papel que não tenha visto e andado.<sup>323</sup>

Especificamente, segundo o padre Carvalho, que “conhecimento” seria desejado pelo rei em relação a estes “desertos”? Quando a palavra notícia foi utilizada na *Descrição*, ela remetia a esse mesmo sentido: *noticiar* significa *fazer saber*<sup>324</sup>; portanto, se trata de um movimento em que um sujeito, através de ferramentas de linguagem, é capaz de comunicar um determinado saber a outro, mesmo que este outro esteja apartado do objeto a ser conhecido. O próprio Carvalho arrogava para si o protagonismo neste processo, relacionando diretamente o saber adquirido por ele com os anos de peregrinação. Relacionava, portanto, o conhecimento com a experiência, não havendo nenhuma parte nomeada na documentação que ele não tivesse “*visto e andado*”. Qualquer desvio de clareza seria, dessa forma, “*por falta de termos para explicar-me*”, segundo suas próprias palavras; e exatamente neste exercício de humildade retórica é que o padre nos permite vislumbrar a relação problemática que se estabelecia entre ele, autor, e o rei, receptor da mensagem: os *termos* utilizados – que podem ser compreendidos aqui como o próprio processo de composição linguística do texto que deseja *noticiar* – eram fundamentais para a transposição do conhecimento de um para o outro: ao contrário do padre, o rei não contava com os atributos do *ver* e do *andar* para construir uma imagem da freguesia recém inaugurada, o que lhe deixava numa situação de dependência singular em relação ao conteúdo semântico da carta e os

---

<sup>322</sup> *Idem.*

<sup>323</sup> *Idem.*

<sup>324</sup> BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Tomo II, p. 131.

elementos que a constituíam, como o único suporte que lhe permitia vislumbrar mais uma entre várias regiões que compunham os domínios lusitanos além-mar.

Estabelecida tal abordagem metodológica, e retomando a questão sobre os saberes desejados pelo rei (que de maneira geral seria o próprio Estado português), parece que, assim como o *Kublai Khan* de Ítalo Calvino<sup>325</sup>, a administração ultramarina padecia dos mesmos dilemas: como preencher o mapa das conquistas com os subsídios informados; ou melhor, como *saber sem ver*? Daí a relevância de uma análise da forma, ou seja, o procedimento de organização das informações contidas na *Descrição*, pois nos idos de 1698, ela era a ferramenta disposta ao Conselho Ultramarino para conhecer a nova freguesia, com seus habitantes, seus caminhos, o potencial hidrográfico, os limites fronteiriços, as formações geológicas, as distâncias, enfim, todos os subsídios necessários para compor ou elaborar um vislumbre cartográfico do lugar.

Assim, a *Descrição* pode ser entendida como uma narrativa formal resultante dos procedimentos administrativos que fundaram a freguesia em 1697, mas também como ferramenta de produção de saberes dentro de um processo político bem mais amplo, que tinha com finalidade cartografar essa zona ainda opaca dos domínios lusitanos, e dar a conhecer os “*miseráveis*” moradores dos “*sertões*”. Então, a estratégia de padre Carvalho pode ser dividida em quatro eixos: o inventário das fazendas, que definia os limites da freguesia, com seus nomes, localização, distâncias e respectivos moradores; a análise dos seus costumes, hábitos e comportamentos, compondo um quadro antropológico do lugar; as determinações geográficas relacionadas às redes hidrográficas, aos limites da freguesia, e aos caminhos e distâncias para zonas já estabelecidas da administração colonial; e por fim, a enumeração das nações indígenas conhecidas dentro destes limites por ele estabelecidos. É essa a organização geral do documento.

Logo no início da carta, Carvalho tentou construir uma visão panorâmica da freguesia:

Tem o Sertão do Piauí pertencente à nova Matriz de N. S. da Victoria quatro rios correntes; vinte riachos, cinco riachinhos, dois olhos de água e duas alagoas, a beira dos quais estão 129 fazendas de gados, em que moram 441 pessoas entre brancos, negros, índios, mulatos e mestiços. Mais alagoas, e olhos de água tem, em que moram algumas pessoas que por todas as de sacramento fazem numero de 605 em que entra um arraial de Paulistas com muitos Tapuias cristãos o qual governa o Capitão-mor Francisco Dias de Siqueira com os que não são de sacramento chega o n° de todas as pessoas de

---

<sup>325</sup> Cf. CALVINO, 2003.

uma e outra qualidade batizadas que ficam à obediência da nova Igreja (conforme o Rol dos confessados) os nomes, e paragens das fazendas se acham no Rol abaixo com a distancia de léguas que há de umas às outras, e nomes dos homens que nelas estão por arrendamento<sup>326</sup>

Como descrever um lugar para aqueles que não o conhecem? Esse esforço imaginativo e criativo não deve ser subestimado, pois configura as intenções do padre em seu relato. É compreensivo, portanto, que uma visão global preceda as perspectivas específicas; é exatamente isso que ele faz. Portanto, o primeiro conhecimento informado acerca da recém fundada freguesia agrega todos os elementos de forma sintetizada: os dados geográficos (“*quatro rios correntes; vinte riachos, cinco riachinhos, dois olhos de água e duas alagoas*”), os dados demográficos (contagem dos habitantes), e as unidades produtoras (as fazendas de gado e um arraial). Com essas informações iniciais, os leitores da carta no Conselho Ultramarino poderiam saber que o “sertão do Piauí”, além das 129 fazendas continha um arraial de população equivalente a 164 pessoas – um número significativo no universo de 605 habitantes, que pressupõe a existência de uma nucleação coletiva, e um princípio de experiência organizacional. E mais: representava uma força significativa, apesar do padre não especificar o número de mulheres, homens ou crianças que formavam o arraial. Devemos levar em consideração que os arraiais eram agrupamentos de caráter militar, na medida em que respondia hierarquicamente ao comando de um oficial patenteado – neste caso, o Capitão-mor Francisco Dias de Siqueira. Seu nome foi evidenciado já no início da carta – mas não foi o único. Carvalho relata a existência de dois sujeitos que possuíam os títulos sesmarias das terras compreendidas pela freguesia. Eram Domingos Afonso Mafrense e Leonor Pereira Marinho.

(...) de todas estas terras são senhores: Domingos Afonso Sertão, e Leonor Pereira Marinho, que as partem de meias, tem nelas algumas fazendas de gados seus, as mais arrendam a quem lhe quer meter gados pagando-lhe 10 rs de foro por cada sítio, e desta sorte estão introduzidos donatários das terras sendo só sesmeiros para as povoarem com gados seus; entanto que até as Igrejas querem apresentar, e esta nova queriam fundada debaixo do titulo de sua.<sup>327</sup>

<sup>326</sup> [Descrição do Sertão do Piauí Remetida ao Illm.º e Rm.º Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco]. In: \_\_\_\_\_ ENNES, Ernesto. **As guerras dos Palmares: Domingos Jorge Velho e a Tróia Negra.**

<sup>327</sup> *Idem.*

Esse trecho da carta informa a posse jurídica das terras, requeridas por pedido sesmarial anos antes da fundação da freguesia.<sup>328</sup> O padre Carvalho, em suas andanças pelas fazendas, já encontrara uma realidade consolidada, baseada num sistema de arrendamento caracterizado pelo pagamento do foro anual e pela partilha através da *quarta*. Significava que a quarta parte da produção da fazenda, contada a partir do momento de seu arrendamento, representava a parcela de lucro do arrendatário: “*de 4 cabeças que criam lhe toca uma ao depois de pagos os dízimos, são obrigados quando fazem partilhas a entregarem ao senhor da fazenda tantas cabeças como acharão nela quando entrarão e o mais se parte ao quarto*”.<sup>329</sup> Esse sistema era bem vantajoso para Sertão e Leonor Marinho, pois possibilitava a multiplicação dos seus próprios rebanhos, e garantia as receitas referentes ao foro anual: “*desta sorte estão introduzidos donatários das terras sendo só sesmeiros para as povoarem com gados seus*” [de Sertão e Marinho]. Certamente, esta relação acontecia de forma conflituosa. No momento da partilha, ou da cobrança dos foros anuais, os abusos cometidos pelos procuradores eram notórios: o próprio padre Carvalho, em viagem à Corte, denunciou as arbitrariedades e violências inerentes a esses contratos e as relações envolvidas.<sup>330</sup> Ao longo da *Descrição* estão listados todos os nomes dos moradores dessas fazendas, reconhecidos legalmente segundo os critérios do padre (“*nomes dos homens que nelas estão por arrendamento*”). Isso excluía, portanto, os escravos, as mulheres e as crianças, que eram apenas contabilizados no montante de cada unidade.

A respeito dos limites da freguesia, Carvalho afirmou: “*Está a povoação do Piauí situada em 3 graus para a parte do sul no meio do sertão que se acha entre o Rio de S. Francisco, e a costa do mar que corre do Ceara para o Maranhão (...)*”. Sobre as fronteiras leste-oeste, assim as estabeleceu:

Confina pela parte do nascente com os sertões desertos que correm para Pernambuco pelo quais se não tem descoberto caminho nem se vadeiam, em razão dos muitos gentios bravos que neles habitam, e só se tem chegado pela parte desta povoação avistar uma serra chamada o Araripe que dizem ser muito alta, e que na superfície tem de plano 50 léguas, de uma e outra parte esta rodeada de varias Nações de Tapuias bravos. Para o poente confina com

---

<sup>328</sup> COSTA, 1974, v. 1, p. 46.

<sup>329</sup> [Descrição do Sertão do Piauí Remetida ao Illm.º e Rm.º Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco]. In: \_\_\_\_\_ ENNES, Ernesto. **As guerras dos Palmares: Domingos Jorge Velho e a Tróia Negra**.

<sup>330</sup> NUNES, 2007, v. 1, p. 106.

os matos desertos que correm para as índias de Espanha, pelos quais não há caminho nem se sabe de seu fim.<sup>331</sup>

A delimitação espacial na qual estava inserida a freguesia, segundo os subsídios informados pelo padre, permite discorrer acerca de algumas considerações. Primeiro, suportou um saber ainda em construção, acerca dos domínios portugueses na América. Em meados do fim do século XVII, a concepção de uma representação cartográfica unificada não era ainda possível. As cidades reais – caso de São Luís, Olinda, ou Salvador – eram os pontos de referência na elaboração de uma rede de comunicação ainda precária. No momento em que Carvalho escrevia sua narrativa, expedições oficiais enviadas de São Luís procuravam estabelecer um conhecimento dos caminhos possíveis, especialmente em relação a três frentes: até a Ibiapaba, onde a ação jesuítica se fazia presente e ativa desde os esforços missionários de padre Vieira;<sup>332</sup> adentrando a foz do Parnaíba, num esforço de avaliação de sua navegabilidade e do potencial econômico; e a tentativa de estabelecimento do caminho de São Luís até Salvador, o que permitia uma via de comunicação terrestre que ligava os Estados do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará.<sup>333</sup> Esses movimentos não formavam uma ação conjunta unificada, e só na segunda metade do século XVIII, com a confecção do mapa do italiano Antonio Gallucio,<sup>334</sup> que foi possível estabelecer uma representação complexa do Piauí enquanto entidade jurídica com suas fronteiras constituídas à semelhança das definições atuais. Mas, em 1698, o *Piauí* da *Descrição* era ainda um arremedo de fazendas com população rarefeita ainda em processo de nomeação e reconhecimento pela administração colonial. Isso explica o saber ainda deficitário e generalizante que compõe a descrição da freguesia. A informação espacial “*no meio do sertão que se acha entre o Rio de S. Francisco, e a costa do mar que corre do Ceará para o Maranhão*” era um tanto genérica e bem sintomática deste saber em construção. No entanto, aponta para alguns indícios sobre os pontos de referência na elaboração de uma vasta área dos domínios lusitanos. No final do século XVII, esses marcos espaciais

---

<sup>331</sup> [Descrição do Sertão do Piauí Remetida ao Illm.º e Rm.º Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco]. In: \_\_\_\_\_ ENNES, Ernesto. **As guerras dos Palmares: Domingos Jorge Velho e a Tróia Negra**.

<sup>332</sup> Vieira consolidou trabalho missionário a partir de São Luís, em 1656, ao enviar os padres jesuítas Antonio Ribeiro e Pedro Pedrosa para a Serra da Ibiapaba. Cf. NUNES, 2007, v. 1, p. 72.

<sup>333</sup> *Idem*.

<sup>334</sup> Elaborou o primeiro mapa cartográfico do Piauí. Cf. ASSIS, Nívea Paula Dias de. **A Capitania de São José do Piauí na racionalidade espacial pombalina**. UFRN: Natal, 2012. (Dissertação de Mestrado).

eram também *fronts*, em que o esforço de territorialização dos domínios lusitanos acontecia sob ação de inúmeros agentes; por outro lado, o triângulo formado pela intersecção da costa oceânica entre São Luís (a cidade do Maranhão) e o Ceará e o Rio São Francisco, correspondiam a uma zona que era objeto destas mesmas ações, e que lentamente iam lhe agregando informações cartográficas mais específicas. Essa perspectiva de espaço a ser conquistado pode ser deduzida do uso da palavra *sertão* neste documento. De acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa*<sup>335</sup> ela significava “*o interior, o coração das terras, opõe-se ao marítimo (...)*”.<sup>336</sup> Ou então que “*o sertão toma-se por mato longe da costa* [grifo meu]”.<sup>337</sup>

O tripé montado pelo padre para localizar a freguesia suportava bem tal carga semântica. O Rio São Francisco, desde o início do século, representava possibilidades reais de entrada em zonas além da linha do mar: se o sertão era o coração das terras, o rio – com sua rede sinuosa de afluentes – poderia ser facilmente análogo a um sistema de artérias e veias. Por sua vez, o Maranhão e Ceará personificavam referências marítimas, e a proeminência histórica desses lugares como zonas estratégicas na geopolítica portuguesa já era evidente em fins dos seiscentos. Na sutura destas duas zonas – “*no meio*” – que padre Carvalho estabeleceu logisticamente sua freguesia de 600 pessoas, acrescentando um novo dado ao grande mapa dos domínios portugueses: o *Peauhy*, repartido do sertão maior dos *Rodelas*, adquirindo seu próprio sertão e sua extensão espacial.

Em relação aos limites até então conhecidos da freguesia, Carvalho fixou duas frentes (leste e oeste) e tomou novamente o Rio São Francisco como referência espacial, apesar de que sua cartografia estipulava termos ainda de caráter genérico e inconclusivo. A referência cardeal leste era representada por “*sertões desertos que correm para Pernambuco*”, sem caminhos firmados ou movimentos regulares – ambos justificados pela presença de povos nativos nomeados pelo padre como *gentios bravos*. Uma definição totalizante que pressupõe aqueles grupos fora da ação catequética, ainda não incorporados ao universo institucional português ou simplesmente em guerras e correrias resultantes dos embates com o modelo pecuário em vigor na bacia são-franciscana. A palavra *deserto* foi definida como um “*lugar ermo, solitário,*

---

<sup>335</sup> BLUTEAU, Rafael. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Tomo II, p. 701.

<sup>336</sup> *Idem.*

<sup>337</sup> *Idem.*

*despovoado*”; e isto permite evidenciar uma violência implícita no discurso: mesmo informando que a única via de ligação com Pernambuco – a serra do Araripe – estava à época “*rodeada de varias Nações de Tapuias bravos*”, a terminologia usada pelo padre (a ideia de *sertão deserto*) combinava a associação de duas palavras que, juntas, apontavam semanticamente para uma zona interior dos domínios lusos à espera de ações de ocupação – uma lacuna no grande mapa da administração ultramarina.

Ao definir a referência cardeal oeste (ou o poente, segundo expressão do padre) Carvalho afirmou que a freguesia *confina com os matos desertos que correm para as índias de Espanha*. O caráter generalizante da informação definia os limites do conhecimento cartográfico sobre essas zonas mediterrâneas em 1698, especialmente as terras a oeste da bacia parnaibana.<sup>338</sup> Pode-se deduzi-lo, inclusive, pela expressão utilizada – *matos desertos* – ser correspondente àquela que definira a fronteira leste – *sertões desertos*. Sendo a palavra *sertão* definida por *mato longe da costa*, pode-se afirmar mesmo que eram sinônimos, pelo menos no contexto da *Descrição*? No mínimo, o caráter generalizante de ambos não pode ser desconsiderado. No final do século XVII, a palavra *sertão* estava sendo constituída em seus domínios semânticos próprios, para representar as zonas interioranas ainda timidamente cartografadas, recortes espaciais ainda não institucionalizados pela administração ultramarina, perfazendo zonas opacas ou sombras que corriam à revelia do seu poder disciplinador. O *sertão* podia mesmo ser entendido como uma categoria, como um instrumento de nomeação e significação para o indefinido; ou depositário semântico cuja função política residia em conter – mesmo sujeito aos desvios da generalidade e da abstração – a produção de saberes acerca das zonas suturadas ao grande mapa português. *Não há caminho nem se sabe de seu fim*, era como Carvalho definia o *front* oeste da freguesia. Assertiva esta duplamente desafiadora para o Conselho Ultramarino: abria uma perspectiva – ainda que irreconhecível e inominável – para as *índias de Espanha*, como um dado a ser cartografado e de relevante valor geopolítico, ainda que definido em sua incompletude como uma construção imagética parca de detalhes – talvez daí possa ser deduzido o uso do termo *mato*, que remete à “*multidão de plantas agrestes*”,<sup>339</sup> estratégia coerente caso o desejo fosse nomear vastas áreas ainda desconhecidas. Por

<sup>338</sup> Carvalho se referia à presença de bandeiras paulistas nessas áreas, bem antes do momento de seu trabalho missionário e da narrativa da *Descrição*.

<sup>339</sup> BLUTEAU, Rafael. Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Tomo II, p. 701, p. 285.

outro lado, configurava a freguesia como zona limítrofe, como uma janela para o mundo espanhol,<sup>340</sup> agregando à comunidade de N. S. da Vitória um valor somente compreendido do ponto de vista espacial característico do olhar da administração ultramarina.

Padre Carvalho também estabeleceu os parâmetros para as fronteiras de norte e sul:

Para parte do Norte confina esta povoação com a costa do mar correndo do Ceará para o Maranhão para a qual tem dois caminhos, abertos ambos em o ano de 95, um vai ao Maranhão, e outro a Serra da Guapaba, a qual tem ido moradores, e em companhia de alguns vieram os padres da Companhia de Jesus que nela assistem, fazer missão a esta povoação em o mês de Dezembro próximo passado de 96 e se recolherão a Serra em Janeiro de 97, distará esta serra das ultimas fazendas dos alongazes que pertencem a esta freguesia 20 léguas. Para o Maranhão há também caminho seguido que dizem terá 90 léguas e já com principio de comercio de redes, pano de algodão e cuias que nesta povoação trocam por vacas com intenção de as levarem para as terras do Maranhão.<sup>341</sup>

A ratificação dos limites com a costa foi acrescida da notícia de dois caminhos que, partindo da freguesia, abriam-se para o Maranhão e Ibiapaba – provavelmente como resultado de inúmeras movimentações que remontavam ao início da segunda metade do século XVIII, especialmente como resultado do trabalho missionário da Companhia de Jesus. As ligações entre São Luís e Ibiapaba – lugar de missões jesuíticas de vulto no universo da Companhia – era de suma estratégia desde os tempos das peregrinações de Padre Vieira. O caminho, a princípio, fora explorado exatamente pela costa de mar a qual Carvalho define como o limite norte do Piauí, atravessando a foz do rio Parnaíba e seguindo para a Serra. A constância da mobilidade por estes caminhos ficou evidenciada nas trocas que aconteciam e que o padre agregou à sua narrativa: para Ibiapaba têm “*ido moradores, e em companhia de alguns vieram os padres da Companhia de Jesus que nela assistem, fazer missão a esta povoação.*” Qual a intenção desta ida dos moradores da recém freguesia, em sua totalidade criadores de gado? Não é difícil supor a existência de um comércio iminente de trocas e uma rede de abastecimento de gado para as missões da Serra, cuja contrapartida acontecia com as ações e socorros espirituais concedidos pelos padres jesuítas – e cuja proeminência

<sup>340</sup> Essa perspectiva metodológica vem sendo desenvolvida pelo historiador Mairton Celestino, em pesquisa de doutoramento pelo PPGH – UFPE.

<sup>341</sup> [Descrição do Sertão do Piauí Remetida ao Illm.º e Rm.º Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco]. In: \_\_\_\_\_ ENNES, Ernesto. **As guerras dos Palmares: Domingos Jorge Velho e a Tróia Negra.**

nessas zonas Carvalho considerou de relevância ao informá-la. Nas relações com o Maranhão, ele informou uma complexidade de trocas ainda maior, envolvendo um princípio de comércio baseado na troca com animais que, por sua vez, eram usados para constituir o incipiente rebanho, como destacado em relação a essas trocas: tinham “*a intenção de as levarem para as terras do Maranhão*”.

Ao informar do limite sul, existiu um traço da narrativa de Carvalho que precisa ser analisado, pelo menos por seu aspecto curioso: se em relação às fronteiras do norte ele foi enfático em destacar as relações que estavam sendo estabelecidas, as trocas e os agentes que protagonizavam, não foi em nada específico ao definir as distâncias – na verdade, essas informações nem existem na *Descrição*. Por outro lado, ao definir os caminhos para o São Francisco, as distâncias entre os pontos de referência em léguas, parecem centralizar os subsídios da informação, enquanto que não existiu sequer uma sinalização acerca de relações humanas ou trocas comerciais nessas rotas. Assim escreveu o padre:

Para a parte do sul confina esta povoação com o Rio de S. Francisco para o qual tem dois caminhos com distância igual de 40 léguas cada um por entre matos desertos, em que se não acha água no tempo da seca, o primeiro que se abriu se segue por um riacho chamado o Piauí do qual tomou nome esta povoação por ser o primeiro que se povoou e vai sair no Rio de S. Francisco a uma fazenda chamada o Sobrado 10 léguas acima do Santo Sé e 100 da Matriz da Conceição, e 200 da Villa do Penedo, estas 40 léguas se contam para o Rio de S. Francisco da ultima faz.a desta povoação chamada o Tabuleiro Alto; da qual à nova Matriz de N. S. da Vitória se contam 60 léguas povoadas com fazendas de gados pelo mesmo Riacho do Piauí abaixo; com que fica a nova Igreja distando do Rio de S. Francisco 100 léguas, da antiga Matriz da Conceição 200, da Vila do Penedo 300 da praça de Pernambuco quase de 400 e para a Bahia serão 300 léguas. O segundo caminho se abriu da cabeceira do Canindé, e vai sair na cachoeira do Rio de S. Francisco chamada de Domingos Afonso tem quase as mesmas distâncias, os mesmos desertos, porém com menos matos, e o caminho com menos pedras.<sup>342</sup>

Por que Carvalho não soube ou não quis informar as distâncias relativas aos caminhos do norte? Em 1698, ele poderia conhecer precisamente esses dados? A ênfase nas relações que eram construídas – e que o padre testemunhava nos relatos que ouvia e nas suas andanças – seria sintomática de uma necessidade em informar algo novo como aspectos ainda não reconhecidos no conjunto maior que ele imaginava? A relativa precisão e a riqueza de pontos de referência acerca dos caminhos do sul podem ser

---

<sup>342</sup> *Idem.*

compreendidas motivadas por um saber espacial já consolidado e, portanto, desnecessária as informações específicas?

Analisando o trecho, Carvalho enfatizava a existência de dois caminhos equivalentes em distância e carência de água que, no entanto, eram diferenciados na delimitação dos pontos de referência. O primeiro começava a partir da última fazenda catalogada no rio Piauí, chamada *Tabuleiro Alto*, por sua vez distante 60 léguas da nova matriz de N. S. da Vitória, e ia até a fazenda *O Sobrado*, já na bacia sãofranciscana. Essa fazenda pertencia a Domingos Afonso Mafrense – mas essa informação não foi evidenciada. No entanto, seu nome se fazia presente mesmo nas referências do segundo caminho, que segundo o padre “*se abriu da cabeceira do Canindé, e vai sair na cachoeira do Rio de S. Francisco chamada de Domingos Afonso*”. Seria esta zona para a qual confluíam os caminhos do Piauí e do Canindé o espaço de atuação inicial de Sertão e das forças as quais ele respondia? As evidências permitem afirmar que sim. O conhecimento demonstrado das distâncias aponta para um saber já acumulado e a existência de uma grande rede de fazendas, vilas e freguesias que iam, em fins dos seiscentos, pontuando as bacias hidrográficas mais importantes e definindo as rotas dos sertões. É só visualizá-la na *Descrição*, como assim o fez o Conselho Ultramarino no ato da leitura do documento: uma rede que ia desde a recém inaugurada freguesia da Vitória, passando pela vila de Penedo, Sento Sé, vadeava o São Francisco, ia para a praça de Pernambuco e até Bahia.

Parece, então, que em relação às fronteiras do sul, padre Carvalho somente agregou mais um dado – a freguesia e suas fazendas – aos lugares e distâncias já atravessados pela experiência. Isso não minimiza sobremaneira a riqueza e os esforços contidos na carta; apenas gostaria de levantar a hipótese de que essas rotas já eram palco da ação dos grandes sesmeiros denunciados pelo padre, e que a freguesia criada pelo Bispado de Pernambuco era um dado estratégico e relevante neste contexto. A pergunta é: os dados sobre as relações que eram construídas com o Maranhão e seus resultados promissores não apontavam para uma intenção política sub-reptícia de informar já a possibilidade de deslocamento da esfera administrativa para São Luís,<sup>343</sup> como estratégia para minimizar a força de Sertão e os Ávila? Padre Carvalho foi um célebre defensor dos interesses dos fazendeiros nomeados por ele, e de tantos outros anônimos, contra as arbitrariedades dos potentados. Posteriormente às andanças pelos sertões,

---

<sup>343</sup> A administração da freguesia foi transferida para o Maranhão através da Carta Régia de 3 de março de 1700. Cf. NUNES, 2007, v. 1, p. 112.

militou pessoalmente na corte acerca do assunto, declarando-se do lado mais fraco. Portanto, envolvera-se num campo bastante delicado e ambíguo para a administração portuguesa. Um olhar sobre o processo que consolidou a criação da freguesia – a reunião na fazenda Tranqueira, - oferece indícios dentro desta discussão.

Segundo informações da *Descrição*, o lugar escolhido para a fixação da freguesia estava em terras do patrimônio de Domingos Sertão. “*Entre este Riacho [da Tranqueira] e o Riachinho do Boroti se acha o Brejo da Mocha aonde está fundada a nova Igreja de Nossa Senhora da Vitória*”.<sup>344</sup> Os dois cursos d’água estavam pontilhados por fazendas de Sertão. O *Boroti*, por exemplo, tinha “*uma só fazenda de éguas, está nela um negro escravo do capitão-mor Domingos Afonso Sertão, senhor da dita fazenda*”.<sup>345</sup> Em relação ao *Tranqueira*, basta citar que uma de suas principais fazendas tinha o mesmo nome, sendo habitada pelo sobrinho de Sertão, chamado Domingos Afonso Serra; e que na primeira fazenda, denominada O Saco, tinha como morador “*Domingos Afonso preto casado*”.<sup>346</sup> Parece que Sertão materializava seus poderes também no campo semântico, já que seu nome batizava homens e lugares. Assim, a construção da Igreja em suas terras representava uma ameaça, na medida em que significava a alienação da área correspondente à freguesia – em termos simples, a perda territorial para o Bispado de Pernambuco. Essa situação tensa, que culminou na ação criminosa de Afonso Serra, pode ser observada em momentos preliminares passíveis de identificação nos documentos.

No início da *Descrição*, Carvalho denunciava duplamente Sertão e Leonor Marinho: pelo abuso contra aqueles que arrendavam fazendas em suas zonas sesmarias, mas também por interferências nos procedimentos de criação da freguesia. “*(...) até as Igrejas querem apresentar, e esta nova queriam fundada debaixo do titulo de sua*”.<sup>347</sup> A palavra *apresentar* pode ser compreendida nesse contexto como o desejo de se fazer presente, ou aparecer diante, o que significa o relato deste enfrentamento, já que a Igreja, em sua própria existência, deveria, na perspectiva do padre, presentificar o Bispado, e não as forças privadas personificadas por aqueles. Ele não se limitava somente à N. S. da Vitória, mas falava da interferência sobre outras igrejas, até mesmo

---

<sup>344</sup> [Descrição do Sertão do Piauí Remetida ao Illm.º e Rm.º Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco]. In: \_\_\_\_\_ ENNES, Ernesto. **As guerras dos Palmares: Domingos Jorge Velho e a Tróia Negra**.

<sup>345</sup> *Idem*.

<sup>346</sup> *Idem*.

<sup>347</sup> *Idem*.

como uma prática regular testemunhada por sua experiência eclesiástica. Portanto, os enfrentamentos não eram incomuns; e o relato do padre corroborava esse estado de tensão. Por outro lado, há um elemento que ficou explicitado no processo mais formal de constituição da freguesia. Afonso Serra, apesar de residente numa das fazendas listadas pelo padre, e ser sobrinho de Sertão, não assinou a lista de nomes daqueles que, na reunião na fazenda Tranqueira, deliberaram com padre Carvalho acerca do lugar de instalação da freguesia. Sobre o local da Igreja, sinalizou uma escolha coletiva dos presentes na reunião, permitindo compreendê-la como fruto de uma visão planejada do espaço, capaz de unificar e agir igualmente em todas as direções:

Dentro em si é esta povoação redonda em tal forma que fazendo peão na nova Igreja fica com igual distância para as mais remotas fazendas que ficam para todas as partes dentro de 60, de sessenta léguas formando a freguesia uma cruz de nascente a poente e de norte ao sul com 120 léguas de comprimento e outras e cento e vinte de largo (...).<sup>348</sup>

Assim, o local de instalação era considerado estratégico por seu aspecto de centralidade em relação às partes definidas como limítrofes da nova freguesia. Essa mesma perspectiva era acentuada no documento que registrou escrituralmente a reunião. Carvalho teria encabeçado o encontro pedindo aos presentes “*seus votos para a eleição do lugar em que se devia fundar a Nova Matriz de Nossa Senhora da Vitória (...)*”.<sup>349</sup> Estes, por sua vez, “*assentaram, votaram, e determinaram, que se fundasse, e fizesse a Igreja no Brejo, chamado a Mocha (...)*”. Por deliberação própria, justificaram, assim, a determinação: “*por ser a parte mais conveniente aos moradores de toda a povoação, ficando no meio dela com iguais distâncias, e caminhos para todos os riachos e partes povoadas*”.<sup>350</sup>

Seria esse um dos motivos que podem explicar a resistência ou ausência de Serra para com o lugar acordado entre os padres e os moradores? Mais curioso é que, no *Termo de Obrigação dos Moradores*, o escrivão, ao ser referir à fazenda Tranqueira, nem citou o seu nome. Ao contar da estadia do padre Carvalho antes da reunião, assim escreveu: “*Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de mil e seis centos e noventa e sete na Fazenda da Tranqueira estando aí pousado nas casas da morada de Antonio Soares Touguia [grifo meu] o Reverendo do Vigário da Vara o Licenciado Miguel*

---

<sup>348</sup> *Ibidem*. Doc. 62.

<sup>349</sup> *Idem*.

<sup>350</sup> *Idem*.

*Carvalho (...)*.<sup>351</sup> Se na *Descrição* de Carvalho o nome de Serra aparecia ao lado de Antonio Touguia, no documento citado não somente desapareceu, como a este último é dada a preponderância sobre a fazenda. Tal ausência pode ser interpretada como sintomática do posicionamento contra a interferência do Bispado sobre sesmarias de Afonso Sertão e Leonor Marinho? Padre Miguel Carvalho era, sem dúvida, uma figura atuante politicamente. Seu trabalho missionário dentro do Bispado era reconhecido pelas demandas que suportou em suas caminhadas, e o contato direto com populações “*desgarradas por aqueles desertos*”,<sup>352</sup> definira sua leitura aguçada sobre a questão sesmarial naquele período. A criação da freguesia, mesmo sendo ordenada pelo Bispado, exigiu um trabalho de negociação com aqueles moradores primitivos, que por sua vez também colocaram em jogo seus interesses e posicionamentos para definirem um consenso, seja acerca do lugar ou das condições impostas para o trabalho do padre cura. Essa tensão pode ser parcialmente compreendida neste trecho:

Perante ele aparecerão todos os moradores deste Sertão do Piauí, Canindé e mais partes do distrito da Nova freguesia de Nossa Senhora de Vitória e por eles foi dito, que eles se obrigavam a fazer, conservar, e paramentar, de ornamentos, e todo o mais necessário, a Igreja que o Ilustríssimo e Reverendíssimo o senhor Bispo de Pernambuco manda fazer neste Sertão, e que eles de presente tem determinado se faça no Brejo da Mocha como consta do termo, que para isso assinaram, em o qual lugar se obrigam a conservarem-na, sustentarem-na e ornarem-na, com todos os ornamentos necessários e outrossim disseram que queriam nela levantar uma Confraria de Nossa Senhora de Vitória, que tinham tomado por sua Padroeira a qual Confraria se obrigavam a conservar e sustar, pelo modo e forma, que os estatutos dela declaram e que pela freguesia ser pobre não levantavam de presente mais confrarias, mas que se em algum tempo as levantassem ou instituíssem desde agora e para sempre, se obrigavam, a conservarem-nas, e sustentarem-nas, na forma que se instituíssem outrossim disseram que por este se obrigavam todos a pagarem aos Reverendos Curas as porções ordinárias que até agora pagavam aos da Matriz da Conceição do Rodela, a saber cada morador, dois mil rs. e os senhores de fazendas pela parte dos seus negros e fábricas dez tostões, mas declararam que por estas porções sem mais pagamento algum seriam obrigados os Reverendos Curas a irem a todos os riachos a desobrigarem os moradores naquela parte ou partes que julgarem mais convenientes para se ajuntarem todos, e declararão mais que estas porções pagariam somente enquanto El-Rey nosso senhor que Deus guarde não pagar aos Reverendos Curas o salários ordinários que costuma dar aos Vigários confirmados e de como todos se obrigarão a todo o sobre dito com bens e pessoas, mandou o Reverendo Vigário fazer este termo que todos com ele assinaram e disseram queriam valesse como escritura jurídica feita em publica forma e Eu Antonio dos Santos e Costa escrevão eleito que o escrevi.<sup>353</sup>

---

<sup>351</sup> *Ibidem*. Doc. 59.

<sup>352</sup> *Idem*.

<sup>353</sup> *Idem*.

Certamente, a reunião da fazenda Tranqueira foi resultado de deliberações e negociações bem anteriores, já que os próprios moradores já eram conhecidos pelo curato de N. S. da Conceição para o qual pagavam os dízimos requeridos (*pagavam aos da Matriz da Conceição do Rodela*). Os nomes dos presentes já estavam determinados – eles foram convocados para o encontro. Padre Carvalho “*mandou vir perante si os moradores nomeados na Pastoral [grifo meu] que trazia do Ilustríssimo, e Reverendíssimo senhor Bispo de Pernambuco, e em presença deles e dos mais abaixo assinados, a mandou ler, e declarar, por modo q. todos a entenderão*”.<sup>354</sup> Isso fica claro quando observado o contexto bem mais amplo, correspondente à atuação do Bispado de Pernambuco. O curato da Conceição correspondia, em 1697, a toda a extensão que – tomando Santo Sé como referência – alongava-se em sentido norte por léguas ainda indefinidas cartograficamente, denominadas genericamente como *Sertão dos Rodelas*:

No sitio a que chamam Cabrobró junto do Rio de S. Francisco está um curato, cuja Igreja é de N. S. da Conceição, o último que este Bispado tem da banda do Sul; cujo distrito continuando-se pela margem acima do dito rio, que fica para a parte do Norte, não tem limite, compreendendo o que do Santo Sé está da mesma parte e todo o Sertão a que chamam de Rodela que pelas travessias de que é cursado contém mais de 400 léguas (...).<sup>355</sup>

Quatrocentas léguas correspondem a 2.400 quilômetros – dado que se referia somente às travessias cursadas, ou seja, aos caminhos conhecidos. Não havia limites, pelo menos ainda não estabelecidos juridicamente. Portanto, a *Descrição* do Padre Carvalho oficialmente reconheceu institucionalmente um corte dentro desta zona maior, ao recortar e nomeá-lo como “*sertão do Piauí*”. Esta documentação fora anexada à correspondência do bispo de Pernambuco com o conselho ultramarino, perfazendo as informações mais amplas sobre a dimensão de seu trabalho no período. Por esse mesmo motivo é possível visualizar o contexto de criação da freguesia de N. S. da Vitória, e observar que não materializou uma iniciativa isolada. No final do século XVII, dois acontecimentos repercutiam nos gabinetes da administração portuguesa: as guerras dos palmares e as rebeliões indígenas. As ações oficiais, tanto do bispado, quanto do governo pernambucano, coincidiram no intuito de intervirem sobre esses espaços problemáticos e indisciplinados, cuja finalidade era o estabelecimento e a manutenção

---

<sup>354</sup> *Ibidem*. Doc. 62.

<sup>355</sup> *Ibidem*. Doc. 57.

da ordem personificada por ambos. Em deliberações do conselho ultramarino foi resolvido que

(...) nas duas povoações dos Palmares em que hoje residem os Paulistas, se devem fazer dois curatos, porquanto a fertilidade daquelas terras facilita, que muitos moradores escolham aquela vivenda, e se entende, que em breve tempo se levantarão engenhos, e se farão duas grandes vilas. Para os dilatadíssimos Sertões dos Rodelas mandou o Bispo quatro Clérigos, determinando terras para dois curatos, e para o Assú, e Jaguaribe foram sacerdotes.<sup>356</sup>

Parece que a presença paulista na zona de guerra dos Palmares havia deixado de ser um agrupamento militar para se transformar em residência fixa, dada as condições de fertilidade que as terras prometiam. Era necessária a organização formal dessa presença. Era preciso discipliná-la. A solução foi dada com a criação de dois curatos que, de acordo com o prognóstico registrado no documento, alcançariam a condição de grandes vilas. Estratégia semelhante para intervenção sobre os *dilatadíssimos Sertões dos Rodelas* fora determinada pelo bispo. Esses curatos eram o de N. S. da Vitória e o do Seráfico São Francisco – cuja referência espacial foi informada na *Descrição*, como referente a dois afluentes do São Francisco, o Rio Grande e o Rio Preto: “*estão estes dois rios povoados com fazendas de gados com muitos moradores entre os quais se vai de presente fazer uma nova Matriz, por ordem também do Il.mo e R.mo Bispo de Pernambuco a qual ficará distando desta do Piauí 220 léguas pelo caminho sabido (...)*”.<sup>357</sup> Havia, então, uma rede sendo construída a partir da intervenção do bispado, que procurava, por sua vez, determinar os contornos desses limites ainda fluidos. Os curatos permitiam o reconhecimento jurídico de populações que iam se fixando bem além da zona de interferência da costa observada por cidades reais como Olinda e Salvador e foram as primeiras ferramentas administrativas de controle sobre áreas que há anos estavam sendo definidas pela guerra e pelo gado. O trabalho do bispado, por outro lado, gradativamente elaborava, através de informações que produzia e registrava documentalmente, os esboços que delineavam imagens e dizeres acerca dos sertões e seus moradores. Tanto os paulistas que residiam em palmares, quanto as populações dos *Rodelas* eram definidos como elementos marginais que habitavam zonas indômitas fora do alcance jurídico e da vigilância

---

<sup>356</sup> *Idem.*

<sup>357</sup> [Descrição do Sertão do Piauí Remetida ao Illm.º e Rm.º Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco]. In: \_\_\_\_\_ ENNES, Ernesto. **As guerras dos Palmares: Domingos Jorge Velho e a Tróia Negra.**

eclesiástica, devida à distância e indefinição de suas fronteiras. Como foi destacado, o uso das expressões como *sertões desertos* ou *matos desertos* conceitualmente para definir espaços ainda sujeitos à indefinição – algo que reforçava a imagem do sertão como lugar passível de intervenção, de pessoas desamparadas. O Bispo de Pernambuco assim relatava sobre Rodelas:

Contêm em si muitas povoações em grandes distâncias umas das outras, e todas elas sujeitas ao Cura da dita Igreja da Conceição, e para este as desobrigar não lhe basta todo o ano para correr uma só vez a Paróquia, porque além de pouco devotos que são os moradores as distâncias grandes em que vivem da Igreja lhes dificultam, e fazem quase impossível o ir a ela, e assim passam todo o ano sem missas, e sacramentos porque não ha sacerdote, que lhos administre fora do Cura nomeado (...) Este ano mandei ao Cura corresse o dito sertão, e gastando mais de seis meses, não pôde chegar a muitas povoações dele, e nas que entrou achou muitas pessoas, que havia dez anos não ouviam missa, nem se tinham confessado, nem visto sacerdote com quem o pudessem fazer (...).<sup>358</sup>

As dificuldades enfrentadas pela ação missionária destacadas no texto também apontavam para o esforço do bispado em acompanhar a expansão territorial que acontecia nesse período, através do reconhecimento e do controle sobre a população anônima que protagonizava esse movimento. O intuito de produzir saberes já resultava em imagens de estranhamento que ressaltava o caráter indisciplinar dessas pessoas: “*vivem estes homens sem lembrança da outra vida, com tal soltura no que passam, como se não houvesse justiça, porque a de Deus não a teme, e a da terra não lhe chega*”,<sup>359</sup> afirmou o Bispo de Pernambuco em 1697. A que outra vida se referia? Parece que tais pessoas haviam se afastado deliberadamente para os matos desertos, invisíveis ao olhar controlador da Coroa e construindo um *modus vivendis* próprio. O desprezo e o estranhamento atravessavam a assertiva de Carvalho, por exemplo, ao definir os hábitos dos moradores da recém criada freguesia: “*vivem estes miseráveis homens vestindo couros e parecendo tapuias*”.<sup>360</sup> O Bispo também enfatizava o número de assassinatos para reforçar a imagem de criminalidade – o que configurava uma estratégia discursiva cuja finalidade pode ser compreendida no sentido de elaborar argumentos que justificassem e legitimassem a intervenção eclesiástica.

<sup>358</sup> *Ibidem*. Doc. 57.

<sup>359</sup> *Idem*.

<sup>360</sup> [Descrição do Sertão do Piauí Remetida ao Illm.º e Rm.º Sr. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco]. In: \_\_\_\_\_ ENNES, Ernesto. **As guerras dos Palmares: Domingos Jorge Velho e a Tróia Negra**.

Do rol dos mortos no discurso do ano passado, que o Cura me remeteu, por lho mandar pedir, consta falecerem 16 pessoas das quais uma só morreu de enfermidade, que tão benigno como isto é o clima, porém, quanto tem este de bom, tanto tem de mau os habitantes, porque os 15 foram mortos a espingarda, com este estilo se tratam, e com este risco se vive entre eles (...).<sup>361</sup>

É claro que os dados sobre mortes – apesar de que suas motivações não terem sido esclarecidas – não devem ser minimizados. Padre Carvalho denunciara as arbitrariedades que envolviam questões de terra, e a atmosfera de violência sempre fora um elemento inerente ao estabelecimento dos criatórios de gado – quando não geravam embates e retaliações contra grupos indígenas nativos, eram a o próprio resultado da fixação sobre o espaço conquistado militarmente. As expedições que instalaram os primeiros currais no vale dos rios Piauí e Canindé – correspondentes aos limites da freguesia de N. S. da Vitória – eram expedições militares. Destas lutas resultaram os primeiros pedidos de sesmarias por parte de Sertão e Ávila: o reconhecimento formal do espólio de guerra. A questão é que a violência não podia ser atribuída somente ao “sertão”, já que a história o Brasil está repleta de exemplos em que o recurso de morte fora usado como prática, mesmo em zonas servidas de todo o aparato jurídico. No entanto, em fins do século XVII, nas correspondências oficiais, estava sendo construída a perspectiva que lançava os espaços ainda indefinidos da administração portuguesa ao estatuto de zonas-problema, adjetivadas pela impunidade, pelo crime, e que demandavam a intervenção tanto do bispado, quanto do aparelho burocrático e judicial português: “*ao Sertão de Rodelas e suas povoações, deve ser o remédio juntamente espiritual, e temporal. Espiritual pelo benefício dos Párocos, e operários, e o temporal pela correção, e castigo dos delitos (...)*”.<sup>362</sup>

Assim, a criação da freguesia de N. S. da Vitória, sob a perspectiva do bispado, deve estar situada no esforço de ordenação e disciplinarização da região definida por Sertão dos Rodelas. O trabalho de Carvalho significou o seu corte ou desmembramento em duas frações juridicamente distintas, representadas pelos curatos da Vitória e do Seráfico São Francisco. Tal procedimento materializou a invenção do Sertão do Piauí, em seus aspectos jurídicos, cartográficos e culturais, e a *Descrição* figurou como suporte primordial nesse começo, sendo o subsídio ou instrumento que informou a administração portuguesa e proporcionou a visualização deste novo recorte agregado ao

---

<sup>361</sup> *Ibidem*. Doc. 57.

<sup>362</sup> *Idem*.

grande mapa do Conselho Ultramarino. Do ponto de vista dos fregueses, aqueles primeiros habitantes que formalizaram a freguesia, escolheram o lugar de fundação da Igreja e estipularam as condições de trabalho de seu Cura, houve também o desejo de reconhecimento jurídico perante a administração colonial. No Termo da Obrigação dos Moradores, documento que estipulou as respectivas ações de cada parte, o escrivão Antonio dos Santos afirmou que os presentes na reunião “*com ele [Padre Carvalho] assinaram e disseram queriam valesse como escritura jurídica feita em pública forma e Eu Antonio dos Santos e Costa escrivão eleito que o escrevi*”.<sup>363</sup> No Termo de Benção da Igreja e que oficializou a posse do padre Tomé de Carvalho como reverendo cura da freguesia, já aparece uma nova designação dentro de Rodelas: “*Aos dois dias do mês de março do ano de mil e seis centos e noventa e sete no Brejo da Mocha do Sertão do Piauí [grifo meu] (...)*”.<sup>364</sup> O Piauí começou a existir, assim como seus habitantes, para os quais o processo representava o reconhecimento como entidade jurídica e como legitimação da associação civil que era construída entre eles. Em consulta do Conselho Ultramarino que deliberou sobre a criação da freguesia (a partir da correspondência do Bispado que agregava tanto a *Descrição*, quanto os termos formais assinados pelos moradores) ficou entendido que havia uma determinação para que, imediatamente à ereção da igreja, fosse documentado o termo de obrigação, que por sua vez deveria constar “*nos livros da Fazenda Real de Pernambuco, para que a todo o tempo constasse de como tomaram sobre si o encargo de fazer, e aparamentar a Igreja, e dar ao Cura o salário (...)*”.<sup>365</sup> Certamente isso explica a preocupação destacada pelo escrivão Antonio dos Santos, e demonstra o “nascimento” institucional do Piauí nos arquivos do Conselho.

A criação da freguesia de N. S. da Vitória deve ser compreendida em seus aspectos plurais. Ela significou a emergência de um novo dado cartográfico no conjunto dos domínios lusitanos, o que justifica a preocupação de Carvalho em definir uma vasta rede de caminhos e suas respectivas distâncias, como também informar sobre o cotidiano construído na experiência dos sujeitos anônimos que se relacionavam ambigualmente com as representações do poder português, tanto eclesiásticas quanto jurídicas. Nesse aspecto, é preciso destacar até que ponto é possível vislumbrar na freguesia uma tentativa de afirmação da administração sobre forças privadas que se

---

<sup>363</sup> *Idem.*

<sup>364</sup> *Idem.*

<sup>365</sup> *Idem.*

estabeleciam quase como poderes paralelos ao do próprio Estado, atuando à revelia de sua vigilância ou controle; ou mesmo remediar essa zona significada como problemática. Talvez o primeiro movimento nesse sentido fosse o reconhecimento civil dessa sociedade e o esforço de arregimentação de seus habitantes – e é inegável o papel desempenhado pela Igreja neste esforço, já que significou o embrião de nucleação populacional por centralizar o encontro dos fregueses. Sob esse aspecto, que aponta para o universo urbanístico, é possível tomar a freguesia como possibilidade de experimentação urbana – em seu sentido mais amplo de associação entre homens – e a importância que ela desempenhou no Piauí de fins dos seiscentos. Entretanto, dentro de tal perspectiva, não pode ser considerada única.

### **2.3 1759: Oeiras e a criação da Capitania de São José do Piauí**

Uma das principais repercussões do documento produzido por Miguel de Carvalho foi sua capacidade de esclarecimento perante a administração ultramarina da seriedade que os problemas relacionados à questão fundiária demandavam nos limites da nova freguesia. A dinâmica violenta entre sesmeiros e posseiros, além do influxo de pedidos de sesmarias especialmente a partir do século XVIII,<sup>366</sup> obrigou a uma série de medidas legais cuja finalidade era regular e disciplinar a ocupação da bacia parnaibana. Por outro lado, a desorganização administrativa entre Maranhão, Pernambuco e Bahia, que disputavam junto ao Conselho a proeminência sobre as decisões jurídicas que envolviam a freguesia de N. S. da Vitória, fundamentou o pedido do Padre pela anexação institucional do Piauí ao governo maranhense. Já em 1699, dois anos após a fundação da freguesia, como resultado das denúncias promovidas por Carvalho, uma carta régia determinou a perda das terras daqueles proprietários que não as cultivassem, sendo doadas aos próprios denunciantes.<sup>367</sup> Apesar de não ter tido execução, já apontava o posicionamento político do governo português: a prioridade dada aos ocupantes da terra que a produzissem, e o esforço em minimizar a influência dos grandes sesmeiros, a exemplo das famílias Ávila e Mafrense. Em 1701, a carta régia de 3 de março<sup>368</sup>

---

<sup>366</sup> COSTA, 1974, v. 1, p. 46.

<sup>367</sup> *Ibidem*, p. 60.

<sup>368</sup> *Ibidem*, p. 64.

autorizou a anexação administrativa do Piauí ao governo do Maranhão, demonstrando oficialmente pela primeira vez a tônica da política nos anos posteriores. Em 1702, foi publicada a carta régia de 3 de março, relativa à questão fundiária, obrigando a demarcação de terras de sesmeiros, donatários e povoadores, sob pena de ficarem devolutas. No mesmo mês, no dia 11, uma resolução sobre a representação do Padre Carvalho considerou ser “*mui conveniente que se unissem ao Estado do Maranhão todas aquelas fazendas e moradores que compreende a freguesia de Nossa Senhora da Vitória do Piauí, onde ficam sujeitos no temporal e espiritual ao dito governo*”.<sup>369</sup> No dia 13, outra carta régia confirmou ao governador do Maranhão a decisão. Porém, esse deslocamento administrativo ainda levaria décadas para ser efetivamente concluído.<sup>370</sup>

Esta forma de conectar os problemas oriundos desta nova zona da administração portuguesa aos foros do Maranhão deixou as questões do Piauí sob responsabilidade do ouvidor-geral; em 1712, este sugeriu o envio de um juiz de fora para atender as demandas jurídicas da freguesia, a partir de uma auditoria com os próprios moradores locais. Estes, por sua vez, concordaram em proverem, a partir de sua própria renda, os rendimentos salariais do juiz, atestando a relevância deste para as contendas que atravessavam o contexto do Piauí nos idos do século XVIII. Porém, contrariando a sugestão do ouvidor-geral, o rei deliberou para criação de uma vila no lugar da freguesia de N. S. da Vitória. Uma decisão bem mais ampla, em virtude do aparato institucional que ela mobilizava, e da possibilidade de instituir um espaço de poder no coração deste território estratégico na dinâmica colonial.

Havendo visto a representação que me fizestes sobre haver juiz de fora nessa Capitania do Piauí para administrar justiça, e se evitarem os delitos, que nela se cometem por falta de castigo como também para se pôr em arrecadação a fazenda dos defuntos e ausentes, e se fazerem medições das terras, e o que sobre este particular informou o ouvidor-geral Eusébio Capely ouvindo aos moradores, como se lhe havia ordenado. Fui servido resolver, que antes de se criar ouvidor ou juiz de fora para a dita Capitania se forme vila no lugar onde está a Igreja, com senado da câmara, juízes, vereadores, almotacés, provedor, e seu escrivão, e outro para o judicial, ou um só, para ambas as escriturarias, e que da sentença que os tais juízes derem haja agravo ou apelações para a Relação da Bahia; e para este efeito ordeno ao dito ouvidor-geral Eusébio Capely passe ao Piauí, e estabeleça a tal câmara, e lhe concedo jurisdição para nomear (por ora) escrivão da câmara e do judicial, se o não houver, e formada que seja esta vila com senado da câmara, me dê conta para mandar prover de ministro de letras a dita capitania com 300\$000 de ordenados

<sup>369</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>370</sup> Se a Freguesia de N. S. da Vitória ficou sob os cuidados do Bispado do Maranhão, no aspecto jurídico ainda estava subordinada aos foros da Bahia. Além disso, Pernambuco, Bahia e Maranhão concediam sesmarias nos limites da dita freguesia até meados da segunda metade do século XVIII; algo que foi motivo de várias deliberações por parte do Conselho Ultramarino ao longo desse período.

lançados pelos sítios das terras que hoje possuem aqueles moradores, como eles mesmo ofereceram. De que me pareceu avisar-vos para o terdes assim entendido.<sup>371</sup>

Apesar da carta régia não ter sido cumprida imediatamente – a vila só foi instalada em 1717<sup>372</sup> – é um documento crucial para a compreensão da criação institucional do Piauí. Parecem claras as motivações da administração portuguesa: a imposição da lei, na mediação dos conflitos de terra e punição dos crimes e o incremento da arrecadação fiscal sobre a criação de gado, tornaram legítimo o projeto de estabelecimento de todo o aparato burocrático necessário para a criação deste espaço institucional. É possível vislumbrar a vila como um marco na composição dessa maquinaria que objetivava a fixação da lei e da justiça numa zona de recente ocupação, com o intuito de discipliná-la. Mas significou a continuidade dos esforços do reconhecimento civil desta sociedade iminente, mapeada de forma pioneira por Miguel Carvalho. A freguesia foi escolhida pela experiência de organização que materializou; mas tornando-se vila, abria os caminhos da nobreza para os proprietários locais através do Senado da Câmara, o que permitia seu envolvimento direto dentro da estrutura que gerenciava o Estado Português. A criação de um foro privilegiado, equivalente a São Luís, por exemplo, foi um aspecto fundamental do esforço em disciplinar o território da freguesia da Vitória. Mas, paralelamente, no mesmo período, foi possível identificar um movimento semelhante com o intuito de militarizar, através da distribuição de patentes de oficiais, os mesmos proprietários locais.<sup>373</sup> A formação de um corpo militar caminhou juntamente com o esforço de construção do aparato burocrático voltado para a autonomia administrativa do Piauí.

Em 1714, uma queixa do vice-rei do Estado do Brasil, D. Pedro Antonio de Noronha sobre os problemas gerados pela doação de sesmarias no Piauí por governadores de Pernambuco e Bahia, influenciou numa decisão inusitada do ouvidor-geral do Maranhão, Antonio José da Fonseca Lemos: ele declarou devolutas todas as terras doadas pela administração de ambas as capitânias.<sup>374</sup> A repercussão desta decisão

<sup>371</sup> [Carta Régia dirigida ao ouvidor-geral do Maranhão para a criação de uma vila no lugar da Igreja da Freguesia de N. S. da Vitória de 30 de junho de 1712]. In: \_\_\_\_\_ COSTA, 1972, v. 1, p. 77.

<sup>372</sup> A sublevação de índios no Piauí, sob a liderança de Mandu Ladino, adiou a instalação da vila, que só aconteceu em 1717. Na ocasião, o governador do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire, mandou “muitas famílias para a povoação e pouco tempo depois 300 degradados portugueses, para o desenvolvimento da sua população”. Cf. COSTA, 1974, v. 1, p. 82.

<sup>373</sup> Pereira da Costa cita uma série de pedidos de patente militar no período. Cf. COSTA, 1974, v. 1.

<sup>374</sup> *Ibidem*, p. 79.

foi negativa, e levantou protestos que culminaram na ordem do rei ao governador do Maranhão para revogar o ato e demarcar as propriedades.<sup>375</sup> Em janeiro de 1715 um alvará reafirmou a jurisdição maranhense, com a garantia de que as terras doadas nos foros pernambucanos e baianos permanecessem intocadas; “*e que tendo unido o Piauí ao Maranhão, para evitar desordens entre os moradores dos diferentes distritos, não ultrapasse o governador do Maranhão as raias marcadas à nova capitania.*”<sup>376</sup>

Em 1717, no dia 26 de dezembro, a vila da Mocha foi instalada no lugar da freguesia de N. S. da Vitória pelo ouvidor-geral maranhense.<sup>377</sup> O governador enviou famílias para a povoação e, posteriormente, um número de trezentos degredados portugueses para incrementar o corpo populacional do recente núcleo.<sup>378</sup> Neste mesmo ano, foi decretado um alvará tornando a Capitania do Piauí independente administrativamente, o que só foi efetivado cerca de quatro décadas.<sup>379</sup> E em 1722 foi criado o cargo de ouvidor-geral, a partir de uma provisão enviada ao governador do Maranhão pelo rei D. João V, que assim escreveu:

Faço saber a vós, João da Maia da Gama, governador e capitão-general do Maranhão, que havendo visto a conta que me deu o ouvidor-geral da capitania de São Luís do Maranhão, de haver ido à capitania do Piauí, onde em cumprimento das minhas reais ordens, criara uma vila no sítio a que chamam da Mocha, com senado de câmara, e as dependências da república (...), e atendendo ao que convém ao meu real serviço, e à boa administração da justiça, e sossego de meus vassallos, sendo este o meio por onde sejam castigados os delitos mais graves que na dita capitania se cometem. Fui servido por resolução de doze deste presente mês e ano, em consulta do meu Conselho Ultramarino, de ordenar ao Desembargo do Paço me consultasse logo sobre o lugar de ouvidor-geral para a dita vila e capitania constituindo-lhe de ordenado trezentos mil réis por ano, pagos pelos rendimentos dos dízimos da dita capitania, unindo a ele a provedoria da fazenda real e dos defuntos e ausentes (...).<sup>380</sup>

A resolução de D. João V demonstrava que o esforço em institucionalizar o território da capitania do Piauí era discutido no seio do Estado português; e a criação do cargo de ouvidor, um passo estratégico na efetivação de um espaço autônomo em termos administrativos – apesar de que a influência da governança do Maranhão tenha

<sup>375</sup> A repercussão de tal procedimento foi significativa, na medida em que as primeiras sesmarias doadas no Piauí, ainda no final do século XVII, foram concedidas através dos foros da Bahia e de Pernambuco.

<sup>376</sup> COSTA, 1972, v. 1, p. 80.

<sup>377</sup> *Ibidem*, p. 82

<sup>378</sup> *Idem*.

<sup>379</sup> *Ibidem*, p. 86.

<sup>380</sup> *Ibidem*, p. 91.

sido preponderante até meados do século XIX. A criação da vila da Mocha – com todo o aparato burocrático inerente a sua existência – acrescentou mais um dado no grande mapa dos domínios lusitanos. Pois a presença de uma vila neste espaço conflituoso, cuja repartição, ocupação e dominância da terra aconteciam como fato presente, sinalizava para a presença institucional e militar na disciplinarização deste universo e de seus próprios agentes locais – encaminhados para comporem a máquina em funcionamento na recente capitania. Por outro lado, se vista de um plano geral – um olhar do alto, especificamente cartográfico – ela representou a possibilidade de consolidar uma via de comunicação entre os Estados do Brasil e do Maranhão, aproveitando-se do caráter fronteiriço da bacia parnaibana, que possibilitava ampla circulação entre este e as capitanias de Pernambuco e Bahia. Todos esses elementos justificavam o estabelecimento da vila, assim como a vastidão territorial e o desejo de organização civil de seus respectivos habitantes. Em 1730, o ouvidor do Piauí, José de Barros Coelho, expressou algumas considerações sobre a Mocha:

Sendo Vossa Majestade servido mandar criar esta vila, cabeça de toda a capitania do Piauí, a qual tem de extensão mais de 200 léguas de sertão, cujos habitantes vivem das criações dos gados vacuns e cavalares com tanta abundância, que se arrematam os dízimos para a real fazenda em 76.000 cruzados, consistindo a vila em 25 até 30 vizinhos, com uma só Igreja e um só vigário; (...) carecem estas terras de mestres e missionários que preguem o Evangelho, em razão de viverem todos ignorantes de doutrina, sem outro reparo para o que lhe dita suas inclinações, mais o de executarem os impulsos de seus maus ânimos, de que procede serem excessivas as mortes, em tal forma, que das que tem havido em toda a capitania, apenas se achará uma, que procedesse de doença, e com razão posso dizer que enfadados os mortais neste sertão de serem poucos os que se queixaram de ser a morte vagarosa nos seus passos, causa por que lhe puseram asas nos pés, para que andassem com mais celeridade e para que fossem menos viventes, que tudo causa ambição nos mortais. Assim que ponho na presença de sua Majestade ser muito preciso que neste sertão haja quem doutrine os filhos destes habitantes, e que haja missionários de vida exemplar, que doutrinem aos inumeráveis índios e pretos, que nele há, para que ouçam missa, e se saibam confessar, e vivam como bons católicos, e não pior que os brutos fazendo mortes continuamente com armas de fogo.<sup>381</sup>

As informações apontavam para o fato de que, décadas depois de instalada, a vila contava ainda com um povoamento tímido, sendo que o perímetro urbano possuía apenas 25 a 30 casas; no entanto, apresentava rendimentos considerados satisfatórios, graças à atividade das fazendas espalhadas nesta vastidão de “*mais de duzentas léguas*”. O ouvidor também demonstrou preocupação acerca da disciplina eclesiástica dos habitantes, vista como principal remédio para os índices elevados de homicídios por ele

---

<sup>381</sup> *Ibidem*, p. 103.

registrados. Havia, dessa forma, uma tentativa deliberada de mediar e regular os conflitos na capitania, seja pela justiça e implantação do aparato institucional, seja pela ação de missionários capazes de doutrinar uma população diversificada. Mas, nas palavras do ouvidor, é possível também vislumbrar a elaboração de uma representação desta sociedade iminente, na medida em que assimilava, no âmbito semântico da palavra *sertão*, tanto uma categoria geográfica, como a definição de um lugar caracterizado pela violência e impunidade da lei. Essa mesma perspectiva atravessou a fala do Bispo de Pernambuco, mais de trinta anos atrás, ao enfatizar o mesmo caráter “indisciplinado” das populações do “*sertão do Piauí*”.

Certamente, a caracterização da violência deve ser atribuída às especificidades da territorialização do Piauí: as guerras indígenas, a ação de forças particulares, a disputa entre sesmeiros e posseiros pelo reconhecimento da posse da terra, são elementos que definiram, em termos históricos, a zona delimitada para a capitania como um espaço problemático. Em 1736, por exemplo, um processo emblemático originou o pedido de ressarcimento pela ocupação da área designada para a instalação da freguesia da Vitória e, posteriormente, vila da Mocha. Em 17 de abril, uma ordem régia autorizou três léguas de terras para compor o patrimônio da Câmara. Deveriam servir como logradouro público para o desenvolvimento do espaço urbano da dita vila.<sup>382</sup> Porém, o sobrinho de Domingos Mafrense requereu na justiça a posse do patrimônio concedido à Câmara, suplicando ao rei que “*se desse execução à sentença que alcançou contra os moradores do Piauí e vila da Mocha, oficiais da câmara dela e vigário da freguesia de N. S. da Vitória da mesma vila sobre as dez léguas que herdou de seu tio Julião Afonso Serra, um dos quatro descobridores daquele sertão (...)*”.<sup>383</sup> O espaço reservado ao patrimônio do Conselho – antes pertencente à freguesia – estava inserido na área sesmarial dos irmãos Domingos e Julião Sertão reconhecida há décadas atrás – e que correspondia a um total de quarenta léguas. Portanto, a instalação da vila abrangia a ocupação de terras particulares e, como herdeiro, Domingos Jorge era legítimo requerente. O processo só foi resolvido em 1745, com a decisão de permanecerem livres as terras concedidas ao Conselho destinadas para a construção de “*ruas, caminhos, praças, fontes, pontes e pedreiras*”.<sup>384</sup> Em caso de necessidade de mais espaço além das três léguas referidas, ficou acordado que a partir das necessidades da Câmara em

---

<sup>382</sup> *Ibidem*, p. 105.

<sup>383</sup> *Idem*.

<sup>384</sup> *Ibidem*, p. 106.

“*alargar ou mudar a casa do Conselho, ou cadeia, ou açougue*”,<sup>385</sup> o autor do processo deveria cedê-las, em benefício do interesse público. O rei foi além desta medida: anulou o poder particular sobre essas terras ao não reconhecer o direito sesmarial, “*para se não poderem os sesmeiros valer desta confirmação pois que a não mostraram ter do dito senhor, nem dos senhores reis seus predecessores*”.<sup>386</sup>

As manifestações da Coroa em relação à disciplinarização dos conflitos fundiários e o movimento de regulação das grandes propriedades através da sequência de leis limitando a extensão das sesmarias demonstravam não somente a constituição do aparato burocrático administrativo, mas teriam repercussões bem mais severas. Uma larga extensão de terras formava o patrimônio da Companhia de Jesus no Piauí. Em 1711, com a morte de Mafrense, parte de seus bens foram doados para a instituição, sob a administração da sede localizada na cidade de Salvador. Eram várias fazendas de gado vacum e cavalar de um valor significativo, que logo se tornaram motivos de desavenças entre os padres e os oficiais do governo.<sup>387</sup> Em 1741, as grandes áreas sesmarias que pertenciam às famílias Mafrense e Garcia D’Ávila foram alvos de intervenção através da carta régia de 13 de agosto, que autorizou ao ouvidor-geral do Piauí a ação pessoal de demarcação.<sup>388</sup> Três anos depois mais uma provisão confirmou o limite de três léguas para as terras doadas na capitania, reforçando o posicionamento da Coroa em redefinir o balanço de forças, incorporando para o Estado português o poder sobre as grandes propriedades antes doadas nos foros de Pernambuco.

Essa interferência continuou pelos anos seguintes, sendo denunciada pela Câmara da vila da Mocha ao Conselho Ultramarino. Em outubro de 1753, uma provisão dirigida ao governador de Pernambuco sobre problemas de terras canalizou as reclamações da Câmara da vila da Mocha em relação ao seu patrimônio de direito.<sup>389</sup> O rei português deixava claro que os litígios não eram especificidades do Piauí, mas englobavam também os limites das capitanias de Bahia e Pernambuco. Além disso, reconheceu a relação maléfica da Coroa com os grandes sesmeiros, pelo “*excessivo número de léguas de terra de sesmaria que nulamente possuem por não se cumprir o*

---

<sup>385</sup> *Idem.*

<sup>386</sup> *Idem.*

<sup>387</sup> Cf. NUNES, 2006, v. 1; COSTA, 1974, v.1; ALENCASTRE, 1981.

<sup>388</sup> COSTA, 1974, v. 1, p. 110.

<sup>389</sup> *Ibidem*, p. 121.

*fim para que se concederam*”<sup>390</sup>; e o fato dos arrendatários das fazendas localizadas nessas áreas sofrerem “*grandes vexações nas execuções das sentenças contra eles alcançadas para a expulsão das suas fazendas, cobranças de rendas, e foros das ditas terras*”.<sup>391</sup> Sob orientação do Conselho Ultramarino, o rei determinou “*anular, abolir e cassar todas as ordens e sentenças que tem havido nesta matéria para cessarem os fundamentos das demandas que pode haver por umas e outras partes*”.<sup>392</sup> O critério decidido continuou sendo o da presença e cultivo das propriedades, priorizando os ocupantes locais. Assim ficou definida a relação: aos grandes sesmeiros seria concedido “*por nova graça todas as terras que eles tem cultivado por si, seus feitores, ou criados, ainda que estas terras se achem de presente arrendadas a outros colonos*”.<sup>393</sup> Em termos simples, a provisão garantia a autoridade dos sesmeiros sobre fazendas arrendadas a terceiros, desde que já estivessem estabelecidas antes do contrato. Não deveriam ser incluídas aquelas “*que outras pessoas entraram a rotear, e cultivar ainda que fosse a título de aforamento, ou arrendamento, por não serem dadas as sesmarias senão para os sesmeiros a cultivarem, e não para as repartirem, e darem a outros que as conquistem, roteiem e entrem a fabricar*”.<sup>394</sup> A Coroa buscava, dessa forma, fixar restrições a um direito somente concedido “*aos capitães donatários, e não aos sesmeiros*”.<sup>395</sup> Ficava decidido que, tanto para as terras em juízo, quanto para aquelas ainda incultas, deveriam ser requisitadas juntamente com suas “*confrontações e limites*”,<sup>396</sup> não podendo ultrapassar o limite várias vezes deliberado de três léguas – medida esta voltada para policiar e evitar “*as fraudes na extensão das terras e as perturbações e contendias que há*”.<sup>397</sup> O problema que envolvia o Piauí ficava sob a responsabilidade do ouvidor do Maranhão, o Desembargador Manuel Sarmiento, encarregado de supervisionar o trabalho de demarcação e definição dos limites fundiários.

Em 1754, o patrimônio da Companhia de Jesus foi submetido ao esforço de regulamentação e demarcação, através do trabalho do ouvidor da vila da Mocha, José

---

<sup>390</sup> *Idem.*

<sup>391</sup> *Ibidem*, p. 122.

<sup>392</sup> *Idem.*

<sup>393</sup> *Idem.*

<sup>394</sup> *Idem.*

<sup>395</sup> *Idem.*

<sup>396</sup> *Idem.*

<sup>397</sup> *Idem.*

Marques da Fonseca Castelo Branco: ele as declarou devolutas para serem submetidas ao processo de medição e demarcação. De acordo com a provisão de 8 de agosto do mesmo ano, o próprio reitor da Companhia sediada em Salvador denunciou arbitrariedades promovidas pelos comissários responsáveis nas respectivas demarcações. De acordo com o reitor:

(...) sem admitirem requerimento algum, se pagam das suas diligências com os gados, escravos, e outros móveis das fazendas, deixando-as totalmente desertas, não só em grave prejuízo da capela, que instituiu Domingos Afonso, mas também com irreparável dano dos dízimos reais que fielmente se pagam, e pagaram sempre.<sup>398</sup>

A queixa repercutiu na ordem real para que fossem suspensas as atividades geridas pelo ouvidor-geral, em benefício dos jesuítas. Porém, as consequências desse embate ainda seriam maiores. Em 10 de setembro o governador do Maranhão encaminhou um ofício ao Conselho Ultramarino comunicando que a ação do ouvidor fora feita “*na conformidade de uma ordem régia*”.<sup>399</sup> Nele, informou que o reitor publicara um documento excomungando o ouvidor da vila da Mocha – atitude considerada excessiva e geradora de “*bastantes desordens, dividindo-se aqueles miseráveis povos em parcialidades e pondo-se nos termos de haver um levante*”.<sup>400</sup> A repercussão do embate entre os funcionários da vila e os padres jesuítas certamente consolidou ressentimentos na Capitania: seja em função do processo de excomunhão, ou do privilégio concedido às propriedades da Companhia, na medida em se tratava de uma ordem real para todas as terras do Piauí. De qualquer forma, o caso específico ilustrou bem as arbitrariedades que se cometiam tanto pelos agentes oficiais da Coroa, quanto pelos agentes particulares que almejavam o reconhecimento de seu patrimônio fundiário.

O imbróglio envolvendo a Companhia de Jesus no caso da excomunhão do ouvidor geral da vila da Mocha não foi o único. As desavenças entre os jesuítas e o governo português extrapolaram os limites do Piauí para uma conjuntura bem mais ampla. Os acordos territoriais com a Espanha e as guerras guaraníicas desgastaram consideravelmente a relação entre a instituição religiosa e o Estado, que visava secularizar os espaços administrados por ela. Em 1758, uma comissão ordenada por

---

<sup>398</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>399</sup> *Idem*.

<sup>400</sup> *Idem*.

Sebastião de Carvalho e Melo – futuro Marquês de Pombal – chegou à Bahia com o intuito de aplicar as leis dirigidas aos jesuítas: conferir uma administração civil aos aldeamentos e analisar a legitimidade do patrimônio da Companhia no Brasil.<sup>401</sup> Paralelamente, o desembargador Francisco Marcelino Gouvêa foi indicado para resolver os problemas relacionados ao Piauí, por decreto de maio deste mesmo ano; assim como também, posteriormente, o oficial da cavalaria João Pereira Caldas – que servia no Pará e fora escolhido para ser o primeiro governador da Capitania, fundada por carta régia de 1718, mas jamais instalada.<sup>402</sup>

O historiador Odilon Nunes, em sua obra *Pesquisas para a História do Piauí*, cita um documento encontrado no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, atribuído ao Padre Bento da Fonseca, relatando algumas características da Capitania no ano de 1758<sup>403</sup> – o início do processo que deflagrou a sua instalação institucional, promovida a partir de 1761 pelo esforço de seu primeiro governador. As informações descritas pelo padre continuam a estrutura administrativa da vila da Mocha, a atividade econômica desenvolvida na região, os principais pontos de comércio, a relação com outras partes da colônia, a listagem das freguesias, a avaliação do aspecto populacional, e a relação burocrática e jurídica com o Maranhão e a Bahia. O texto apontava certos elementos do contexto da Capitania na iminência de sua criação. Assim Fonseca se expressou:

A sua principal povoação e cabeça da comarca é a vila da Mocha. Tem um Ouvidor Ministro de Letras, que é Corregedor da Comarca, Provedor da Fazenda Real, Defuntos e Ausentes, e tem os mais cargos de justiça. Tem dois juízes ordinários, vereadores e mais ministros de que se compõem as câmaras. No militar tem vários oficiais de ordenança. Dizem que Sua Maj. criou agora em 1758 um Governador para a governar e lhe pusera quatro companhias de soldados pagos. Está situada esta vila em 7 graus austral e 335 de longitude no meio da capitania e sertão do Piauí, a qual se compõe de vastíssimas campinas de gado vacum e cavalari, e é o seu principal comércio, e daqui se provê de carnes a maior parte do Brasil e Minas, e poderia prover uma grande parte da Europa se fosse fácil a sua condução. Os seus principais ramos de comércio são na barra do Parnaíba e Camocim e Caracu onde vêm muitos iates e sumacas de Pernambuco a fazer comércio em carnes secas e couros; o outro é no Parnaguá onde vêm muitos comerciantes de gados a comprá-los para os levarem dali para as Minas Gerais e Praças do Brasil. Dos Gerais e campos novos vai muito gado para as minas de São Félix, Natividade e Vila Boa dos Goiás. Podia ter um bom comércio de atados, e outros couros para gastarem os que com mais dificuldades se podem transportar do meio do seu sertão; e com efeito alguma sola que curtem, e

---

<sup>401</sup> NUNES, 2007, v. 1, p. 141.

<sup>402</sup> *Idem.*

<sup>403</sup> *Ibidem*, p. 134.

couros dos muitos que têm, são estimados nas praças para onde os mandam vender.

Além da povoação principal da Mocha tem muitas freguesias em paragens onde os moradores vivem mais juntos como são as freguesias de N. S. do Livramento de Parnaguá, S. Antonio do Gurguéia, N. S. da Vitória da Mocha, N. S. da Conceição dos Aroás, S. Antonio do Surubim, N. S. do Carmo da Piracuruca, N. S. do Desterro dos Crateús, na Serra dos Côcos, S. Bernardo na Parnaíba, e outros. Além disto, ainda que a Capitania do Parnaíba é falta de povoações formadas, não há falta de povoadores que moram e vivem dispersos em suas fazendas de gados, as quais requerem para sua criação grande extensão de terras. De sorte que se os seus moradores se unissem em povos bastariam para formar várias cidades e vilas. Provê-se a dita Capitania de fazendas da Europa, comumente do Maranhão onde as vem buscar com o dinheiro que lhe produz o gado *vacum* e cavalari que vendem, ou levam às Minas e praças do Brasil. Já disse que esta Capitania é sujeita no espiritual ao Bispo do Maranhão, e no temporal ao Governo do mesmo Estado, e só as contendas da justiça cível e crime vão por apelação para a relação da Bahia e no mais tudo depende do Maranhão.<sup>404</sup>

Através destas informações é possível cartografar as ramificações do Piauí com outras partes da colônia, especialmente por dois vetores: a foz do rio Parnaíba, que permitia acessar zonas do Maranhão, Ceará, e uma rota de comércio com Pernambuco através da navegação de embarcações de pequeno e médio porte; e o chamado *Sertão do Parnaguá*, compreendendo a área correspondente à bacia do rio Gurguéia – o principal afluente do rio Parnaíba – que se abria para a Bahia e as Minas Gerais. Essa característica específica da Capitania, relativa às diversas fronteiras que compreendia no espaço colonial foi, sem dúvida, um aspecto de suma relevância para a administração ultramarina. O documento não deixava de enfatizar as “*vastíssimas campinas de gado vacum e cavalari*” para determinar a natureza dessas movimentações fundadas nas trocas comerciais. A vila da Mocha foi tomada como referência central por conter o aparato burocrático e a estrutura militar que garantiam a presença institucional da Coroa neste espaço em processo de construção, sob a alçada ora da esfera governamental do Maranhão, ora pelo campo judicial dos foros da Bahia. Com um corpo populacional formado principalmente pela burocracia estatal, a vila não contava com um número significativo de habitantes. O aspecto demográfico ressaltado pelo padre demonstrava uma dispersão da população através das inúmeras sesmarias dedicadas à pecuária e seus subgêneros; porém, no seu ponto de vista, um contingente suficiente para “*formar várias cidades e vilas*”. Tratava-se, portanto, de uma sociedade rural, para a qual o espaço urbano tinha relações específicas com as atribuições jurídicas e institucionais da vila da Mocha, por vezes ambígua e problemática. A listagem das freguesias não era

---

<sup>404</sup> *Ibidem*, p. 135.

apenas de caráter religioso. Ela servia para mapear as principais concentrações demográficas do Piauí: as “*paragens onde os moradores vivem mais juntos*”, de acordo com as palavras do padre. Não sem propósito, essas freguesias seriam tomadas como referência para a criação de vilas nos anos seguintes.

Dessa forma, na segunda metade do século XVIII, o Estado português possuía subsídios suficientes para a construção de saberes sobre o objeto *Piauí*. A natureza das relações comerciais, os embates pelo reconhecimento formal da terra, as guerras contra as diversas nações indígenas, os limites territoriais, a violência dos habitantes, a indisciplina, e as inúmeras questões de natureza jurídica que inundavam as reuniões do Conselho Ultramarino eram os principais elementos que sustentavam os dizeres sobre este território desenhado no intermédio em que se tocavam os Estados do Maranhão e do Brasil. Em 1758, a determinação de D. José I pela instalação imediata de uma capitania que já havia sido pensada décadas atrás consolidou a estratégia do governo Português, principalmente através de um esforço deliberado em converter o espaço urbano das vilas na materialização do controle e regulação modulares na perspectiva do rei e seus conselheiros. A carta régia de 29 de julho de 1759, endereçada ao futuro governador João Pereira Caldas, é um documento emblemático acerca das estratégias de institucionalização do Piauí e das projeções construídas para o futuro da Capitania. “*Tenho consideração às grandes utilidades que hão de resultar ao serviço de Deus, e meu, e ao bem comum de meus vassallos, de se reduzirem os sertões dessa Capitania a povoações bem estabelecidas*”,<sup>405</sup> assim se expressou o monarca ao início da carta para enfatizar suas intenções: a criação de vilas, “*para que ao mesmo tempo, em que nelas se introduzir a polícia, floresta a agricultura e o comércio, com as vantagens que prometem a extensão e fertilidade do país*”.<sup>406</sup>

A carta régia continha um projeto específico em relação aos aldeamentos e povoações indígenas, com orientações claras para converter esses núcleos em organizações de natureza civil com a mesma estrutura jurídico-burocrática das vilas coloniais. João Pereira Caldas deveria estabelecê-las em lugar das aldeias formadas, e substituir seus nomes nativos pelos “*nomes dos lugares e vilas deste reino (Portugal), sem atenção aos nomes bárbaros, que têm atualmente*”.<sup>407</sup> Além disso, seria determinado “*a todas as ditas aldeias e lugares alinhamentos, e a forma do governo*

---

<sup>405</sup> COSTA, 1974, v. 1, p. 129.

<sup>406</sup> *Idem*.

<sup>407</sup> *Idem*.

*civil*”,<sup>408</sup> em referência ao traçado urbanístico e à estrutura da administração necessária ao funcionamento das Câmaras. D. José foi muito enfático na decisão de secularizar os aldeamentos indígenas em substituição à proeminência das companhias religiosas. Em termos específicos, se tratava de uma retaliação direta contra a ordem dos jesuítas; uma das instruções dadas a João Pereira Caldas e ao desembargador Marcelino Gouveia foi o confisco de todo o patrimônio pertencente à Companhia de Jesus no Piauí, adquiridos em 1711 com o espólio da herança de Domingos Mafrense. Ambos deveriam trabalhar no sentido de não permitir “*que os regulares, que até agora se arrogaram o governo secular das ditas aldeias, tenham nele a menor ingerência contra as proibições de direito canônico, das constituições apostólicas, e dos seus mesmos institutos, de que sou protetor nos meus reinos e domínios*”.<sup>409</sup> Esse esforço de secularização significava, em termos práticos, colocar “*em exercício naquelas novas povoações as serventias dos ofícios das câmaras, da Justiça e da Fazenda*”.<sup>410</sup>

A carta régia de 1759 enfatizou a instalação do aparato institucional da capitania, o exercício de seu primeiro governador, o estabelecimento de vilas como esforço de secularização dos aldeamentos indígenas e a supressão da interferência da Companhia de Jesus nos assuntos relativos ao Piauí. Mas há um indício na escrita do rei que permite compreender com mais amplitude o que significou esse documento no contexto colonial. Ao se dirigir a João Pereira Caldas, D. José I definiu a introdução da “*polícia*” como condição para a prosperidade econômica da capitania, devido a sua “*extensão e fertilidade*”; nesta lógica, a riqueza da terra não era suficiente para fazê-la prosperar, cabendo à instituição daquele conceito o papel de fundamento para a consolidação de tal projeção. Mas qual o significado desta palavra no contexto setecentista? Ela existia no primeiro dicionário da língua portuguesa, escrito no final do século XVIII<sup>411</sup>, cuja definição era dupla: *polícia* significava as coisas do “*governo, e administração interna da República*”, assim como “*urbanidade dos cidadãos, no falar, no termo, na boa maneira*”.<sup>412</sup> Dessa forma, a vontade do rei expressa ao governador na criação de vilas no Piauí e o esforço de instalação da Capitania, apontava para o projeto

---

<sup>408</sup> *Idem.*

<sup>409</sup> *Idem.*

<sup>410</sup> *Idem.*

<sup>411</sup> Dicionário do padre Rafael Bluteau, publicado na segunda metade do século XVIII.

<sup>412</sup> BLUTEAU, Rafael. Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Tomo II, p. 225.

já demonstrado de montagem do aparelho governamental; por outro lado, designava o desejo de *urbanidade* como expressão de relações e disciplinas sociais, como um padrão de comportamento – certamente antagônico à imagem de indisciplina associada aos habitantes do Piauí por intermédio dos documentos setecentistas. Esta palavra também constava no Dicionário Bluteau. *Urbanidade* foi definida como “*a cortezia, e bom termo, os estilos da gente civilizada, e polida, civilidade, policia*”.<sup>413</sup> Dessa forma, é possível dizer que, no século XVIII, havia uma correspondência semântica entre os termos *polícia*, *civilidade* e *urbanidade*, como também a existência de um projeto urbano que extrapolava o aspecto institucional, jurídico ou burocrático das vilas para moldar corações e mentes: sua finalidade era a construção de uma experiência urbana capaz de redefinir as sociabilidades no Piauí setecentista.

A carta régia de 1759 não foi a única. Em 19 de junho de 1761, o rei publicou uma segunda correspondência com instruções mais específicas ao governador.<sup>414</sup> Quando tomou posse em 20 de setembro de 1759, Pereira Caldas não tardou em cumprir as medidas contra a Companhia de Jesus: confiscou os seus bens, prendeu e encaminhou os padres jesuítas para fora da Capitania, e regularizou a administração dos aldeamentos indígenas – procedimentos efetivados em meados de 1760.<sup>415</sup> Pelo que consta, o trabalho de criação das oito vilas em lugar das freguesias existentes lhe despertou críticas acerca da empreitada. Em seu ponto de vista – compartilhado pelo desembargador Marcelino Gouveia – apenas duas freguesias estavam aptas ao procedimento de elevação para a categoria de vila: Parnaguá e Santo Antonio do Surubim. Esse posicionamento foi reportado ao Conselho Ultramarino, gerando uma correspondência do secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datada do mesmo dia da carta régia e enviada conjuntamente. “*Vossa Mercê, dando conta de haver chegado à vila da Mocha, refere que das oito paróquias em que se acha dividida essa capitania, só determinava erigir em vilas as duas freguesias de Parnaguá e Santo Antonio do Surubim*”,<sup>416</sup> assim reportou o secretário, lembrando as obrigações do governador acerca das “*reais ordens que o mesmo senhor lhe tinha feito dirigir sobre esta matéria*”<sup>417</sup> – certamente, em referência ao documento de 1759. Em nome do

---

<sup>413</sup> *Ibidem*, p. 449.

<sup>414</sup> COSTA, 1974, v. 1, p. 143.

<sup>415</sup> *Ibidem*, p. 135.

<sup>416</sup> *Ibidem*, p. 147.

<sup>417</sup> *Idem*.

Conselho, Furtado alertava Caldas de que os limites materiais identificados por ele e pelo desembargador não passaram despercebidos: “*S.M. ficou persuadido a que presentemente as terras em que aquelas freguesias excluídas estão situadas se acham em toda a pobreza e desolação*”, afirmou na correspondência. O impasse entre a administração ultramarina e o governador da Capitania existiu devido a uma diferença de perspectiva, pois enquanto este produzia um olhar *in loco* das carências materiais, o Conselho operava com uma *projeção*, onde a vila personificava um espaço de prosperidade. Sob esta lógica, as limitações observadas por Pereira Caldas e Marcelino Gouveia – que os levaram a questionar as deliberações do rei – não eram as motivações para se desistir do projeto; ao contrário, era exatamente esse ponto que legitimava o estabelecimento das vilas nesses espaços bem menos abastados. “*Não pode a sua religiosíssima piedade acomodar-se a que elas ficassem na miséria e desolação em que se acham, e se acharão enquanto não forem erigidas em vilas*”,<sup>418</sup> assim o secretário de Estado justificou o posicionamento do rei, corroborando a ordem de que cabia ao governador empregar “*a este fim todos os meios que a possibilidade lhe puder permitir*”.<sup>419</sup>

Mendonça Furtado determinou ao governador um conjunto de estratégias de procedimento em relação à instalação das vilas no Piauí. O primeiro era a divulgação pública da carta régia de 1761, fazendo “*copiar o maior número de exemplares*”,<sup>420</sup> para que os motivos da criação de cada municipalidade e os privilégios concedidos a seus habitantes pudessem iluminar – de acordo com o secretário – “*a rudez desses povos*”,<sup>421</sup> e despertar entre eles “*a louvável ambição do seu aumento*”.<sup>422</sup> A imagem de rudeza se devia, nesta percepção, ao fato dos moradores da Capitania viverem massivamente nas suas propriedades rurais. Analisando o contexto do Piauí nos anos antecedentes, não seria ilícito afirmar que representava um comportamento coerente: afinal, o Estado português vinha estabelecendo uma série de regulações jurídicas para a posse da terra, privilegiando a presença de seus habitantes em detrimento dos sesmeiros que se relacionavam com as propriedades somente através de procuradores enviados para a cobrança de tributos. Era de se esperar, portanto, que os moradores dispersos em suas

---

<sup>418</sup> *Idem.*

<sup>419</sup> *Idem.*

<sup>420</sup> *Ibidem*, p. 148.

<sup>421</sup> *Idem.*

<sup>422</sup> *Idem.*

fazendas na verdade tratassem de garantir a presença que lhes legitimava a posse. Ainda assim, esse comportamento era compreendido como oposto aos desejos expressos pelo Conselho Ultramarino, cuja proeminência de seu projeto de *policar* a Capitania dependia essencialmente da adesão coletiva ao universo urbano personificado pela municipalidade. A segunda estratégia destinada a João Pereira Caldas era, portanto, convencê-los a mudarem para cada uma das vilas instaladas em suas respectivas freguesias, de acordo com as palavras interessantes de Mendonça Furtado:

O segundo meio deve ser o de Vossa Mercê persuadir e fazer persuadir aos mesmos povos que também a nobreza deste reino tem fazendas a 5, 10, 15, 30, 40 50, 60 e mais léguas fora das cidades e vilas onde habitam; e que por isso não vai viver com os gados e com os irracionais nessas distâncias para se escurecer até vir a perder a nobreza na habitação de ermos tão remotos; por cuja razão as pessoas distintas, ou que se procuram distinguir, costumam viver, nas cidades e vilas, terem nas fazendas criados e administradores para tratarem delas, e irem então visitá-las de tempos em tempos, para não se perderem.<sup>423</sup>

A observação do secretário de Estado era bem clara: promover uma mudança completa em relação ao comportamento dos habitantes da Capitania, para discipliná-los a partir da experimentação do urbano. A proposta absenteísta que fora defendida contradizia as regulamentações jurídicas para a posse da terra, pois desde o início do século o Conselho Ultramarino deliberava em favor de priorizar aqueles moradores estabelecidos nas sesmarias. O desejo em permanecerem fixados nas sedes de suas propriedades consolidava um vínculo com o lugar e o sentimento de autonomia individual: cada sesmaria tinha em média seis léguas em quadro, o equivalente a dezoito quilômetros quadrados – uma área considerável e de responsabilidade de um número reduzido de pessoas. A necessidade de fixação e produção exigiu uma sociedade flexível, capaz de assimilar formas específicas de sobrevivência na terra – algo adjetivado pelas descrições documentais como sendo um indício de rusticidade. O que era a vila para esses habitantes? O lugar da força institucional do Estado português, que ora lhes beneficiava – através do acesso aos instrumentos legais que lhes permitiam legitimar suas queixas – ora representava uma ameaça, especialmente através da fiscalização sobre questões fundiárias ou as cobranças de tributos sobre aquilo que produziam em suas propriedades. Além disso, o fato de que a experiência de existência da vila da Mocha era bem recente dificultava uma mudança de paradigma. Mendonça Furtado, como representante do Conselho, acreditava que o projeto das vilas

---

<sup>423</sup> *Idem.*

extrapolava o universo institucional de regulamentações, leis e estrutura burocrática; na verdade, sobre sua perspectiva, é viável afirmar que não existia nem virtude nem fortuna fora das cidades. As pessoas que viviam no campo, “*com os gados e com os irracionais*”, estavam condenadas a “*se escurecer até vir a perder a nobreza*”. O modelo de nobreza determinava que aqueles que queriam se distinguir habitassem o espaço urbano – seja em sua forma ou sentido – visitando esporadicamente o campo para “*não se perderem*”. As luzes da vida urbanizada não alcançavam as trevas da rusticidade. Essa dualidade imposta no discurso do Conselho Ultramarino visava à disciplinarização de uma população – dispersa pela própria natureza da distribuição sesmarial – através da sua incorporação ao universo da administração estatal e da assimilação dos comportamentos modelares – especialmente, no caso da Capitania do Piauí, a definição de padrões nobiliárquicos e de distinção social entre essa sociedade muitas vezes definida por sua própria indefinição. “*Demais, neste sertão, por costume antiqüíssimo, a mesma estimação têm brancos, mulatos e pretos, e todos, uns e outros, se tratam com a recíproca igualdade*”,<sup>424</sup> escreveria, em 1766, o governador Pereira Caldas, sobre aquilo que ele denominou de “*ridículo sistema*”.<sup>425</sup>

Uma terceira estratégia foi a incorporação do clero neste projeto urbanizador. As freguesias existentes e, conseqüentemente, o conhecimento oriundo de certas características como demografia, distância, e atividades de produção, fazia do corpo eclesiástico um agente importante para a efetivação do plano governamental. A concentração dos fregueses em vilas era um dado positivo tanto para a administração portuguesa – pelas questões já apresentadas – quanto para a Igreja, na medida em que significava também a possibilidade de maximizar a ação eclesiástica, seja no plano missionário, ou na cobrança de tributos. Pereira Caldas deveria convencer os párocos do “*grande interesse que terão em se fundarem as referidas vilas, pelos muitos benesses que nelas hão de receber, sem o trabalho de andarem vagando com tantos trabalhos e perigos*”.<sup>426</sup>

A quarta estratégia estava ligada ao desejo de convocar os moradores das freguesias para decidirem, “*pelos votos das pessoas mais consideráveis delas, sem excluir alguma*”<sup>427</sup> o lugar de instalação das vilas, “*para que tomem o empenho de se*

---

<sup>424</sup> *Ibidem*, p. 167.

<sup>425</sup> *Idem*.

<sup>426</sup> *Ibidem*, p. 148.

<sup>427</sup> *Idem*.

*efetuar a dita fundação*”.<sup>428</sup> A montagem delas dependia de uma troca de privilégios e obrigações que recaíam sobre os moradores, e mediada entre a administração ultramarina e as Câmaras municipais. Era atribuição delas, por exemplo, a arrecadação de rendas para subsidiar a construção da estrutura urbana, como a casa da municipalidade, delegacia, oficinas e a própria igreja matriz. O empenho cobrado pelo secretário aos moradores não era um pedido, mas uma advertência. Isso o levou a estabelecer uma quinta estratégia, que apresentava a relação entre a fazenda real (os rendimentos do Estado), os impostos eclesiásticos (o dízimo) e os recursos particulares dos fregueses:

O quinto meio deve ser o de vossa mercê contribuir por conta da fazenda real assim como as facultades dos dízimos de cada uma das sobreditas freguesias o forem permitindo para a fundação de igrejas, sem indecência nem excesso, e para se fabricarem casas de câmara e cadeias; isto é, lembrando sempre aos fregueses as obrigações que por direito canônico e civil têm de fazerem as sobreditas obras, para que assim concorram com o que puderem nos materiais e mão de obreiros, e supra a fazenda real aonde eles não puderem chegar.<sup>429</sup>

A montagem das vilas, portanto, exigia o compromisso dos moradores locais com obrigações financeiras para a estruturação urbana – algo que, obviamente, poderia afastar o empenho no projeto, pois mesmo oriundo de ordenações reais não poderia ser materializado sem o engajamento dos proprietários. Ainda mais pelo fato de que a correspondência enviada pelo desembargador Marcelino Gouveia informava que o estado das freguesias não era animador; e Pereira Caldas não deixou de dividir o mesmo pessimismo acerca da viabilidade em convertê-las em espaço urbano. Mendonça Furtado pedia-lhe para não ceder ao desânimo, além de preveni-lo acerca de suas últimas instruções: *“nos lugares que se elegerem para as ditas fundações, se estabelecerem seis ou sete famílias, e se lhes levantar igreja, pelourinho, casa de câmara e cadeia”*.<sup>430</sup> Sendo as palavras do secretário um posicionamento do Conselho Ultramarino, é possível afirmar que o Estado português incorporava a crença no *policimento* de áreas da colônia através da materialização dos ícones da justiça e da lei, arregimentados para a composição de municipalidades – desenvolvidas para suportarem questões básicas do universo da administração colonial. *“Isto bastará para que dentro em pouco tempo se façam populosas as referidas vilas pela concorrência dos outros*

---

<sup>428</sup> *Idem.*

<sup>429</sup> *Idem.*

<sup>430</sup> *Idem.*

*moradores de seu termo*”,<sup>431</sup> declarou Furtado. Era, acima de tudo, uma projeção, pautada na crença do ordenamento urbano como esforço de institucionalização da Capitania, e da aceitação de seus moradores aos termos referentes a esse processo; porém, se tratava também de um prognóstico baseado na experiência recente em outros lugares. A confiança do Conselho na adesão dos povos era expressa na carta: “*porque assim sucedeu sempre nas fundações de todas quantas vilas El-rei nosso senhor mandou plantar no território da capitania da Bahia*”.<sup>432</sup> A experiência das vilas instaladas na capitania vizinha foi, de acordo com o secretário, que “*havendo principiado há poucos anos, por seis ou sete casas, se acham populosas até o número de 500 e 600 vizinhos*”.<sup>433</sup> Portanto, a correspondência ao governador Pereira Caldas era enfática quanto aos procedimentos a serem adotados, retificando a necessidade de comum acordo entre este e o desembargador Marcelino Gouveia, “*para obrar com vossa mercê de comum acordo*”.<sup>434</sup>

As determinações de Mendonça Furtado, enviadas conjuntamente com a carta régia de 1761, delinearam um conjunto de argumentos para legitimar o trabalho de instalação da Capitania. O texto assinado por D. José ratificou uma série de medidas que reforçaram a relação entre a presença da justiça e o desenvolvimento do Estado português; a construção de imagens dos habitantes da capitania pelas noções de dispersão, isolamento, rusticidade e aversão à sociedade civil; a estratégia de cooptação pela incorporação dos povos na burocracia administrativa por intermédio de cargos e o exercício da corte; a defasagem no trabalho missionário e o esvaziamento moral. Todos esses aspectos podem ser identificados na primeira parte do texto:

Tenho consideração ao muito que convém ao serviço de Deus, e meu, e ao bem comum de meus vassallos dessa Capitania, que nela floresça e seja bem administrada a justiça, sem a qual não há Estado que possa subsistir; e atendendo a que a necessária observância das leis se não pode até agora conseguir, para dela se colher aquele indispensável fruto, pela vastidão da mesma Capitania, vivendo os seus habitantes em grandes distâncias uns dos outros sem comunicação, como inimigos da sociedade Civil e do comércio humano; padecendo assim os descômodos, e as despesas de irem buscar os magistrados em lugares muito remotos, e longínquos, de sorte que, quando lhes chegam os despachos, vêm tão tarde, que não servindo para o remédio das queixas, lhes trazem somente a ruína dos cabedais; seguindo-se daquela dispersão, e separação de famílias internadas em lugares ermos e desertos faltarem-lhes os estímulos e os meios, para se fazerem conhecidos na Corte, e

---

<sup>431</sup> *Idem.*

<sup>432</sup> *Idem.*

<sup>433</sup> *Idem.*

<sup>434</sup> *Idem.*

para serem nobilitados os que o merecerem, como sucede nas vilas e cidades, onde seus habitantes entram na governança delas, e se graduam com os cargos de juizes e vereadores, e com os mais empregos públicos – e acrescentando a tudo, que até a própria religião padece, não só pela falta de da administração dos sacramentos, mas também pela propagação do Santo Evangelho, em razão de que os índios, que se acham internados nos matos, não encontrando outros objetos, que não sejam de verem os cristãos quase no mesmo estado, e fora da comunicação e da sociedade, carecem dos estímulos, que tirariam da felicidade, em que vissem os habitantes das povoações civis, e decorosas, ou para fugirem para elas, ou para procurarem viver igualmente felizes em outras semelhantes (...).<sup>435</sup>

A tendência em relacionar a instituição da justiça com a maximização do poder do Estado foi uma característica incorporada no trabalho de criação da Capitania, mas como reflexo de uma política bem mais ampla. A segunda metade do século XVIII foi, para o governo português, um momento de racionalização da administração ultramarina através da maximização do aparelho estatal. Conhecido na historiografia pela ação de seu principal arquiteto, o Marquês de Pombal, esse período foi marcado pela definição das fronteiras do Brasil, a expulsão dos jesuítas e a secularização dos aldeamentos indígenas – com o respectivo desejo de incorporá-los à sociedade civil portuguesa – e o projeto de construção de vilas nas zonas consideradas estratégicas pela cartografia do Conselho Ultramarino. Nesse ponto em particular, o rei definiu a perspectiva reforçada por Mendonça Furtado: era imprescindível a tarefa de incorporação dos povos que habitavam as “vastidões” do território da Capitania do Piauí. Viviam “*os seus habitantes em grandes distâncias uns dos outros, sem comunicação*”; eram “*inimigos da sociedade civil e do comércio humano*” – assim, D. José corroborou a visão problemática desta população indisciplinada que, nas palavras do secretário do Conselho, se recusavam a viver nas vilas como os cidadãos do reino, teimando em se “*escurecer*”. Como incorporá-las, então, aos padrões estabelecidos pela Coroa senão pelo urbano?

A carta régia determinou a relação entre as vilas e o aparato jurídico da administração portuguesa, tanto na perspectiva do Estado, quanto pelos benefícios inerentes aos próprios moradores que padeciam “*dos descômodos, e as despesas de irem buscar magistrados em lugares muito remotos e longínquos*”. Esse aspecto, bem mais aparente que os demais não foi, porém, o único. A criação de vilas significava também converter os habitantes “*internados em termos ermos e desertos*” à experiência civil e nobiliárquica resultante de sua entrada na estrutura administrativa. A promessa de

---

<sup>435</sup> *Ibidem*, p. 144.

nobreza – restrita somente àqueles “*que o merecerem*” – e dos empregos públicos, cargos de juizes e de vereadores, devia ser atraente aos moradores para que, assim como a experiência de outras vilas – como a referência à Bahia feita por Mendonça Furtado – eles entrassem “*na governança delas*”. Deixariam de ser tão somente fazendeiros, para se tornarem nobres, oficiais e funcionários. Por outro lado, havia na carta o condicionamento da ideia de *felicidade* à própria experiência urbana. Longe das vilas, o homem se nivelava ao mesmo *status* dos índios, fora “*da comunicação e da sociedade*”. Essa relação nefasta era ainda mais prejudicial na medida em que constatava a ineficiência de promover a secularização e civilização dos grupos indígenas – um movimento que dependia do sucesso do exemplo das vilas. Se os índios encontravam os “*crístãos*” no mesmo estado em que viviam, não poderiam compartilhar da “*felicidade*” advinda da sociedade civil. Aliás, é interessante observar no uso desta palavra o otimismo do Conselho Ultramarino em projetar no espaço urbano o arranjo perfeito para cristãos e indígenas: *felicidade* significava “*estado do que goza dos bens desejados, do corpo e do espírito; boa ventura, boa fortuna*”.<sup>436</sup> Certamente, uma perspectiva de futuro construída unilateralmente.

Aliás, não foram poucas as tentativas de convencimento da população local em aderir ao projeto das vilas, especialmente pela quantidade de benefícios concedidos pelo Rei. A carta régia ordenava a Pereira Caldas que, “*logo que forem fundadas as referidas oito vilas: hei por bem criar de agora por então a Vila da Mocha em cidade capital, para nela residir o governo de toda a Capitania*”.<sup>437</sup> Aos oficiais da Câmara da nova cidade foram dados todos os “*privilégios e prerrogativas que gozam os oficiais da Câmara da cidade de São Luís do Maranhão*”.<sup>438</sup> Dessa forma, D. José autorizava a criação de uma cidade com o mesmo *status* jurídico das demais cidades coloniais. Esse esforço demonstrava não somente o caráter estratégico relacionado com a criação de uma Capitania – já que a instalação das vilas e elevação da Mocha ao *status* de cidade não podem ser dissociadas deste projeto – mas a necessidade de converter as populações ao modelo definido de *urbanidade*. Nem que isso significasse uma série de concessões a esses mesmos habitantes:

---

<sup>436</sup> BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Tomo II, p. 21.

<sup>437</sup> *Idem.*

<sup>438</sup> *Idem.*

Pelo que pertence a todas as outras vilas, que novamente mando criar, hei outrossim por bem que gozem dos privilégios, e prerrogativas, isenções, e liberdades seguintes:

Os officios de justiça das mesmas vilas não serão dados de propriedade, nem de serventia a quem não for morador nelas. Entre os seus habitantes, os que forem casados preferirão aos solteiros para as propriedades e serventias dos ditos officios; porém os mesmo moradores solteiros serão preferidos a quaisquer outras pessoas, de qualquer prerrogativa e condição que seja, ou destes reinos, ou do Brasil, ou de qualquer outra parte, de sorte que só aos moradores das ditas vilas se dêem estes officios.<sup>439</sup>

Analisando este fragmento, é possível observar que se tratava de uma estratégia de fixação dos moradores locais ao espaço destinado para a fundação das vilas. Obviamente, as preocupações de caráter demográfico atravessavam as expectativas do Conselho: uma população dispersa em propriedades amplas, dentro de uma zona de grandes proporções territoriais, exigia o esforço de cooptação bem maior que a promessa de prosperidade e felicidade inerente ao universo urbano. A escolha das famílias como prioritárias na composição do aparato administrativo das ditas vilas tinha a finalidade de enraizá-las de tal forma que, a exemplo dos nobres do reino, invertessem a relação de moradia consolidada com suas respectivas propriedades rurais. A composição deste corpo burocrático estava restrita aos locais, sendo que mesmo a necessidade de incorporar solteiros deveria ser preferível à concessão de direitos aos moradores de outras capitánias, “*de qualquer prerrogativa ou condição que seja*”. Pretendia-se, desta forma, delinear a composição das forças locais ao aparato do Estado português. Seguindo esta linha de raciocínio, outros privilégios foram definidos:

Por favorecer ainda mais aos sobreditos moradores das referidas vilas, e seus distritos – hei por bem de os isentar a todos de pagarem, fintas, talhas, pedidas, e quaisquer outros tributos, e isto por tempo de doze anos, que terão princípio do dia da fundação das ditas vilas, em que se fizerem as primeiras eleições das justiças, que hão de servir nelas, excetuando somente os dízimos devidos a Deus dos frutos da terra, os quais deverão pagar sempre com os mais moradores do Estado.<sup>440</sup>

Somente o imposto eclesiástico, na forma do dízimo, permaneceu inalterado. Ainda assim, as isenções tributárias não foram as únicas estratégias de coerção ao projeto das vilas. O rei estava disposto a perdoar dívidas de todos os moradores dispostos a habitar as ditas vilas, mesmo que seus débitos tenham sido contraídos dentro ou fora delas. Porém, em casos de apropriação ilícita os indivíduos seriam julgados de

---

<sup>439</sup> COSTA, 1972, v. 1, p. 144.

<sup>440</sup> *Ibidem*, p. 145.

acordo com os procedimentos jurídicos correspondentes. Certamente, o perdão das dívidas representou uma forma contundente de garantir a cooperação dos moradores locais em se fixarem nos espaços determinados para a criação das municipalidades:

E pelo muito que desejo beneficiar este novo estabelecimento, sou servido que as pessoas, que morarem dentro nas sobreditas vilas não possam ser executadas pelas dívidas, que tiverem contraído fora dela e de seus distritos. O que porem se entenderá somente nos primeiros três anos, contados dos dias que tais moradores se forem estabelecer nas mesmas vilas, ou seja nas suas fundações, ou no tempo futuro. Bem visto que neste privilégio não gozem os que se levantarem ou fugirem com fazendas alheia, a qual seus legítimos donos poderão haver sempre pelos meios de direito, por serem indignos desta graça os que tiverem tão escandaloso e prejudicial procedimento.<sup>441</sup>

Portanto, uma série de determinações configurou o padrão de abordagem do Estado português na incorporação das populações locais ao projeto de instalação das vilas, na medida em que sua adesão era fundamental para a materialização de tal empreitada. Mas, além destes privilégios e concessões, havia também deliberações de natureza urbanística que diziam respeito às formas; pois uma vila ou cidade não existia apenas na constituição demográfica ou no aparato administrativo. Uma das facetas mais importantes da carta régia de 1761 foi delinear um projeto urbanístico formal pautado em procedimentos de organização material das vilas. Pereira Caldas recebeu esse conjunto de instruções abaixo descritas – os fundamentos do *modus operandis* adotado na segunda metade do século XVIII pela Coroa:

E para que as referidas vilas se estabeleçam com maior felicidade, e estas mercês possam sortir o seu devido efeito, - sou servido ordenar-vos que, passando às referidas freguesias, depois de haverdes publicado por editais o conteúdo desta, e de haverdes feito relação dos moradores, que se o oferecerem para povoar as referidas vilas – convoqueis todos para determinados dias, nos quais sendo presente o povo, determineis o lugar mais próprio para servir de praça a cada uma das ditas vilas, fazendo levantar no meio delas o – pelourinho – assinando área para se edificar uma igreja, capaz de receber um componente número de fregueses, quando a povoação se aumentar, como também as outras áreas competentes para as casas das vereações e audiências, cadeias e mais oficinas públicas, fazendo delinear as casas dos moradores por linha reta, de sorte que fiquem largas e diretas as ruas.<sup>442</sup>

Em primeiro lugar, Pereira Caldas deveria publicar a carta régia de 1761 em todas as sedes das freguesias para a divulgação de seu conteúdo entre os moradores locais. Tornando públicas as suas intenções, a carta legitimava a ação do governador e

---

<sup>441</sup> *Idem.*

<sup>442</sup> *Idem.*

silenciava, previamente, qualquer oposição a ele, sendo que a contrariedade de suas ordens seria contrariar o próprio rei. Mantida a afirmação de sua autoridade em cada freguesia, deveria relacionar os moradores que se comprometiam para habitarem as respectivas vilas, inaugurando o primeiro momento de incorporação destas famílias que se disponibilizavam a aderirem ao projeto. Firmado este primeiro pacto, a ritualística determinava a convocação dos fregueses ao lugar previsto para a delimitação da praça – o marco zero das edificações urbanas portuguesas – sem, no entanto, especificas os critérios desta escolha: seria uma proposta coletiva, unilateral, ou uma negociação entre os povos e o governador? A carta definia que o governador escolhesse “*o lugar mais próprio*” sem, no entanto, entrar em mais considerações. As freguesias eram amplas, e a importância de fixação do lugar das vilas era crucial, caso o objetivo fosse concentrar a população dispersa. Com a praça central delimitada, ele deveria ordenar a fixação do pelourinho – símbolo da administração colonial – como afirmação institucional do ponto central e de que, naqueles domínios, estava presente o corpo do Estado português. Em seguida, a demarcação de um espaço reservado à igreja Matriz, para atender os atuais fregueses e a futura população que cresceria nas vilas. Fechando a visualização do plano urbanístico, a definição dos demais espaços reservados aos prédios públicos, casas, e demais construções deveria respeitar o modelo de tabuleiro de xadrez: uma praça central em forma de quadrilátero de onde partiam as ruas alinhadas perpendicularmente. De acordo com as palavras do rei, “*em linha reta*”, para responder ao objetivo de constituir “*ruas largas e diretas*”. A regulamentação das terras correspondentes a cada vila também era um tema relevante, na medida em que a possibilidade de crescimento estava condicionada à disponibilidade de áreas para construção. Essa questão não passou despercebida e foi motivo de instruções ao governador:

Para termo das referidas vilas assinareis nas suas fundações o território da freguesia, onde cada uma delas for situada; e assim vós, como os governadores que vos sucederem poderão dar de sesmarias todas as terras vagas, que ficarem compreendidas nos referidos termos: - dando-as porém com as cláusulas, e condições que tenho ordenado, exceto no que pertence à extensão da terra, que tenho permitido dar a cada morador; porque nos contornos das ditas vilas, e na distância de 6 léguas ao redor delas, não poderão dar de sesmaria a cada morador, mais do que meia légua em quadro, para que aumentando-se as mesmas vilas possam ter as suas datas de terras todos os moradores futuros.<sup>443</sup>

---

<sup>443</sup> *Ibidem*, p. 146.

Havia a preocupação, portanto, que as áreas correspondentes aos limites das vilas fossem distribuídas equitativamente com o intuito de povoá-las nos anos seguintes, estipulando o limite de “*meia légua em quadro*”, ou três quilômetros quadrados. Para uma propriedade urbana, não se tratava de um número insignificante. Em termos de comparação, as leis sobre os limites sesmarias condicionavam a extensão máxima de seis léguas, ou dezoito quilômetros. Porém, no contexto de tensão e violência em que se apresentava a questão de terra no Piauí, o esforço em possuir uma propriedade reconhecida legalmente poderia ser recompensado com a adesão à vila, que previa a satisfação de “*todos os moradores futuros*”. Da mesma forma, dentro dos limites de seis léguas quadradas para cada vila, estava previsto a doação de uma data de quatro léguas em quadro, “*para as administrarem os oficiais das Câmaras, e para o seus rendimentos fazerem as despesas, e obras do Conselho*”.<sup>444</sup> Neste espaço reservado, a Câmara poderia executar aforamentos, desde que dentro dos limites legais da jurisdição portuguesa. Neste caso específico, as terras do Conselho só poderiam ser aforadas através de consulta, na medida em que eram consideradas, acima de tudo, patrimônio do Estado e, portanto, do próprio rei. Essas considerações sobre os espaços das vilas foram seguidas de outras, relativas aos procedimentos de composição do corpo burocrático em cada uma delas, como visto a seguir:

Depois de terdes determinado a criação das sobreditas vilas na referida forma, impondo-lhes os nomes das vilas mais notáveis deste reino, ou conservando os das referidas freguesias, no caso que não sejam bárbaros; elegereis as pessoas, que hão de servir os cargos delas, como se acha determinado pela ordenação.

Hei por bem que em cada uma das mesmas vilas haja um Juiz Ordinário, dois vereadores, um procurador do conselho, que sirva de Tesoureiro, e um Escrivão do Público, judicial, e Notas, que sirva também das execuções. O que se entende enquanto as povoações não crescerem de sorte que sejam necessários mais oficiais de justiça; porque sendo-me presente a necessidade que deles houver – provei os que forem precisos.

Na eleição de juízes dos órfãos se procederá conforme dispõe a lei de sua criação. Os oficiais das câmaras farão eleição dos Almotacés, e se constituirão Alcaides na forma de ordenação, tendo seus Escrivães da Vara. As serventias dos officios do provimento dos governadores provei nas pessoas mais capazes sem donativo, pelo tempo que podeis, enquanto eu não dispuser o contrário. Dos agravos e apelações conhecerá o Ouvidor dessa Capitania com correição e alçada em todo o seu território.<sup>445</sup>

A nomeação das vilas era considerada um aspecto importante do projeto urbanístico da nova capitania. O governador deveria escolher nomes das vilas mais

---

<sup>444</sup> *Idem.*

<sup>445</sup> *Idem.*

importantes de Portugal, o que demonstrava o profundo desejo de transposição das formas do reino para a colônia. Por outro lado, representava uma demonstração de poder: significava a afirmação do Estado para personificar um novo tempo, onde a lembrança dos hábitos “bárbaros” seria condenada ao esquecimento pelo esforço de apagar, até mesmo, os nomes dos lugares que remetessem ao passado indígena. Essa estratégia assentada no campo da linguagem foi poderosa por seu caráter identitário num momento em que o Estado procurava moldar ao seu projeto as populações locais. As orientações acerca dos cargos públicos especificavam cada um deles na estrutura administrativa das vilas, além de determinar os critérios de escolha. Com a ressalva de que todo esse aparato burocrático respondia institucionalmente à figura do ouvidor-geral da capitania.

Com todas essas instruções definidas por D. José na carta régia de 1761, caberia a João Pereira Caldas o árduo trabalho de materialização das ordens. “*O que tudo executareis não obstante quaisquer ordens ou disposições contrárias, promovendo as fundações das referidas vilas com cuidado e zelo, que de vós confio*”,<sup>446</sup> assim o rei intimou o governador sem nenhuma sutileza sobre suas obrigações – algo que este executaria mesmo diante de dificuldades invisíveis aos olhos do Conselho Ultramarino. Acima de tudo, a escolha de Caldas foi um voto de confiança, porque representou um salto em sua carreira no universo da política colonial; portanto, uma responsabilidade considerável. No final de 1761, no dia 13 de novembro, em cerimônia realizada na vila da Mocha, a Capitania foi nomeada oficialmente de São José do Piauí, em homenagem ao monarca português D. José I, e Mocha passou a ser chamada de Oeiras do Piauí.<sup>447</sup> A homenagem ao rei tinha como objetivo, de acordo com o governador, “*para que no tempo futuro fique sendo indelével a memória dos contínuos benefícios, com que a inata piedade e paternal providência de El-rei nosso senhor está perenemente favorecendo esta capitania*”.<sup>448</sup> A marca portuguesa, nos começos da Capitania, já ansiava por construir sua memória na dinâmica com o futuro, autenticando um projeto que, na perspectiva do Conselho, era a diferença entre uma sociedade próspera ou rústica. Nas palavras de Pereira Caldas, o ato se justificava porque “*deste modo compreenderão mais facilmente os vindouros, que o senhor redentor deste país foi El-rei dom José, o*

---

<sup>446</sup> *Ibidem*, p. 147.

<sup>447</sup> *Ibidem*, p. 149.

<sup>448</sup> *Idem*.

*primeiro, nosso senhor*".<sup>449</sup> A escritura política estava carregada desta ideia de redenção, que prometia um futuro para legitimar o projeto das vilas.

O ano de 1762 foi todo dedicado ao esforço de percorrer o território da recém criada Capitania para cumprir as determinações relativas a cada uma das freguesias. A primeira delas foi a vila de Parnaguá – correspondente à freguesia de N. S. do Livramento – elevada em 3 de junho; em seguida, a vila de Jerumenha; depois, a vila de Valença; em seguida, a vila de Campo Maior, no lugar da freguesia de Santo Antonio do Surubim, no dia 21 de agosto; a de São João da Parnaíba, em 18 de agosto; e, por último, a vila de Marvão, no dia 12 de setembro. Em 24 de setembro ele promoveu formalmente a vila de Oeiras para a categoria de cidade, com grande cerimônia nas praças e ruas públicas da capital.<sup>450</sup>

Em 1764, João Pereira Caldas escreveu um ofício dirigido ao governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando de Castro Ataíde Teive, explicando sobre a condução do processo de instalação das vilas.<sup>451</sup> Ao final, ele acabou criando somente seis das oito vilas previstas pela carta régia. A ideia de incorporar as aldeias indígenas como populações civis não pôde ser executada pela deficiência demográfica: caso do aldeamento dos índios Jaicós que, segundo o governador, achava-se quase deserto. Além deste, somente o de São João de Sendé; ambos formavam um contingente pequeno, a ponto de Caldas tomar esse dado como justificativa para não executar as leis referentes a essas populações. Outra queixa estava relacionada com a questão de terras no espaço das vilas. A carta régia determinou a doação de meia légua para cada morador das respectivas vilas, dentro de um raio de seis léguas; porém, o governador identificou a existência de proprietários nessas áreas previstas, e isso gerou uma questão: de acordo com ele, como proceder se "*as terras, que se hão de repartir se acham ocupadas e povoadas por outras pessoas*"?<sup>452</sup> Não deixou, também, de queixar-se sobre uma realidade não dita na carta régia de 1761: "*na ordem do mesmo senhor se trata somente de terras vagas*".<sup>453</sup> Sem a solução do impasse, Pereira Caldas não compartilhou o ânimo sobre o desenvolvimento dessas vilas. "*Muitos daqueles estabelecimentos se vão adiantando com casas, que se têm feito, e se vão fazendo; porém receio que*

---

<sup>449</sup> *Ibidem*, p. 150.

<sup>450</sup> *Ibidem*, p. 153.

<sup>451</sup> *Ibidem*, p.158.

<sup>452</sup> *Ibidem*, p. 160.

<sup>453</sup> *Idem*.

*experimentem poucos progressos neles, se àqueles moradores não se repartirem as meias léguas de terra*”,<sup>454</sup> desabafou o governador. Não era o único desafio ao projeto urbano português. Afirmando seu compromisso com a missão que lhe fora concedida, ele escreveu:

Devo igualmente segurar a V. Exa. que pela minha parte não tenho omitido todos os meios que me parecem conducentes ao sossego e civilidade destes povos, que V. Exa. semelhantemente me recomenda. Porém a rusticidade desta gente não me tem permitido o gosto de a ver tão polida como desejara, não obstante as repetidas persuasões e advertências que continuamente lhes estou fazendo para este fim.<sup>455</sup>

A execução do plano urbanístico para a fundação da Capitania de São José do Piauí enfrentou alguns desafios que não estavam previstos na carta régia de 1761, como as limitações demográficas e dificuldades em fixar moradores às vilas. No caso de São João da Parnaíba, especificamente, houve a desobediência deliberada às ordens de João Pereira Caldas: o lugar que ele delimitou para sediar a vila não foi aceito pelos moradores, que preferiram se fixarem em lugar diferente, nas proximidades das oficinas de charque onde a carne era processada e exportada através do rio Igarauçu (um dos braços da foz parnaibana). Até o final de seu governo, em 1767, a sede denominada *Testa Branca* simplesmente não prosperou; posteriormente, o Senado da Câmara de São João deliberou pelo reconhecimento do local defendido pelos habitantes, que se tornou a sede definitiva da vila, à revelia do governador. Ao final de 1762, um censo das vilas fundadas ofereceu um panorama da estrutura demográfica, número de casas, e composição populacional. *Testa Branca*, por exemplo, contava com insignificantes quatro casas, oito pessoas livres e onze escravos<sup>456</sup> – e esse número não aumentou até a desistência oficial da Câmara em aceitá-la como sede municipal.<sup>457</sup>

---

<sup>454</sup> *Idem.*

<sup>455</sup> *Ibidem*, p. 161.

<sup>456</sup> *Ibidem*, p. 156.

<sup>457</sup> Quando o governador João Pereira Caldas fundou a vila de São João da Parnaíba, decidiu escolher um local afastado da povoação que se concentrava nas proximidades das oficinas de charque. Devido à quantidade de animais abatidos, o ambiente era pestilento e sujeito a doenças. Como medida sanitária, Caldas determinou o lugar *Testa Branca* – distante uma légua das oficinas – para sediar a vila. Lá mandou erguer um pelourinho, determinar o local da praça, e autorizou a construção de casas. Porém, a população nunca aderiu à ideia do governador, preferindo a permanência no antigo local. Foi o primeiro caso de desobediência civil diante do projeto de instalação das vilas no Piauí. Somente com a saída de Caldas do governo da Capitania, a Câmara dos vereadores de São João conseguiu o reconhecimento legal por parte do Conselho Ultramarino. Cf. COSTA, 1972, v. 1.

Em relação às demais vilas, Parnaguá contava com 34 casas e 97 habitantes, sendo 37 livres e 60 escravos; Jerumenha tinha 16 casas, com 99 habitantes, sendo 71 livres e 28 escravos. Marvão possuía 19 casas com um total de 65 habitantes, com 56 livres e 9 escravos. Valença tinha 39 casas com 156 habitantes, sendo 121 livres e 35 escravos. Campo Maior aparecia com 31 casas, e um total de 162 habitantes, com 128 livres e 34 escravos. E a capital, Oeiras, nos limites distritais contava com 270 casas, 1.120 habitantes, sendo 655 livres e 465 escravos.<sup>458</sup> Quando João Pereira Caldas peregrinou por cada freguesia para o reconhecimento das municipalidades, houve o comprometimento dos fregueses em construir casas nas sedes das vilas. Em Valença, 45; em Jerumenha, 15; em Parnaguá, 10; em São João, 59; e em Campo Maior, 45. As duas aldeias indígenas registradas – Jaicós e São João de Sende – contavam respectivamente com 28 casas e 354 habitantes, e 30 casas e 337 moradores. Pelo menos eram estes os dados oficiais, pois Jaicós não foi elevada à vila porque, segundo o governador, não encontrou em sua visita um número considerável de pessoas para fazer cumprir a decisão.

Ao analisar os dados do contingente populacional fora das vilas os números eram bem maiores. A maioria da população da Capitania estava fixada nas propriedades rurais fora dos distritos urbanos. A capital, por exemplo, fora de seus limites (mais no universo da freguesia) possuía 324 casas, distribuídas por 169 fazendas de gado, com um total de 2.495 habitantes (sendo 1.411 livres e 1.084 escravos). Todas as municipalidades criadas apresentavam esta desproporcionalidade – exatamente o objeto central de intervenção das estratégias relacionadas ao projeto urbano na Capitania. Em 1766, numa carta dirigida ao Conselho Ultramarino, Pereira Caldas expressou suas dúvidas em relação à capacidade da população da Capitania em corresponder ao projeto definido pelo Estado, seja em termos demográficos, ou na possibilidade de serem disciplinados de acordo com os preceitos modelares estipulados pelo conceito de *polícia* presente no discurso régio. O governador assim se expressou:

O meu conceito sobre o préstimo dos homens desta capitania é muito restrito; e por isso só devo dizer a V. Exa. a este respeito que entre eles os menos maus são os que se acham empregados nos postos, que nas mesmas relações se contêm, sendo os mais graduados os que mais se escolheram.

A povoação desta capitania é tão diminuta, que me parece impossível que se possa observar a sobredita real ordem na parte que respeita à indicada separação de classes.

---

<sup>458</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 156.

Da gente livre, a que pertence a classe dos pretos, é tão pouca, que com ela não se pode certamente formar corpo de separação, porque nem ainda nas maiores freguesias haverá homens desta qualidade para uma mediana companhia.

Os mulatos aqui são em maior número, mas entre eles há muitos que se têm em maior reputação.

Os brancos finalmente são menos que os sobreditos mulatos, e de tal forma, que nem naquela companhia de dragões pagos, que aqui há, pude conseguir conservá-la sem muita mistura.

Demais, neste sertão, por costume antiquíssimo, a mesma estimação tem brancos, mulatos e pretos, e todos, uns e outros, se tratam com recíproca igualdade, sendo rara a pessoa que se separa deste ridículo sistema, porque se seguirem o contrário expõem suas vidas.

No regimento de cavalaria auxiliar que nesta capitania existe, inclui brancos e mulatos, pelo que respeita aos soldados, porque seria impossível formá-lo de outra forma, ainda repartindo, como reparti, as suas companhias por todas as freguesias da mesma capitania; e também porque, gozando os seus oficiais e soldados de todos os privilégios das tropas pagas, era preciso deixar de fora pessoas, que não se pudessem isentar dos empregos e cargos públicos da república.

Nas ordenanças compreende-se toda a casta de gente livre, para mais avultarem aquelas companhias, porém na formatura destas se põe sempre em melhor lugar a das primeiras qualidades.

De toda a sobredita gente, é porém ainda muito menor o número da persistente, porque fora daquela que se acha estabelecida, a mais entra e sai, bem como lhe parece, e segundo mais convém aos seus interesses; que os da maior parte de semelhantes peralvilhos, só consistem em viverem na ociosidade, e em praticarem os contínuos insultos, que frequentemente andam cometendo pelos sertões de todas estas capitánias da América, passando-se de umas a outras naqueles exercícios e aproveitando-se para isso das muitas comodidades que o país lhe oferece e subministra.

Concluo ultimamente com informar a V. Exa. que os conselhos das cidades e vilas deste governo não tem meios com que possam pagar os soldos que S.M. destina aos sargentos maiores daqueles corpos, nem ainda para acudir em suas despesas indispensáveis a que se acham obrigados, não havendo em muitos cousa alguma, e em outros tão pouco como é notório.<sup>459</sup>

Alguns aspectos precisam ser considerados nesta correspondência. Primeiro, a desconfiança do governador em relação aos moradores da Capitania, que se sustentava tanto nas limitações numéricas, quanto na composição étnica. A queixa específica estava na dificuldade em compor o corpo militar a partir das rígidas separações hierárquicas, principalmente no que diz respeito à origem social dos oficiais. Com uma população masculina e disponível ao serviço militar reduzida, entre a observância das hierarquias e a necessidade de montagem da tropa, Pereira Caldas optou por ser flexível – sem antes, porém, justificar-se ao Conselho Ultramarino. Foi exatamente nesse esforço que o governador produziu as informações disponíveis a partir de sua análise do corpo social da nova Capitania. A flexibilidade nas hierarquias sociais e a mistura racial eram a marca da sociedade em questão. O estranhamento provocado em Caldas pelo

---

<sup>459</sup> *Ibidem*, p. 167.

“*costume antiquíssimo*” em que “*brancos, mulatos e pretos*” se tratavam “*com recíproca igualdade*” o levou a definir com “*ridículo sistema*” essa característica que predominava entre os moradores. Além disso, descreveu o fenômeno relativo à sua população: a existência de uma parcela flutuante que oscilava entre as capitânicas fronteiras – um dado que reforçava a logística da Capitania de São José como um território aberto a vários espaços da colônia. O governador destacou o caráter nocivo destes povos, uma vez que viviam na “*ociosidade*” e sem estabelecimento fixo – exatamente o tipo de comportamento que a Coroa buscava coibir através do projeto das vilas.

Em relação a elas, mais uma vez Pereira Caldas atestou as dificuldades materiais advindas de sua manutenção – aspecto que sustentava desde 1761, quando junto com o desembargador Marcelino Gouveia analisou as condições das freguesias do Piauí. Especificamente, tratava da obrigação das Câmaras em pagarem parte do soldo relativo à manutenção das tropas militares na Capitania. Porém, as dificuldades das municipalidades em cumprirem outras obrigações – como o próprio desenvolvimento material e urbano das vilas – seriam identificadas posteriormente pelo século XVIII e XIX. Num plano geral, é possível afirmar que as contradições relativas ao projeto urbano no Piauí ficaram bem latentes já nos seus começos: entre as visões elaboradas no Conselho Ultramarino e a experiência da administração do governador havia um consenso forçado, principalmente do lado de Pereira Caldas. Na verdade, ele nunca esteve convencido da viabilidade do projeto, apesar de ter sido irrepreensível no esforço de cumprimento das ordens régias. Apesar das dificuldades por ele apontadas na instituição, entre os moradores da nova capitania, de um espírito de associação civil e incorporação de padrões de urbanidade, nos mapas dos domínios portugueses já existiam seis novas vilas cartografadas, além de uma cidade. Um balanço da execução do plano urbanístico no Piauí demonstrou que, aquém das limitações demográficas e da dificuldade em incorporar o contingente populacional a uma experiência do urbano, ele cumprira parcialmente seus objetivos – conectados a uma experiência histórica anterior de institucionalização do Piauí. A regularização da terra, a criação de espaços institucionais que personificassem a presença do Estado, a secularização dos aldeamentos, a constituição do corpus militar e burocrático-administrativo, o mapeamento de suas fronteiras, e a contenção de conflitos armados foram elementos relacionados reciprocamente com a criação das vilas no Piauí – por sua vez, indissociável da própria invenção da Capitania.

Além das responsabilidades relativas ao projeto urbano, o governo de João Pereira Caldas foi marcado por violentos embates com nações indígenas no sul do território, especificamente nas zonas de ação das vilas de Parnaguá e Jerumenha. Já na carta de 1764, em que respondeu sobre a instalação das vilas, afirmou o compromisso com a guerra somente dois anos após a criação da Capitania. “*Agora fico cuidando da disposição da guerra que sua Majestade me manda fazer às nações de índios, que infestam esta capitania*”,<sup>460</sup> assim disse Pereira Caldas, “*para que estes moradores fiquem mais sossegados do flagelo de insulto daqueles índios*”.<sup>461</sup> Em abril do mesmo ano partiu de Oeiras uma expedição militar contra os índios da nação Gueguê, que haviam se estabelecido na região do rio Gurguéia; porém há registros de sua presença nos rios Uruçuí e nas margens do rio Parnaíba.<sup>462</sup> A guerra foi rápida, com o massacre da maioria e posterior aldeamento dos sobreviventes em São João de Sende – que, a partir dali, passou a ser administrada pelo próprio Capitão da cavalaria, João do Rêgo Castelo Branco.<sup>463</sup>

Nos anos seguintes, o governador deliberou sobre uma série de medidas em relação aos índios aldeados, tais como liberdades, salários, instrução primária e alimentação, além de oficializar a missão religiosa relativa ao aldeamento de Sende. A nova cidade, Oeiras, com o *status* de capital do Piauí, centralizava as ações governamentais referentes aos aspectos de segurança militar e jurisprudência institucional, num raio de abrangência que lhe permitia assistir até mesmo zonas que não constavam nos limites da Capitania.<sup>464</sup> Se em relação à adesão das populações aos padrões de urbanidade definidos pelo Conselho Ultramarino havia sérias dúvidas por parte de João Pereira Caldas, numa análise geral a sua atuação foi satisfatória: instalou seis vilas das oito previstas nas ordens régias, montou a força militar e o corpo de oficiais da Capitania, confiscou os bens da Companhia de Jesus, mobilizou as forças para disciplinar as nações “bárbaras”, constituiu o aparato burocrático-administrativo e incorporou as populações locais na distribuição de cargos e atribuições institucionais.

---

<sup>460</sup> *Ibidem*, p.161.

<sup>461</sup> *Idem*.

<sup>462</sup> *Idem*.

<sup>463</sup> *Idem*.

<sup>464</sup> Em junho de 1768, o governador da Capitania do Ceará escreveu ao rei D. José I lhe propondo a criação da chamada Capitania do São Francisco, cuja capital seria a vila de São Francisco da Barra do Rio Grande. Neste documento, ele defendia a jurisdição do Piauí sobre a vila de Viçosa, no Ceará, e de Pastos Bons, no Maranhão, argumentando que, devido às distâncias ambas eram mais facilmente assistidas pelo governo em Oeiras do que pelas capitais de suas respectivas capitanias. Cf. COSTA, 1972, v. 1, p. 171.

Na dualidade do termo *civilização* – tanto em relação aos padrões de comportamento, quanto ao processo de constituição de uma sociedade civil, João Pereira Caldas operou satisfatoriamente diante do desafio que lhe fora imposto, e dentro das limitações que ele mesmo reportou mais de uma vez ao Conselho.

Em agosto de 1769, tomou posse o novo governador da Capitania, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, por decreto de novembro do ano anterior. Atuou no cargo até 1775, quando foi exonerado pelas arbitrariedades de sua administração, no tocante às ações contra os indígenas remanescentes no território. Esse período de cerca de seis anos foi marcado por sua associação com a família Rêgo Castelo Branco, através da influência do comandante da Cavalaria. As expedições militares, nesse período, assumiram um caráter duplo: serviram para incorporar contingentes aos aldeamentos administrados por particulares; e pretexto para a exploração de áreas nas nascentes do rio Parnaíba, numa zona que se abria para as terras de Goiás (as “Terras Novas”). Esse corredor de passagem, entre a bacia do rio Gurguéia e as cabeceiras do Parnaíba, era frequentado por nações como os Gueguês. Havia uma mitologia no período colonial de que a região era rica em minas auríferas – dessa forma, as guerras promovidas pelo governo eram o pretexto perfeito para a sondagem de ouro. Além disso, parte do financiamento dessas expedições recaía sobre as vilas, já que uma das atribuições das Câmaras era o pagamento do soldo da tropa paga. As guerras, assim, se tornarão nesse período uma obsessão e um negócio rentável.<sup>465</sup>

A partir de 1775, a Capitania passou a ser administrada através de juntas governamentais compostas pelo ouvidor geral, o oficial mais graduado da Cavalaria e o vereador mais velho da Câmara de Oeiras; esse arranjo se prolongou por vinte e dois anos, quando Pereira Amorim assumiu em 1797. Um dado relevante sobre o período dos governos interinos foi a elaboração de um documento crucial para a compreensão do projeto urbano no Piauí. Antonio Morais Durão, o primeiro ouvidor designado para a junta, escreveu a *Descrição da Capitania de São José do Piauí*, onde avaliou, cerca de uma década depois, o estado das vilas criadas por João Pereira Caldas em cumprimento da carta régia de 1762. Esse documento representou uma análise, na perspectiva do ouvidor, das características relativas à nova Capitania: a constituição demográfica, a natureza das fazendas de gado, os limites geográficos com as capitanias fronteiriças, a navegação do rio Parnaíba, e uma descrição das vilas existentes. Além disso, elaborou um estudo sobre as características da população local, e a relação entre ela e a

---

<sup>465</sup> Cf. COSTA, 1974, v. 1; NUNES, 2006, v.1.

efetivação do projeto urbanístico no Piauí. O cenário apresentado por Durão não foi promissor: em termos gerais, a sua análise considerou fracassado o desenvolvimento das vilas instaladas por Pereira Caldas. Sobre Oeiras, ele afirmou: “*de cidade verdadeiramente só goza o nome*”. Sobre sua estrutura urbana, definiu desta forma:

Não tem relógio, Casas de Câmara, cadeia, açougue, ferreiro ou outra alguma oficina pública. Servem de Câmara umas casas térreas de barro, e sobre que corre litígio. A cadeia é coisa indigníssima sendo necessário estarem presos em troncos e ferros, para segurança. A casa do açougue é alugada e demais coisa nenhuma. As casas da cidade todas são térreas até o próprio palácio do Governo. Tem uma rua inteira, outra de uma só face, e metade de outra. Tudo o mais são nomes supostos; o de cidade verdadeiramente só goza o nome. (...) Tem a cidade unicamente 157 fogos, porque suposto no mapa vê-se 269, se deve entender porque se lhes juntam os da circunferência na distância de uma légua. Da mesma forma, tem somente 692 almas, as mais são na dita circunferência, e esta é a melhor demonstração de sua grandeza.<sup>466</sup>

Se a capital da Capitania apresentava tais limitações urbanísticas, as vilas não apresentavam condição superior. Parnaíba, por exemplo, não tinha oficinas públicas, como todas as demais vilas. Durão afirmou que uma povoação próxima, com o total de 42 moradores, representava “*um povo mais numeroso que a própria vila*”.<sup>467</sup> Além disso, a Câmara não possuía renda, pois não contava com as terras destinadas à municipalidade previstas na carta régia de 1761. Este problema já havia sido identificado por Pereira Caldas: a dificuldade em desapropriar as terras destinadas a isso e, conseqüentemente, o fracasso na gestão dos gastos municipais. Jerumenha era ainda mais diminuta: contava apenas com cinco casas e nenhum aumento verificado desde sua fundação.<sup>468</sup> Valença – apesar do mapa disponível ao Conselho apontar 67 casas – em seu limite urbano contava apenas com nove.<sup>469</sup> Marvão – considerada por Antonio Durão a pior das vilas – possuía apenas três, e uma população fixa limitada ao vigário, o juiz e o escrivão. Campo Maior foi considerada a melhor, “*numa espaçosa e alegre campina, com 79 fogos e semelhanças de povoação do Reino, desafrontada de matos; e é mais capaz de ser cidade que esta de Oeiras, que fica numa cafurna*”,<sup>470</sup> afirmou o ouvidor. Sobre a vila de São João da Parnaíba, ele não ofereceu números; porém destacou dois aspectos: a incipiente prosperidade da vila, através do comércio de

---

<sup>466</sup> MOTT, Luiz. **Piauí colonial: população, economia, sociedade**. Teresina: FUNDAC, 2010, p. 30.

<sup>467</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>468</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>469</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>470</sup> *Ibidem*, p. 39.

charque na foz do Parnaíba; e as arrecadações da Câmara oriundas desta renda, que lhe dava possibilidades de gerência dos gastos urbanos – elemento não identificado nas demais.<sup>471</sup>

A falência do projeto urbanístico na Capitania duas décadas depois de sua efetivação foi atribuída a um elemento já presente nas demais análises existentes na documentação oficial: a natureza da população local. Pereira Caldas já manifestara sua desconfiança em relação aos habitantes locais, assim como o Ministro do Conselho. A rusticidade, a vida rural e a aversão ao espaço das vilas eram considerações latentes desde a *Descrição* do Padre Carvalho, ainda no século XVII. Antonio Durão concentrou ainda mais sua argumentação em torno desta representação, para afirmar uma conclusão simples: o projeto de urbanidade era incompatível com as características demográficas e os comportamentos dos moradores da Capitania. Já no início de seu documento, assim descreveu a sociedade local:

Vermelho se chama na terra a todo índio de qualquer nação que seja; mameluco, ao filho de branco e índia; caful, ao filho de preta e índia; mestiço ao que participa de branco, preto e índio; mulato ao filho de branco e preta; cabra ao filho de preto e mulata; curiboca ao filho de mestiço e índia; quando se não podem bem distinguir pelas suas muitas misturas se explicam pela palavra mestiço o que eu faço, compreendendo nela os cabras e curibocas.<sup>472</sup>

A mistura racial característica da sociedade que se constituía ali, também apontada pelo primeiro governador como um empecilho à civilidade, era um dado de relevância para o ouvidor no sentido de estabelecer parâmetros de classificação e definição de seus habitantes. A ligação com o universo rural, além do distanciamento do universo urbano, simbolizou um aspecto central na construção desta representação. “*Cuidam muitos habitantes deste país em fugir da sociedade vivendo nos matos e brenhas, onde se figuram mais livres e donde vem a falta de instrução que padecem, e o respirar tudo a bárbaro e feroz*”,<sup>473</sup> escreveu Durão. De acordo com sua perspectiva, a falência das vilas se deu, principalmente, pela existência de um grupo social por ele definido como “agregados”. Além dos proprietários estabelecidos nas fazendas, com vaqueiros, escravos e demais pessoas “*como uma só família*”,<sup>474</sup> os agregados perfaziam parte deste contingente demográfico, sendo divididos em dois grupos: aqueles que

---

<sup>471</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>472</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>473</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>474</sup> *Ibidem*, p. 34.

serviam às famílias; e os que viviam nos limites das propriedades. Os primeiros “*dado que maus, são toleráveis; mas os segundos, são péssimos e danosos em todo o sentido*”,<sup>475</sup> descreveu o ouvidor. Esses “*refinados vadios, preguiçosos, ladrões, matadores e pestes da república*”<sup>476</sup> eram tolerados nas fazendas por dois motivos: por seu uso como contingente armado em caso de disputas entre proprietários (“*quando se querem vingar de alguém*”), ou simplesmente pelo temor, “*pois se os encontram ou querem delas expulsar, só se expõem a um tiro*”.<sup>477</sup> A dificuldade em conter essa população *vadia* se dava principalmente pela facilidade de deslocamento e amplitude do território, além da natureza fronteira do Piauí. “*São estes demônios encarnados os curibocas, mestiços, cabras, cafus e mais catres de que a terra só é abundante*”,<sup>478</sup> destacou Antonio Durão, e que “*acossados pelas justiças das outras capitânicas (...) buscam esta com um infalível asilo das suas maldades e lugar próprio para continuarem nelas com todo desafogo e sossego*”.<sup>479</sup> E procedeu com a definição de uma teoria particular sobre esta característica: “*se evacuavam todas as capitânicas vizinhas dos maus humores que as alteravam, porque os criminosos, os insolentes e os falidos buscavam de tropel estas ribeiras e suas brenhas*”,<sup>480</sup> com a consequência de que viriam todos “*a se misturar e confundir, formando um só povo de nações tão diversas em que sempre se respira serem os mesmos vícios de cada uma delas realçada*”.<sup>481</sup> A presença desta população aquém do esforço de disciplinarização e civilização promovido pelo Estado português era, na opinião de Durão, o fator decisivo para a decadência das vilas, onde a dependência de adesão do contingente humano sempre fora uma premissa para o sucesso do projeto.

Estão as vilas em desamparo, sem haver quem as povoem, sem artífices para as obras necessárias, sem homens para o trabalho, e sem aumento algum. Destas fogem eles com todo o desvelo, porque nelas se havia examinar o seu modo de viver e se poderia capturar quando delinquissem com toda a facilidade, porém está tão arraigado o mal, que sem providência superior, nada tem remédio, muito mais por haver quem por depravação de espírito siga a péssima máxima de que não se devem apertar por não desampararem a capitania, como se não fosse utilíssimo que a deixassem para cessar o mau

---

<sup>475</sup> *Idem.*

<sup>476</sup> *Idem.*

<sup>477</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>478</sup> *Idem.*

<sup>479</sup> *Idem.*

<sup>480</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>481</sup> *Idem.*

exemplo que dão, em que se buscasse outro meio de evitar os frequentes delitos que cometem, para suspender de qualquer forma a torrente de danos que causam.<sup>482</sup>

Assim, de acordo com o ouvidor, a Capitania se deparava com um duplo problema. Se, por um lado, sofria com a presença destes “desclassificados”, por outro dependia deste contingente num contexto em que a concentração demográfica não era significativa. Durão considerou mesmo a utilidade de afastá-los dos limites do território, inclusive propondo o uso desta população na formação de colônias que, “*entrando nas terras dos gentios e estabelecendo-os nelas, servissem de barreira, cobrindo esta capitania*”.<sup>483</sup> A ideia – que nunca fora realmente efetivada – poderia conter os dois grupos considerados problemáticos para a administração: os índios e os vadios. “*Ao passo que se saneava fora esta pestífera raça, se evitavam os descontos, vexações e despesas que o povo faz na conquista daqueles e os graves prejuízos que causam, ainda depois de serem aqui metidos e aldeados*”.<sup>484</sup> Certamente, a perspectiva do ouvidor condenava a relação nefasta estabelecida com as vilas, que eram evitadas exatamente por conta de duas características desde sempre presente nas determinações reais que as criaram: o duplo esforço de disciplinarização, seja pelo estabelecimento da justiça e do aparato civil, seja pela perspectiva modelar de comportamento – ambos os aspectos contidos na definição de *polícia* que apareceu na carta régia de 1759. A recusa em habitar o espaço urbano foi constatada por Antonio Durão como uma estratégia de fuga ou resistência a essas duas possibilidades – ambas representativas do projeto de criação da Capitania de São José do Piauí.

Portanto, um balanço geral da criação da Capitania, da instalação de vilas, e da elevação de Oeiras a cidade-capital, permite observar que se tratou de um movimento conturbado desde seus começos, além de sujeito a críticas pelos seus próprios executores. Das correspondências de João Pereira Caldas e Antonio Durão emergiram uma sequência de elementos que limitavam consideravelmente o projeto urbano no Piauí: a defasagem demográfica, a dispersão populacional, a adesão massiva ao mundo das fazendas, a indisciplina no aspecto jurídico e comportamental, as misturas raciais, as dificuldades financeiras das Câmaras municipais e a ausência quase completa da estrutura urbana mínima para o funcionamento das vilas. Não eram apenas críticas

---

<sup>482</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>483</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>484</sup> *Idem*.

contundentes acerca do arranjo estabelecido na carta régia de 1761, mas a constatação de seu fracasso – pelo menos no aspecto urbanístico. Por outro lado, os anos subsequentes ao funcionamento oficial da Capitania significaram um contexto marcado pelas expedições militares e contendas armadas; neste cenário, a existência da cidade de Oeiras funcionou como *front* da administração ultramarina num momento importante de definição territorial no Brasil. O caráter mediterrâneo da cidade localizada “*no meio da Capitania*” foi, certamente, de valor geopolítico na visão do Conselho Ultramarino, tanto no aspecto militar, quanto na existência de vetores para as demais capitanias – e essa característica continuou a ser destacada até meados do século XIX. No mais, Oeiras existia sob essa dupla condição: seu valor geopolítico e institucional não se igualava a sua capacidade de gerenciar o desenvolvimento econômico e social do Piauí, muito menos personificar o ideal urbano preconizado pela administração portuguesa. A cidade não atraía, não seduzia, nem iluminava, como esperado nas otimistas projeções do rei D. José e na correspondência do Ministro a Pereira Caldas.

Foi exatamente essa dualidade que atravessou o debate acerca de sua substituição como capital da Capitania. Quando D. Amorim escreveu sobre suas intenções em mudá-la para a vila de São João, seus argumentos eram realmente importantes. O que, afinal, significou o processo por ele desencadeado a partir de 1797? Em termos simples, o questionamento em relação ao arranjo estabelecido desde 1761 – e isso, como demonstrado, já havia sido feito. Certamente, as especificidades do conjunto argumentativo de Amorim residiam no universo econômico do Piauí. Oeiras, sem a proeminência histórica neste campo, não possuía as condições necessárias para personificar um modelo urbano aceitável – algo visualizado por ele na vila de São João, tanto na capacidade de geração de renda e, portanto, de arrecadação da Câmara (caso singular no contexto de falência material das vilas e da própria capital), quanto no caráter urbanístico de suas construções, bem superior aos demais núcleos do Piauí. A navegação do rio Parnaíba, nesta perspectiva, personificou o fundamento deste discurso, seja na redenção econômica da Capitania (Amorim) ou na projeção de sua capacidade de concentrar, às suas margens, a dispersão populacional identificada como um dos principais obstáculos ao pleno desenvolvimento do Piauí (Antonio Noronha). Essas argumentações em prol da mudança de Oeiras não passaram despercebidas ao Conselho Ultramarino – e o fato de terem resultado num processo legal para verificação de sua validade corrobora essa informação. Porém, não foram suficientes para legitimar de imediato a mudança, na medida em que outros argumentos de natureza distinta

garantiam ainda a proeminência de Oeiras: a centralidade, a proximidade com as fazendas do fisco incorporadas ao patrimônio estatal e a possibilidade de policiamento de zonas críticas para a administração foram dados lançados por membros da própria administração portuguesa, e que tentaram equilibrar as considerações do governador Amorim Pereira. No mais, o resultado foi o processo liderado por Antonio de Araújo que, em 1800, considerou todas essas questões; elaborou possibilidades para a mudança, e deliberou sobre ela para decidir, com base nas informações dispostas, o futuro da capital da Capitania.

#### **2.4 1800: a construção dos possíveis**

Quando, em 1801, o desembargador Francisco Araújo analisou a proposta de mudança da capital, o seu veredicto foi claro: de acordo com seu ponto de vista, não concordava com a ideia da transferência da sede da Capitania. Pontualmente, Araújo duvidou tanto da representação de Antonio Noronha, quanto das possibilidades lançadas pela Câmara oeirense. “*Apesar, pois da referida representação do General e da correspondente representação da Câmara, Nobreza e Povo não posso ser de voto da mudança desta capital para as margens do rio Parnaíba*”,<sup>485</sup> afirmou em seu relatório. Levando-se em consideração que a consulta não incorporou a vila de São João como uma escolha plausível – e, dessa forma, a perspectiva lançada por Pereira Amorim – pelos motivos já citados, foi a partir das argumentações produzidas na Câmara e por Noronha que o desembargador consolidou seu posicionamento.

Em primeiro lugar, o alvo foi a narrativa do governador do Maranhão. Araújo afirmou que não compreendia o projeto de estabelecimento de uma capital nas margens do Parnaíba para fins de “*maior organização política*”, com o subsequente aproveitamento da “*navegação interior*” e circulação comercial. Este teorema – sustentáculo do discurso de Noronha – foi desconstruído pelo desembargador a partir de argumentos pontuais. Inicialmente, ele reafirmou o seu ponto de vista:

---

<sup>485</sup> [Carta do Desembargador Joaquim Antonio de Araújo ao Príncipe Regente [D. João], sobre a conveniência em mudar a capital do Piauí para as margens do rio Parnaíba e acerca do aforamento dos bens do Conselho do Piauí]. Arquivo Histórico Ultramarino. ACL\_CU\_0, 16, Cx. 24, D. 1240.

Não compreendo as grandes vantagens que inculca a Representação dizendo (?) daquele modo, juntando-se os povos em (?) pelos efeitos de uma maior organização política, se poderiam utilizar dos importantíssimos interesses da navegação interior, e poderiam melhor promover o giro de todos os artigos de (?) e de todo gênero de tráfico e negociações; nem me parece possível ou pelo menos fácil por ora a mudança da capital.

Não há cousa mais fácil de dizer que os povos juntos num lugar central se podem utilizar dos interesses da navegação interior, e poderiam melhor promover o giro das comutações dos gêneros; porém, é preciso primeiro saber se há esses povos e como se hão de obrigar, ou antes convidar a recorrerem ao designado lugar central.<sup>486</sup>

O fundamento da premissa de Noronha foi desmontado pela constatação do problema demográfico existente na Capitania. Se, para o governador, uma capital às margens do rio poderia atrair um contingente populacional em prol dos benefícios políticos e econômicos, era exatamente esta projeção – que dependia da adesão de futuros moradores – o ponto frágil da argumentação. A experiência das vilas no Piauí demonstrava um problema crônico de diminutas populações, além da dispersão dos habitantes nas áreas rurais. O resultado, como avaliado por outros agentes da administração ultramarina, foi a falência de um projeto que dependia da iniciativa dos povos em aderirem à experiência urbana. Em 1800, de acordo com Araújo, prevalecia esta mesma limitação:

Pois, Senhor, a primeira cousa que falta são os povos para povoarem a nova cidade e a nova imaginada capital. Se quisermos povoada de índios domesticados, além de serem poucos, tem mostrado a experiência na Aldeia de São Gonçalo que eles pouco ou nada tem adiantado a agricultura nas terras, que os augustos predecessores de VAR lhe mandaram dar, havendo apenas duas casas de parede, que mandou edificar o Inspetor, e todas as mais de palha em que eles assistem, como se prova (?), como eu observei: os outros povos são as pessoas que tem fazendas nestas vizinhanças, ou pobres que vivem de seus trabalhos e ofícios mecânicos.

Aqueles certamente não desamparão suas fazendas para virem habitar a nova cidade, nem é de esperar da bondade política de VAR os obrigue àquele fim, para não incorrer na censura em que incorreu Constantino Magno quando fundou Constantinopla: este, digo, os pobres, também não vão porque não tem donde se mantenha, e como não têm fundos para aplicar na lavoura e comércio pouco interessa que vão.<sup>487</sup>

As observações do desembargador remetiam aos mesmos problemas relacionados à dispersão populacional no amplo território da Capitania, e a ausência de um contingente considerado mínimo para o crescimento das vilas. Se este problema crônico emperrava a efetivação de um projeto de décadas atrás, essa mesma experiência

---

<sup>486</sup> *Idem.*

<sup>487</sup> *Idem.*

não apontava para um horizonte mais promissor. Como crer na adesão dos povos à “*imaginada capital*” se o próprio contexto elaborado em tantos outros documentos atestava uma lógica distinta? A limitação da ideia da mudança da capital residia numa dupla dependência: a construção de uma cidade e a formação de um corpo demográfico suficiente para fazê-la prosperar. Ambos os aspectos – como a experiência de Oeiras demonstrou – não aconteceram da forma projetada no movimento de criação da Capitania. Por que com uma nova cidade seria diferente? A expectativa lançada na navegação do rio Parnaíba – o suporte principal deste discurso – podia ser compreendida apenas como uma projeção. O fato de que, no final do século XVIII, apenas a vila de São João dentre todas as demais nucleações urbanas explorava comercialmente a navegação de exportação era, certamente, emblemático. E de todas as possibilidades constituídas na consulta de Antonio Araújo, nenhum dos lugares estava nas margens do rio – com o agravante de que nem havia sequer uma estrutura urbana prévia. Apenas a aldeia de São Gonçalo possuía um arremedo de urbanidade, e mesmo sua localização era relativamente afastada das margens do dito rio. Porém, esses dados não eram suficientes para convencer o desembargador. Nem a população de “*índios domesticados*”, nem “*os outros povos*”, foram capazes de promover o desenvolvimento do lugar, apesar da constatada fertilidade das terras e do potencial agrícola reconhecido nos documentos que faziam referência ao aldeamento. Somado-se a isso, mais uma vez Araújo reforçou a resistência dos habitantes da Capitania em abandonarem a vida em suas propriedades rurais, e as consequências nefastas que o estabelecimento de obrigações nesse sentido poderiam resultar na relação entre a população local e o Estado português. No mais, sem condições de contribuir para o crescimento material da nova cidade, de nada adiantaria a incorporação deste contingente para a nova capital.

Na perspectiva de Antonio de Araújo, sendo estabelecida a nova capital – e diante das limitações demográficas por ele projetadas – a repercussão do problema ultrapassaria as próprias fronteiras da colônia. “*Logo há VAR de mandar colônias de gente da Europa para povoar a nova cidade*”,<sup>488</sup> expressou com ressalvas o desembargador. E foi além: questionou a própria validade da administração da colônia, devido ao contingente de imigrantes que saíam dos portos portugueses à procura de oportunidades no Brasil, defasando de gentes as fronteiras do Reino. Diante desta realidade não havia sentido em os deslocarem com vistas a resolver o problema de uma

---

<sup>488</sup> *Idem.*

cidade que não passava sequer de um projeto. “*Não me parece justo nem me parecerá enquanto os políticos não resolverem o problema se foi útil o descobrimento da América vista a imensa gente que sai da Europa com tanto prejuízo da sua povoação*”.<sup>489</sup>

Antonio Araújo observou que a representação de Antonio Noronha continha dois fundamentos referentes ao desenvolvimento populacional e financeiro da Capitania, e que ambos sustentavam a ideia de mudança da capital. “*As vantagens ponderadas na representação ou dizem respeito aos povos ou à Real Fazenda de VAR*”,<sup>490</sup> afirmou no seu relatório. Sobre o problema populacional, o desembargador já firmara suas convicções; acerca da questão financeira, escreveu: “*os interesses não diminuem, nem aumentam, enquanto não aumentar a povoação, que faça exigir mais consumação de gêneros que se exportam ou importam*”.<sup>491</sup> Quando se referia ao termo *povoação*, não é possível definir se ele tratava especificamente da aldeia de São Gonçalo, ou do problema geral da Capitania. O certo é que ele consolidou uma dependência entre os aspectos demográficos e financeiros: sem um contingente amplo capaz de mobilizar trocas comerciais, o crescimento urbano ficava seriamente comprometido. Dessa forma, inverteu a lógica do discurso de Antonio Noronha: se neste, a nova capital era projetada como elemento capaz de maximizar ambos os elementos, em Araújo ela surgia como resultado do cruzamento entre demografia e comércio, e não o seu fator desencadeador. “*Este plano do aumento da povoação e de influir a indústria nestes povos era que deveis a trabalhar*”,<sup>492</sup> afirmou em defesa desta lógica argumentativa para concluir que “*dada a povoação e dada a indústria, logo nascem as cidades espontaneamente*”.<sup>493</sup>

Outro problema detectado por Antonio Araújo foi a existência de sesmarias nas áreas das margens do rio Parnaíba previstas na consulta da Câmara de Oeiras, o que tornava difícil o esforço de instalação de uma nova capital. “*Disse que não me parecia possível, pelo menos fácil a mudança da Capital, porque já não contemplo a estarem dadas de sesmaria pelos augustos antecessores de VAR as terras das margens do rio*

---

<sup>489</sup> *Idem.*

<sup>490</sup> *Idem.*

<sup>491</sup> *Idem.*

<sup>492</sup> *Idem.*

<sup>493</sup> *Idem.*

*Parnaíba, e da Aldeia de São Gonçalo*”,<sup>494</sup> afirmou. Uma opção seria a desapropriação dessas propriedades: “*pelo domínio iminente de VAR elas podiam ser tiradas aos proprietários, uma vez que a utilidade pública o pedisse*”.<sup>495</sup> Porém, tal atitude, de acordo com sua perspectiva, ainda assim não resolveria o cerne do problema: a ausência de uma estrutura urbana condizente com o *status* de cidade-capital. Segundo Araújo, seria “*necessário que VAR mandasse edificar uma igreja para o pasto espiritual da povoação, um palácio para o governador que VAR houvesse de propor a esta Capitania, uma casa de Câmara, uma cadeia e um quartel para o destacamento que os generais enviassem*”.<sup>496</sup> Um procedimento custoso e que não se justificava, na medida em que tal estrutura já existia em Oeiras: “*e tudo isto tem VAR nesta Capital*”,<sup>497</sup> afirmou o desembargador em favor da cidade.

No mais, mesmo a questão relacionada à construção de casas no perímetro urbano – aspecto tão caro ao processo de instalação das vilas alguns anos antes – carecia de sustentação no contexto da Capitania. “*Demais seria VAR precisado até mandar edificar casas para os novos habitantes, ou obrigar os ricos a edificar*”.<sup>498</sup> Porém, esta ação era vista negativamente por Araújo: “*a primeira dessas operações era dispendiosa; a segunda imprópria da real beneficência de que VAR é dotado*”,<sup>499</sup> assim expressou suas dúvidas acerca deste procedimento, que definia a construção da nova capital ou às custas de particulares, ou com o dispêndio da fazenda real. Por fim, especulou novamente sobre a mesma limitação demográfica que atravessara sua argumentação: “*quem havia de habitar a nova cidade, se como disse a princípio, e é notório a todos, que tem conhecimento deste continente, falta a povoação?*”.<sup>500</sup>

Antonio Araújo ainda admitia a mudança caso houvesse uma povoação nas margens do rio Parnaíba, “*tal qual a de Aldeias Altas*”<sup>501</sup> e que correspondesse ao argumento da centralidade, “*para dali se poder acudir os seus extremos*”.<sup>502</sup> Não

---

<sup>494</sup> *Idem.*

<sup>495</sup> *Idem.*

<sup>496</sup> *Idem.*

<sup>497</sup> *Idem.*

<sup>498</sup> *Idem.*

<sup>499</sup> *Idem.*

<sup>500</sup> *Idem.*

<sup>501</sup> *Idem.*

<sup>502</sup> *Idem.*

havendo tal nucleação, o desembargador desabafou: “*porém, Senhor, naquelas margens não há povoação: apenas há de distância em distância, e grande, alguma casa de palha dos lavradores que ali tem terras, (...) logo não posso condescender com o projeto da mudança*”.<sup>503</sup> Dessa forma, desconstruiu as possibilidades geradas pela Câmara: nem São Gonçalo, nem a área correspondente ao intermédio da foz dos rios Canindé e Poti. Mas por que a Câmara optara por estabelecer, dentro deste corte específico, a nova capital exatamente neste lugar? Certamente, a ideia de permanecê-la num ponto central, de aproveitar a navegação do rio, e explorar terras férteis. Essas exigências foram incorporadas pelos vereadores como uma diretriz oriunda do próprio desembargador que, por sua vez, representava o posicionamento do Conselho Ultramarino. Ele utilizou as informações produzidas para fundamentar o seu parecer. Portanto, é possível concluir que a consulta foi resultado de um processo iniciado com a representação de Antonio Noronha e as correspondências de Pereira Amorim; e que foi esse movimento institucional personificado pelo processo liderado por Antonio Araújo que desencadeou a construção das propostas pela vereação de Oeiras. É necessário observar todas essas questões analisando o pronunciamento da Câmara, reproduzido aqui quase que na íntegra – pela validade histórica desse documento:

Aos vinte nove de outubro de 1800 nas casas da Câmara desta Cidade de Oeiras na Capitania de São José do Piauí onde sendo presente o Doutor Joaquim Antonio de Araújo de Desembargo do Príncipe Regente Nosso Senhor que Deus guarde e seu Desembargador Ordinário da Relação e Casa do Porto comigo Escrivão nomeado e aprovado pelo mesmo Senhor para as diligências de que houve por bem encarregá-lo; sendo outrossim presentes a Câmara, Nobreza e Povo da mesma Cidade que de Ordem do dito Ministro foram convocados, lhe propôs o mesmo Ministro que entre as diligências que o Príncipe Regente Nosso Senhor lhe havia confiado era assim a de o informar se seria ou não útil mudar a Capitania digo mudar a Capital desta Capitania para as margens do rio Parnaíba procurando a sua situação até onde aquele rio fosse navegável; e como o principal objeto das intenções de sua Alteza Real seja a utilidade dos seus fiéis vassallos bem manifestos na sobredita Ordem, parece ao nosso Ministro muito conforme as fraternais intenções do dito Senhor, ouvir sobre este importante ponto a Câmara, Nobreza e Povo como os mais práticos e mais instruídos, no fazer e nas suas vantagens; portanto, recomendando-lhes que tivessem em vista o dever ficar a capital no meio da Capitania para os prontos recursos das partes e para os prontos socorros do Governo e Justiças nos casos ocorrentes aos extremos da Capitania, objeto que tiveram em vista os Comissários que o Senhor Rei D. José de Gloriosa Memória mandou do estabelecimento desta Capital, recomendando-lhes outrossim que se lembrassem que o terreno mais fértil e mais afeito para o Comércio era o mais próspero para o estabelecimento de qualquer cidade, mandou que respondessem dando a razão do seu dito, e que principiasse a responder a Nobreza, depois o Povo e ao final em particular a Câmara. Ouvida e entendida a sobredita proposta respondeu a Nobreza que

---

<sup>503</sup> *Idem.*

lhe parecia ser o lugar mais próprio para o assento da Capital desta Capitania, ou entre a barra do rio Canindé e a do Poti à margem do rio Parnaíba, ou na Aldeia de São Gonçalo; porquanto as terras de uma e outra situação acima apontadas são muito férteis e estão próximas ao rio Parnaíba que dá navegação para os transportes dos frutos em toda a sua extensão e em todo o tempo, se bem que a situação da Aldeia de São Gonçalo lhes parece melhor por ser mais saudável em razão de estar mais no centro com a pequena jornada de três léguas por boa estrada de carro até a margem do rio Parnaíba: e por isso está mais livre das moléstias que costumam grassar na margem daquele rio; erigindo-se em qualquer das referidas situações a Cidade fica igualmente no centro da Capitania com a pequena diferença de lhe ficar mais distante o Parnaguá obra de dez léguas; com este mesmo parecer se conformou o povo que se juntou e de tudo mandou o dito Ministro lavrar o termo que com ele assinaram depois de lhes ser lido e eu José Gregório Rangel de Lima escrevi. (...) E separado a Nobreza e o Povo, respondeu a Câmara particularmente que, a melhor situação para o estabelecimento da Capital lhe parecia serem as terras entre a barra do rio Canindé e do rio Piauí, que ambos irão desembocar ao rio Parnaíba porque além destas terras serem mais férteis podem os povos aproveitar-se da navegação dos três rios acima referidos do que mandou o dito Ministro lavrar esta declaração que com ele assinaram os Juizes e Vereadores e mais oficiais de Câmara e eu José Gregório Rangel de Lima o escrevi.<sup>504</sup>

Analisando as três propostas, fica claro por que a ideia de mudança da capital, no modelo definido por Pereira Amorim e com a vila de São João como escolha, sucumbiu ao argumento da centralidade – um conceito que não foi produzido aqui, mas na esfera do Conselho Ultramarino. Os três lugares compreendiam relativamente um espaço no centro da Capitania. Mas em relação a duas propostas específicas – a aldeia de São Gonçalo e a barra dos rios Canindé e Piauí – existem outros elementos importantes e que não apareciam na documentação. Sobre São Gonçalo pesava, obviamente, o conjunto das recomendações trazidas pelo desembargador. Por outro lado, a aldeia fora administrada pela família Rêgo Castelo Branco desde meados da década de 70 e, certamente, correspondia a uma zona de influência política. Já o perímetro dos dois rios representava o centro das fazendas do fisco, além de um caminho para a região de Parnaguá, cuja importância no contexto da Capitania já foi explanada. Antonio Araújo afirmou que “*Antonio do Rego Castelo Branco e Antonio Pereira da Silva seu cunhado, tempos antes me quiseram persuadir esta mudança e foram na Câmara os principais votos a favor do projeto, que os mais seguiram*”.<sup>505</sup> Essa importante informação demonstrava a adesão de forças locais na produção de saberes sobre a transferência da capital. Porém, o desembargador não esclareceu quando, ou em que condições, Castelo Branco e Pereira da Silva tentaram persuadi-lo.

---

<sup>504</sup> *Idem.*

<sup>505</sup> *Idem.*

Nem as motivações de ambos para o desejo da mudança ou os lugares escolhidos. Apesar de Araújo personificar na sua narrativa a autoria do projeto no âmbito local – o que fez com ressentimento e desconfiança – sem mais subsídios na documentação, qualquer tentativa, aqui, de elucidar essas perguntas seria mera especulação.

Porém, o processo apresentou outros dados importantes para a compreensão dos dois lugares escolhidos: São Gonçalo e a mediana do Canindé com o Poti. A Câmara, juntamente com o desembargador, convocou três testemunhas para relatar informações acerca das duas possibilidades, especialmente sobre a existência de núcleos populacionais e propriedades particulares nesta faixa da margem do rio Parnaíba. Sobre essa questão é importante destacar um aspecto: se os testemunhos estavam relacionados às duas escolhas produzidas, como visto, pela nobreza e povo, fica evidente que a terceira proposta oriunda da vereação foi desconsiderada ao longo do processo – um elemento que reafirmou o desejo de estabelecimento da nova capital nas margens ou, pelo menos, a uma razoável distância que permitisse a exploração de sua navegabilidade. O primeiro destes depoentes foi “*Manoel Pinheiro Ozório, Sargento-Mor de Milícia desta Cidade onde é assistente, em cuja Câmara tem servido repetidas vezes, natural de Val-Longo*”<sup>506</sup>, e lhe foi perguntado se “*da barra do Poti até a do Canindé havia alguma povoação, e se as terras daquelas vizinhanças estavam devolutas, ou se eram de particulares*”.<sup>507</sup> Além disso, “*se na Aldeia de São Gonçalo havia povoação formal e se as terras daquelas vizinhanças eram de particulares*”.<sup>508</sup> A resposta de Manoel Ozório foi:

(...) disse que lhe não consta haja população na referida extensão da barra do Poti à do Canindé, salvo alguma casa dos lavradores que aí tem terras, as quais costumam ser distantes umas das outras; e persuade-se que todas as terras da dita extensão à margem do rio Parnaíba estão dadas de sesmarias; que a Aldeia de São Gonçalo apenas tem três ou quatro casas de telhado (?): tudo o mais são casas de índios cobertas de palha e a Igreja precisa de grandes reparos, e as terras das vizinhanças da Aldeia, uma são de particulares, outras foram repartidas para os índios as fabricarem (...).<sup>509</sup>

Ozório fazia parte do corpo militar da Capitania, além de compor o quadro administrativo da capital, servindo “*repetidas vezes*” na Câmara de Oeiras. Sobre o seu conhecimento acerca da região problematizada, não há elementos no processo que

---

<sup>506</sup> *Idem.*

<sup>507</sup> *Idem.*

<sup>508</sup> *Idem.*

<sup>509</sup> *Idem.*

permitam apontar sua origem. Talvez, no passado, o cargo de oficial lhe tenha posto nos inúmeros combates com as nações gueguês e acroás que formavam o contingente da aldeia de São Gonçalo. Mas, fora isso, não há mais informações. O conteúdo de seu depoimento foi, obviamente, direcionado pelas questões definidas pelo desembargador Antonio Araújo; e atestou a inexistência de núcleos na área definida e a precariedade da estrutura da aldeia, além da existência de sesmarias na área prevista.

O segundo depoente foi “*José Antonio da Cunha Rabelo, lavrador e que tem servido na Câmara desta Cidade natural de Guimarães e assistente na sua fazenda de São Francisco*”,<sup>510</sup> e disse “*ter trinta e sete anos de idade*”.<sup>511</sup> Sobre os mesmos questionamentos feitos, ele respondeu:

(...) disse que sabe por viajar pelos ditos sítios que somente há uma povoação pequena na Barra do Poti, extrema da paróquia desta Cidade; em toda a outra extensão há de distâncias em distâncias casas de alguns lavradores de quem são as terras da margem do Parnaíba; que na Aldeia de São Gonçalo há algumas casas de palha dos índios ali moradores e duas outras de telha, estando a igreja em alguma ruína, e tem ouvido dizer que sua Majestade dera uma légua de terras em roda aos índios daquela aldeia e mais não disse (...).<sup>512</sup>

Basicamente, o depoimento de José Antonio sustentou as mesmas informações que Ozório sobre as limitações da aldeia de São Gonçalo e a posse de particulares das margens do rio Parnaíba. Porém, acrescentou um dado novo desconsiderado pela narrativa anterior: a existência de uma nucleação na foz do rio Poti, exatamente na faixa correspondente a umas das propostas para a mudança. Essa informação não foi repassada por Antonio Araújo em seu parecer; na verdade, ele afirmara que poderia aceitar a mudança, se ao menos houvesse uma povoação como a de Aldeias Altas, no Maranhão. O fato de ter silenciado sobre isso significou tão somente que ele não considerava relevante informar sobre uma nucleação considerada inferior, e que não atenderia a esse critério por ele estabelecido. Como José Antonio conhecia a região? O fato de ser lavrador – numa Capitania em que os gêneros alimentícios eram vendidos a preços consideráveis – lhe permitiu negociar nessa zona da margem do rio Parnaíba. Assim sendo, se tratava de uma zona de circulação comercial.

O terceiro testemunho pode ser mais esclarecedor nesse sentido. “*Custódio Teixeira Mendes lavrador e negociante da beira do Parnaíba e assistente nessa Cidade*

---

<sup>510</sup> *Idem.*

<sup>511</sup> *Idem.*

<sup>512</sup> *Idem.*

*e natural de Canavezes Província do Moinho*”,<sup>513</sup> com a idade de “*trinta e cinco anos*”.<sup>514</sup> Perguntado sobre as questões expostas pelo desembargador, assim respondeu:

(...) disse que sabe pelo ver e por ter navegado pelo rio Parnaíba que da Barra do Poti até a do Canindé não há povoação formal, há sim fazendas de gado da distância de três léguas de fazenda a fazenda entre cujas distâncias há alguns pobres arranchados; pela mesma razão sabe que as terras na dita extensão são de particulares; pela mesma razão sabe que a Aldeia de São Gonçalo é povoada de índios domesticados que apenas tem duas ou três casas de telha as mais são choupanas em que vivem os poucos índios que restam; que as terras da vizinhança desta povoação eram de particulares e não sabe como se deram aos índios para as fabricarem (...).<sup>515</sup>

O depoente afirmou ser lavrador e negociante “*da beira do Parnaíba*”, e que suas informações eram corroboradas pela experiência de ver e navegar o rio no percurso inquirido pela Câmara. Assim como Ozório, negou a existência de alguma nucleação nos limites desta zona. Porém, sua afirmação se referia a uma “*povoação formal*”, enquanto José Antonio falava de uma “*povoação pequena*”. Certamente, há diferenças nas duas definições – o que, porém, não desqualificou nenhuma delas. Pereira Amorim, em seu documento sobre questões relacionadas à Capitania, mencionou a existência de uma ainda incipiente nucleação exatamente na foz do rio Poti. Se ela existia, não correspondia, decerto, às expectativas inerentes à consulta sobre a mudança da capital. De qualquer forma, o depoimento de Custódio Teixeira esclareceu sobre a existência da navegação e de trocas comerciais ao longo do Parnaíba, ou pelo menos no corte definido pela Câmara. Decerto, a consulta da Câmara e do desembargador Antonio Araújo aos três homens ainda permite observações interessantes não só da natureza de seus depoimentos, mas acerca de suas origens. Eram todos portugueses de nascimento que imigraram para o Brasil – engrossando as fileiras daquele fenômeno descrito pelo desembargador a respeito do esvaziamento demográfico do Reino. A presença deles na consulta e este perfil específico, além do fato de todos ocupavam cargos na administração da vila – aspecto defendido já por Pereira caldas na distribuição dos empregos públicos – certamente legitimou a validade de suas narrativas dentro da dinâmica processual coordenada por Araújo.

Por outro lado, a sistematização dessas informações no conjunto do processo pareceu corroborar a perspectiva de Antonio Araújo sobre a inviabilidade da construção

---

<sup>513</sup> *Idem.*

<sup>514</sup> *Idem.*

<sup>515</sup> *Idem.*

de uma nova capital nas margens do Parnaíba. Sem a existência de uma povoação, nem estrutura urbana mínima dentro da zona prevista, o projeto não se sustentava; e a única possibilidade que atendia a essa exigência, não correspondia ao principal critério imposto pelo Conselho Ultramarino – o argumento da centralidade. O desembargador considerou que a substituição de Oeiras e a emergência de uma nova cidade teriam resultados fora das expectativas otimistas: a capital ficaria despovoada, e a nova sucumbiria pela falta de quem a povoasse ou garantisse a construção das casas e da estrutura urbana – um esforço considerado dispendioso para os cofres reais e fora da zona de expectativas dos proprietários locais. O desfecho da questão dentro do processo foi assim escrito pelo desembargador:

Em uma palavra, Senhor, se esta Capital mal se pode conservar pela pobreza, e inação dos seus habitantes, sendo a mais povoada e a mais central da Capitania; motivo porque sendo outro tempo a vila da Mocha mereceu do Senhor Rei D. José de Gloriosa Memória os foros de cidade, como hei de ser de voto que se mude ou se erija outra, que é o mesmo sem ver habitantes capazes de a povoarem? Seria de alguma sorte concorrer para se despovoar esta e não se povoar a nova quando somos obrigados a propor meios de aumento da povoação (...).<sup>516</sup>

Portanto, é válido afirmar que o problema da mudança da capital – pensada na passagem dos séculos XVIII e XIX – foi substancialmente analisado pelos agentes envolvidos na questão; e que, diante das considerações feitas pelo desembargo personificado por Araújo, a decisão de permanecê-la estabelecida em Oeiras foi uma decisão deliberada com base neste conjunto processual e sustentada pelo próprio Conselho Ultramarino. Ele respondeu a uma racionalidade específica do período, onde a necessidade da materialização de bases institucionais num território ainda em vias de ser conquistado, disciplinado e regulado foi capaz de se legitimar sobre os demais aspectos levados em consideração para a sustentação do projeto da mudança – especialmente as questões de natureza econômica problematizadas por Amorim ao lançar a vila de São João como primeira possibilidade, antes das demais produzidas dentro da Câmara de Oeiras. A imagem elaborada da navegação como redenção a uma Capitania que fugira do horizonte de expectativas presente no discurso das forças legais que a criaram, acabou ofuscando um dos principais pontos relativos à cidade de Oeiras: a sua localização. Não há um só documento que, apesar de uma série de avaliações negativas sobre vários de seus aspectos – demográficos, urbanísticos, ou econômicos – não

---

<sup>516</sup> *Idem.*

atestasse o caráter central da capital na dinâmica com as demais vilas e, quiçá, zonas de capitânicas vizinhas. O próprio Antonio de Araújo reconheceu não somente esta qualidade, como afirmou que se tratava da principal motivação do rei D. José ao pensá-la como capital, “*a mais povoada e a mais central da Capitania*”, e que por esse motivo “*sendo outro tempo a vila da Mocha mereceu do Senhor Rei D. José de Gloriosa Memória os foros de cidade*”.

A conquista das zonas mediterrâneas da colônia deu a tônica da administração portuguesa, especialmente na segunda metade do século XVIII. Alguns anos depois do relatório de Antonio Araújo, um dos governadores do Piauí produziu um documento importante na compreensão desta influência que Oeiras exercia, e na geopolítica das comunicações coloniais que não eram feitas somente por caminhos fluviais. A ideia de navegação do Parnaíba não foi um assunto específico ao Piauí, mas uma determinação que abrangia todos os domínios coloniais – como atestado por uma carta régia recebida por Amorim, em maio de 1798, durante sua administração.<sup>517</sup> Ela determinava que, “*resolvendo-se a comunicação interior de umas capitânicas com as outras, e como esta se havia de tentar fazer pelos rios*”,<sup>518</sup> o governador investisse nessa possibilidade. A ideia era construir um canal de comunicações entre o Amazonas, o Pará, e o “*interior do Brasil*”,<sup>519</sup> através do mapeamento das redes fluviais “*para se regular depois a mesma comunicação*”,<sup>520</sup> ou seja, estabelecer caminhos dentro do território da colônia. A lógica de Antonio Noronha e Amorim Pereira, certamente, foram respostas a esse desejo da administração portuguesa. Mas é importante considerar que, na amplitude territorial da colônia, as comunicações não eram feitas somente pelos rios, mas também por terra. Num ofício de 1808, o governador do Piauí Carlo César Burlamáqui, ao falar sobre a criação de um correio na Capitania, construiu um ponto de vista interessante sobre a cidade de Oeiras e sua natureza mediterrânea, como um ponto positivo no projeto de interligação dos espaços coloniais:

Do Pará a Pernambuco, desde maio até dezembro, se gastam pelo menos 3 meses, e às vezes 5 e 6, e assim progressivamente para a Bahia e para o Rio de Janeiro, e nos outros meses pelo contrário acontece. As cartas vindas pelo Pará e Maranhão, por esta cidade (Oeiras) e para esta capital (Rio de Janeiro) o mais que gastarão viagem (mesmo agora em que não há gênero algum de

---

<sup>517</sup> COSTA, 1974, v. 1, p. 206.

<sup>518</sup> *Idem.*

<sup>519</sup> *Idem.*

<sup>520</sup> *Idem.*

providências a esse respeito) será de 3 a 4 meses, com segurança e comodidade.

Os confins do Mato Grosso, Rio Pardo e Goiás, se podem aproveitar também do que aqui se estabelecer a este respeito. As cartas, encomendas e outras quaisquer cousas que venham das capitâneas acima mencionadas, para as da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Ceará, gastarão ao mais do Pará 3 meses, e do Maranhão de 40 a 50 dias. As respostas vindas dessa corte para aqui não podem gastar mais tempo do que 40 dias, porque descendo pelo rio São Francisco e daqui para o Maranhão 18, e para o Pará 40, porque descem pelo rio Itapicuru e pelo Paraíba; e as que vierem da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Ceará, 40 para o Maranhão e 50 para o Pará.<sup>521</sup>

O documento de Cesar Burlamáqui demonstrava a dimensão que a cidade de Oeiras – e a própria Capitania do Piauí – assumiam em relação à geopolítica dos espaços coloniais. As dificuldades em relação à navegação marítima da costa, especificamente do Pará às demais capitâneas, aumentavam consideravelmente o tempo necessário para se vencer as distâncias. A ideia de canais de comunicação que aproveitassem conjuntamente as bacias fluviais não podia ser desconectada dos caminhos terrestres, que as tomavam justamente como referências em sua composição. O governador argumentava, com números e distâncias, em prol desse modelo capaz de integrar com relativa eficiência e maximizar o tempo gasto nas demoradas viagens marítimas através da costa. E definiu a cidade de Oeiras como um dos pontos dessa conexão, elaborada para ligar a corte no Rio de Janeiro com outras áreas do território colonial.

Se a mudança da capital foi um projeto abortado, certamente respondeu a uma série de elementos incorporados na complexidade do problema, e específicos de seu tempo. A cidade de Oeiras, portanto, apesar das inúmeras críticas que lhe pesaram desde o momento de sua criação, não pode ser compreendida como um erro histórico, ou como um dado a ser corrigido – pois esta perspectiva foi explorada politicamente para legitimar a segunda tentativa de mudança, quando afinal uma nova capital foi construída, exatamente na foz do rio Poti, como previa uma das escolhas da Câmara oeirense. Posteriormente, até meados da década de 20, o projeto ainda foi aventado duas vezes, mas partindo de pedidos da Câmara de São João da Paraíba – porém, sem força política para deliberar a seu favor a questão. Após a independência do Brasil, em 1822, um grupo familiar personificado por Manoel de Sousa Martins – e com suas raízes políticas estabelecidas em Oeiras – esteve à frente da administração do Piauí por praticamente duas décadas. Nesse longo período o tema da mudança da capital fora

---

<sup>521</sup> *Ibidem*, p. 174.

silenciado, para retornar ao cenário político somente em 1844, com a queda da oligarquia dos Sousa Martins – e mobilizando as mesmas possibilidades construídas durante o processo do Conselho Ultramarino na virada do século.

## CAPÍTULO III – DIZER A CIDADE

### 3.1 O futuro da Província nas narrativas políticas

Em 1853, em seu relatório à Assembleia provincial, o vice-presidente Paiva Teixeira exaltou o governo de Antonio Saraiva que, durante quase dois anos, “*com geral e sempre crescente aprovação*”,<sup>522</sup> conduziu o projeto de transferência da capital do Piauí para a recém construída Teresina, nas margens do rio Parnaíba. O desejo de uma sede administrativa que se aproveitasse do potencial fluvial dos rios remontava à administração colonial, quando pela primeira vez fora pensada e deliberada através de uma consulta formal. A foz do rio Poti – um dos principais afluentes da bacia parnaibana – foi, no início do século XIX, uma das possibilidades pensadas para a localização de uma nova capital (o que, porém, não aconteceu). A materialização desta escolha – além da própria mudança em si – personificou quase meio século de debates em torno da viabilidade ou não deste empreendimento. E, desde a primeira consulta, delineou-se a projeção que daria a tônica ao discurso político nos anos posteriores: a relação entre o futuro do Piauí e a navegação de seu maior curso fluvial. Em todos os documentos consultados sobre a primeira proposta de mudança a navegação do Parnaíba e demais afluentes representou um argumento relevante. Todavia – como discutido no segundo capítulo – o foco principal do esforço desenvolvimentista para o Piauí estava no projeto urbanístico das vilas, que continha as projeções de futuro específicas do contexto em que foram elaboradas. A derrocada dessas expectativas permitiu o deslocamento das imagens de futuro para a ideia de aproveitamento econômico do potencial navegável do Parnaíba – cujas considerações de Pereira Amorim, no final do século XVIII, podem ser consideradas o marco desta mudança de perspectiva. A navegação traria a redenção do Piauí; seus efeitos seriam capazes de transformá-lo em todos os aspectos, até mesmo urbanísticos e políticos. Dada essa condição, o progresso seguiria seu curso natural e irreversível.

Foi esse mantra repetido com fé desde o relatório de Sousa Ramos, em 1844, quando a mudança retornou ao cerne do debate político. Nele, tanto a relação entre a

---

<sup>522</sup> Relatório do Vice-Presidente Paiva Teixeira dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em julho de 1853, p. 3.

navegação e o futuro do Piauí, quanto a imagem de uma cidade resultado desta equação já estavam delineados de forma a personificarem a nova fronteira do discurso político. Aliás, até mesmo nesse aspecto o texto de Ramos era esclarecedor; pois a relação entre o desejo de mudança da capital e a decadência de uma oligarquia enraizada em Oeiras, e que governava há quase vinte anos, também atravessou seu posicionamento no curto período de sua administração. Foi nessa dinâmica entre futuro e passado, com a navegação habitando o intermédio de ambos, que a construção de Teresina foi pensada e deliberada; para que a Província sonhasse com as benesses prometidas, instaurando um tempo de otimismo que garantiu a seu executor, inclusive, os méritos de tal conquista, na medida em que lhe conferiu um lugar privilegiado no panteão da memória sobre a mudança. Em termos simples, era a promessa de civilização e progresso – a marca identitária que legitimava o regime – como elementos instauradores de um novo tempo: e essa atribuição recaía sobre a nova cidade-capital, como uma responsabilidade histórica de suportar o futuro.

Por isso, os relatórios governamentais posteriores à administração de Antonio Saraiva centralizaram suas prioridades em dois pontos nevrálgicos desta projeção: o desenvolvimento da navegação, e a estrutura urbanística da nova cidade ainda em construção. Esses dois aspectos delinearão o horizonte das expectativas dos governadores – e da própria sociedade piauiense. Até que ponto seria possível consolidar satisfatoriamente esses dois elementos? A construção do *porvir*, do qual Teresina era filha, continha em si também o germe da incerteza. Os anos posteriores à sua fundação, no plano político, estavam saturados de planos, estratégias, projeções, expectativas e propostas para a materialização da navegação e a construção de uma cidade – ambos equivalentes ao ideal de progresso e civilização que caracterizava a identidade política do regime, especialmente no segundo reinado. Essa palavra-conceito sustentou não somente os argumentos de Antonio Saraiva pela mudança da capital, como apareceu em todos os relatórios pós-52 – e sempre associada à navegação e à cidade. Sobre essa perspectiva, é válido afirmar que Teresina personificou não somente uma transformação em nível provincial; mas a materialização – ao menos nas palavras de seu executor – de um movimento civilizatório do próprio regime, e que projetava um futuro de prosperidade para o Piauí – com a condição de que marchasse no caminho indefectível corporificado pelo Império.

Durante todo o segundo reinado, certos ícones do progresso foram incorporados ao discurso político como forma de converter o Brasil numa nação

civilizada, aos moldes e padrões europeus. A navegação a vapor e a locomotiva eram vistas como formas efetivas de industrializar o país sendo, dessa forma, motivos de debates tanto no Governo Imperial, quanto no Senado.<sup>523</sup> A ideia de navegabilidade do rio Parnaíba, especialmente a vapor, estava inserida num contexto nacional que abrangia todas as bacias navegáveis do Império. Quando Antonio Saraiva legislou, juntamente com a Assembleia provincial, para a transferência de Oeiras para Teresina, mesmo sem autorização do Governo Imperial, ele respondia a esse contexto. Dessa forma, a nova capital entrou no universo de preocupações da administração central, na medida em que permitia explorar exatamente esse padrão civilizatório; a navegação a vapor prometia um horizonte de possíveis que iam desde a integração entre as províncias, as transformações na economia e, no caso do Piauí, através da foz do Parnaíba, um contato direto com o continente europeu.

Diante da especificidade de uma cidade planejada, nascida de uma ideia, e que desde os seus começos carregou o fardo de perseguir uma imagem ambígua atravessada ora pela expectativa, ora pela temeridade, surge uma questão instigante. Como narrá-la? Como *dizer* Teresina? Ela nasceu como personificação de uma expectativa. Qual é, afinal, a imagem de futuro que foi elaborada na tecitura dos relatórios governamentais no período posterior à sua fundação? Porém, não há futuro sem a elaboração do passado. Qual o passado de uma cidade planejada? Como ele dialoga com esse *dever*?

Em termos gerais, é possível identificar uma cidade dizível na mediana entre a ideia de civilização e os signos que lhe eram inerentes. A construção do passado de Teresina, até o ano de sua fundação, esteve visceralmente ligada à representação de Oeiras como portadora de um tempo e um lugar a serem superados, sejam eles a cidade colonial e o *sertão*. Esta dualidade atravessou o discurso político no Piauí para legitimar a transferência – e de uma forma mais contundente especialmente nos relatórios de Antonio Saraiva. Posteriormente à mudança, quando a antiga capital já era página virada na história do Piauí, a representação do passado de Teresina passou a mobilizar todo aquele universo antagônico a esse desejo de civilização: o *sertão*, a vida rural, a rotina, a indisciplina, a criminalidade e a incivilidade – elementos largamente utilizados na representação de Oeiras – e que deveriam ser soterrados na poeira do tempo com o advento das promessas de futuro. Certamente, era esta a principal especificidade da

---

<sup>523</sup> É possível identificar o tema nos anais do Senado Federal, correspondente aos anos de 1852-1855, e disponíveis do site: [WWW.senado.gov.br](http://WWW.senado.gov.br).

nova capital: o sorriso sedutor do *porvir* que refletia, cruelmente, um passado que insistia em lembrar aquilo que a cidade não desejava ser.

A feitura específica de Teresina nesta linha temporal pesou consideravelmente aos administradores futuros, bem mais que aos seus antecessores que idealizaram a mudança. A análise dos relatórios pós-52 permitiu a compreensão dessa dinâmica, na medida em que, atravessados por esse dilema, todos os governadores provinciais exaltaram a prioridade máxima que deveria ser atribuída a um plano de navegação do Parnaíba e em relação às obras públicas em Teresina, como forma de efetivar a visão iniciada com a própria transferência da capital. A visão de uma cidade ribeirinha, produzida por Sousa Ramos em 1844, sintetizou uma imagem poderosa sobre a qual recaíam todas as expectativas, pois conseguia unir harmoniosamente estes dois elementos fundamentais. Em 1853, menos de um ano após a inauguração da nova capital, o vice-presidente Paiva Teixeira afirmou, acerca da administração provincial, manter-se “*fiel ao seu pensamento em considerar a navegação do rio Parnaíba a necessidade da Província mais importante em seus resultados*”.<sup>524</sup> Exaltou o esforço do poder legislativo no Piauí, pois “*transferindo a capital para esta localidade (Teresina), melhormente habilitou-a a ocupar-se dos meios conducentes a semelhante fim*”.<sup>525</sup> Estava posta, dessa forma, a tônica do discurso político que condicionou o sucesso de ambos.

A primeira medida de Teixeira nesse sentido foi a contratação de um engenheiro para avaliar as possibilidades da navegação do Parnaíba, através do “*levantamento da respectiva planta, desde a sua foz até a confluência do Canindé, em ordem a poder-se com certeza avaliar as dificuldades, que pode sofrer sua navegação fluvial*”,<sup>526</sup> compreendida em duas formas, “*quer por embarcações de remo e de vara, quer por barcos de vapor*”.<sup>527</sup> Havia o desejo do Governo Imperial em estabelecer uma rota ligando Maranhão, Piauí e Ceará através da costa – e a cidade de São João da Parnaíba seria beneficiada com essa linha regular. Porém, o porto de Amarração apresentava dificuldades em receber embarcações de grande porte, levando o vice-presidente a propor a abertura de canal para aprofundar o seu leito. Além disso, falou

---

<sup>524</sup> Relatório do Vice-Presidente Paiva Teixeira dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em julho de 1853, p. 16.

<sup>525</sup> *Idem.*

<sup>526</sup> *Idem.*

<sup>527</sup> *Idem.*

sobre a importância de conectar ao fluxo da navegação os rios Canindé e Gurguéia, com vistas ao interior da Província; a relevância da obra do porto; e a estratégica relação com o Maranhão por mar, em substituição à rota do Itapecuru.<sup>528</sup> A avaliação de Paiva Teixeira sobre quadro geral era que “*o comércio por esta via fluvial, tão escasso e em pequena escala ate aqui, hoje progride*”,<sup>529</sup> em alusão ao porto de Teresina que, em 1853, já era “*de contínuo frequentado por barcas conduzindo os gêneros de primeira necessidade dos municípios de uma e outra margem do rio, e gêneros de importação e exportação de barra fora, vindos e levados pela cidade da Parnaíba*”.<sup>530</sup> Este momento de otimismo inicial o levou a pensar a seguinte projeção: “*semelhante estado de progresso, repito, trará a toda a capital e a toda a Província as vantagens, a que tanto aspira*”;<sup>531</sup> com a condição de ser “*secundado pelos esforços da presidência e proteção do governo Imperial*”.<sup>532</sup>

Sobre o rio Parnaíba, Teixeira teceu considerações relativas ao seu potencial. Afirmou a importância da extensão fluvial que facilitava o contato até com os limites de Goiás, através dos afluentes Canindé e Gurguéia.<sup>533</sup> Também destacou o andamento das obras em São João da Parnaíba para alargamento do canal do Igarassú, analisando um dado interessante: na verdade, a melhor barra para grandes embarcações era a das Canárias, localizada a uma légua e meia da cidade; porém, tornava-se bem mais difícil vencer esta distância, principalmente no período das chuvas, quando o rudimentar caminho ficava em condições intrafegáveis.<sup>534</sup> Acerca do relatório encomendado pelo Engenheiro Campos, apontou resultados que consideravam satisfatório o esforço em instaurar a navegação, levando o vice-presidente a considerar mais eficiente o caminho para o Maranhão através da foz do Parnaíba, “*diminuindo as fadigas de viagem*”.<sup>535</sup> Além disso, propôs pela primeira vez a submissão dos donos de embarcações e suas respectivas tripulações a deveres e obrigações prescritos por lei, como forma de

---

<sup>528</sup> Relatório do Vice-Presidente Paiva Teixeira Presidente à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 5 de dezembro de 1853, p. 14.

<sup>529</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>530</sup> *Idem*.

<sup>531</sup> *Idem*.

<sup>532</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>533</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>534</sup> *Idem*.

<sup>535</sup> *Ibidem*, p. 14.

disciplinar o comércio e o transporte fluvial na Província.<sup>536</sup> Paiva Teixeira teceu uma ampla consideração sobre a agricultura e a indústria no Piauí, ressaltando elementos chave como as características da produção e um diagnóstico acerca dos problemas por ele destacados:

A lavoura da província não está em estado lisonjeiro, como fora a desejar, pois é certo que continua o mesmo método antigo de cultura sem nenhum aperfeiçoamento, quer no amanho da terra, quer em máquinas, que suprimindo a força dos braços humanos, facilitem o trabalho, aumentem e aperfeiçoem seus produtos. Os nossos lavradores não se querem apartar da prática dos seus maiores, e com indiferença olham para as máquinas e novos inventos. Não é o custo das máquinas a causa de sua não vulgarização, porque estas importando por exemplo em 400\$000 reis, ou 600\$000 reis, e suprimindo o trabalho de três ou quatro homens, muitos de nossos lavradores preferem comprar escravos a 700\$ e a 800\$, não obstante o risco de moléstias, fugas, mortes e outros inconvenientes. Tanto neles podem os antigos hábitos!<sup>537</sup>

A proposta de mecanização da agricultura parecia ousada numa província que ainda não resolvera como produzir em larga escala – um dos pilares para o funcionamento do projeto de navegação e sem o qual ele parecia senão uma quimera. Porém, era uma alternativa construída no seio dessa expectativa, mesmo ultrapassando a experiência da produção no Piauí. Além disso, a preferência pelo trabalho escravo definia os limites deste discurso no âmbito de uma sociedade escravagista – fato este nem sequer mencionado na narrativa de Teixeira e, quiçá, no discurso político vigente no Brasil. O trabalho livre não era ali problematizado: apenas a substituição de um meio de produção oneroso e improdutivo por outro bem mais eficiente na relação custo-produção. O espectro do escravismo não era coerente com a visão de uma sociedade empreendedora, aos moldes da noção de progresso que o universo político buscava assimilar para si. Faltava ao Piauí, nas palavras do vice-governador, “*homens laboriosos e estudados*”,<sup>538</sup> capazes de aproveitar o potencial agrícola da Província e substituir o estado de rotina que caracterizava a produção. De sua parte, observou a importância do algodão, do fumo, e dos derivados da pecuária que, submetidos a uma produção em grande escala, facilmente engrossariam as finanças do Piauí.<sup>539</sup>

Em 1854, o presidente Pereira de Carvalho também destacou observações semelhantes. Sobre a pecuária, afirmou que “*apesar da sua antiguidade e importância*

---

<sup>536</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>537</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>538</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>539</sup> *Ibidem*, p. 17.

*acha-se em grande atraso*”,<sup>540</sup> referindo-se ao estado rudimentar da produção; concluía que “*o braço do homem não ajuda a natureza; e por isso, em vez de progredir, tem marchado em sensível decadência*”.<sup>541</sup> As causas descritas pelo presidente iam desde motivações naturais, relacionadas à estiagem daquele ano que castigara os rebanhos, até elementos de natureza cultural relacionados às práticas dos proprietários na Província. “*Nossos fazendeiros são pela maior parte homens rotineiros, inimigos de inovações, e só fazem aquilo que seus pais fizeram*”,<sup>542</sup> ressaltou em consonância com seu antecessor. Sobre a agricultura praticada, também não economizou nas críticas – ela se encontrava “*inteiramente em seu estado primitivo, colhendo-se aquilo que a terra quase espontaneamente quer produzir*”,<sup>543</sup> em alusão ao tímido sistema de subsistência vigente.

Carvalho defendeu o melhoramento genético da pecuária, a incorporação da produção de lã, o desenvolvimento da cultura do algodão, do fumo e da cana, além de gêneros alimentícios (milho, feijão, arroz, mandioca) como alternativas viáveis para o aproveitamento do potencial econômico do Piauí. Porém, constatava que, em relação aos últimos, não eram “*produzidos em grande quantidade, que possam ser exportados, mas somente na que é suficiente para o consumo da Província*”.<sup>544</sup> Também ressaltou, em seu relatório, a valor do projeto de navegabilidade do rio Parnaíba, estabelecendo uma conexão direta entre navegação, civilização e prosperidade:

O rio Parnaíba, senhores, com trezentas e tantas léguas de curso guarda em si o livro em branco, em que se há de escrever a história dessa Província, em relação à sua prosperidade e grandeza futura, e só o entregará ao primeiro vapor que sulcar as suas águas e subjugar a sua corrente! O vapor, que por onde passa leva a civilização e a riqueza, trará vida a esta Província, que destituída de meios de transporte jaz amortecida, sem poder desenvolver os elementos de sua grandeza.<sup>545</sup>

A analogia do rio com um “*livro em branco*” era emblemática do horizonte de expectativas que pesava sobre a navegação a vapor: ela não apenas projetava o futuro, como também estabelecia um marco para a própria história da Província, como se até ali

---

<sup>540</sup> Relatório do Presidente Pereira de Carvalho dirigido à Assembleia Legislativa em 1º de julho de 1854, p. 15.

<sup>541</sup> *Idem*.

<sup>542</sup> *Idem*.

<sup>543</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>544</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>545</sup> *Idem*.

o Piauí não existisse senão nos cárceres do passado, impedido de experimentar o motor da civilização. Carvalho observou não se tratar somente de um movimento restrito à política provincial: “*sou feliz podendo-vos hoje dizer, que esta questão vital para o Piauí ocupa a mais séria atenção do Governo Imperial, é um dos objetos do seu empenho*”;<sup>546</sup> certamente, esta observação apontava um dado importante: os presidentes provinciais, no período posterior à fundação de Teresina, assumiram a presidência tendo como base vital a materialização desta visão. Os relatórios governamentais tornavam-se, portanto, o espaço privilegiado de produção das informações, dos dados, e dos saberes constituídos sobre tal projeto desenvolvimentista, além de conferir visibilidade ao Piauí – com o foco na nova capital – nos espaços da política nacional e das deliberações na Corte. Carvalho descreveu o contexto por ele observado no curto período de sua administração para diagnosticar que, apesar das limitações avaliadas, a capital possuía as condições de aspirar ao futuro prometido pela navegação:<sup>547</sup>

Não obstante ainda não termos a navegação a vapor, e ser insignificante a de canoas e gabarras antes da transladação da capital para esta localidade, com tudo já esta última se vai desenvolvendo consideravelmente, pois muitas tem aqui chegada vindas da cidade da Parnaíba, conduzindo gêneros estrangeiros e outros de diversos pontos da Província, trazendo farinha, milho, e mais artigos de alimentação, podendo dizer, que dos objetos de que falo, é a capital abastecida pelo rio.<sup>548</sup>

Em 1855, o vice-presidente José Coelho escreveu profundas considerações sobre o rio Parnaíba acerca do seu potencial e, especialmente, as deliberações que aconteciam no plano político Imperial sobre o projeto de sua navegabilidade, afirmando que seguiam promissoras as negociações sobre o investimento de capitais privados para a criação de uma Companhia de navegação. Assim se posicionou:

Sinto, Senhores, não poder dizer-vos com certeza o tempo, em que no rio Parnaíba teremos a navegação a vapor, porém posso assegurar-vos, que essa época de progresso para a Província não está longe pois, segundo notícias da Corte, não é por falta de empresários, que se não tem efetuado aquela navegação, mas sim porque, quando o Governo Imperial tratava de celebrar com um o respectivo contrato, outro apareceu com propostas mais vantajosas, a vista do que tinha de apreciá-las para final resolução. É pois de presumir, que essa demora será compensada largamente pelos melhores resultados da concessão do privilégio, a quem ofereça mais garantias, e condições mais

---

<sup>546</sup> *Idem.*

<sup>547</sup> Durante sua administração ele propôs a construção de uma vila às margens do rio Parnaíba, sob o mesmo paradigma que definira Teresina: uma cidade fluvial capaz de aproveitar economicamente a navegação. Ela foi chamada de Santa Filomena. Cf. Relatório do Presidente Pereira de Carvalho, 1854, p. 21.

<sup>548</sup> *Ibidem*, p. 18.

vantajosas. Essa concorrência de empreendedores prova que o nosso rio está suficientemente conhecido, e havido por um dos que oferecem navegação mais fácil e esperançosa: do contrário, quem viria arriscar seus capitais – sacrificar seus cômodos e gozos – perder seu tempo e diligências numa Província tão arredia dos grandes focos de riqueza e civilização?<sup>549</sup>

A visão de futuro da navegação a vapor parecia incerta, mas próxima. A expectativa gerada estava assentada nas especulações que aconteciam no seio da Corte sobre a concessão da exploração fluvial do rio; e era “*a prova*” de que o Parnaíba ganhava visibilidade no cenário nacional. A crença numa navegação “*fácil e esperançosa*” estava fundada neste suposto interesse por parte de capitais privados; porém, parecia habitar mais o campo político que a própria experiência: com análises ainda superficiais, as possibilidades não eram tão superestimadas pelos céticos, como bem observou José Coelho no relatório.<sup>550</sup> Ademais, o vice-presidente recorreu a uma analogia com um dos rios mais importantes dos Estados Unidos: o rio Mississipi. Afirmou não ser sua intenção “*por o nosso Parnaíba em paralelo com o grande rio americano*”,<sup>551</sup> mas defendeu o potencial de suas águas especialmente na região de suas nascentes, onde a presença de grandes áreas de floresta oferecia uma “*extensa perspectiva para a lavoura*”.<sup>552</sup> Esta, por sua vez, compreendida como “*poderoso auxiliar do comércio e navegação*”.<sup>553</sup> “*Devemos pois esperar*”,<sup>554</sup> assim aconselhou o vice-presidente aos deputados provinciais; e a esperança alimentava a crença de que à navegação caberia permitir “*no vale do Parnaíba uma revolução análoga, embora em escala inferior, à que produziu no vale do Mississipi um semelhante melhoramento*”.<sup>555</sup>

Em 1856, o presidente Almeida e Albuquerque escreveu considerações semelhantes acerca do estado da agricultura na Província, e como esse contexto emperrava a esperada redenção através do vapor. Havia, dessa forma, um padrão entre os administradores acerca desses limites relacionados na disparidade das expectativas

<sup>549</sup> Relatório do Vice-Presidente José Coelho dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de novembro de 1855, p. 15.

<sup>550</sup> As principais críticas contra a navegação do rio Parnaíba citavam três dificuldades que lhe eram inerentes: a sinuosidade do canal navegável e a existência de bancos de areia; a baixa profundidade que ameaçava o encalhe de grandes embarcações; e a presença de árvores mortas nos tempo de cheia, que também representavam riscos de acidentes.

<sup>551</sup> Relatório do Vice-Presidente José Coelho dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de novembro de 1855, p. 16.

<sup>552</sup> *Idem.*

<sup>553</sup> *Idem.*

<sup>554</sup> *Idem.*

<sup>555</sup> *Idem.*

em relação à experiência no Piauí. A esperança orbitava, assim, na transformação de um estado de coisas sobre o qual dependia para acontecer ou não, guardando em si essa relação tensa e contraditória. A pecuária, por exemplo, considerada o principal ramo econômico da Província, estava, todavia, “*em considerável atraso e decadência*”<sup>556</sup> – produzia pouco e suas rendas já não eram significativas. Em relação às produções de algodão, fumo e cana, afirmou não dispor de dados suficientes devido à ineficiência dos órgãos de fiscalização em informá-los; porém, dizia sobre elas que “*a cultura de algodão é de alguma importância; que a do fumo pouco produz; e a da cana-de-açúcar é insignificante*”.<sup>557</sup> A produção de alimentos, por sua vez, estava restrita apenas ao suficiente para “*o consumo da Província*”.<sup>558</sup>

As causas atribuídas a esse estado do cenário provincial, na opinião de Albuquerque, e que produziam “*esse efeito tão funesto do atraso e decadência da agricultura entre nós*”,<sup>559</sup> eram amplas. Em primeiro lugar, “*a falta de conhecimento profissional entre os agricultores*”,<sup>560</sup> que os tornava – na opinião do presidente – inábeis para “*dirigir convenientemente a indústria*”<sup>561</sup> e empregar “*os seus capitais, em ordem a obter deles o maior lucro, os melhores benefícios*”.<sup>562</sup> Em seguida, elencou uma série de outras causas:

O péssimo estado das vias de comunicação e de transporte. A raridade dos capitais. A falta de braços, principalmente de braços livres. A indolência habitual, para a qual não deixa de concorrer o clima eminentemente calmoso, mas que é proveniente principalmente assim da facilidade de encontrar os meios materiais indispensáveis para viver, como da falta de civilização, que acostumando a classe mais numerosa da sociedade a contentar-se com a simples satisfação, por meios grosseiros, porém fáceis, das primeiras necessidades da vida não permite que a mesma classe adquira os hábitos de trabalho, de ordem e de economia, que habilitam os povos civilizados para viver comodamente, e para gozar.<sup>563</sup>

O presidente projetava, dessa forma, as dificuldades de implementação de um projeto desenvolvimentista apoiado pelo Governo Imperial às condições específicas da

<sup>556</sup> Relatório do Presidente Almeida e Albuquerque dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 22 de setembro de 1856, p. 22.

<sup>557</sup> *Idem.*

<sup>558</sup> *Idem.*

<sup>559</sup> *Idem.*

<sup>560</sup> *Idem.*

<sup>561</sup> *Idem.*

<sup>562</sup> *Idem.*

<sup>563</sup> *Ibidem*, p. 22-23.

Província – transferindo, dessa forma, a responsabilidade aos deputados provinciais de promover as transformações necessárias: na perspectiva de Almeida e Albuquerque, a constituição de um espírito empreendedor e de associação entre os habitantes do Piauí. A argumentação do presidente foi construída em direção a afirmar a imagem do Governo Imperial como um farol, o ponto de referência para as províncias à deriva para os portos da civilização. “*Os interesses econômicos de um País te entre si uma verdadeira afinidade, prendem-se todos uns aos outros, e formam uma grande cadeia, de modo que para se poder promover uns, é mister que se façam progredir todos*”.<sup>564</sup> Em seguida, atestou: “*só poderemos melhorar o comércio nesta província, quando lançando-nos nas vias do progresso, tivermos a ventura de conseguirmos melhorar toda a situação industrial*”.<sup>565</sup>

De acordo com o presidente, havia um problema nacional que emperrava “*aquele impulso e desenvolvimento industrial*”,<sup>566</sup> capaz de remover ao país “*as condições de prosperidade a que tem direito em consequência dos seus grandes e vantajosos recursos naturais*”:<sup>567</sup> a “*apatia*” e a “*indolência*” vigentes em relação ao emprego do tempo e dos capitais disponíveis. Albuquerque considerava um mal entendido na sociedade como a causa deste problema, relativo à crença geral de que cabia ao Governo Imperial “*fornecer todos os meios de prosperidade, assim no presente como no futuro*”.<sup>568</sup> “*O Governo, como que por milagre, tudo pode e deve fazer, enquanto que os particulares, no seu egoísmo, nenhuma necessidade têm de se ocupar, de atender aos interesses coletivos da sociedade*”,<sup>569</sup> afirmou o governador, num contexto em que aspirava pela reunião de capitais privados para uma Companhia de navegação no Parnaíba. “*A concessão a Companhias, ou mesmo a indivíduos empreendedores, de facilidades e isenções*”<sup>570</sup> representava a contrapartida do Império, além de informações técnicas disponibilizadas ao público acerca das bacias navegáveis do país. No mais, reconheceu a relevância deste posicionamento político que partia da

---

<sup>564</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>565</sup> *Idem*.

<sup>566</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>567</sup> *Idem*.

<sup>568</sup> *Idem*.

<sup>569</sup> *Idem*.

<sup>570</sup> *Ibidem*, p. 26.

Corte: “principalmente em um país novo, como o nosso”<sup>571</sup> – concluía – a participação do centro tinha uma “grandíssima influência no progresso industrial, nos interesses materiais”.<sup>572</sup>

Porém, este esforço sucumbiria sem o comprometimento em “*formar, desenvolver, e dar a maior extensão possível ao espírito de associação*”.<sup>573</sup> Chegou mesmo a fazer uma analogia com a mecânica: “100 homens reunidos, por exemplo, não levantarão o peso que farão 4 ou 6 homens por meio de uma simples alavanca!”,<sup>574</sup> em alusão ao fato que, mesmo a disponibilidade de fortunas privadas, e as medidas facilitadoras do Império, juntas, não seriam suficientes sem a argamassa do empreendedorismo, ou através de sacrifícios mútuos em prol da nação, “*da mais transcendente utilidade pública*”.<sup>575</sup> Albuquerque reportava-se à Inglaterra e aos Estados Unidos como nações modelares no uso racional de seus capitais e na capacidade de mobilizarem as forças da sociedade;<sup>576</sup> um modelo que, se aplicado com louvor colocaria o Piauí “*nas vias do progresso; as circunstâncias naturais do país, e a ação do tempo farão o mais*”.<sup>577</sup> Se referia, especificamente, à formação de companhias privadas que pudessem explorar o potencial econômico adormecido do rio Parnaíba.

No mesmo ano de 1857, o presidente Oliveira Junqueira construiu sua argumentação sobre o problema da navegação. “*Só depois de cortadas as águas deste belo rio por barcos a vapor, poderá o Piauí sair do estado estacionário, a que se tem visto condenado*”.<sup>578</sup> Coerente com a gramática política que projetava o futuro personificado na navegação e na nova capital, Junqueira afirmou que “*o dia em que aparecer um vapor em frente a esta capital, será a data de engrandecimento e prosperidade desta Província*”.<sup>579</sup> Ainda seguindo esta lógica, visualizou a possibilidade de resolver o problema de transporte que dificultava o comércio provincial; na verdade, reconheceu o valor e a importância da cultura da pecuária não

---

<sup>571</sup> *Idem.*

<sup>572</sup> *Idem.*

<sup>573</sup> *Idem.*

<sup>574</sup> *Idem.*

<sup>575</sup> *Idem.*

<sup>576</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>577</sup> *Idem.*

<sup>578</sup> Relatório do Presidente Oliveira Junqueira dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 2 de julho de 1857, p. 11.

<sup>579</sup> *Idem.*

somente nos limites do Piauí, mas para as províncias vizinhas. A Bahia, por exemplo, representava um mercado promissor que, no entanto, era esvaído de seu potencial pelas péssimas condições das estradas responsáveis por uma perda considerável do rebanho nas longas viagens a pé. A indústria do charque era – corroborando a mesma visão de outros antecessores – o modelo de engrandecimento da atividade pecuária; e a navegação poderia, certamente, corresponder ao esforço dos proprietários em abastecer mais mercados, com ganhos maiores. Destacava que, no contexto provincial, a cidade de São João da Parnaíba já esboçava um movimento nesse sentido ao negociar, a partir de “*um comércio regular*”,<sup>580</sup> com o Maranhão, Pará, Caiena e Inglaterra.

O modelo de navegação proposto por Oliveira Junqueira requereu a ajuda tanto da Companhia Brasileira de Navegação – para que passasse pelo porto da Parnaíba – quanto da Companhia Pernambucana, que se estendia até a vila de Granja, no Ceará, cujo desejo era o prolongamento de sua linha até Amarração. Por outro lado, acreditava na necessidade de estabelecimento de uma Companhia local, com capitais reduzidos, mas capaz de iniciar eficazmente a navegação a vapor no Piauí – inclusive, fornecendo vapores de propriedade da Província e seus associados. A dependência da espera gerava o descontentamento: “*é minha opinião que não devemos esperar que essa companhia se coloque em posição de começar a funcionar*”,<sup>581</sup> afirmou Junqueira. E justificou-se dizendo que “*seria isto adiar, para um futuro longínquo, e talvez incerto, a navegação do Parnaíba*”.<sup>582</sup>

Posteriormente, em 1858, reafirmou em seu relatório as mesmas questões, ressaltando o estabelecimento de uma rota regular entre a cidade de Parnaíba e o porto de Liverpool. “*Continua a existir a navegação direta da Inglaterra para o porto da Paranaíba, e é de crer que a navegação a vapor no grande rio, que banha esta capital, encaminhará para aquele porto todo o comércio de importação e exportação desta Província*”.<sup>583</sup> A descrição de Oliveira Junqueira era coerente com o horizonte de expectativas que recaía sobre Teresina: ser o centro deste fluxo que integrasse o Piauí ao país e à Europa. Ele informou sobre a construção do primeiro barco a vapor de propriedade da administração, que mandara fabricá-lo em estaleiro do Rio de Janeiro. A

---

<sup>580</sup> *Idem.*

<sup>581</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>582</sup> *Idem.*

<sup>583</sup> Relatório do Presidente Oliveira Junqueira dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de julho de 1858, p. 16.

renda destinada ao projeto foi oriunda tanto de fundos provinciais, quanto de rendas privadas, através de empréstimo aos cofres da Província. No mesmo período, o presidente autorizou uma viagem de Teresina à Parnaíba, que contava com homens livres e escravos das fazendas nacionais, com a finalidade de “*limpar, como fosse possível, o rio Parnaíba*”.<sup>584</sup> Além disso, encomendou de Liverpool “*cerca de 50 toneladas de carvão de pedra para o começo da navegação*”.<sup>585</sup> Em dezembro, num comunicado dirigido aos deputados da Assembleia, enunciou três medidas importantes: o término da construção do vapor *Uruçuí*, que se dirigia do Rio de Janeiro para o porto de Teresina; o contato do vapor *São Luís*, da Companhia Maranhense, no porto de Amarração, inaugurando uma linha com as duas cidades; e a criação da primeira Companhia do Piauí, com milhares de ações públicas e subsídios do Governo Imperial.<sup>586</sup>

Em 1859, Antonio Correia do Couto descreveu a chegada do vapor à capital. “*A 19 de abril último sulcou as águas do porto desta capital o vapor Uruçuí (...); a entrada deste poderoso agente de civilização e de progresso não podia ser indiferente aos habitantes desta capital, que curiosamente o visitaram, examinando todos os seus cômodos*”.<sup>587</sup> Em maio, o vapor seguiu de Teresina para a cidade de São João da Parnaíba, perfazendo em menos de 24 horas um percurso de quase 90 léguas. A notícia foi anunciada com otimismo pelo presidente, que entoou mais uma vez o mantra político da navegação: “*estou inteiramente convencido de que a ela liga-se o futuro engrandecimento desta Província*”.<sup>588</sup>

Assim compartilhava o presidente Cavalcanti Albuquerque, em relatório do ano seguinte. O vice-presidente Lustosa do Amaral reportou a ele o sucesso de viagens do vapor *Uruçuí* – apesar de destacar alguns problemas relativos à profundidade do rio Parnaíba em alguns trechos. Porém, de nenhuma forma tais obstáculos aplacaram as perspectivas relacionadas ao esforço de navegação. Albuquerque chegou a definir que dependia “*especialmente dela o futuro desta Capital*”,<sup>589</sup> em referência à cidade de

---

<sup>584</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>585</sup> *Idem*.

<sup>586</sup> *Idem*.

<sup>587</sup> Relatório do Presidente Antonio Corrêa do Couto dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 27 de julho de 1859, p. 22.

<sup>588</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>589</sup> Relatório do Presidente Cavalcanti Albuquerque dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 26 de maio de 1860, p. 9.

Teresina. Mas a sua projeção ia além; esperava levar a navegação para outros pontos da Província, e que a Companhia responsável materializasse uma mudança no cenário provincial através do exemplo do “*espírito de associação*”<sup>590</sup> que ela personificava ainda timidamente – mas que aconteceria num “*futuro não muito distante*”.<sup>591</sup> Nesta projeção, o presidente enxergou a possibilidade de materializar “*a ideia de junção dos rios São Francisco e Parnaíba, pelo Canindé e São João*”.<sup>592</sup> As visões produzidas pelo vapor lançavam-se sobre a navegação interior, e suas repercussões devem ser compreendidas além de um desejo de comunicação fluvial: reverberavam sobre uma rota histórica da pecuária, cuja navegação poderia transformar o comércio do gado vivo pela tão aspirada indústria do charque, entre outras benesses relacionadas à agricultura e produção da Província – entregues, segundo o presidente, “*aos recursos que oferecem a natureza*”.<sup>593</sup>

Ainda assim, as visões de futuro operavam no campo da incerteza e da dúvida. “*A agricultura é quase nula*”,<sup>594</sup> afirmou Albuquerque. As margens do rio Parnaíba estavam repletas de terras férteis e aptas à produção; porém, o problema identificado pelo presidente residia em certas características relacionadas à parte da população da Província imaginadas como um obstáculo ao pleno aproveitamento do potencial “adormecido” que existia no Piauí. “*Não pequena população arrasta deplorável existência por esses mesmos lugares em busca dos recursos naturais que por toda parte abundam, sem curar do trabalho, nem do dia de amanhã*”,<sup>595</sup> separados dos “*estímulos para os gozos da vida civilizada só entregue à ociosidade, ou à prática do vício e do crime*”.<sup>596</sup> Albuquerque propôs a constituição de colônias agrícolas para disciplinar pelo trabalho os “desocupados”, e “*obrigá-los pelos meios legais e persuasivos a entregar-se a ocupações lícitas, especialmente a cultura da terra*”.<sup>597</sup> Com o duplo benefício de conter e disciplinar, o presidente acreditou que as colônias seriam também uma

---

<sup>590</sup> *Idem.*

<sup>591</sup> *Idem.*

<sup>592</sup> *Idem.*

<sup>593</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>594</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>595</sup> *Idem.*

<sup>596</sup> *Idem.*

<sup>597</sup> *Idem.*

alternativa econômica para as finanças da Província, pois significavam a manipulação de um determinado contingente direcionado para fins específicos.<sup>598</sup>

Duarte Azevedo, em 1861, também reiterou informações semelhantes, ao afirmar o “*pouco amor ao trabalho*”<sup>599</sup> dos habitantes da Província. Porém, como seus antecessores, identificou na exploração das “*fertilíssimas terras*”<sup>600</sup> que margeavam o Parnaíba e nos esforços de sua navegabilidade, “*o auxiliar indispensável da produção e do comércio da Província, e a fonte perene, e constante de sua futura riqueza e prosperidade*”.<sup>601</sup> Informou também acerca de alguns problemas técnicos com o vapor *Uruçuí*, relacionados às suas limitações em manobrar nos canais do rio; porém, exaltou as viagens regulares ao porto da cidade de São João destacou a relevância que a Companhia de Navegação assumira no contexto provincial. Apesar de praticamente subvencionada com verbas públicas – pois a venda de ações e o investimento privado eram, ainda, bastante modestos – Azevedo observou a importância do empreendimento dentro das visões constituídas no discurso político: “*identifique-se a Província com os interesses da Companhia, que são os seus próprios*”,<sup>602</sup> aconselhou aos deputados da Assembleia, na crença de que “*quaisquer sacrifícios, que por ela hoje se façam, serão amplamente remunerados no futuro*”.<sup>603</sup>

Nos anos posteriores, o *Uruçuí* realizou viagens de Teresina para Parnaíba, e da capital até o porto de São Francisco, na vila de São Gonçalo. Em 1863 a embarcação pertencente à Companhia apresentou necessidade de reparos estruturais, sendo remanejada para o porto de São Luís para os devidos consertos. O fato suspendeu temporariamente a navegação, lançando-a novamente no território das incertezas. Ademais, problemas de fronteira com o Ceará pela posse do porto de Amarração, e uma série de naufrágios na costa do Piauí de embarcações importantes que faziam o comércio exterior, colocaram a perigo todo o esforço da última década desde que a

---

<sup>598</sup> Cf. SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

<sup>599</sup> Relatório do Presidente Duarte Azevedo dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 15 de abril de 1861, p. 5.

<sup>600</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>601</sup> *Idem*.

<sup>602</sup> *Idem*.

<sup>603</sup> *Idem*.

capital fora construída.<sup>604</sup> Apesar de tudo, os contratemplos não pareciam arrefecer os ânimos do presidente Franklin Dória: a “*navegação tem-se tornado a mola real do comércio desta Província*”,<sup>605</sup> afirmou em 1864. Em seguida, concluiu: “*Se a mudança da capital foi o ideal brilhante de felicidade desta Província, convertido em pasmosa realidade pelo gênio nobremente audaz de um dos meus ilustres antecessores, a navegação do rio Parnaíba, por assim dizer, completou esse ideal*”.<sup>606</sup>

A relação visceral entre a fundação de Teresina e o esforço de efetivação da navegação a vapor no rio Parnaíba para delinear a imagem de futuro da Província não poderia ser posta de forma mais contundente que o discurso de Dória. A referência a Antonio Saraiva pelo feito que realizara doze anos antes também demonstra como a mudança da capital foi de suma importância para a construção de sua identidade no contexto da política imperial. Porém, outro aspecto relativo às esperanças projetadas na nova cidade dizia respeito aos seus caracteres urbanísticos; como uma página em branco, Teresina foi sendo modelada nesta década inicial para abrigar não apenas a sede administrativa provincial, mas materializar a visão de cidade exposta pela primeira vez em 1844, no discurso do presidente Sousa Ramos. Uma cidade que representasse os anseios da Província por um novo tempo, definido no discurso político pelos conceitos de civilização e o progresso; portanto, esse ideal deveria transparecer nas suas próprias construções e na organização urbana.

Teresina não teve um projeto; ou melhor, a construção da cidade careceu de um plano piloto devido ao caráter contingencial e à urgência de Antonio Saraiva em efetivar tanto a mudança da capital, como a inauguração da nova sede – fato este atribuído ao desejo de finalizar o processo ainda em seu mandato para carregar os méritos da conquista. Porém, houve a definição de diretrizes urbanísticas a partir da incorporação do modelo de tabuleiro de xadrez, com alinhamento determinado e ruas perpendiculares. Essa forma de fazer cidades remetia ao período colonial e às ordens régias que determinaram o processo de criação de vilas no Piauí, na segunda metade do século XIX. No entanto, Saraiva realizou algumas adaptações nesse modelo diante das características específicas que deveria ter a nova capital. A praça central previa o Paço

---

<sup>604</sup> Relatório do Presidente Leão Vellozo dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 4 de dezembro de 1863, p. 6.

<sup>605</sup> Relatório do Presidente Franklin Menezes Doria dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de julho de 1864, p. 24.

<sup>606</sup> *Idem.*

da Igreja Matriz, no topo, e os demais prédios da administração organizados ao longo do quadrilátero. Havia um espaço demarcado para a construção do Mercado público – uma peça fundamental para uma cidade que desejava se projetar como um pólo comercial. Dessa forma, no mesmo espaço da praça convergiam a religião, o Estado, e o comércio – todos voltados para as margens do Parnaíba em seu porto fluvial: a cidade era para ser vista da perspectiva de quem chegasse pelo rio; por isso a relação visceral estabelecida, em seus começos, com a navegação.

Porém, fora esse esboço que definiu a organização espacial da capital, não houve um esforço de planejamento das obras públicas em relação aos gastos e recursos necessários – nem durante a presidência de Saraiva, nem nas administrações posteriores. O fato singular de que, no período pós-52, houve uma rotatividade notável de presidentes provinciais cujos mandatos não alcançavam sequer dois anos, resultou na dificuldade de organizar as obras num movimento contínuo e coeso: muitas foram as discordâncias a respeito dos gastos e das prioridades, não sendo comum mudanças drásticas de perspectiva entre os presidentes. A construção da Igreja Matriz foi, certamente, o elemento mais emblemático dessas características que envolveram a fundação de Teresina. Como visto anteriormente, a transferência da capital dependia diretamente da mudança da sede da vila do Poti e da construção de outra matriz – em substituição à igreja arruinada pelas enchentes – no local determinado desde a lei provincial de 1842. Foi a primeira obra iniciada por Antonio Saraiva já nos primeiros meses de sua administração, quando deslocou os recursos da Província juntamente com o mestre de obras Isidoro França para concretizar a empreitada. A urgência empregada à obra afastou qualquer projeto de custos e materiais, sendo caracterizada por sua natureza contingencial e pela dificuldade em mobilizar materiais disponíveis e necessários. A Igreja Matriz em invocação a N. S. do Amparo era o marco inicial da nova capital da Província – que fora *pensada*, não *planejada* – o que lhe conferia um *status* privilegiado dentro do mapa idealizado para compor a estrutura urbana da cidade.

Em 1853, o primeiro relatório presidencial após a efetivação da transferência, apontou superficialmente o estado das obras públicas, mas apresentou um panorama das prioridades definidas nesse primeiro ano – especialmente sobre construções consideradas essenciais para o funcionamento da cidade. “*A Matriz, hospital, cemitério, quartel de polícia e cadeia são as obras em construção, e em todas trabalha-se com*

*perseverança, sendo satisfatório o seu estado de adiantamento*”,<sup>607</sup> afirmou Paiva Teixeira. Os recursos eram financiados pelos cofres provinciais, com um auxílio de verbas do Governo Central, na ordem de 7:500\$000 reis. De acordo com ele, a Matriz já cumpria suas funções, “*exercendo-se todos os atos religiosos*”<sup>608</sup> na Igreja do Amparo; além disso, o hospital de caridade admitia uma quantidade de “*vinte cinco doentes*”;<sup>609</sup> o cemitério, “*cinquenta catacumbas, entre grandes e pequenas*”;<sup>610</sup> e a cidade contava com dois poços artesanais para o consumo de seus habitantes.

Por outro lado, em 1854, Pereira de Carvalho destacou outra perspectiva acerca das obras em Teresina. “*As obras públicas em andamento são o Cemitério, Cadeia, e Matriz da Capital*”,<sup>611</sup> afirmou sem fazer referência ao hospital. Na verdade, este apareceu numa lista de outras construções consideradas indispensáveis pelo presidente. “*Obras tão grandes e tão dispendiosas como as que se acham em construção, têm-me privado de empreender outras, de que tanto carece esta Capital*”,<sup>612</sup> constatou com resignação. Na verdade, pela primeira vez um presidente expressou o principal problema inerente à construção da nova capital: a discordância das prioridades e a falta de planejamento financeiro. Para uma Província às voltas com dificuldades fiscais, o peso desses gastos era significativo; por isso a relação entre a navegação e a prosperidade do Piauí era fundamental para legitimar esse esforço, a ser recompensado pela materialização do futuro que o discurso político projetava e prometia. No momento, o presidente listou uma série de obras das quais a cidade carecia, como o hospital de caridade, casa para os educandos artífices, um prédio para o mercado público, e uma capela para o cemitério.<sup>613</sup>

Com a conclusão das obras do Cemitério e da Cadeia, o presidente se sentiu confortável para propor a construção do Mercado Público e lançá-lo como prioridade naquele momento. De acordo com sua perspectiva, o prédio deveria ocupar um lugar central na geografia urbana da cidade, o mais próximo possível das margens do rio.

---

<sup>607</sup> Relatório do Vice-Presidente Paiva Teixeira dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em julho de 1853, p. 11.

<sup>608</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>609</sup> *Idem*.

<sup>610</sup> *Idem*.

<sup>611</sup> Relatório do Presidente Pereira de Carvalho dirigido à Assembleia Legislativa em 1º de julho de 1854, p. 13.

<sup>612</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>613</sup> *Idem*.

Compreendia, dessa forma, os princípios que nortearam a invenção de Teresina: a cidade fluvial para centralizar a prosperidade prometida pelo Parnaíba. Assim descreveu a localização ideal para a obra:

Na praça da Constituição, e próximo ao rio Parnaíba, lugar de todos o mais apropriado para isso, não só por ser mais plano, do que o que lhe fica fronteiro na mesma praça que, por muito desigual, tornaria a obras assaz dispendiosa, como porque, atentas as condições topográficas desta Capital, e a circunstância de ser por água a maior parte dos transportes dos gêneros, e mesmo pela razão de serem fornecidos muitos artigos alimentícios pela outra margem do rio da Província do Maranhão, só em sua proximidade, em uma praça, e no lugar mais central em relação ao povoado, é que deve existir tão útil edifício.<sup>614</sup>

No relatório de 1856, o presidente Almeida Albuquerque criticou as obras do Mercado – tanto em relação aos gastos, quanto às proporções previstas para o prédio. “A inconveniência da obra, que se destina para o mercado público, segundo as proporções gigantescas da respectiva planta, é proverbial”;<sup>615</sup> para que seus interlocutores compreendessem a relevância de sua observação, afirmou que, caso concluída de acordo com o projeto, a obra ficaria “maior do que o edifício do mercado público da Corte do Império”.<sup>616</sup> Sua atitude foi determinar a interrupção da obra, ainda em seus começos, e limitar o uso do espaço à estrutura já construída: “entendi que fazia um serviço à Província não determinando a continuação de semelhante obra”.<sup>617</sup> Sobre a Igreja Matriz, o diagnóstico de Albuquerque não era menos negativo. A mesma ação foi tomada e as obras encerradas. A Igreja era “acoimada de tantos defeitos em sua construção, que fora imprudência determinar a continuação da obra”;<sup>618</sup> na ausência de um engenheiro capaz de avaliar os riscos estruturais e as falhas arquitetônicas, pareceu ao presidente mais sensato adiá-la temporariamente.<sup>619</sup>

No mais, o presidente Albuquerque defendeu a criação de um administrador de obras públicas na Província, cargo que deveria ser ocupado por um engenheiro qualificado para a elaboração de planos para as obras na cidade. “O prejuízo que resulta de se empreenderem semelhantes obras públicas, sem que se levantem as respectivas

---

<sup>614</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>615</sup> Relatório do Presidente Almeida e Albuquerque dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 22 de setembro de 1856, p. 19.

<sup>616</sup> *Idem*.

<sup>617</sup> *Idem*.

<sup>618</sup> *Idem*.

<sup>619</sup> *Idem*.

*plantas, e se procedam aos necessários orçamentos por pessoas profissionais, é da maior evidência*”,<sup>620</sup> afirmou com o intuito de corrigir as deficiências técnicas nas construções geridas por Isidoro França e conter os gastos – pois, afinal de contas, eram subsidiadas com recursos provinciais. A preocupação de presidente era legítima: no relatório, reportou problemas gerados pela estiagem daquele ano que atingiu a produção agrícola e pecuária da Província, reverberando diretamente no decréscimo das rendas fiscais. Dessa forma, a disponibilidade de recursos para prédios públicos em Teresina precisava ser contida. No mesmo ano, o secretário da presidência exonerou França do lugar de Mestre das obras públicas da capital.<sup>621</sup> As críticas contra seu trabalho foram intensas e descritas num relatório à parte produzido pela secretaria da presidência:

Impossível é saber-se qual a ordem de arquitetura, a que está este edifício subordinado, e tantas e tão salientes são as suas irregularidades, que a não ser completamente demolido e novamente construído, jamais se lhe poderá dar o aspecto majestoso e elegante que convém às construções desta espécie. A solidez está em harmonia com essas irregularidades, porquanto as duas paredes do corpo da Igreja se acham inclinadas de um palmo para o interior; as duas torres, posto estejam ainda muito baixas e sem suportar peso algum, estão já rachadas; a capela, sacristia e consistório do lado do Internato, mais parecem pertencer a um edifício secular, do que a um ainda a pouco começado; finalmente não há uma só parede que não tenha mais ou menos rachado ou desaprumado.<sup>622</sup>

A lista de problemas não diminuía. A falta de elevação e “acanhamento” da capela da Igreja, a curvatura do arco do cruzeiro, a falta de harmonia com as construções laterais, e desproporção dos espaços destinados às torres, assim como da própria fachada da Matriz, deixava a desejar, segundo Albuquerque, em relação “*ao efeito arquitetural que deveria produzir*”,<sup>623</sup> condenando a principal obra da nova capital a jamais “*ter aspecto elegante*”.<sup>624</sup> Apesar disso, buscou minimizar os riscos de ruína: a inclinação das paredes em sentido interior permitia que o próprio madeiramento exercesse força suficiente para neutralizar a falha estrutural.<sup>625</sup> Mesmo assim, o presidente considerou ainda, certamente, um dos principais defeitos na construção: a

---

<sup>620</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>621</sup> Relatório do Presidente Almeida e Albuquerque dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 22 de setembro de 1856. Anexo n. 12.

<sup>622</sup> *Ibidem*, p. 40. Anexo 19.

<sup>623</sup> *Idem*.

<sup>624</sup> *Idem*.

<sup>625</sup> *Idem*.

fragilidade dos alicerces, causadas pela instabilidade do terreno em que fora erguida.<sup>626</sup> Determinou, dessa forma, a “*urgente necessidade concluir este edifício com toda a brevidade e o mais simplesmente possível, a fim de que não fique completamente arruinado continuando exposto ao tempo*”.<sup>627</sup>

Sobre as demais obras públicas, os relatórios da secretaria reportaram falhas semelhantes de execução. Sobre a cadeia, a informação era de que não atendera “*nem à segurança, nem à salubridade*”,<sup>628</sup> e que sua parede principal, ameaçada de ruína, fora escorada por madeiramento que tornava “*extravagante*”<sup>629</sup> a sua fachada. O Mercado público, considerada a obra construída “*com maior solidez*”,<sup>630</sup> estava concluído apenas na parte frontal, pois as dimensões consideradas exageradas e os gastos exultantes relacionados ao projeto obrigaram o presidente a dar por encerrados os trabalhos no edifício. O Internato também apresentava falhas estruturais, e suas paredes racharam em consequência dos alicerces construídos “*de barro quase puro*”.<sup>631</sup> Além disso, as dimensões limitadas do prédio frustraram as expectativas de, futuramente, aproveitá-lo para abrigar algum órgão público.<sup>632</sup> O Quartel foi questionado em sua planta, que previa o uso de seu espaço por aproximadamente 65 praças – sendo que o contingente do corpo de polícia era de 300; dessa forma, ao término da construção, seria ineficiente por sua incapacidade de suportar efetivamente o contingente de soldados, nem naquele momento, nem no futuro.<sup>633</sup>

Em 1858, o presidente Oliveira Junqueira autorizou o uso do prédio do Internato para sede da Tesouraria provincial, contrariando o diagnóstico de seu antecessor – mas também subvertendo a finalidade inicial de uma obra por questões contingenciais.<sup>634</sup> Declarou concluídas as obras da Igreja Matriz, dos Educandos

---

<sup>626</sup> Não houve em relação à escolha do lugar destinado para a construção da nova cidade nenhum estudo de natureza geológica que determinasse as condições do solo e as possibilidades do mesmo em relação à estabilidade dos edifícios.

<sup>627</sup> Relatório do Presidente Almeida e Albuquerque dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 22 de setembro de 1856, p. 40.

<sup>628</sup> *Idem.*

<sup>629</sup> *Idem.*

<sup>630</sup> *Ibidem*, p. 41

<sup>631</sup> *Idem.*

<sup>632</sup> *Idem.*

<sup>633</sup> *Idem.*

<sup>634</sup> Relatório do Presidente Oliveira Junqueira dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de julho de 1858, p. 13.

Artífices, informou reparos no Hospital, no Quartel de polícia, e a construção de uma rampa no porto de acesso ao rio Parnaíba. Além disso, demonstrou satisfação na existência de uma Companhia de teatro particular que fazia pequenas apresentações numa casa alugada e de propriedade do ex-mestre de obras provinciais, Isidoro França. Ela foi comprada pelo presidente com recursos da Província para a instalação do primeiro teatro da capital, o Santa Tereza. “*O Teatro é o primeiro, e o mais útil divertimento dos povos civilizados*”.<sup>635</sup> justificou Junqueira. A compra do imóvel foi realizada e algumas reformas estruturais ordenadas para melhoria de suas condições. “*Hoje é um sofrível Teatro*”,<sup>636</sup> reconheceu; porém, acreditava no seu engrandecimento caso a Assembleia se comprometesse com “*uma subvenção anual, ainda que módica*”.<sup>637</sup>

Durante sua administração, uma de suas principais medidas foi, finalmente, a conclusão do processo de desapropriação do terreno que fora destinado para a construção de Teresina. Os custos foram de 2:500,000 reis pagos aos herdeiros do antigo proprietário. Dessa forma, a municipalidade ficou com o direito legal de demarcar os limites da cidade, distribuídos “*de norte a sul um quarto de légua de cada lado, tendo a Igreja Matriz por centro, e de leste a oeste o espaço compreendido entre os rios Parnaíba e Poti*”.<sup>638</sup> Regulou-se, assim, o plano definido durante a presidência de Antonio Saraiva quase sete anos antes.

O presidente Corrêa do Couto, em 1859, afirmou serem as obras públicas “*um objeto de mais sério cuidado*”,<sup>639</sup> pela dimensão relativa às necessidades urbanas da nova capital e o fluxo de capitais que elas demandavam dos cofres provinciais. Atento à “*posição da Província, seus poucos recursos, e nascencia relativa em que ainda se acha esta bela Capital*”,<sup>640</sup> considerou ser “*a construção de obras indispensáveis para as diversas serventias públicas (...) um dos principais dotes que se podia fazer*”<sup>641</sup> por Teresina. Assim, reformulou a Comissão encarregada dos trabalhos na cidade a partir de

---

<sup>635</sup> Relatório do Presidente Oliveira Junqueira dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de julho de 1858, p. 11.

<sup>636</sup> *Idem.*

<sup>637</sup> *Idem.*

<sup>638</sup> Exposição do presidente Oliveira Junqueira. 30 dez. 1858, p. 8.

<sup>639</sup> Relatório do Presidente Antonio Corrêa do Couto dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 27 de julho de 1859, p. 10.

<sup>640</sup> *Idem.*

<sup>641</sup> *Idem.*

critérios profissionais, buscando “*peças mais hábeis*”<sup>642</sup> para a direção. Certamente tal medida – já insinuada antes dele por outros presidentes – foi o reconhecimento das falhas observadas nos primeiros prédios da capital, especialmente aqueles gerenciados pelo trabalho de Isidoro França, além da materialização de um esforço administrativo para corrigir a falta de planos ou projetos arquitetônicos que colocavam a perigo a estrutura da cidade. O diagnóstico em relação à Igreja Matriz foi implacável:

A Matriz desta Capital, principiada a 8 para 9 anos, e com a qual se há despendido uma cifra maior de Rs. 50:000\$000, jamais poderá ser um edifício completo, em vista da má escolha do terreno, pela frouxidão, que a este é natural, e da falta de plano, não só para a boa disposição dos cômodos, como para o mecanismo de seu material, que sobretudo deveria concorrer desde a primeira base; defeito que só se pode atribuir à falta de pessoas aptas, em conjunturas do princípio de uma criação tal, como a desta cidade; entretanto, partindo da época de seu nobre fundador o Sr. Conselheiro Saraiva até hoje, todos tem se ocupado atentamente deste objeto, e no correr da obra trata-se de ultimá-la de modo que, ainda quando não seja com a elegância desejável, se preste ao que de indispensável se faz ao culto divino. Para que a Matriz chegue ao pé, a que me refiro, bastará, talvez, o dispêndio de mais Rs. 8:000\$000, depois do que melhor será que se trate da edificação de um novo templo, ocasião em que se poderá com acerto fazer uma obra melhor, autorizada principalmente pela experiência.<sup>643</sup>

A partir da avaliação acima é possível tecer algumas considerações em relação aos procedimentos de execução da obra. Num primeiro plano, os custos finais excederam consideravelmente para um prédio reconhecidamente problemático em inúmeros aspectos. Se o discurso político, desde antes da mudança da capital, discutira as deficiências de arrecadação fiscal da Província, as dificuldades em mobilizar recursos, e a necessidade de racionalização dos gastos públicos, é notório como a construção da Matriz representou exatamente o oposto e se tornou, em quase uma década, exemplo de extravagância e falta de planejamento dos recursos provinciais. “*Melhor que se trate da edificação de um novo templo*”, sentenciou o presidente ao vislumbrar os resultados dos trabalhos. A ausência de estudos sobre a viabilidade do terreno e a “*falta de pessoas aptas*” para estabelecerem minimamente padrões aceitáveis de engenharia e arquitetura, são críticas bem relevantes e que denotam a forma imprudente com a qual tais aspectos foram tratados durante os dois primeiros anos de construção de Teresina – período relativo à administração de Antonio Saraiva e aos trabalhos de Isidoro França. Porém, Couto não atribuiu responsabilidades ao seu antecessor – que, em 1859, já ocupava o cargo de Conselheiro do Império – certamente

---

<sup>642</sup> *Idem.*

<sup>643</sup> *Ibidem*, p. 11.

por questões políticas: como macular a imagem de um membro do alto escalão, cuja identidade política estava visceralmente associada à fundação da nova capital? Ao “*nobre fundador*” não recaíam críticas sobre a forma atribulada com a qual lidou com a construção de Teresina – resultado de seu desejo em personificar a mudança ainda durante sua presidência. Certamente, com consequências de natureza administrativa para os presidentes posteriores, envolvidos nos esforços para minimizar os erros “*do princípio de uma criação tal*”.<sup>644</sup>

No mais, Corrêa do Couto descreveu o estado precário da Cadeia “*pela sua má construção*”,<sup>645</sup> que não suportou o período de chuvas e ficou “*em tão grande estado de ruína*”<sup>646</sup> que o presidente decidiu demolir o prédio “*para fazê-lo de novo*”,<sup>647</sup> ao custo total de 500\$000 reis – pelo menos inicialmente. Os gastos sem planejamento poderiam ser evitados, na perspectiva do presidente, caso houvesse no comando das obras “*pessoas se não profissionais, ao menos que se repute habilitadas*”.<sup>648</sup> Neste pensamento estava implícito um diagnóstico duro sobre o antigo mestre de obras provinciais: Isidoro França foi o responsável pela arrematação do contrato de construção da Cadeia; dessa forma, a derrocada do prédio também significou uma mancha na sua reputação, sobre a qual recaía a culpa pelos problemas estruturais das construções urbanas em Teresina. Em relação ao Quartel de polícia, Couto firmou ter alugado uma casa de propriedade particular para abrigar as tropas, “*tão imprópria, quão acanhada*”,<sup>649</sup> e por isso sugeriu a construção de um novo prédio cujo plano foi exposto em licitação. Sem licitantes, o projeto foi adiado; porém, o lugar escolhido para instalação do regimento foi desapropriado pela Câmara Municipal, por ordem da presidência, em vista das obras futuras. O terreno ficava no “*4º quarteirão da 7ª Série do sul*”,<sup>650</sup> de acordo com o plano de delimitação do território da capital, e em frente à segunda praça da cidade – denominada convenientemente de *Saraiva*.<sup>651</sup> De acordo com

---

<sup>644</sup> *Idem.*

<sup>645</sup> *Idem.*

<sup>646</sup> *Idem.*

<sup>647</sup> *Idem.*

<sup>648</sup> *Idem.*

<sup>649</sup> *Ibidem*, P. 13.

<sup>650</sup> *Idem.*

<sup>651</sup> É interessante observar a construção da memória sobre a mudança já nos primeiros anos da nova capital, com o esforço em cristalizar a imagem de Antonio Saraiva ao atribuir seu nome à segunda praça da cidade. Até os dias atuais ela preserva essa designação.

o presidente, ela estava em “*posição elegante, além de ser descoberta de além do rio Parnaíba para quem vem de Caxias e outros pontos do Maranhão*”.<sup>652</sup> A preocupação em personificar a imagem de uma cidade elegante às vistas de quem chegava pelo porto levou o presidente a deliberar sobre reformas na rampa de acesso e arborização da área respectiva.

Além disso, escreveu importantes observações sobre o Teatro Santa Izabel. Recomendou o aumento de seus cômodos e a premiação para os melhores atores em seus trabalhos – um esforço para minimizar a presença de amadores que, segundo o presidente, “*têm por vezes desempenhado bem soavelmente o seu papel*”.<sup>653</sup> Além disso, a subvenção de uma mensalidade para os “*hábeis artistas*”<sup>654</sup> que fossem reconhecidamente pobres. A atenção conferida por Couto ao Teatro era justificada por seu caráter prescritivo: considerado uma diversão civilizada, poderia conduzir a nova cidade ao ideal almejado pelo discurso político. “*As funções teatrais, uma vez bem dirigidas e inspecionadas, são uma escola de sã moral, onde se colhem importantíssimas lições, (...) que ameniza as fadigas dos espíritos cansados dos homens de ocupações*”,<sup>655</sup> concluiu.

Cavalcanti Albuquerque, em relatório de 1860, reportou duas dificuldades relacionadas às obras públicas na capital: as limitações financeiras da Província e a falta de um engenheiro para assumir a direção geral dos trabalhos, em cumprimento da lei provincial do ano anterior. Dessa forma, exonerou o Diretor tanto por não se enquadrar na formação exigida, quanto pelo não pagamento de sua gratificação. “*O estado crítico das finanças provinciais impôs-me essa medida*”,<sup>656</sup> afirmou resignado o presidente. Havia a disponibilidade de recursos destinados pelo Governo Imperial ao Piauí para obras de infraestrutura, como pontes e estradas; porém, a falta de um técnico habilitado obrigou-o a designar os recursos para uma ocasião apropriada. Aliás, a questão financeira não passou despercebida pelo presidente. Reclamou sobre o estado dos recursos provinciais que, “*estragados imprevidentemente (...) deviam ter sido ou economizados para os dias de penúria desde muito esperados, ou empregados*

<sup>652</sup> Relatório do Presidente Antonio Corrêa do Couto dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 27 de julho de 1859, p. 13.

<sup>653</sup> *Idem.*

<sup>654</sup> *Idem.*

<sup>655</sup> *Idem.*

<sup>656</sup> Relatório do Presidente Cavalcanti Albuquerque dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 26 de maio de 1860, p. 8.

*produtivamente*”,<sup>657</sup> em referência principalmente à forma como foram encaminhados os trabalhos de construção em Teresina.<sup>658</sup>

Em 1861, no ano posterior, o presidente Duarte Azevedo considerou que, apesar “*da extraordinária penúria dos cofres*”,<sup>659</sup> deveria destinar os recursos resguardados por seu antecessor, e oriundos de verbas nacionais, para algumas obras consideradas por ele importantes. Reformas na casa da Administração da Fazenda; obras no interior da Matriz; a edificação de um Palácio de Governo; a limpeza do rio Parnaíba de Teresina até São Gonçalo; e a construção de estradas, principalmente a melhoria do caminho entre Oeiras e esta vila, considerado o mais importante da Província. Em relação a esse tema em especial, defendeu a prioridade sobre as estradas centrais “*que se dirigem para as margens do Parnaíba, que terá de ser um dia a principal via de comunicação*”.<sup>660</sup>

Souza Gayoso, durante sua administração entre 1861 e 1862, nada acrescentou à questão das obras na capital. Com um orçamento já bastante comprometido pelos presidentes anteriores não lhe restava senão gerenciar aquilo que já havia sido deliberado. “*Nada inovei ao que contrataram os meus antecessores, as obras de que falam os seus relatórios continuam em andamento*”.<sup>661</sup> No seu documento de 1862, afirmou sobre as condições que encontrara desde que assumira a Província:

São incríveis as dificuldades que aqui se encontram para levar a efeito qualquer construção. Há falta de tudo: madeiras, cal tijolos, meios de transporte; e enfim material e pessoal. Mas apesar desses embaraços, da exiguidade da quantia concedida pelo Geral como auxílio à Província, e da penúria dos cofres desta, tenho dado o possível impulso às obras públicas, gerais e provinciais.<sup>662</sup>

Em 1862, foram pontuais suas observações sobre as construções na cidade. Defendeu a prioridade da Câmara Municipal, da Assembleia Provincial e do Júri, que

---

<sup>657</sup> *Idem.*

<sup>658</sup> No ano de 1860, a estiagem em algumas partes da Província causou a queda nas arrecadações fiscais, especialmente em função da diminuição de gêneros agrícolas produzidos e redução dos rebanhos. Esse impacto nas finanças repercutiu na direção de recursos para a construção de obras públicas em Teresina.

<sup>659</sup> Relatório do Presidente Duarte Azevedo dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 15 de abril de 1861, p. 13.

<sup>660</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>661</sup> Relatório do Presidente Souza Gayoso dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 13 de julho de 1861, p. 13.

<sup>662</sup> Relatório do Presidente Souza Gayoso dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 13 de junho de 1862, p. 8.

ocupavam “*casas mal preparadas e bem impróprias para esses fins*”.<sup>663</sup> Informou sobre a brevidade do fim da obra do edifício dos Educandos Artífices; melhorias na rampa do porto; o retelhamento de vários prédios (a Cadeia, a Matriz, a Fazenda Provincial, a Secretaria do Governo, e o Teatro), por causa “*da péssima qualidade das telhas, que se desfazem ou quebram com incrível facilidade*”;<sup>664</sup> a limpeza dos poços que abasteciam a capital; a arborização da praça da Matriz; a drenagem de pântanos que existiam nos arredores da cidade; e o trabalho artesanal de entalhamento no interior da Matriz.<sup>665</sup>

O presidente Fernandes Moreira ponderou as dificuldades financeiras. “*Recebendo uma situação difícil, aceitei-a em todas as suas consequências; e se contrista não fazer obras, mais triste é empreendê-las sem meios de as pagar, e levar a cabo*”.<sup>666</sup> Insistiu que a Assembleia compartilhasse de seu posicionamento, pelo menos enquanto durassem as circunstâncias especiais na Província. Esse ponto de vista foi incorporado por sua administração no ano seguinte. Moreira, basicamente, somente deu continuidade aos trabalhos já deliberados e previstos pelas duas administrações anteriores, optando pela necessidade de contenção de gastos públicos – “*procurando conservar, e melhorar, o que existe feito, já eu mais não me era permitido*”.<sup>667</sup>

Leão Vellozo, ocupando a presidência no final de 1863, também continuou os trabalhos já definidos anteriormente. Ordenou a melhoria de estrada na cidade de São João da Parnaíba e a construção de um cais na rampa de acesso ao rio em Teresina.<sup>668</sup> Franklin Dória, sucedendo-o em 1864, seguiu a mesma linha. “*Nenhum adiantamento tenho a fazer ao catálogo das obras da província, de que reza o relatório do meu último antecessor*”.<sup>669</sup> Certamente, a frase mais emblemática deste período correspondente à edificação da estrutura urbana da capital, relacionada às dificuldades enfrentadas por administradores sucessivamente substituídos, e com passagens fugazes pelo Piauí, tenha sido proferida por Vellozo, em 1862. “*São muitas as necessidades da Província, mas*

---

<sup>663</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>664</sup> *Idem*.

<sup>665</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>666</sup> Relatório do Presidente Fernandes Moreira dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 10 de novembro de 1862, p. 13.

<sup>667</sup> Relatório do Presidente Fernandes Moreira dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de julho de 1863, p. 13.

<sup>668</sup> Relatório do Presidente Leão Vellozo dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 4 de dezembro de 1863, p. 17.

<sup>669</sup> Relatório do Presidente Franklin Menezes Doria dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 1º de julho de 1864.

*não para serem providas em administrações transitórias como a minha. Não me olvidei, entretanto, dos melhoramentos materiais, mas confesso que fiz muito pouco*".<sup>670</sup>

Assim, os presidentes províncias compreenderam, em suas observações específicas, o maior problema enfrentado pela nascente capital: os gastos exacerbados, a falta de planos arquitetônicos, e a discordância acerca das prioridades urbanísticas. Todos esses aspectos levam a crer que as primeiras décadas da nova capital significaram o enfrentamento dos desafios em fazê-la sob os moldes do próprio discurso que a legitimara – e atravessados por limitações, expectativas e incertezas que desafiavam aquela cidade sonhada.

Uma análise dos primeiros anos da capital que seja focada nos dois aspectos viscerais das expectativas de prosperidade que ela mesma deveria materializar – sejam eles, a navegação e a própria *urbes* representada por Teresina – permite observar a existência de fissuras no monumento construído para suportar a imagem de futuro da Província. No entanto, não foram suficientes para arrefecer as expectativas dos contemporâneos que vivenciaram, naqueles anos, a esperança em experimentarem as promessas sintetizadas pela nova capital. O discurso civilizatório que atravessou praticamente a todos os relatórios governamentais, desde 1844 até 1863, consolidou a imagem de futuro a ser perseguida. Nesta visão aparecia a cidade, a navegação, a indústria, a prosperidade; por outro lado, estabeleceu os parâmetros para definir a antítese desta projeção, o seu passado a ser superado na catarse coletiva da mudança. A decadência da oligarquia dos Sousa Martins; a representação de Oeiras como o desvio do desejo de cidade; e a construção do sertão como lugar-problema e antítese do ideal civilizatório representado pela ordem Imperial, constituem o *devir* elaborado dentro do discurso político neste período em especial. Porém, tal construção definida a partir do esforço de mudança da capital – principalmente no aspecto relativo à Oeiras – não operou somente no campo político. Em 1855, o lançamento da primeira obra historiográfica, com o objetivo de organizar uma história sistematizada do Piauí, esteve ligado visceralmente a todo o contexto acima definido.

### **3.2 A construção historiográfica: Martins Alencastre e a *Memória***

---

<sup>670</sup> Relatório do Presidente Leão Vellozo dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 4 de dezembro de 1863, p. 16.

Em 1855, José Martins Alencastre escreveu a obra *Memória Histórica, Geográfica e Corológica da Província do Piauí*,<sup>671</sup> publicada inicialmente na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro. O livro pretendia sistematizar um conjunto de informações sobre a Província relacionadas aos seus aspectos históricos, os dados demográficos e organização urbana, a natureza econômica das atividades desenvolvidas, a configuração territorial, a rede fluvial, e o potencial mineral e natural da terra. Sua publicação no IHGB significou a divulgação desses saberes no âmbito nacional, permitindo aos leitores a visualização de uma imagem que pudesse *dizer* a Província. Este órgão, criado durante um período em que se passou a problematizar a construção da identidade nacional, teve uma importância política fundamental durante o segundo reinado: através dele, inúmeros trabalhos de natureza científica procuraram compilar o conhecimento das províncias, suas especificidades, particularidades históricas – mas dentro do projeto maior de compreensão da natureza da grande nação com a qual o regime imperial buscava se projetar. Nesse sentido, é possível compreender a dimensão política exercida pela instituição.<sup>672</sup>

A estrutura geral da obra de Pereira de Alencastre estava dividida em quatro partes, cada uma contendo informações distintas acerca do Piauí. Em primeiro lugar, uma cronologia histórica com os principais eventos selecionados por ele para compor uma narrativa linear e coesa de sua história, iniciada no século XVII e finalizada em 1844, com a administração Sousa Ramos. Na segunda parte, elaborou uma série de pequenos textos sobre temas específicos, seguindo a mesma linha cronológica por ele estabelecida. Os objetos estavam divididos em conjuntos temáticos, a saber: os primeiros conquistadores, as nações indígenas e seus costumes, a criação da Capitania do Piauí, as guerras indígenas, um texto sobre a administração de D. João Amorim Pereira, a independência política em 1822, e uma análise da administração no Primeiro Reinado. Em seguida, informava sobre o processo de sequestro dos bens da Companhia de Jesus, ainda no século XVIII, abordando dados completos sobre as propriedades e seus respectivos patrimônios. Na terceira parte, abordou as características naturais, o potencial mineral, o clima e as estações, a produção agrícola e o comércio da Província, estatísticas, números da força pública e da guarda nacional, as distâncias entre as vilas, e

---

<sup>671</sup> ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí**. Teresina: Comepi, 1981.

<sup>672</sup> Cf. RODRIGUES, Neuma Brilhante. **Os trabalhos do IHGB: a busca por um discurso com efeito de verdade no Brasil Império**. ANPUH. XXII Simpósio Nacional de História: João Pessoa, 2003.

as rendas provinciais. Na quarta parte, sintetizou aspectos do território relacionados à sua extensão, seus limites, a sua rede fluvial, a divisão civil e eclesiástica do Piauí, suas cidades, vilas e povoações. Por fim, na quinta parte, uma descrição completa das freguesias, com o foco na história das vilas e suas principais características.

Do conjunto da obra de Alencastre, três aspectos são interessantes para a análise historiográfica e sua relação com o contexto político em que a narrativa foi produzida. O primeiro deles se refere à cronologia histórica por ele estabelecida.<sup>673</sup> Há, sub-repticiamente, dois pontos relevantes dentro da forma com a qual ele organizou os principais acontecimentos históricos. A trajetória de Manoel de Sousa Martins na administração do Piauí, entre 1823 e 1844, praticamente foi excluída do texto.<sup>674</sup> Este silenciamento é mais relevante quando observamos que, paralelamente a isso, o fim da cronologia estava definido neste último ano, quando Sousa Ramos assumiu a presidência da Província – período este que correspondeu duplamente tanto à decadência do grupo político ligado a Martins, quanto à emergência, no campo político, do projeto de mudança da capital. É como se a história do Piauí acabasse ali, abrindo-se para um futuro que estava em construção, e projetado sob os dois fenômenos emergentes em 1844.

O segundo aspecto se refere a um texto específico sobre a trajetória de D. Pereira Amorim,<sup>675</sup> governador da Capitania de São José do Piauí entre 1797 e 1799. Nele, Alencastre destacou a inteligência do administrador e sua proeminência no desenvolvimento da ideia de mudança da capital, em seu primeiro momento, ainda no período colonial. Basicamente, era como se projetasse em Amorim a figura de um visionário: foi ele quem, pela primeira vez, construiu uma tese a respeito do assunto, propondo a ineficiência de Oeiras como sede administrativa e a necessidade de deslocamento para as margens do rio Parnaíba, em vista da prosperidade econômica resultante deste movimento. Chegou mesmo prever o desenvolvimento futuro da zona do Poti, onde anos depois seria fundada a nova capital. Amorim era, nesta perspectiva, um homem deslocado de seu tempo, capaz de enxergar no plano político bem além de seus contemporâneos.

---

<sup>673</sup> ALENCASTRE, 1981, p. 33.

<sup>674</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>675</sup> *Ibidem*, p. 63.

O terceiro aspecto estava relacionado com um tema denominado por Alencastre como *Despotismo*.<sup>676</sup> Nele, apresentou uma descrição negativa do período relacionado à administração de Manoel de Sousa Martins. Considerada uma mancha na história, sua trajetória foi dissociada dos anseios e expectativas do Piauí e representada como a materialização de seu arbítrio, não sendo digna de nota, portanto, aos futuros historiadores que sobre ela dirigissem o olhar. A produção deste silêncio não foi aleatória; de forma precisa, ela deslocou para o campo historiográfico um movimento já consolidado no campo político, a partir da substituição de Sousa Martins em 1844. Na memória do Piauí não lhe cabia um lugar senão nos porões mais sombrios do passado, condenado ao esquecimento.

Esses três pontos do livro de Alencastre devem ser cruzados com elementos específicos de sua biografia. Ele, de fato, vivenciou os momentos mais significativos relacionados aos começos de Teresina, e às expectativas mobilizadas pela mudança da capital. No Piauí, exerceu a função de professor de português entre os anos de 1851 e 1855; além disso, foi o fundador do primeiro jornal da recém inaugurada cidade, denominado por ele de *A Ordem*. No mais, a trajetória de Martins Alencastre foi, notoriamente, a de um homem envolvido em diversas atividades de natureza administrativa e intelectual. Foi promotor público; procurador da Tesouraria Fiscal; oficial do Conselho Naval, no Rio de Janeiro, secretário de governo no Rio Grande do Sul, entre 1859 e 1861; presidente de Goiás, de 1861 a 1862; presidente de Alagoas entre 1866 e 1877; e funcionário da Secretaria de Agricultura na Corte. Foi jornalista, escritor, poeta e membro do IHGB. Sua ascensão na carreira de funcionário do Império foi, dessa forma, progressiva, lhe permitindo galgar espaços restritos da política imperial.<sup>677</sup>

A sua passagem pelo Piauí, a partir de 1851, possibilitou-lhe a experiência política de um momento crucial da administração de Antonio Saraiva, envolvido nos esforços relativos à mudança da capital e a construção da vila nova do Poti. Ser professor do Liceu e jornalista lhe dava *status* de intelectual público – identidade esta que não foi desconsiderada por Alencastre, ao contrário. A fundação do primeiro jornal da nova capital tinha pretensões além de meras funções informativas. Apresentava-se como um órgão que aspirava a transformação da sociedade através das letras, e da construção de uma consciência nacional forjada na legitimidade do sistema imperial.

---

<sup>676</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>677</sup> *Ibidem*, p. 9.

Apesar de sua pouca duração, e circulação limitada, o jornal materializou a visão de futuro da Província em harmonia com a “ordem” prometida pelo regime: liberdade de expressão, estabilidade política, prosperidade material e intelectual, respeito às instituições – enfim, o ideal de civilização que atravessou os relatórios presidenciais neste período em particular.

No editorial abril de 1854, Pereira de Alencastre defendeu o desenvolvimento da “imprensa ordeira”<sup>678</sup> na Província, em oposição à imagem de uma “*imprensa jornalística transviada*”.<sup>679</sup> Tratava especificamente dos jornais liberais que faziam, desde 1851, críticas contra a mudança da capital. Esse tipo de jornalismo que “*se prostitui, corrompe e exalta a sociedade*”<sup>680</sup> era visto por ele como um ameaça ao novo momento da Província. Não poupou críticas a tal posicionamento: definiu esse jornalismo como incentivador dos “*maus instintos populares, fazendo obrar suas paixões, que se traduzem quase sempre no desrespeito às leis e à autoridade, no rompimento do pacto social, em desolações e horrores sem conta*”.<sup>681</sup> Nessa perspectiva, o jornalismo “*mais que um mal, é um crime*”,<sup>682</sup> segundo as palavras do autor. Porém, destacou as liberdades proporcionadas pelo regime imperial: “*não há país em que a liberdade de imprensa se exerça tão largamente como no Brasil*”,<sup>683</sup> a tal ponto que, de acordo com Alencastre, se corrompia em “*escândalo, imoralidade, cinismo e corrupção*”.<sup>684</sup>

Ele se referia, especificamente, ao jornal *Echo Liberal*, sediado em Oeiras. Desde que Antonio Saraiva assumira a presidência e estabelecera a mudança da capital como plataforma de governo, o periódico posicionara-se contra tal medida. A crítica de Alencastre ao jornal – mesmo depois de já fundada Teresina e executada a transferência – demonstrava a persistência de ressentimentos políticos ainda decorrentes do fenômeno. No editorial do jornal *A Ordem*, o autor indicou o tipo de proeminência que buscava em consonância com o ideal personificado pela nova cidade. “*Dar maior desenvolvimento ao jornalismo é favorecer o progresso moral, é dar maior expansão às*

---

<sup>678</sup> Jornal **A Ordem**. Ano II. N. 42. Teresina, 16 de abril de 1854, p. 1.

<sup>679</sup> *Idem*.

<sup>680</sup> *Idem*.

<sup>681</sup> *Idem*.

<sup>682</sup> *Idem*.

<sup>683</sup> *Idem*.

<sup>684</sup> *Idem*.

*ideias; as ideias, pois, e o progresso de nossa boa Província terão sempre em nós um constante e leal colaborador*".<sup>685</sup> Ao posicionar-se no campo do desenvolvimento do Piauí, e lançar os liberais de Oeiras no universo da imprensa desordeira, Alencastre operou com um antagonismo que mobilizava os ressentimentos produzidos com a mudança, e representava-os como avessos aos interesses nobres da Província. Afirmou que os liberais de Oeiras estavam atacados do "*mal da hidrofobia*".<sup>686</sup> uma forma irônica de significar o posicionamento contrário à transferência da capital para as margens do rio Parnaíba.

No mais, o jornal elencava uma série de notícias sobre a Corte, especialmente em relação à ocupação de cargos públicos nas províncias e órgãos do Império. Noticiava também acontecimentos políticos que ocupavam a imprensa europeia. Dessa forma, o periódico cumpria uma dupla função: conectar a nova cidade com o universo nacional e internacional, proporcionando um canal para a materialização do desejo cosmopolita que impregnava o universo intelectual de Teresina – e que seu primeiro jornal almejava personificar. Além disso, essa ferramenta era compreendida por Alencastre por sua natureza prescritiva, um instrumento para moldar o caráter de uma opinião pública ansiosa por informação, mas que carecia, em sua perspectiva, de modelos de ordem moral e social – em outras palavras, um mecanismo para canalizar o desejo civilizatório que a nova capital projetava para si.

Se o periódico proporcionou a Pereira de Alencastre uma forma de demarcar não somente a identidade da nova cidade e o novo tempo que ela sinalizava, como também o espectro de forças que faziam oposição a essa visão – especificamente parte da antiga capital ainda embriagada pelo ressentimento – essa experiência não pode ser equiparada ao esforço por ele empreendido no campo historiográfico. O primeiro dos aspectos já enumerados – a definição de uma cronologia histórica do Piauí – foi crucial na definição da narrativa do autor. Num plano inicial, silenciou completamente a trajetória de Manoel de Sousa Martins, que sequer apareceu em sua cronologia. Como omitir uma administração que durou quase duas décadas de uma linha temporal que pretendia organizar os mais relevantes acontecimentos relacionados ao Piauí? Não há outra explicação além das próprias intenções de Alencastre: excluir a oligarquia dos Sousa Martins do panteão da história. Para uma obra publicada em âmbito nacional,

---

<sup>685</sup> *Idem.*

<sup>686</sup> *Idem.*

através de um canal que buscava reunir o conhecimento das províncias e, por conseguinte, da própria nação brasileira – caso da Revista do IHGB – o texto alencastriano objetivava exatamente promover a dissociação de Sousa Martins de qualquer relação com a identidade de ordem e civilização personificadas pelo regime imperial. O sentimento nacional e a percepção de um novo momento político e histórico experimentados durante a década de 1850 não permitia a hegemonia de arbitrariedades de forças locais; essa perspectiva que atravessou o movimento de silenciamento da oligarquia enraizada em Oeiras foi, senão, a repercussão, numa narrativa historiográfica, de algo já consolidado no campo da política provincial com a ascensão de Sousa Ramos, em 1844. Aliás, este representou o marco final da cronologia, o que pode ser compreendido num duplo sentido: o ano chave da queda de Sousa Martins e da emergência da ideia da mudança significava tanto um fim, quanto um começo. Um passado que terminava exatamente ali – e o ponto de partida do futuro construído para o Piauí nos anos subsequentes.

O vazio deliberadamente deixado na obra de Alencastre acerca da trajetória de Manoel de Sousa Martins, do ponto de vista historiográfico, respondeu somente a critérios de natureza política. O exercício de quase duas décadas na administração de uma província é algo a ser minimamente considerado por qualquer historiador. E não seria exagero afirmar como negligente tal posicionamento para alguém que se identificava como sujeito comprometido com a produção intelectual nacional. As especificidades relacionadas ao governo Sousa Martins durante esses anos, entre 1822 e 1844, não podem ser consideradas como fenômenos restritos ao âmbito provincial, ou mesmo um anacronismo na história política do Brasil. É inaceitável a crença de que uma administração tão longa e sólida carecesse do conhecimento dos círculos mais elevados da política imperial. Sousa Martins foi, certamente, um produto de seu tempo, contemporâneo do esforço de construção de uma nação independente que procurava se inventar enquanto país. Em todos os aspectos de sua trajetória, esteve sempre alinhado ao poder central e à manutenção da ordem imperial. É mister, portanto, esclarecer algumas informações relevantes nesse sentido, e que foram omitidas da narrativa de Pereira Alencastre.

A trajetória de Sousa Martins no círculo da administração provincial pode ser identificada em seus começos durante o movimento de independência nacional a partir de 1822. O contexto referente aos desdobramentos da Revolução do Porto no Brasil – cuja consequência mais contundente foi o rompimento completo com Portugal – criou

uma situação particular no Piauí. Nesse ano, as Cortes de Lisboa enviaram para Oeiras o oficial da Cavalaria João José da Cunha Fidié, com um objetivo militar bem definido: debelar qualquer tentativa de subversão e resguardar as províncias que formavam o antigo estado do Maranhão e Grão-Pará. A capital piauiense representava, na geopolítica militar portuguesa, o ponto de sutura entre esse espaço e o restante do território brasileiro. Por terra, só era possível acessar Maranhão e Pará através do Piauí – daí a importância estratégica conferida a Oeiras.

Quando D. Pedro I proclamou a ruptura política com Portugal, a notícia demorou algum tempo para atingir as várias partes do Brasil. O primeiro conhecimento das articulações que aconteciam no Rio de Janeiro se deu através do Ceará. Com o reconhecimento dos moradores da vila de Granja, a vila de São João da Parnaíba decidiu aderir ao movimento. Ao tomar ciência da atitude dos parnaibanos, o major Fidié marchou de Oeiras para reprimir seus moradores e garantir o juramento de fidelidade às Cortes de Lisboa. Sua ausência da capital não foi uma decisão acertada: sem sua presença e de suas tropas, os oeienses também proclamaram sua adesão a D. Pedro I e à Corte do Rio de Janeiro. Foi nesse momento que a figura de Manoel de Sousa Martins emergiu no centro da política provincial. Eleito membro da junta provisória após o reconhecimento formal da independência nacional, assumiu a presidência do Piauí, em 1824. Nesse mesmo ano, eclodiu a Confederação do Equador – movimento de oposição à constituição nacional votada no período, e que incluía as províncias de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí.<sup>687</sup> O presidente reprimiu-o com a ameaça de uso do contingente militar provincial, conseguindo com isso a contenção das vilas insurretas. Esse comprometimento de Sousa Martins com a manutenção da ordem imperial lhe angariou o reconhecimento nos círculos da política nacional. Exerceu o cargo de presidente até o ano de 1829.

O fenômeno das guerras de independência no Piauí e o reordenamento da política nacional com a necessidade de construção do Estado brasileiro – cujo desafio em suturar diversas províncias na centralidade do sistema foi, desde o início, o seu principal problema – permitiu a ascensão de uma oligarquia familiar reconhecidamente comprometida com esse novo estado de coisas. Manoel de Sousa Martins não operava sozinho; pelo menos três famílias assumiram a direção administrativa provincial: os Sousa Martins, os Araújo Costa, e os Miranda Ozório. Este mesmo grupo foi reconhecido, num documento oficial do Império, por seus méritos nas lutas pela

---

<sup>687</sup> COSTA, 1974, v. 2. P. 350.

independência do país. Inclusive, a junta governamental<sup>688</sup> à frente da Província durante os conturbados anos de conflito foi formada por esse mesmo grupo familiar – o que permite supor que sua continuidade nos anos posteriores fosse o reconhecimento, no plano frágil de construção inicial do Estado nacional, desta articulação.

Até 1829, Sousa Martins exerceu as funções de presidente, quando foi substituído por José Guimarães Silva; este, falecido dois anos depois, deixou uma lacuna novamente por ele ocupada, na condição de primeiro vice-presidente, no ano de 1831. Em 1833, foi formalmente reconhecido do cargo, numa administração que durou praticamente todo o período regencial, sendo finalizada oficialmente em 1843 – quando foi substituído por Sousa Ramos na direção da Província e, praticamente, encerrou suas atividades na carreira política. Durante esse período de quase dez anos, certamente o episódio mais emblemático de sua trajetória como administrador foi a rebelião da Balaiada, que envolveu as províncias do Maranhão e Piauí numa guerra de quase três anos contra o movimento<sup>689</sup> – e iniciou o processo de desgaste político no âmbito nacional responsável por sua saída do cargo. No contexto provincial, permitiu a emergência dos ressentimentos contra o grupo familiar encabeçado por Martins, a ponto de dividir os partidários em dois lados: aqueles que se alinhavam à sua administração, e os demais contrários à duração de um governo visto como despótico. No mais, a substituição da Regência pelo Segundo Reinado tornou insustentável a prevalência de lideranças provinciais da envergadura de Sousa Martins – cuja hegemonia se confundiu com a própria imagem do Piauí, devido a sua relação visceral com a administração durante esse longo período.

Mesmo assim, a rebelião da Balaiada significou para ele o título de Visconde – apesar de ter sido posteriormente denunciado por certos desvios durante o conflito. Não há dúvidas da existência de irregularidades ou polêmicas ao longo de sua administração. Nem de construir uma escala de valores positivos ou negativos. Não se trata, aqui, de elaborar uma avaliação desta natureza, mas reforçar que a omissão deliberada de Alencastre não se justificou em termos históricos. Mesmo em dois aspectos tão caros ao discurso mudancista – que legitimariam a transferência de Oeiras por sua deficiência em produzir o futuro da Província – a presidência de Sousa Martins foi capaz de operar: a criação de vilas e a navegação. O ano de 1832 representou o reconhecimento formal,

---

<sup>688</sup> *Ibidem*, p. 344.

<sup>689</sup> *Ibidem*, p. 402.

através do Conselho provincial e com autorização da Regência, de cinco vilas no território do Piauí, sendo elas: Poti, São Gonçalo, Marvão, Piracuruca e Jaicós. Tal fenômeno só acontecera no momento de criação da Capitania de São José do Piauí, ainda no período colonial. Um feito considerável em termos urbanísticos e institucionais. No quesito da navegação, no mesmo ano foi decidida uma resolução cuja finalidade era desobstruir as cachoeiras do rio Canindé para facilitar a circulação de embarcações entre ele e o Parnaíba. Apesar de não ter sido posta em execução, já sinalizava para o reconhecimento do potencial relacionado aos cursos fluviais no Piauí. Até mesmo o discurso acerca do potencial natural da Província, conectado a uma ideia de progresso – um dos elementos que sustentaram o discurso mudancista – foi por ele explorado num de seus relatórios governamentais.

Não é possível desconsiderar, numa outra perspectiva, que a longa duração na direção da administração não tenha sido marcada por uma concentração progressiva dos poderes de Sousa Martins, sustentado pelo sistema de favores e privilégios pessoais. Quando visitou o Piauí em 1839, o botânico inglês George Gardner<sup>690</sup>, fez uma avaliação que permite mensurar a dimensão política do presidente do Piauí. “*Não pude coibir-me de escutar a aparência dum indivíduo cujo nome é mais afamado do que o de qualquer outro no Norte do Brasil, e cujo governo despótico na província de que é presidente, ganhou-lhe a alcunha de França do Piauí*”.<sup>691</sup> Em 1844, em seu relatório governamental, Sousa Ramos destacou as arbitrariedades de Sousa Martins e que não seguiria o “sistema” de administração de seu antecessor. Em 1845, o Zacarias de Góes reportou uma tentativa de cerco armado nos arredores da capital, Oeiras, cujo objetivo foi a expulsão do ex-presidente da cidade. Os ressentimentos contra Martins eram tão intensos que, mesmo depois de sua saída à frente do governo provincial, a imagem de homem político estava seriamente desgastada e fragilizada perante a opinião pública.

É importante ressaltar outra vez que não se trata, aqui, de uma tentativa de historicizar elementos da trajetória política de Sousa Martins; porém, afirmar que há elementos suficientes para minimamente justificar sua relevância dentro de qualquer cronologia histórica que tenha o Piauí como objeto. Uma figura pública e complexa que atravessou praticamente duas décadas no centro da administração de uma Província, e que se envolveu em episódios relevantes da história brasileira, não deve ter sua

---

<sup>690</sup> Gardner percorreu várias províncias brasileiras e escreveu o livro *Viagens ao Brasil*, onde narrou sua passagem pelo Piauí.

<sup>691</sup> COSTA, 1972, v. 2, p. 404.

passagem silenciada senão por elementos de natureza política. As intenções de Alencastre na elaboração de sua narrativa, portanto, responderam a esse esforço de transpor para o campo historiográfico o universo político no qual estava intimamente inserido. Assim ele escreveu, no item *Despotismo*, a respeito de Sousa Martins:

Fez-se a Independência: o Brasil teve instituições liberais; todos os brasileiros foram felizes depois da emancipação política; as Províncias a sombra do pacto fundamental prosperaram e se engrandeceram, porém o Piauí nunca pôde aplaudir e bem dizer o dia 24 de janeiro de 1823! Porque o Piauí continuou a gemer, e a esterilizar-se sob o jugo degradante de um governo despótico e imoral, de que há poucos exemplos na história. Vinte anos de acerbas provações, vinte anos de descrença amarga, vinte anos longos assinalados por outras tantas enormidades, vinte anos governou o infeliz Piauí um homem sem princípios, sem educação, que deveu todo o seu merecimento a uma dessas aberrações da fortuna, a um desses caprichos monstruosos da sorte. E ele governou sua Província por quase vinte anos! Sem lei porque esta – eram os arrebatamentos fatais de seus maus instintos! Sem justiça; porque ele foi o algoz da honra e da vida de seus concidadãos! Seu governo, foi sempre sua vontade e seu arbítrio. Este homem ainda existe, e o historiador que para o futuro quiser dele falar, e de seu governo, escreverá – nada – sobre uma página negra.<sup>692</sup>

Algumas questões importantes devem ser destacadas sobre esta representação elaborada por Pereira Alencastre – principalmente no âmbito de suas repercussões políticas. Ele construiu uma perspectiva temporal relacionada ao processo de emancipação política brasileira, lançando-o no plano da felicidade e prosperidade compartilhadas pelas províncias que incorporaram para si esse “novo tempo”. O Piauí, ao contrário, não usufruiu desta mesma imagem de futuro, como que desconectado de um movimento nacional. Nesse ponto, a referência do autor ao dia 24 de janeiro de 1823 é fundamental. Nesta data aconteceu a proclamação, na cidade de Oeiras, de sua adesão ao esforço emancipacionista – no qual Manoel de Sousa Martins teve participação relevante e que lhe possibilitou, posteriormente, ocupar o centro da administração no Piauí. Porém, na perspectiva do autor, ele não incorporou os princípios “liberais” relacionados à “felicidade” e “prosperidade”; ao contrário, representou a antítese desta imagem para personificar um governo “despótico” e “imoral” – obstáculo, portanto, às promessas de redenção e futuro. A sua trajetória, dentro desta projeção temporal – especialmente o longo período de duração – passou a ser definida como uma “aberração da fortuna”, um acaso, ou mesmo um erro histórico. Dessa forma, Alencastre promoveu um deslocamento da imagem de Martins para o passado, como algo a ser superado e, quiçá, apagado da memória histórica da Província.

---

<sup>692</sup> ALENCASTRE, 1981, p. 68.

Sobre esta “página negra” não haveria nenhum legado aos historiadores futuros; condenava, dessa forma, a figura de Martins não somente ao esquecimento político, mas à própria supressão de seu nome da escrita da história.

A construção deste esquecimento não pode ser desconectada do momento no qual foi produzido – os primeiros anos de efetivação da mudança da capital e construção de Teresina – nem se limitou apenas a apagar uma memória política relativa ao período da administração de Sousa Martins. Esse esforço também foi deslocado para a cidade de Oeiras e a representação desta na mesma dinâmica, como um lugar e um tempo a serem superados. Também esta perspectiva foi desenvolvida ao longo dos relatórios governamentais que, a partir de 1844, problematizaram a transferência e buscaram legitimá-la através da constituição desta imagem para a antiga capital. Quando Antonio Saraiva falou aos deputados em 1851, justificou dessa forma a necessidade da mudança: era preciso tirar a capital “destes sertões”, em alusão à Oeiras. O que era esse *sertão* no qual a cidade estava suturada?

Ao longo da história colonial e no período pós-independência existem muitos subsídios para compreender o significado deste conceito. *Sertão* significou, num primeiro plano, uma categoria geográfica: servia para aludir às zonas amplas dos domínios portugueses, aos “matos desertos”, segundo a definição de um dicionário do século XVIII. À medida que saberes foram construídos acerca destas zonas, uma imagem de sua população também foi sendo elaborada. Basta analisar os textos de Miguel de Carvalho, as correspondências do Bispado de Pernambuco, as cartas régias de criação da Capitania, as cartas de João Pereira Caldas, os documentos do Conselho Ultramarino, e os próprios relatórios governamentais do século XIX para compreender essa construção histórica. Ao longo de quase dois séculos, o *sertanejo* foi sendo elaborado como figura indômita, avessa à justiça, propenso ao crime, longe da civilização, e objeto de ação das administrações com o intuito de discipliná-lo e trazê-lo às “luzes”. O *sertão*, mais que um problema, era um obstáculo à plena efetivação dos projetos civilizatórios com suas especificidades, seja na colônia ou no império.

A relação de Oeiras com o *sertão* não era nova, portanto. No período da mudança da capital no Piauí, ela foi mobilizada com a intenção política de se projetar, na nova capital, a antítese desta imagem. Por sua vez, não se tratava de um esforço restrito aos círculos provinciais. O *sertão*-problema foi algo fundamental para o discurso político do Segundo Reinado, que elaborou para si uma identidade conectada aos ideais de civilização que o próprio sistema personificava. Por esse motivo, vários presidentes

da Província, antes e depois da fundação de Teresina, usaram a expressão “*nostros sertões*”, em alusão à necessidade de incorporá-lo ao discurso futurista do império. Dessa forma, o conceito demonstrava a sua dimensão temporal: a materialização de um passado que servia para dar legitimidade às projeções de futuro. Alencastre, por exemplo, definiu Oeiras como uma “*decadente cidade*”; não lhe cabia mais a proeminência sobre as expectativas do Piauí, sendo este lugar reservado à nova capital, Teresina. Quando descreveu a freguesia de N. S. do Amparo, assim afirmou:

Tendo sido em 1850 nomeado presidente o Dr. José Antonio Saraiva, entendeu ele, empossado da administração, que o maior serviço que podia fazer à Província do Piauí era mudar a sua capital para a margem do Parnaíba, ou por outra, realizar um pensamento luminoso, que há mais de 50 anos um governo inteligente e zeloso havia sido o primeiro a concebê-lo, e que outros nunca ousaram empreender, ou porque julgaram imprudente, senão impossível, o que era tão natural e exequível, ou porque temiam os sacrifícios próprios, antepondo o bem-estar pessoal à pública conveniência. Foste esta ou aquela razão, o que é evidentemente claro é que a empresa era grande; porque importava nada menos que a criação de uma cidade, que em seu seio pudesse acolher uma população numerosa, que consigo devia a capital transportar, que tivesse todos os cômodos para as repartições fiscais, e outros estabelecimentos públicos. O Sr. Saraiva sabia muito bem que para levar a efeito tão heroica empresa só era preciso a perseverança, o trabalho, e boa direção, e dotado de todas estas qualidades meteu mãos à obra confiado em que a mudança merecia o apoio geral da Província, e o que mais é, tinha já sido sancionado por atos legislativos, que a Assembleia Provincial de 1850 havia revogado sem reflexão, e sem prudência. Mas não era a falta de uma lei que deveria pôr tropeços ao inteligente administrador que, depois de sondar bem o espírito público, conheceu que devia ir avante, porque tinha do seu lado o bom senso, e a opinião geral da Província, que logo se pronunciou com fervor, e oficialmente. Uma fração de oposição política, depois que o Sr. Saraiva, voltando de suas primeiras viagens aos municípios do Poti e São Gonçalo, disse em Oeiras que a mudança era um problema, que se havia de resolver, começou a blasfemar contra ela por meios indiretos, porque via burlados seus mais lisonjeiros planos de futuro, ou talvez porque fora quem primeiro aplaudira a mudança quando não passava do círculo de uma conversação. Na viagem que fez ao norte da Província, de estudo e observação, conheceu o Sr. Saraiva muito bem que só o município do Poti era capaz de oferecer maior garantia à mudança, garantia de presente e ainda mais de futuro, que tão prudente e sabiamente estudou e calculou. Assim pois o município do Poti foi o escolhido, pela sua bela situação topográfica, e por grande número de outras razões, para receber a capital da Província há quase um século, e mais do que um século, degradada nos áridos rochedos da Mocha.<sup>693</sup>

O trecho da narrativa alencastriana demonstrava a construção da imagem de Antonio Saraiva enquanto sujeito altruísta, conectado com as expectativas da Província e disposto a sacrifícios pessoais, acima de convicções políticas, para a materialização do futuro do Piauí. Na genealogia da mudança, ele fora o único capaz de compreender sua

---

<sup>693</sup> *Ibidem*, p. 126.

magnitude e executar os esforços para seu empreendimento. Não há, nessa memória, lugar para os demais administradores que construíram o conjunto de saberes necessários para problematizá-la – como Sousa Ramos, Zacarias de Góes ou Xavier Cerqueira – pois nenhum deles era dotado dos adjetivos que definiram a imagem pública de Saraiva. A única conexão estabelecida por Alencastre com o passado do Piauí em relação ao tema da transferência da capital foi entre Antonio Saraiva e Pereira Amorim – este representava o “*governo inteligente e zeloso*” ao qual o autor se referiu quando delimitou o corte de “*mais de 50 anos*”. Esta perspectiva reforçava a imagem de Saraiva como redentor de um projeto antigo, portador do futuro do Piauí, mas acorrentado a uma velha capital “*degradada nos áridos rochedos da Mocha*”.

Na narrativa alencastriana, o presidente Saraiva estabelecia uma relação com o Poti pela capacidade de visualizar o seu potencial “*de presente e ainda mais de futuro*”. Dessa forma, esvaziara tanto a lei de 1844, quanto a escolha de São Gonçalo – considerados incoerentes e justificados por interesses pessoais incompatíveis com o altruísmo por ele personificado. Saraiva “*estudou e calculou*” a projeção de futuro da Província; com esta afirmativa, Alencastre conectou o presidente aos próprios interesses do Piauí, na medida em que sua imagem era confundida com o próprio ideal de mudança da capital. Dessa forma, construiu uma memória para a Província sustentada na imagem de futuro e no discurso de civilização que legitimava, no plano político, a necessidade de tirar de Oeiras a proeminência como capital.

Além disso, divulgou a identidade política de Saraiva como fundador da nova cidade e portador dos méritos da conquista. Publicado em 1857, o texto de Alencastre circulou através da Revista do IHGB, e sua abordagem histórica tornou visível todo o monumento historiográfico por ele erguido: as dualidades entre Teresina e Oeiras, e seus respectivos ícones – Antonio Saraiva e Manoel de Sousa Martins; e os embates entre futuro e passado na dinâmica histórica provincial. Essa construção se tornou tão hegemônica que, na reedição do mesmo texto, em 1981, o historiador responsável por prefaciar a obra assim escreveu sobre a história do Piauí: “*O longo período que vem da década de sessenta da centúria anterior, vai terminar em 1852, quando a transferência da capital para Teresina muda também o eixo da civilização piauiense*”.<sup>694</sup>

A afirmação permite algumas observações. Em primeiro lugar, demonstra como a historiografia incorporou a ideia da mudança como um divisor de águas na

---

<sup>694</sup> *Ibidem*, p. 15.

história do Piauí. O uso do termo *civilização* pode implicar uma imagem ambígua. Teresina representou uma mudança de eixo, no próprio sentido pragmático da substituição de uma capital por outra, com o termo significando o conjunto da história da sociedade piauiense; ou o deslocamento de um *modelo civilizacional*, personificado por Oeiras, para outro sustentado na visão da nova capital e, num plano mais amplo, do próprio Segundo Reinado. Nesse aspecto, o conceito carregava um teor político que produzia, no seu âmbito, imagens de futuro e passado no campo da historiografia – por sua vez, já elaboradas nos relatórios governamentais desde 1844 até 1852. Por outro lado, produzia o silêncio sobre o horizonte de expectativas na fundação de Oeiras, em 1761, omitindo o fato de que um conceito de *civilização*, também no período colonial, foi mobilizado para legitimar um projeto de Estado.

A história escrita por Alencastre incorporou, assim, elementos presentes no universo político que problematizou e executou a transferência. Ele operou com os mesmos termos como *felicidade*, *prosperidade*, *progresso*, *civilização* e *cidade* para constituir a identidade de Teresina e delimitar o seu lugar na história, ao mesmo tempo em que tornava dizível, em termos historiográficos, a imagem já trabalhada durante anos de relatórios governamentais.

### **3.3 Literatura, cidade, sertão: Hermínio Castelo Branco e a *Lira Sertaneja***

A emergência da nova capital como objeto político e historiográfico antecedeu em alguns anos o esforço de *dizê-la*, também, no universo literário. O marco nesse movimento foi a publicação do poema “*A Teresina*”, de autoria do escritor piauiense Hermínio Castelo Branco. Lançado pela primeira vez em periódico da cidade, o texto elaborou uma visão negativa do espaço urbano ao conectá-lo com a imagem de degeneração das relações humanas nas grandes cidades. Buscou informar – a partir de um olhar racional – e conduzir o leitor a contemplar essa visão, baseada na temeridade em relação à possibilidade de Teresina – ainda “pequena”, de acordo com as palavras do autor – se desvirtuasse por esse caminho. Confrontada com o contexto de sua produção literária, a narrativa de Castelo Branco permite observar a constituição de um discurso oposto ao campo político – e que mobilizou, porém, seus elementos mais caros – em relação a conceitos chave como *cidade*, *civilização*, *progresso* e *sertão*. Portanto, é

importante uma análise ampla de suas produções – especialmente seu único livro publicado, a *Lira Sertaneja*.<sup>695</sup> Inicialmente, é necessário proceder sobre o poema em questão:

Cidade! Que horror! Que nome abjeto!  
 Que frio que causa no fundo dest'alma!  
 Jamais se harmoniza com os sons de uma Lira  
 Forjada nos bosques, com cordas de palma!  
 Subamos aos cimos de um monte distante  
 Olhemos o ponto que ali se levanta  
 Com calma, notemos, leitores, atentos  
 Qual douto engenheiro que tira uma planta  
 Que nobres palácios soberbos se alteiam!  
 Que luxo, que pompa, que imensa grandeza!  
 Que vícios, que crimes, ali se praticam...  
 Que dores, que angústias, mascara a riqueza!  
 O rico avarento, qual cão morto à fome,  
 Guardado cioso seu cobre trancado;  
 O usuário arrancando, sem dó, os farrapos  
 Da penúria do pobre à miséria imolado!  
 Com intrigas, calúnias, infâmias urdindo,  
 Consegue o seu fim a maldita ambição:  
 O vício envenena a incauta inocência,  
 A inveja enlameia a virtude à traição.  
 A justiça algemada, cativa do forte,  
 Esmaga aos fracos, que gemem de balde;  
 O ódio se alteia no peito das vítimas,  
 Desola a família o luxo, a vaidade.  
 Aldaz, sobranceira, domina a impostura;  
 Hipócritas preces espancam a fé,  
 As aras do templo, profanas tragédias,  
 Os nossos políticos inventam até!  
 Enfim, a cidade, é a luta incessante,  
 Embate contínuo de rudes paixões;  
 É a morte do corpo e o veneno do espírito;  
 É o foco satânico de mil maldições.  
 Eu falo das grandes, imensas cidades  
 Não trato de ti, que inda és pequenina  
 Respeito a inocência e o verdor de teus anos  
 Assim como há outras, tu és – Teresina<sup>696</sup>

Um primeiro olhar lançado sobre o poema aponta para a construção de outra perspectiva sobre o objeto *cidade*. Se, no discurso político e historiográfico dos primeiros anos da mudança da capital, o universo urbano foi representado como o lugar privilegiado de usufruto da felicidade e da prosperidade – embalado no conceito de civilização que sustentava essa projeção – no texto de Castelo Branco significou a antítese disso. Alguns elementos configuravam a sua representação de cidade: o lucro, a busca pela prosperidade econômica, os embates sociais advindos desta relação, a

<sup>695</sup> CASTELO BRANCO, Hermínio. *Lira Sertaneja*. Teresina: Comepi, 1972.

<sup>696</sup> *Idem*, p. 153.

tendência ao vício, a injustiça, a subordinação da sociedade aos interesses políticos, a imoralidade, a desintegração de relações familiares. Entre vícios e vicissitudes, a cidade personificava uma “*luta incessante*”, embate de “*rudes paixões*”, que matavam os corpos e envenenavam os espíritos. Tratava-se, dessa maneira, de um deslocamento da ideia de rudeza – que no discurso político, historicamente, estava relacionado às representações de *sertão* – para a experiência de vida nas cidades. Neste aspecto, o poema instituiu uma dualidade: a cidade – “*nome abjeto*” – possuía o seu *outro* – o *campo* – representado na metáfora da *Lira*. No *sertão* habitavam as virtudes que faltavam ao universo urbano. Essa relação foi definida a partir da construção de um observador privilegiado, que convidava o leitor a se distanciar e olhar a cidade numa perspectiva “do alto”, como estratégia de legitimação deste mesmo olhar. “*Qual douto engenheiro que tira uma planta*”, assim expressou Castelo Branco a natureza desta forma. E por quê? Quais os fundamentos retóricos desta visão?

Em primeiro lugar, é importante destacar a existência, na obra deste autor, de elementos relacionados à sua leitura do Antigo Testamento, que serão aprofundados em momento oportuno. O lugar definido para a perspectiva do autor era a *montanha*; espaço por excelência, no universo das escrituras, da revelação divina: a morada da verdade. “*Subamos aos cimos de um monte distante*”, assim escreveu Castelo Branco. A escolha deste ponto referencial, portanto, reservava ao olhar do autor a legitimidade para condenar a cidade. Mas ele agregou também, juntamente com esta perspectiva “espiritual”, a racionalidade técnica da elaboração de plantas ou mapas, não somente para cartografar as vicissitudes urbanas, mas para fixar, na metáfora do engenheiro, o desejo de poder e controle que a perspectiva do alto lhe permitia. Tal movimento lhe outorgava um sentimento de onipotência forjado na ideia do distanciamento. Ele foi experimentado através da apropriação de um “elemento natural carregado de simbologia religiosa”<sup>697</sup> – a montanha – que lhe permitiu questionar, sob padrões de moralidade, a cidade; além disso, incorporar uma racionalidade legitimadora de sua representação do universo urbano. Para compreensão em termos teóricos esta racionalidade é importante citar as palavras de Michel de Certeau sobre a questão:

Subir ao alto do WTC é o mesmo que ser arrastado até o domínio da cidade. O corpo não está mais enlaçado pelas ruas que o fazer rodar e girar segundo uma lei anônima; nem possuído, nem jogador ou jogado, pelo rumor de tantas

<sup>697</sup> VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. **A cidade dos dizeres possíveis**: natureza, civilização e progresso na invenção de Teresina. UFPI, 2010, p. 56. (Dissertação de Mestrado).

diferenças e pelo nervosismo do tráfego nova-iorquino. Aquele que sobe até lá no alto foge à massa que carrega e tritura em si mesma toda identidade de autores ou de espectadores. Ícaro, acima dessas águas, pode agora ignorar as astúcias de Dédalo em labirintos móveis e sem fim. Sua elevação o transfigura em voyeur. Coloca-o à distância. Muda num texto que se tem diante de si, sob os olhos, o mundo que enfeitiçava e pelo qual estava “possuído”. Ela permite lê-lo, ser um Olho solar, um olhar divino. Exaltação de uma pulsão escópica e gnóstica. Ser apenas este ponto que vê, eis a ficção do saber.<sup>698</sup>

É preciso considerar as singularidades da experiência descrita por Michel de Certeau e compreender apenas os aspectos que interessam aqui. Ele compreendeu que a possibilidade do *distanciamento* como elemento definidor de um *olhar* correspondia à experimentação desta condição dupla: “um olhar divino” como materialização de “uma pulsão escópica e gnóstica”. Foi esse o desejo que caracterizou a estratégia retórica elaborada por Castelo Branco para construir a sua representação de cidade. A busca pela divindade na construção de um saber capaz de conceituar o universo urbano foi de extrema relevância dentro da construção retórica do poema *A Teresina*. No final do texto há um verso em que o autor fez emergir uma distinção entre cidades: havia as “grandes” e as “pequeninas”. A estrofe final afirmava que a poesia não descrevia Teresina; ao contrário, era para ela dirigida. Um aviso sobre aquilo que viria a padecer caso se tornasse a imagem dos grandes centros corrompidos. A capital, por enquanto, preservada por sua “*inocência e verdor*”, ainda portava em si a possibilidade de redenção – da mesma forma que outras cidades de natureza semelhante. Esse aspecto da poesia de Castelo Branco deve ser elucidado através da ideia de *intertextualidade*: a presença de elementos literários de outros textos dentro de sua obra. Neste caso em particular, as escrituras bíblicas.

No capítulo do *Gênesis*, especificamente na passagem sobre a destruição de Sodoma, existem todos os elementos mobilizados no poema em questão: a *montanha*, a *cidade grande* e a *cidade pequena*. Nele, o personagem Lot foi orientado a fugir da destruição promovida pela ira de Deus e procurar refúgio na proteção de uma montanha. Entretanto, ele reconheceu que não chegaria a tempo para salvar-se do flagelo. Pediu, assim, a permissão para proteger-se numa cidade pequena, chamada Segor, localizada entre Sodoma e a Montanha. Esta graça concedida por Deus salvou-a da destruição – assim como a Lot e sua família. Eis o trecho na íntegra desta passagem bíblica:

---

<sup>698</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

Ao amanhecer, os anjos instavam com Lot, dizendo: “Levanta-te, toma tua mulher e tuas duas filhas que estão em tua casa, para que não pereças também no castigo da cidade”. E, como ele demorasse, aqueles homens tomaram pela mão, a ele, a sua mulher e as suas duas filhas, porque o Senhor queria salvá-los, e o levaram para fora da cidade. Quando já estavam fora, um dos anjos disse-lhe: “Salva-te, se queres conservar tua vida. Não olhes para trás, e não te detenhas em parte alguma da planície; mas foge para a montanha, senão perecerás”. Lot disse-lhes: “Oh, não, Senhor! Já que vosso servo encontrou graça diante de vós, e usastes comigo de grande bondade, conservando-me a vida: vê-de, eu não me posso salvar na montanha, porque o flagelo me atingiria antes, e eu morreria. Eis uma cidade bem perto onde posso abrigar-me. É uma cidade pequena e eu poderei refugiar-me nela. Permiti que o faça – ela é pequena – e terei a vida salva”. Ele disse-lhe: “Concedo-te ainda esta graça: não destruirei a cidade a favor da qual me pedes. Apressa-te e refugia-te lá porque nada posso fazer antes que lá tenhas chegado”. Por isso, puseram àquela cidade o nome de *Segor*.<sup>699</sup>

A relação estabelecida entre a narrativa bíblica e o poema de Castelo Branco é esclarecida neste aspecto. Segor servia de analogia para Teresina e sua definição de *cidade pequena*. Tomando como referência o modelo de corrupção materializado por Sodoma, e o seu oposto, o espaço sagrado da Montanha, é interessante observar a existência de um terceiro ponto dentro desta relação maniqueísta. Como território limite, caberia a Segor ser capaz de suportar uma tensão responsável por caracterizar a sua natureza ambígua: próxima o bastante da montanha para salvar-se; perto demais da cidade para corromper-se. Teresina, desta forma, habitava o limite entre o urbano – lugar dos vícios e das vicissitudes – e a natureza – espaço da salvação e da existência divina. Havia, portanto, na narrativa do autor, uma série de sentimentos resultantes desta percepção: alívio, pela condição “*pequenina*” da capital; temor, pelo medo de sua transformação numa “*grande cidade*”; e incerteza, pela natureza tensa desta condição ambígua que caracterizava Segor ou Teresina.

Para compreendermos com mais efetividade a representação negativa do espaço urbano que caracterizou a narrativa em questão é necessário considerar que ela própria já apresentava um subsídio importante: a dualidade de dois universos que jamais se harmonizavam: o campo e a cidade. O conjunto da obra de Castelo Branco – cujo corpo principal foi constituído por seu único livro publicado, a *Lira Sertaneja* – representou um esforço em sacralizar a natureza, fazendo dela a materialização do engenho divino e cristalizando a percepção do urbano como força antagônica a essa projeção. A cidade materializava um ideal de civilização caracterizado pelo desejo de

<sup>699</sup> Gênesis. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução Centro Bíblico Católico. 80ª ed. São Paulo: Editora Ave Maria, 1991, p. 64. Edição Claretiana.

submeter aos seus domínios o homem e o mundo natural. O conceito de *civilização*, o *sertão* e o *sertanejo*, foram elementos fundamentais para a construção retórica do livro.

Neste aspecto, não há como não relacioná-lo, numa perspectiva semântica, com o discurso político vigente no Piauí durante os começos da mudança da capital. Tomando como referência o relatório de Albuquerque, em 1856, o presidente caracterizou parte da população como indolente, ociosa, tendenciosa ao vício e ao crime, sendo necessário o trabalho de intervenção para moldá-la a partir de padrões que lhe permitisse usufruir das promessas da civilização.<sup>700</sup> No geral, a retórica política estava fundamentada na percepção do Piauí como uma terra grandiosa e rica, com grande potencial para desenvolver a cidade, a indústria e a navegação – exatamente os pilares da imagem de futuro resultante. Porém, um obstáculo emperrava essa projeção: o *sertão* e seus habitantes. Enquanto estes não fossem disciplinados, o futuro da Província oscilava no campo da incerteza. Seja através da indústria ou do trabalho, moldando a terra e o homem, não foram poucos os presidentes que falaram em nome dos “*nossos sertões*”, como estratégia de incorporá-lo ao discurso civilizatório do regime. Essa construção de natureza política também operou, assim, sob uma dualidade imagética: a *cidade*, portadora do futuro e da civilização; e sua antítese, o *campo*, caracterizado por essa relação ambígua de ser, ao mesmo tempo, obstáculo e objeto.

O que fez Hermínio Castelo Branco com sua *Lira Sertaneja* foi um processo de inversão total desta ordem do discurso político produzido no contexto da mudança da capital. A felicidade e a prosperidade foram remanejadas do universo urbano para o universo rural, esvaziando-se o ideal de civilização do monopólio destes dois elementos. A cidade foi rebaixada para a categoria de obstáculo, pois a materialização desta utopia rural dependia do afastamento e distanciamento de qualquer relação com ela. Configurou-a, também, na forma de objeto, já que servia de parâmetro moral na definição de comportamentos considerados virtuosos e identificados com a vida *sertaneja*. Dessa forma, a *Lira Sertaneja* representou um esforço, no campo literário, de construção de saberes alternativos sobre objetos já mobilizados no campo político, em especial a imagem do *homem do sertão*, seus costumes e as características do coletivismo rural que materializava essa sociedade particular. No poema *O Vaqueiro do Piauí* é possível visualizar as estratégias retóricas imprimidas por Castelo Branco na constituição desta imagem:

---

<sup>700</sup> Relatório do Presidente Almeida e Albuquerque dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí em 22 de setembro de 1856.

Eu sou rude sertanejo  
 Só falo a língua das selvas  
 Onde impera a natureza  
 Não sei fazer epopeias  
 Não entendo de poemas  
 Nem choramingo tristeza  
 Não canto as glórias da pátria  
 Nem os feitos dos heróis  
 Nem os perdidos amores  
 Nem sei se o mundo se alonga  
 Além das raias que vejo  
 Nesta campina de flores.  
 E quem não for sertanejo  
 E queira compreender  
 A beleza de expressão  
 Consulte os dicionários  
 De língua chã, verdadeira  
 Do homem cá do sertão.<sup>701</sup>

Hermínio Castelo Branco afirmou, no poema de abertura de sua obra, o comprometimento como uma imagem do *sertanejo* antagônica às adjetivações negativas que habitavam o discurso dos presidentes provinciais. A ideia de rudeza – tão cara à representação das populações do sertão – foi invertida e definida como qualidade oposta ao modelo disciplinar característico da cidade, onde suas convenções, etiquetas e padrões de comportamento não se alinhavam com os ideais de simplicidade e solidariedade relativos ao universo comportamental da sociedade sertaneja. Esse universo especial possuía uma linguagem própria, natural e, por isso, verdadeira. Do seu conhecimento dependia a entrada nesse mundo particular: o “*homem cá do sertão*” habitava um lugar específico, o *aqui* e o *nós* em oposição ao *lá* e o *outro* – cuja referência não é difícil de identificar na cidade. Reforçou, assim, o maniqueísmo característico de toda a sua narrativa.

Este poema de abertura servia para indicar a tônica de seu livro. Um momento inicial de delimitação da imagem do *sertanejo* e a linguagem específica de seu universo, como um aviso ao leitor que fosse viajar pelas veredas desse caminho. Após esse rito primeiro, uma segunda assertiva estabelecia como determinante a sua *retórica do distanciamento* para fixar a alteridade do *sertão* em relação à *cidade*. Nesse aspecto, a ideia de um lugar longínquo mobilizada no discurso político para negativizá-lo passou a ser, aqui, a condição para a manutenção de suas qualidades. No poema *Casamento num sertão de farinhada*, Castelo Branco instituiu esse lugar:

---

<sup>701</sup> CASTELO BRANCO, 1972, p. 23.

Nas matas do Piauí  
 E margens do Parnaíba,  
 Muito longe da cidade,  
 Existe um certo lugar  
 Pela pobreza habitado,  
 Que se chama Soledade.  
 É lá, meu caro leitor,  
 Que pretendo te levar,  
 Por entre a mata, sombria,  
 Provando-te que no mundo,  
 Neste caos de maldições,  
 Ainda existe alegria<sup>702</sup>

“*Muito longe da cidade*”; era esta a base da estrutura de diferenças fixadas no maniqueísmo da *Lira*. No mesmo poema, o autor escreveu:

Tu leitor, se és da cidade,  
 Alheio à felicidade,  
 Que se goza no sertão,  
 Vais uma cena assistir,  
 Em que pode consistir  
 O viver do coração.  
 Dá-me teu braço amistoso:  
 Verás quanto à venturoso  
 Nosso matuto roceiro,  
 Sentido no rude peito,  
 O dulcíssimo efeito  
 Do grato amor verdadeiro  
 Vais notar a diferença,  
 Que disparidade imensa  
 Do casamento forjado  
 Pelo mais vil interesse,  
 Que na cidade se tece,  
 Quase sempre desastrado...  
 Não te zangues. A franqueza  
 De tudo que a natureza  
 Bondosa me ofertou,  
 É a qualidade inata,  
 Que minh'alma mais acata  
 Da qual mais se orgulhou.<sup>703</sup>

Nesta poesia, Castelo Branco utilizou a analogia do casamento para apresentar a superioridade de virtudes do sertanejo comprometido com relações de afetividade e solidariedade, em oposição às relações urbanas mobilizadas por interesses materiais que roubavam do homem o usufruto da felicidade verdadeira. Mais uma vez o autor reforçou o deslocamento desta palavra – muitas vezes empregada nas projeções políticas de futuro centralizadas na cidade – para o universo do *sertão*, numa construção inversa aos documentos oficiais que elaboravam a imagem do vício e da degeneração

---

<sup>702</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>703</sup> *Idem*.

para representá-lo. A cena do casamento sinalizava para uma analogia com a própria existência rural, simples e verdadeira, na equação que permitia o usufruto de uma vida feliz. Outros elementos como o trabalho e a justiça também atravessaram a construção narrativa da *Lira*. No mesmo poema, encontramos uma descrição das relações de trabalho relacionada com uma prática comum das populações do campo: a fabricação de farinha, denominada de *farinhada*:

Grita a raiz comprida  
 Sob os dentes da rodeta,  
 A seiva longe esguichando;  
 E chove a massa gomosa,  
 Pelas esteiras do cocho,  
 Alvas colunas formando.  
 Velhos, moças rapazes,  
 Sem ordem, sem distinção,  
 Ali, em roda, sentados,  
 Sob apostas inocentes,  
 Raspam mandioca ligeiros,  
 Com seus quicés amolados.  
 Assim, meu caro leitor,  
 Vai a noite, com presteza,  
 Suave se deslizando  
 No leito da natureza,  
 Sem que ali se maldiga  
 O trabalho, que fadiga!<sup>704</sup>

É importante ressaltar que, se o discurso dos relatórios presidenciais representou os habitantes do *sertão* sob o signo da indolência, da aversão ao trabalho, e da rudeza de condições, na *Lira Sertaneja* a própria ideia de trabalho – no modelo pensado no universo político<sup>705</sup> – foi desconstruída nesta visão positiva, na crença em sua capacidade de disciplinar, de *civilizar* o homem. Ao contrário, o trabalho ligado ao universo urbano submetia-o a um regime de exploração e era a fonte de sua dor. Nesta perspectiva, estava ligado ao conceito antigo de *tripalium* – um instrumento de tortura usado pelos romanos, e do qual se originou a palavra na língua portuguesa. As atividades no campo, em contato com a natureza, estabeleciam uma relação sagrada entre trabalho e felicidade assentada num modelo de coletivismo rural, que personificava a imagem de sociedade idealizada pelo autor:

<sup>704</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>705</sup> É relevante destacar que os relatórios presidenciais apresentavam uma visão específica do trabalho como um elemento fundamental para disciplinar as populações consideradas “ociosas” ou “indolentes”. Ele funcionava, dessa forma, como ferramenta para a efetivação do ideal de civilização presente nas narrativas políticas. O modelo era o de *colônias agrícolas* fixadas em locais estratégicos do território provincial, para abrigar populações errantes, fiscalizá-las, e garantir a proteção das fronteiras contra as investidas de nações indígenas remanescentes.

A proximidade com a natureza suavizava o convívio com as forças naturais. Não existiam ordens, nem distinções. Uma sociedade em que não havia a complexidade da divisão do trabalho fundamentado na hierarquia da exploração, onde a atividade exercida revelava-se pela força do trabalho comunitário – compreendido como o clímax das relações afetivas e, portanto, desvincilhado de quaisquer referências ao sofrimento ou dor. A própria composição em roda, enfatizando a disposição circular dos atores em sua atividade comunal remetia à mística do círculo em toda a sua força poética: único, conciso, harmônico, suave, perfeito. Mesmo os seres inanimados pareciam incorporados à vida: a raiz *grita* e a massa *chove*, a enriquecer de fartura esta ciranda de virtudes.<sup>706</sup>

No poema *São Gonçalo nos Sertões*, Castelo Branco utilizou novamente a estratégia de pequenos fragmentos do cotidiano para elaboração desta *literatura prescritiva*, que definia os padrões de moralidade relacionados à experiência sertaneja. Em continuidade à construção de uma sociedade comunal, forjada nos ideais de solidariedade e justiça, estabeleceu como analogia uma festa religiosa consagrada a um dos santos mais populares no Piauí. A festa de São Gonçalo foi o pretexto para afirmar não somente o comprometimento do sertanejo com a vida religiosa, mas a incorporação de elementos fundamentais do Evangelho – como, por exemplo, a divisão igualitária entre os homens. No momento da distribuição de bebidas aos presentes – um dos pontos da descrição do autor – há a confirmação desta alteridade que separava o campo da cidade, reforçando a já citada base retórica que sustentava o afastamento dos dois universos:

A juíza, assaz contente,  
Com a garrafa na mão,  
A todos oferecendo,  
Dando o exemplo – bebendo –  
E animando a função.  
Mas ela, que é amestrada  
Nas regras de dividir,  
Não entrega a quem pedir  
A vasilha desejada.  
Com graça, sem ofender,  
Serve a todos, sem fazer  
A mais leve distinção!  
Cá na cidade, porém,  
Só os ricos passam bem  
Entre as galas do salão.<sup>707</sup>

A relação entre as virtudes humanas e uma existência rural era fixada por outro elemento importante da *Lira Sertaneja*: a sacralização da natureza. Ela representou a

<sup>706</sup> VILHENA, 2010, p. 51.

<sup>707</sup> CASTELO BRANCO, 1972, p. 69.

materialização de engenho de Deus, em sua harmonia e graciosidade. O homem, imerso na vida do campo, assimilava a perfeição desta ordem divina, que por sua vez, determinava as relações de fraternidade, igualdade e justiça na organização da sociedade sertaneja. Parte da narrativa de Castelo Branco focava-se em representar a grandiosidade do mundo natural não apenas como elemento de distinção ou contraponto à existência urbana, mas como marca identitária para *dizer* o Piauí. Recorrendo a uma comparação com os relatórios provinciais é possível observar o exercício de um deslocamento político na tecitura do texto. As imagens de futuro elaboradas através das falas presidenciais sustentavam-se na mesma ideia de riqueza natural para significar a Província. Porém, ela aparecia como um ponto de partida para materializar as projeções de prosperidade, na medida em que fosse disciplinada pelas forças do trabalho industrial. Estabelecia-se, dessa forma, uma relação entre civilização e natureza: o grau civilizatório era medido pela capacidade em transformar e moldar os recursos naturais. A hegemonia do homem sobre o mundo natural fazia da natureza um meio; porém, ameaçada pela indolência de certos habitantes do Piauí, que não eram considerados aptos a transformarem em riqueza os recursos que a terra lhe ofertava. Constituíam-se, assim, no plano político, a imagem de Província rica, porém, separada da felicidade que o futuro lhe reservara. Na *Lira Sertaneja*, a natureza era um fim, um estado de pureza a ser perseguido por aqueles que buscavam a felicidade. No discurso político, a cidade expressava a força do engenho humano sobre o mundo natural; na literatura de Castelo Branco, essa interferência era inaceitável – mais um argumento que corroborava a incompatibilidade entre as duas experiências. O poeta assim descreveu o objeto de sua *Lira*:

Eu quero cantar com singeleza  
Os encantos da douda natureza,  
O imponente rio majestoso,  
Que da serra desce caudaloso,  
Se debruça no campo matizado  
De mimosas florzinhas tapetando,  
Das regatosas águas sussurrantes  
Medrosas se desviam, deslizantes,  
De seculares troncos de umburana,  
Qual imagem fiel da vida humana,  
Na sombria folhagem da floresta  
Descuidoso gentio dorme a sesta.  
É tão livre, como é livre o pensamento,  
Sua alma não conhece um só tormento.  
O sabiá, canoro, saltitando  
De ramo em verde ramo vai pousando  
Por entre a profusão de lindas flores,  
Venturoso, festejando seus amores;

Enquanto o inseto providente,  
 Incansável lidador, inteligente,  
 Das mesmas o néctar saboreando,  
 Em busca da colmeia vai voando.  
 Além ruge o tigre na montanha  
 Medonho, alardeando sua sanha,  
 Como assombro dos bosques do Brasil,  
 Se espreguiçando na porta do covil.  
 Garbosa juriti ali passeia,  
 Ciscando com seu bico a branca areia,  
 Catando o alimento do filhinho,  
 Que piando lhe chama lá do ninho.  
 Sobre o sereno lago das campinas  
 Cobertas de lindíssimas boninas,  
 As marrecas mergulham prazenteiras,  
 Ou, as asas batendo, vão ligeiras.  
 Longos círculos no espaço descrevendo  
 Os róseos colhereiros vão descendo,  
 E as brancas garças se elevando  
 No azul do firmamento vão cruzando.  
 Ali vejo o mimoso beija-flor,  
 O símbolo da beleza, do primor,  
 Conduzindo a plumagem no biquinho,  
 Com que tece, delicado, o rico ninho.  
 Aqui, sobre um ramo balançando,  
 Divisa um casal se namorando  
 Com a troca de mil beijos repetidos,  
 Que mais sinceros são do que fingidos,  
 As rolinhas, a imagem da candura,  
 Do amor, da firmeza, da ternura.  
 E que bela desordem! Que harmonia,  
 No enredo da floresta me extasia!  
 Neste tórbido labirinto grandioso,  
 Imenso, verdejante e majestoso,  
 Tudo vive, tudo cresce, tudo sente,  
 Obedece à lei de Deus eternamente!  
 E dois seres não há, entre milhões,  
 Que se confundam iguais em condições!<sup>708</sup>

A obra de Hermínio Castelo Branco deve ser compreendida inserida dentro do contexto da literatura romântica produzida no país, por volta do final dos oitocentos, devido a características específicas relacionadas a essa estética literária. A sacralização da natureza como lugar da experiência mítica e espiritual do homem, a crítica à racionalidade e ao conceito de *civilização*, e a construção de uma identidade para o Brasil na grandiosidade de seu universo natural foram elementos marcantes entre os autores que operaram dentro deste modelo estético. No caso de Castelo Branco, é possível localizá-lo numa ramificação que pode ser definida como *romantismo sertanejo*, na medida em que operou com elementos relacionados às representações do *sertão*. Em termos filosóficos, talvez a principal questão do romantismo esteja

---

<sup>708</sup> *Ibidem*, p. 161.

relacionada à sua oposição contra a hegemonia da razão como caminho para a verdade, para retomar a dimensão subjetiva do saber na elaboração de uma experiência de vida. Em outras palavras, “recompôr a unidade fundamental do homem no universo”,<sup>709</sup> tal qual uma “volta às origens”.<sup>710</sup> Na *Lira Sertaneja*, a conexão do homem na natureza e a retomada desta relação divina. A cartografia dos “bosques do Brasil” significou não apenas uma descrição, mas o retorno ao estado de pureza do homem dentro de padrões sagrados. O esforço de nomear o quadro complexo do “enredo da floresta” parecia com a relação entre Deus e Adão, presente no *Gênesis* – quando o Senhor criou as plantas e os animais, “levou-os ao homem para ver como ele os havia de chamar”.<sup>711</sup> Desta dinâmica surgia a proeminência humana como ser privilegiado da criação: “O Senhor Deus tomou o homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e guardar”.<sup>712</sup> O direito divino característico deste estado idílico foi personificado por Castelo Branco nos versos: “os animais numerosos / submissos e medrosos / são todos vassalos meus! / quem mais feliz cá na terra / e quem mais poder encerra? / acima de mim só Deus!”.<sup>713</sup> O romantismo, pensado nesta perspectiva, almejou a construção de um universo perfeito para restituir a essência perdida daquele tempo mítico; se voltava, dessa forma, para as “representações da natureza desenhadas no sublime e no êxtase de sua contemplação”.<sup>714</sup>

Além desta característica particular da estética romântica na obra de Castelo Branco, é importante ressaltar novamente o seu comprometimento com um ideal de construção de dizibilidades para o Piauí e sua inserção no universo identitário da nação brasileira. Tal esforço de elaboração de identidades no contexto cultural oitocentista não deve ser separado da própria experiência biográfica do autor. Ela estava intimamente ligada à sua principal influência literária: a obra de seu tio e também poeta, Teodoro Castelo Branco – o *poeta caçador*, como ficou conhecido no Piauí. Quando a Guerra do Paraguai eclodiu e foram convocados os voluntários da pátria, a Província enviou um número considerável de combatentes – dentre eles, sobrinho e tio. Hermínio se alistou

---

<sup>709</sup> NAXARA, Márcia. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: UNB, 2004, p. 57.

<sup>710</sup> *Idem.*

<sup>711</sup> BÍBLIA SAGRADA, p. 50.

<sup>712</sup> *Idem.*

<sup>713</sup> CASTELO BRANCO, 1972, p. 92.

<sup>714</sup> VILHENA, 2010, p. 28.

com apenas 16 anos, e serviu como alferes até o final do conflito. Foi, enviado, posteriormente, para servir em outras partes do país. Morou em Manaus, até 1881, quando se estabeleceu em Teresina. Buscou a carreira política, mas sem sucesso. Publicou a *Lira Sertaneja* em 1882 e, dois anos depois, em 1884, organizou os poemas de Teodoro num livro com o título de *Harpa do Caçador*, publicado com recursos próprios. Seu tio, ao regressar da guerra, sofreu graves dificuldades financeiras. Quando Hermínio o encontrou, na ocasião de seu retorno ao Piauí, vivia numa propriedade rural bem modesta concedida pelo favor de amigos, em extrema reclusão. Não é difícil mensurar o papel da guerra e dos anos de desterro na vida de ambos. A distância da terra de origem permitia, no plano literário, a construção de uma ideia de pertencimento e o desejo do retorno a esse estado de origem. No caso de Teodoro Castelo Branco, a estética ultrapassou o plano das palavras para ser incorporada em sua própria vida: entregue a uma existência rural, buscou personificar em vida aquilo que representava sua literatura. Nele, é possível identificar determinados elementos que antecederam os fundamentos da retórica presente na *Lira*. O elogio à rudeza do sertanejo, a valorização da vida no universo natural, a oposição à experiência urbana eram representações compartilhadas na obra de ambos os autores, cuja proeminência deve ser concedida a Teodoro. As semelhanças são muitas. No poema abaixo é possível detectá-las:

É minha pátria a selvagem majestosa,  
 Onde pude encontrar felicidade,  
 Onde, comigo, impera a liberdade,  
 Donde foi desterrada a escravidão.  
 Dos homens não me oprimem vis cadeias:  
 Sou livre quanto é livre o próprio vento,  
 As asas solto livre ao pensamento,  
 Livre conservo sempre o coração.  
 Desfruto a doce paz, gozo e sossego;  
 Dos ricos não invejo áureas riquezas;  
 Do mundo não me cegam vãs grandezas;  
 Nem de seus vícios temo a corrupção.  
 Sou pobre; porém vivo a meu contento;  
 Sacio meus desejos moderados,  
 Enquanto aos ricos noto – atormentados –;  
 Sem poderem conter sua ambição!<sup>715</sup>

No poema *O Selvagem*, temos:

Não cinjo uma diadema sobre a fronte,  
 Nem coroas de louros a guarneçam;  
 Nem mesmo sobre o peito resplandecem

<sup>715</sup> CASTELO BRANCO, Teodoro. **A harpa do caçador**. 2ª Ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1985, p. 30.

Ricos emblemas de honra e distinção;  
 Outras são as vantagens de que gozo,  
 Outros privilégios que me assistem:  
 Em quiméricas honras não consistem,  
 Nem essas quero, que vaidades são...  
 Não habito palácios suntuosos,  
 Onde se nota o luxo deslumbrante;  
 E onde a prata, o ouro, o diamante,  
 Por toda parte vê-se em profusão;  
 Numa humilde choupana abriço tenho,  
 Tão pobre, tão singela quanto honrada;  
 Pelo crime jamais se viu manchada,  
 Nem teve nela o vício habitação.  
 Amigos tenho alguns, inda que raros,  
 Porém mais raros um monarca os tem;  
 Um só dos meus amigos vale bem  
 Daqueles do monarca um milhão:  
 São, pois, os meus amigos verdadeiros,  
 Francos, leais, sinceros, dedicados;  
 Os seus pelo interesse são guiados:  
 Por ele, seus amigos venderão!...<sup>716</sup>

Analisando os textos de Teodoro Castelo Branco é possível identificar o quanto seu sobrinho absolvera alguns pontos chave de sua narrativa; ou, numa outra hipótese, a troca de elementos literários em comum a ambos. A semelhança entre os poemas acima e as poesias de Hermínio sobre a *cidade* e o *sertão* são bem evidentes. A ideia de pátria relacionada com o universo natural do país; a localização da felicidade dentro de uma experiência rural; a concepção de pobreza como virtude; e a condenação de valores materiais nas relações humanas foram conceitos fundamentais em textos como *A Teresina*, *Casamento num Sertão de Farinhada* e *São Gonçalo nos Sertões*. Essas semelhanças apontavam para uma identificação literária comum, no compartilhamento dos mesmos elementos estéticos que ultrapassavam as relações familiares. O comprometimento de Hermínio Castelo Branco na divulgação da obra de seu tio demonstrou o respeito a um companheiro de letras, que dividia com ele as imagens tão caras a ambas as escritas.

Outro elemento conceitual apropriado da *Harpa do Caçador* foi o antagonismo entre os universos urbano e rural – personificado na dualidade de duas experiências singulares e incompatíveis, sejam elas, a *cidade* e o *sertão*. A representação de suas respectivas imagens foi largamente explorada na *Lira Sertaneja*; e é claro como a concepção de pobreza e virtude *versus* riqueza e vício – tão relevante para a obra de Hermínio – apareciam também em poemas como *O Selvagem*, de autoria de Teodoro. Este sintetizou tal antagonismo na elaboração de dois sujeitos produzidos em ambas as

---

<sup>716</sup> *Ibidem*, p. 29.

experiências. O *homem da caça* – filho de uma vida rural – rivalizava com o seu oposto, o *homem da praça*, imerso nas vicissitudes e vícios da cidade. Nesse sentido, também se aproximava consideravelmente da imagem do *sertanejo* elaborada por seu sobrinho no poema *O vaqueiro do Piauí*: a construção da rusticidade e da vida na natureza como alteridade e identidade.

Sou filho das selvas, sou tosco, grosseiro,  
 Sou brusco, selvagem, não sou trovador;  
 Eu tenho outras lidas, eu tenho outro emprego,  
 Que em tudo me ajusta: - eu sou caçador.  
 Certeira clavina carrego com arte,  
 E as aves persigo por longa floresta:  
 Matreiros veados, ligeiros, sagazes,  
 Que gosto que eu acho, matá-los à cesta!  
 Meus simples prazeres, por bailes, teatros,  
 Torneios e jogos dos homens da praça,  
 Não troco; não valem torneis e jogos,  
 Teatros e bailes, os gozos da caça.<sup>717</sup>

Quem eram os “*homens da praça*”, de acordo com Teodoro? Obviamente, aqueles que compartilhavam os signos relacionados a uma existência urbana. Os teatros e bailes – atividades representativas dos modelos de etiqueta que caracterizavam o cotidiano da cidade – significaram, dentro do discurso político analisado nos relatórios governamentais, a medida de *civilização* para a capital nascente. Basta lembrar a importância conferida por alguns presidentes provinciais ao Teatro Santa Izabel – o primeiro de Teresina – como ícone deste desejo de compartilhar elementos relacionados às nações civilizadas, e promover, através dele, a prescrição comportamental da sociedade emergente. O *homem da caça* – signo que representava a própria existência do autor – subverteu essa imagem e delineou um caminho alternativo que portava sua própria promessa de felicidade na rudeza e no cotidiano simples. Teodoro Castelo Branco pode ser considerado, assim, um autor no qual se confundia, quase no mesmo plano estético, literatura e vida.

Sobre Hermínio Castelo Branco – apesar de assimilar e aprimorar a estrutura retórica da *Harpa do Caçador* através da incorporação de uma pesquisa linguística profunda, com o intuito de definir os verbetes do dicionário “*da língua chã, verdadeira*” que caracterizava o seu *sertão* – é necessário considerar uma diferença relevante em relação ao seu tio. Se Teodoro experimentou em vida a sua estética literária, o mesmo não pode ser dito de seu sobrinho. Ele não foi, definitivamente, um *homem da caça*; se

---

<sup>717</sup> *Ibidem*, p. 15.

encaixava melhor na definição de *homem da praça*. Desde sua partida para a guerra do Paraguai, aos 16 anos, abandonara completamente a vida rural; neste período, se tornou escritor e jornalista, vivendo grande parte do tempo em Manaus, um centro grande em comparação com Teresina. Ele era, acima de tudo, alguém *da cidade* que falava *para a cidade*: toda a estrutura retórica da *Lira Sertaneja* operava nessa dinâmica, com a representação do *sertão* servindo de pretexto para a crítica sobre uma forma com a qual ele estava visceralmente comprometido. A imagem de uma vida rural habitava, na verdade, as lembranças de infância do autor tal qual um lugar mítico, que guardava em si tanto a sensação de perda, quanto de segurança. Assim, um elemento crucial na obra de Hermínio dizia respeito à elaboração da *saudade* como estratégia literária para suportar exatamente essa ambiguidade.

Tenho saudades dos bosques,  
 Das brenhas virgens, sombrias,  
 Dos tabocais intrincados,  
 Entre as vertentes mais frias,  
 Dos campos tenho saudade,  
 Onde eu brincava de tarde.  
 Tenho saudades das fontes,  
 Dos olhos-d'água vitais,  
 Das lagoas pitorescas  
 Das cascatas naturais  
 E da sombra hospitaleira  
 Da soberba gameleira.  
 [...] Das verdejantes florestas,  
 Onde a infância passei;  
 Das campinas matizadas,  
 Onde de tarde brinquei,  
 E dos humildes regatos,  
 Cujos gemidos notei.<sup>718</sup>

A analogia com a *infância* assumia um sentido duplo na poética de Castelo Branco. Ela remetia a um lugar de memória preservado nas lembranças do autor, com uma imagem mítica de seu passado e suas lembranças. A criança significava o estado de pureza das coisas, imersa numa natureza acolhedora e segura – “um cenário flutuante e atemporal, espaço sólido e imutável que conferia segurança e fixidez diante da fluidez da vida”.<sup>719</sup> Por outro lado, personificava uma *condição*: ser criança estava relacionado com o *porvir*, e as possibilidades de experimentar a vida com um olhar puro; esta idealização da infância era necessária para materializar um lugar de retorno, onde os homens retomariam a antiga aliança sagrada com a natureza.

<sup>718</sup> CASTELO BRANCO, 1972, p. 147.

<sup>719</sup> VILHENA, 2010, p. 84.

Ora, ser criança é ser *porvir*; é experimentar o mundo em tudo que nele há de novo, é deixar-se embalar num horizonte de possibilidades, sem os vícios que deformam o mundo, é ignorar as fronteiras e desconhecer territórios; em suma, é sentir-se livre para viajar, com a ressalva de que, nesta geografia da saudade, impera um espaço-tempo da natureza que confere a estabilidade de um retorno seguro.<sup>720</sup>

Portanto, a construção da *saudade* como um lugar fixado no tempo mítico das memórias infantis, na representação de um mundo ideal, foi portadora de ambiguidades que atravessaram a escrita da *Lira Sertaneja*. Sendo o *território seguro* e referência de uma relação sacralizada com a natureza – elementos modelares na representação dos comportamentos relacionados à existência rural e que serviram de fundamento na composição dos cenários da *Lira* – por outro lado carregava em si a dimensão da incerteza e da dúvida. Não se sente falta daquilo que é presente, pois a *saudade* é a reminiscência da perda. Lembrar é procurar, dessa forma, presentificar uma ausência. Significava, também, a representação do desterro a partir de um sujeito desterritorializado, desconectado de seu lugar de origem, e submetido ao fluxo do tempo pelo afastamento contínuo deste ponto inicial. Castelo Branco exprimiu, assim, essa relação:

Aqui passam as águas preguiçosas,  
 Certamente fatigadas da viagem,  
 Assim como na estrada desta vida  
 Eu faleço de cansaço, sem coragem...  
 Com ela nas areias se deslizam,  
 E no declive do rio vão descendo,  
 Eu também dos meus lares desprendi-me,  
 À força do destino obedecendo.<sup>721</sup>

A imagem de um sujeito desterrado de sua terra de origem não foi a única metáfora utilizada pelo autor para elaborar o conceito de saudade na *Lira*. Outra representação constava nesse arsenal lírico: a ideia de errância personificada na figura de um naufrago. “*Qual um batel sem piloto, / Que se lança ao mar, sem norte, / Que aos ventos abriu as velas, / O resto deixando à sorte, / Assim, nas ondas da vida, / Vou lutando contra a morte*”.<sup>722</sup> Esta dualidade dividida entre o errante e o naufrago tinha repercussões relevantes na estética desenvolvida por Castelo Branco:

---

<sup>720</sup> *Idem.*

<sup>721</sup> CASTELO BRANCO, 1972, p. 143.

<sup>722</sup> *Idem.*

Entre um e outro, apenas a incerteza de estar embalado por forças inevitáveis; e a expressão “sem norte” inaugurava uma metáfora que remetia precisamente à ideia de insegurança. Para os navegantes, perder esta referência cardinal significava mergulhar no vazio de um universo que era ao mesmo tempo tudo e nada. O próprio mar, em sua inconstância líquida, era a metáfora perfeita para descrever tais sensibilidades modernas, porque inaugurava um espaço fluido, insinuante e sensual, na medida em que guardava uma contradição terrível: infinito num horizonte de possibilidades, não tinha a solidez fundamental para o enraizamento destas.<sup>723</sup>

A distância das memórias de infância, o sentimento de perda, e a sensação de naufrágio foram elementos relacionados a uma *retórica do distanciamento* presente na obra em questão. Por um lado, serviu para marcar a singularidade do *sertão* em relação à *cidade*, e a incompatibilidade entre ambos. Esta equação foi o caminho para a manutenção do humanismo rural estabelecido em textos como *São Gonçalo nos Sertões* ou *Casamento num Sertão de Farinhada*, que jogavam com certas representações do urbano para afirmar a superioridade moral de uma experiência no campo. Neste aspecto, a *distância* não foi apenas uma perspectiva ou lugar da verdade – como em *A Teresina* – mas a condição necessária para a manutenção de um tempo e de um espaço que desejava intocado. Por outro lado, guardava uma incerteza diante da ameaça de perda desta imagem idílica do sertão, diante das transformações que aconteciam tanto na vida do autor, quanto no próprio país. No plano pessoal, os anos de afastamento do autor significaram a supressão dos laços com o Piauí, levando-o a construir nas reminiscências de infância o lugar que precedia essa ruptura: seu território seguro para catalisar a separação. No plano político, estava claro que o *sertão* e a vida *sertaneja* foram objetos centrais nos planos governamentais, e passíveis de intervenção. O discurso civilizatório em todos os relatórios presidenciais representou a ambos como obstáculos à plena efetivação dos signos do progresso. Povos indolentes, tendenciosos ao vício e ao crime, que deveriam ser disciplinados pelo trabalho; ou a ideia de desperdício do potencial da terra pela ignorância coletiva – somente corrigida pela incorporação dos signos da *civilização* – eram maneiras de dizer e problematizar o *sertão* não apenas no plano provincial, mas na sua inserção dentro do monumento identitário do Império. Neste, foram mobilizados os signos do progresso tais como a *navegação*, o *barco a vapor*, a *estrada de ferro*, a *locomotiva* – elementos capazes de converter em riqueza o potencial prometido pela natureza grandiosa do Piauí. Assim, o campo e a natureza emergiram como objetos de intervenção, como matéria-prima para a

---

<sup>723</sup> VILHENA, 2010, p. 88.

construção do país. É importante, aqui, enfatizar novamente o quanto os relatórios governamentais insistiram que o futuro do Piauí dependia da efetivação destes signos no plano material. Se foi essa a imagem de futuro oferecida pelo regime, o retorno ao passado proposto na *Lira Sertaneja* representou o contraponto, no universo literário, a essa construção identitária. No poema *24 de Janeiro* é possível observar como Castelo Branco desconstruiu os elementos da gramática política do discurso de *civilização*:

Do brasileiro Império Grandioso,  
 Ao norte se assoberba o Piauí,  
 Entre as suas irmãs, vizinhas todas,  
 Mas nem todas dotadas como ele  
 Pela pródiga mão da natureza  
 Que orgulhosa mostrou quanto podia.  
 Obras para abismo do incrédulo  
 Que duvidar queira, obstinado,  
 Da existência daquele que dos céus  
 Invisível se torna aos ateus  
 Que importa que o buril diamantino  
 Da infantil ciência, nesta terra,  
 Não lavrasse ainda na história,  
 E no livro dourado do progresso,  
 Os nomes iguais aos dos Colossos,  
 Que figuram no século dezenove  
 Como filhos queridos do teu seio?  
 Que importa que o arado da indústria,  
 Rasgando o teu ubérrimo solo,  
 Não tenha arrancado das montanhas  
 Suas, os tesouros que encerram-se  
 No silêncio das matas majestosas?  
 Que importa enfim que o estrangeiro,  
 Curioso, movido de ambição,  
 Não ouse penetrar nestas florestas,  
 Respeitando os tigres que guarnecem  
 As margens do gigante Parnaíba?  
 Não são males, Piauí, os que expus;  
 Se bem que a ciência, que a indústria,  
 E a luz que nos trazem o estrangeiro,  
 Sejam partes integrantes do progresso  
 (Dessa lepra necessária a um país)  
 Que respeito e acato submisso  
 Nem nos verdes prados florescidos  
 Que imensos rebanhos apascentam,  
 A veloz invenção locomotora  
 Não cruza, felizmente, vomitando  
 O negro fumo que lança pela boca  
 Qual serpente medonha, fabulosa,  
 Sibilando horrenda pelas ventas,  
 Infrene, violento e assombroso,  
 Derriba, esmaga e vai passando.  
 Nas trincheiras, porém, insuperáveis,  
 Que em defesa lhe deu a natureza,  
 Limites traçou aos invasores,  
 Opondo barreiras ao navegante  
 Que assombrado recua ante o perigo,  
 E por vezes partindo enfurecido,  
 Qual leão cioso dos seus domínios,

Já tem o Parnaíba sepultado  
 Em seu profundo seio fictício,  
 Flutuantes máquinas infernais  
 Que rasgam suas águas caudalosas [...] <sup>724</sup>

Toda a construção do poema foi encaminhada para criticar os elementos que fundamentaram o discurso político oitocentista no Brasil. A crença de que o pensamento científico e a indústria – ícones da mitologia do progresso – seriam capazes de converter o potencial natural do Piauí e alçá-lo ao movimento civilizatório personificado pelo Império brasileiro extrapolou os limites provinciais. Na verdade, através dos relatórios governamentais, os presidentes buscaram a elaboração de saberes capazes de *dizer* a Província dentro do círculo político nacional. Exatamente num momento em que se problematizava a identidade da nação recortada por diferenças regionais, o Piauí emergia como candidato a usufruir das benesses da imagem de *civilização* que o regime procurava constituir para si. A grandiosidade do rio Parnaíba, a fertilidade da terra, o potencial agrícola, eram elementos que representavam esta possibilidade, como a condição de que seu obstáculo principal fosse superado: a disciplinarização da terra e do homem. Em Castelo Branco, a ideia de progresso foi bem distinta; não fora pensada como *intervenção* sobre a natureza, mas como *comunhão*. O progresso definido pelo acúmulo material a partir do desenvolvimento da técnica dessacralizava o mundo natural. A origem de tal perspectiva pode ser compreendida na filiação do autor com uma estética romântica:

Os românticos acreditavam que o verdadeiro progresso efetivaria uma transformação orgânica da sociedade, alterando as estruturas que lhe conferiam a forma, refutando, assim, uma ideia fundamentada no mero acúmulo técnico, na evolução das conquistas tecnológicas e científicas como signos de melhoramentos – que nesta concepção, apenas atestavam a ruptura definitiva entre homem e natureza, justificativa precisa para a dimensão sombria que a civilização guardava. O romantismo mergulhava, então, na construção de um universo perfeito capaz de restituir a essência perdida nesta relação, e se debruçava em representações da natureza desenhadas no sublime e no êxtase de sua contemplação. <sup>725</sup>

Numa avaliação geral é possível enumerar os principais pontos relacionados com a obra de Hermínio Castelo Branco. Em primeiro lugar, ela deve ser compreendida na dinâmica cultural oitocentista que buscou a construção de imagens capazes de *dizer* a nação brasileira, processo este marcado pela produção de saberes sobre as diversas

<sup>724</sup> CASTELO BRANCO, 1972, p. 190.

<sup>725</sup> VILHENA, 2010, p. 28.

províncias que formavam as partes do Império – dentre elas, o Piauí. A *Lira Sertaneja* significou um contraponto às representações de *cidade* e *sertão* presentes no discurso dos relatórios presidenciais – e que eram senão a materialização, no âmbito da Província, dos conceitos que geriam a política nacional em sua mais elaborada imagem de futuro. O Império personificou para si a *civilização* e a marcha do progresso, oferecendo as condições para que cada parte fosse integrada a essa representação. Por isso o *sertão* foi tomado como objeto e alvo de inúmeras propostas para *civilizá-lo*. A proposta de Castelo Branco sinalizou para uma forma distinta de *dizer* o Piauí e a própria nação – a sua pátria não era feita pelo *progresso*, mas pela relação do homem com a natureza oposta ao ideal de *civilização*. Na verdade, ele corrompia o corpo da nação, já que definido como “*uma lepra necessária a um país*”. No romantismo, o ideal de identidade de um povo representava a busca por uma singularidade própria; e é esse o esforço de elaborar a diferença do Piauí no contexto do Brasil que pode ser observado nos versos: “*Do brasileiro Império Grandioso, / Ao norte se assoberba o Piauí, / Entre as suas irmãs, vizinhas todas, / Mas nem todas dotadas como ele / Pela pródiga mão da natureza*”.

Comparando a obra de Hermínio Castelo Branco com os relatórios dos presidentes da Província – especialmente aqueles posteriores à mudança da capital e à fundação de Teresina – nota-se a disputa, no campo discursivo, pela hegemonia em *dizer* o Piauí e o *sertão*. Este, dentro deste embate, foi mobilizado para servir de parâmetro identitário. No caso das narrativas presidenciais, seu uso buscou legitimar o ideal político personificado pelo conceito de *civilização* – movimento este que nem foi exclusivo do Segundo Reinado, podendo ser observado já no período colonial para justificar a hegemonia do Estado português sobre o território colonial. No caso da *Lira Sertaneja*, o uso do *sertão* serviu exatamente para desconstruir o ideal civilizatório centrado na cidade e na experiência urbana, ao caracterizar um lugar e uma experiência distinta, essencial para a tecitura de uma identidade para o Piauí.

Assim, é possível afirmar que a literatura, no plano da construção de dizibilidades para o Piauí, mobilizou os mesmos objetos que atravessaram o universo de preocupações dos presidentes provinciais em seus relatórios. Nesse sentido, se considerarmos tanto o texto literário, quanto as narrativas governamentais instrumentos de produção de saberes – sejam a respeito da nação, da Província, ou mobilizando uma constelação de conceitos – as relações, singularidades, similitudes e aproximações entre ambos parecem latentes. Nesse sentido, a literatura procurou garantir a sua

proeminência no campo de batalha das identidades, incorporando o esforço de construção de sentidos para o Brasil. Não pode, portanto, ser limitada em seu aspecto ficcional, ou representada, em termos historiográficos, como a dimensão irrealizável da história, como os possíveis que não aconteceram. A literatura romântica teve sua própria dimensão política, e assim como as projeções dos administradores, perseguiu também a materialização de suas visões. Tanto a presença da *incerteza* nas projeções de futuro que fundamentaram o ideal de *civilização* do Império no plano administrativo, quanto o conceito de *saudade* na obra de Hermínio Castelo Branco para personificar o temor e o sentimento de perda de seu mundo ideal, apontou para as fragilidades compartilhadas em comum: e deram a dimensão do significado destas mesmas visões para os sujeitos que, através da escrita, com elas se comprometeram.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2009 foi publicado no Piauí o livro *Gurguéia, Tempo e Espaço*, cujo objetivo principal era promover a elaboração de saberes a respeito do Estado do Gurguéia – um projeto político de divisão do Piauí em duas unidades distintas. O principal ponto em benefício da ideia era o argumento de que a mudança da capital – e a consequente construção de Teresina – teria relegado ao esquecimento uma parte do território piauiense. De acordo com o autor, a saída de Oeiras teria respondido, em termos históricos, à necessidade de aproveitamento da navegabilidade do rio Parnaíba, sendo caracterizada como “*a primeira revolução*”,<sup>726</sup> por sua vez operada no ano chave de 1852. O *futuro* do Piauí dependia deste esforço; repetição e assimilação do mesmo discurso que legitimara a fundação da nova capital. Porém, o autor estabeleceu uma diferença: essa *revolução* não atingira equitativamente todos os filhos da Província:

Pena que enquanto o Piauí voltava-se definitivamente para o centro-norte e o transformava em objeto prioritário de suas preocupações, o Gurguéia depauperava-se. Tanto é verdade que passaram 191 anos entre a primeira e a segunda viagens de um governante piauiense àquelas paragens.<sup>727</sup>

Primeiro, é importante estabelecer os domínios correspondentes a esse novo recorte geográfico. O Estado do Gurguéia deveria compreender todo o espaço abaixo do rio Canindé até as nascentes do rio Parnaíba; ou seja, mais da metade do território piauiense. Essa divisão era justificada por dois argumentos: que a mudança da capital privilegiou o “centro-norte” do Piauí em detrimento do “sul”; e que essa zona fora esquecida pelas administrações, principalmente no período posterior à transferência. É importante destacar que o olhar sobre o Piauí a partir de diferenças regionais já estava cristalizado no discurso político oitocentista. Quando Antonio Saraiva se reportou à Assembleia em 1851 para falar sobre a viagem que empreendera pela Província no ano anterior, se referiu aos “municípios do norte”, para designar a área em que pretendia estabelecer a nova capital. Em 1852, o esforço de parte desta Assembleia em tentar eleger o projeto número 2 – que previa construção da capital no modelo da lei de 1844 – foi o argumento da centralidade o elemento mobilizado para legitimar a noção de que,

---

<sup>726</sup> BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Gurguéia, tempo e espaço**. Teresina: Halley, 2009, p. 11.

<sup>727</sup> *Idem*.

fixada na vila do Poti, a sede administrativa se tornaria distante do “sul” da Província. Não é possível considerar que a construção de Teresina tenha sido consensual no universo provincial – e não se trata apenas de localizar os ressentimentos no círculo fechado do Oeiras, como o fez Antonio Saraiva em seus relatórios de 1851 e 1852. Ele extrapolou, e muito, este contexto histórico específico: o que, afinal, representa a proposta separatista do Piauí senão esse ressentimento materializado no campo político atual? Por outro lado, o autor corroborava positivamente a necessidade da mudança para as margens do rio Parnaíba sem buscar desconstruir as suas motivações – porém, demonstrando a deficiência histórica relativa a esse projeto. A promessa de felicidade e prosperidade não alcançou o Piauí em sua totalidade. Corrigir essa lacuna seria, nas palavras do autor, a garantia da “*redenção do Piauí*”, e sua “*segunda revolução*”.<sup>728</sup>

A existência, no âmbito da política contemporânea do Piauí, de um projeto de separação territorial fundamentado na existência de um ressentimento histórico gerado pela mudança da capital, há mais de um século, justifica a necessidade não apenas de compreender os fundamentos desse mal-estar, mas a própria construção de Teresina: pois a cidade é mobilizada para justificar, hoje, tão significativa ruptura no território piauiense. A própria natureza do discurso mudancista no século XIX estava relacionada à produção do esquecimento, quando definiu suas imagens de futuro e a necessidade de superação de um passado projetado na antiga capital.

Esta pesquisa buscou estabelecer os fundamentos do discurso mudancista que definiram a transferência da capital do Piauí em 1852. Teresina fora inventada a partir de conceitos chave para a política do Segundo Reinado, tais como *civilização*, *progresso*, *sertão* e *cidade*. O futuro da Província foi conectado à efetivação da mudança. A necessidade de incorporação dos signos do progresso – como a navegação a vapor do rio Parnaíba, por exemplo – para garantir a prosperidade do Piauí foi condicionada à existência da capital em suas margens. Oeiras, habitando “*esses sertões*” – expressão usada por Antonio Saraiva para condenar a capital –, perdera a legitimidade em produzir imagens de futuro condizentes com as expectativas e projeções da nação, ganhando a condição de obstáculo ao projeto de civilização da Província. No plano legislativo, houve dois projetos, São Gonçalo e Teresina – mas só um vencedor. Longe da coesão que o discurso mudancista procurou representar ao suturar a ideia com uma visão coletiva dos desejos da sociedade, a derrota do modelo proposto pela lei de 1844

---

<sup>728</sup> *Idem.*

pode ser visto um marco na elaboração de duas espacialidades para dizer o Piauí, além da própria permanência de ressentimentos contra a transferência.

Como produtor do esquecimento, o discurso mudancista relegou Oeiras ao passado, e desconsiderou as condições históricas nas quais a capital fora pensada durante o período colonial, além do fato de que a própria ideia de estabelecimento de uma nova sede administrativa nas margens do rio Parnaíba era anterior ao período correspondente ao Segundo Reinado. Oeiras era filha de um projeto urbano pensado pelo Estado Português para afirmação de sua ordem institucional dentro de uma zona estratégica da Colônia. O universo urbano personificado pelas vilas era o lugar privilegiado do ideal de *polícia* – o correspondente semântico do conceito de *civilização* que procurou legitimar o Império no século XIX. Por isso a preocupação constante do Conselho Ultramarino na produção de diretrizes urbanísticas capazes de servirem de modelo para a instalação de vilas no Brasil. O Piauí, por sua especificidade histórica – afinal, foram erguidas ao todo seis vilas e uma cidade, fato único na história colonial – serve de parâmetro para qualquer historiador interessado em compreender a dinâmica do urbanismo português, especialmente na segunda metade do século XVIII. O primeiro projeto de mudança – vastamente discutido nos arquivos correspondentes ao processo do Desembargador Francisco Araújo, em 1801 – representou uma discussão acerca da validade do empreendimento urbano no contexto específico piauiense, apontando suas fragilidades e os obstáculos à efetivação do modelo civilizatório que ele personificava. Não é possível dissociar, portanto, a compreensão do significado da ideia de transferência da capital no período colonial do próprio referencial urbanístico que definiu a construção da Capitania de São José do Piauí, em 1761. Por outro lado, uma comparação dos dois momentos – 1801 e 1852 – permite a observação de aproximações fundamentais entre ambos.

Primeiro, está claro que a administração portuguesa no Brasil legislava acerca de determinações urbanísticas que serviam de padrão para toda a colônia. Uma vila, por exemplo, era a materialização das instituições portuguesas em qualquer parte do território. Esta uniformidade era essencial diante dos desafios impostos ao Estado Português na efetivação da ordem jurídica e institucional num território de proporções significativas como o Brasil. No plano urbanístico, esse mesmo desejo pela unidade da forma pode ser identificado nas inúmeras cartas régias produzidas na segunda metade do século XVIII, e que tinham como finalidade garantir certas convenções que materializassem essa mesma ordem. Ruas em linha reta, traços perpendiculares, a

centralidade da praça, os prédios públicos, a estética das fachadas, todos esses elementos foram oficialmente forjados como padrão de fundação de vilas no Brasil Colonial. É certo que, diante das especificidades de cada lugar, as diretrizes urbanas foram assimiladas e efetivadas plenamente ou não, de acordo com as possibilidades materiais de cada vila. No Piauí, existem os casos emblemáticos da cidade de Oeiras e da vila de São João da Parnaíba. No final dos setecentos, a primeira exercia a função de capital, sendo, porém, bem mais limitada em termos materiais e urbanísticos do que a vila em questão. São João, por sua vez, enriquecida pelas exportações de charque através da foz do rio Parnaíba, conseguia gerir recursos suficientes para que sua Câmara financiasse os gastos com obras públicas. A vila – como visto no mapa do início do século XIX – representou um exemplo perfeito de aplicação das diretrizes urbanas portuguesas. No entanto, isso não foi suficiente para lhe garantir o lugar de sede administrativa, sendo que nem foi citada como possibilidade no processo de Francisco Araújo. Esse dado demonstra que as questões de natureza urbana no período colonial carregavam suas próprias especificidades e prioridades. Mas exatamente nesse período, relativo à primeira consulta sobre a mudança, é que foram produzidas as possibilidades mobilizadas pelo discurso político no Segundo Reinado. A foz do rio Canindé, a foz do rio Poti, e a aldeia de São Gonçalo foram possíveis locais para sediarem a capital do Piauí – e construídos dentro da Câmara de Oeiras, durante os trabalhos de consulta do Desembargador, em 1801. Mesmo a ideia de navegabilidade da bacia parnaibana pode ser considerada como um elemento presente neste mesmo período. Portanto, a existência de uma “memória política” desses possíveis é bem anterior ao período pós-1844. Além disso, em termos técnicos, o mapa desenhado por Antonio Saraiva para a cidade de Teresina era, senão, a permanência do urbanismo português fundamentado no pragmatismo da linha reta, no tabuleiro de xadrez, e na hegemonia da praça.

Por outro lado, existem outras semelhanças no campo linguístico. O projeto urbano do Estado Português era portador de um sentido de legitimidade fundamentado no ideal de *polícia* – como visto, um conceito ambíguo que servia para definir tanto o plano jurídico-institucional, quanto a elaboração de sujeitos civilizados através da ideia de *civilização* ou *urbanidade*. A *cidade* ou a *vila* eram a materialização desta projeção, e o lugar de sua prática. Nessa projeção da administração portuguesa sobre o Piauí no momento de sua invenção, a existência de um obstáculo ameaçava os planos de sua execução: a representação do *sertão* e dos seus habitantes. Lugar do crime e do vício, da indolência e da rotina, ele “escurecia” os homens, segundo as palavras de um Ministro

português à época da fundação da Capitania. Esta dualidade entre luz e trevas, polícia e sertão, cidade e campo deu a tônica ao discurso político que procurou legitimar a ação do Estado Português sobre o contexto colonial; além de ser o centro de sua ambiguidade e contradição. Da mesma forma, o discurso mudancista do Segundo Reinado que permitiu a construção de Teresina e a mudança da capital mobilizou essa mesma constelação de conceitos. Na verdade, não foi um fenômeno localizado, mas a reverberação do próprio esforço do regime imperial em se constituir como uma nação coesa, seja no plano jurídico ou identitário. A cidade de Teresina personificou – mesmo antes do primeiro tijolo – o ideal de civilização, felicidade, prosperidade e futuro prometido pelo regime àquelas províncias que incorporassem essa imagem. Representadas como o “futuro do Piauí”, a cidade e a navegação a vapor, sendo produtoras das imagens do porvir, carregavam também o seu próprio passado. A cidade de Oeiras, como antítese do projeto civilizatório imperial, era também o seu objeto de intervenção: construída como o *outro* da nova capital, habitava o plano espacial – “*esses sertões*”, de acordo com Antonio Saraiva – e o plano temporal – o passado da Província que deveria ser superado pela redenção da cidade e do barco a vapor.

Compreendidos por uma perspectiva mais pragmática, tanto a projeção de futuro a partir destes dois elementos, quanto a própria mitologia construída em torno do personagem Antonio Saraiva apresentam fraturas significativas. Houve, certamente, uma supervalorização da navegação do rio Parnaíba, sem a feitura de um projeto prévio para a definição de suas reais possibilidades. Ela não trouxe a redenção proporcional às expectativas que suportou com a mudança da capital e a criação da Companhia de Navegação. Basta analisar como um plano de construção de estradas para o Piauí – bem menos custoso e talvez mais efetivo em termos de comunicação e comércio – foi totalmente refutado por Antonio Saraiva no relatório de 1851, na medida em que representava um atenuante para a urgência e as esperanças presentes no discurso mudancista e na ideia de navegação. É surpreendente no fato de que, somente no século XX, essa rede de estradas foi montada de forma significativa. No campo da construção de Teresina, os problemas não foram diferentes. A mais emblemática das obras – a Igreja Matriz – apresentou tantos problemas que um presidente sugeriu que fosse derrubada para a construção de outra. Deficiências técnicas na execução do edifício, problemas na fundação, e gastos astronômicos podem definir o que representou a obra num balanço final. Não houve nenhum tipo de estudo prévio sobre as condições geológicas do sítio da capital, nem algum de tipo de projeto orçamentário relacionado às

limitações financeiras da Província, ou os seus custos a longo prazo. Baseada na premissa de que a navegação a vapor traria as rendas necessárias para sustentar a nova cidade, as obras públicas em Teresina – pelo menos nos primeiros anos, e aquelas sobre supervisão do mestre de obras Isidoro Dias – representaram grandes despesas para os cofres do Piauí. Quando Antonio Saraiva arrogou para si o conhecimento relativo aos gastos com a nova cidade, afirmou para a Assembleia de 1852 que a sua avaliação – qualificada por ele mesmo como sem precedentes na administração provincial – estabelecia a quantia de 30 contos de reis como suficientes para garantir os resultados desejados. Porém, só o custo final da Igreja Matriz, após quase uma década de trabalhos – e com resultados considerados absolutamente insuficientes – foi de 50 contos de reis, quase o dobro do previsto por Saraiva para a cidade inteira. A construção de Teresina foi, dessa forma, contingencial e acelerada, sem uma série de medidas preventivas que evitariam todos os constrangimentos dos anos posteriores à fundação. Isso só pode ser compreendido como o desejo do presidente em efetivar a transferência para a nova capital ainda durante sua administração; e, assim, colher os frutos que garantiriam a construção de sua identidade dentro do universo da política imperial – e de toda a mitologia elaborada em torno de sua figura nos anos subsequentes. Nesse aspecto, a nova capital também personificou a mitologia do progresso que era parte integrante da mística nacional – pelo menos no plano político.

O Segundo Reinado também produziu, no campo literário, formas específicas de projeção da identidade nacional que, juntamente com a escrita dos presidentes e intelectuais, mobilizou os objetos *cidade*, *sertão* e *civilização* na tecitura de representações do Brasil. No entanto – como exemplificados na análise das obras de Teodoro Castelo Branco e Hermínio Castelo Branco – a constituição de uma literatura sertaneja invertia as relações estabelecidas no discurso político e historiográfico, para desconstruir o ideal de civilização e urbanidade como marcas identitárias do país e, num plano local, do próprio Piauí. A mudança da capital produziu imagens de futuro fundamentadas exatamente na materialização de uma ideia de progresso, de exploração da natureza, de navegação dos rios, e industrialização da agricultura – uma projeção refutada pela representação do *sertão* como um *locus amenus* portador da verdadeira identidade do Piauí no universo nacional. Ele não era um obstáculo, como supunha o discurso civilizador dos presidentes provinciais; mas a redenção contra a natureza predatória deste esforço governamental. Era no universo sertanejo que se deveria buscar a verdadeira imagem do Brasil, numa conjuração mítica entre futuro e passado. Na

batalha pelo *sertão*, cada narrativa operou com mitologias próprias – e não é possível desconsiderar o caráter político de todas, indistintamente. Tanto Teodoro quanto Hermínio, após a guerra do Paraguai, buscaram no retorno ao Piauí uma forma de recomeço após os traumas da separação e da guerra. A literatura, certamente, significou o instrumento de sutura a essa nova condição. Com dificuldades financeiras, o tio se entregou a uma vida ascética numa propriedade rural até o fim da vida. A representação da experiência rural em suas narrativas atravessava mesmo os aspectos de sua vida pessoal; e não seria exagero pensar a figura de Teodoro como alguém que elaborou sua própria estética da existência ao construir para si a identidade do *poeta caçador*. O sobrinho, por outro lado, almejando a vida política em Teresina, obteve resultados catastróficos para sua imagem pessoal. O esforço em se firmar como escritor pode ser plenamente compreendido como uma possibilidade de atuação no cenário provincial, a partir da crítica a um espaço que ele desejava, mas que lhe fora recusado. Todo o trabalho linguístico da *Lira Sertaneja* – monumental, é importante ressaltar – procurou atuar na lacuna deixada pelo discurso político em suas representações do *sertão* e do *sertanejo*, elaborando a identidade do Piauí a partir da representação positiva destes dois objetos. Sua obra foi, no universo da literatura local, a mais publicada de todas, sendo até hoje um total de onze edições – dado este que demonstra a dimensão da receptividade dos poemas de Hermínio, e a força das imagens que produziu.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **História: A arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- \_\_\_\_\_. **A Invenção do Nordeste**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: Comepi, 1981.
- BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Crítica e Verdade**. São Paulo, Perspectiva: 2007.
- BATISTA, Jônatas. **Poesia e prosa**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BEVIR, Mark. **A lógica da história das ideias**. Bauru, SP: EDUSC, 2008.
- BRANDÃO, Tânia Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. 2ª Ed. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2012.
- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo, Folha de São Paulo: 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTELO BRANCO, Guilherme. PORTOCARRERO, Vera. **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000.
- CASTELO BRANCO, Hermínio. **Lira Sertaneja**. Teresina: Comepi, 1972
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **História e Masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências masculinas no início do século XX**. Teresina: EDUFPI, 2008.
- CHAVES, Joaquim. **Apontamentos biográficos e outros**. Teresina: Comepi, 1981.
- \_\_\_\_\_. **O Piauí nas lutas de Independência do Brasil**. Teresina: Alínea Produções Editora, 2005.
- COSTA, Mara Lígia Fernandes. **Devires e desvios: discursos, práticas ilícitas e relações de amor das mulheres populares em Teresina: 1900-1920**. 2007. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal do Piauí, 107 f. 2007.
- COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. V. 01. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. V. 02. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a Diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. São Paulo, UNESP: 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 10º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FREITAS, Clodoaldo. **O Homem na Natureza**. In: Revista Mensal, ano 01, nº 02-05, 1887.

\_\_\_\_\_. **Em Roda dos Fatos**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HERMAN, Arthur. **A ideia de decadência na história ocidental**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KOSSELECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: FCMC, 2003.

MOTT, Luiz. **Piauí colonial: população, economia, sociedade**. Teresina: FUNDAC, 2010.

MOTTA, Manoel de Barros (org.). **Michel Foucault – Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Trad: Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

NASCIMENTO, Alcides (org.); VAINFAS, Ronaldo (org.). **História e Historiografia**. Recife: Edições Bagaço, 2006.

NAXARA, Márcia. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: UNB, 2004

NETO, Marcelo de Sousa. **Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)**. FCMC: Teresina, 2013.

NEVES, Abdias. **Um Manicaca**. Teresina: Corisco, 2000.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. V. 01. Teresina: FUNDAPI, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pesquisas para a História do Piauí**. V. 02. Teresina: FUNDAPI, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pesquisas para a História do Piauí**. V. 03. Teresina: FUNDAPI, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pesquisas para a História do Piauí**. V. 04. Teresina: FUNDAPI, 2007.

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo**. 2. ed. Teresina/João Pessoa: EDUFPI/EDUEPB, 1998.

\_\_\_\_\_. **As diversões civilizadas em Teresina: 1880 – 1930.** Teresina: FUNDAPI, 2008.

\_\_\_\_\_. **História, Literatura, Sociabilidades.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

RÊGO, Ana Regina. **Imprensa Piauiense: atuação política no século XIX.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

REIS, José Carlos. **Tempo, História e Evasão.** Campinas: Papirus, 1994.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780).** São Paulo: Annablume, 2011.

SILVA, Olavo Pereira da. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí.** Belo Horizonte: Ed. Do Autor, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIDAL, Laurent. **Mazagão: a cidade que atravessou o atlântico.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VILHENA, Marcos. **O Vôo de Ícaro.** [s/n]. Teresina: 2006.

#### **TESES DE DOUTORADO:**

BONATO, Tiago. **O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822).** Curitiba: UFPR, 2010.

DANTAS, George Alexandre Ferreira. **A formação das representações sobre a cidade colonial no Brasil.** São Paulo: EESC-USP, 2009.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. **Do sertão aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1935).** Niterói: UFF, 2010.

SANTOS, Márcio Roberto Alves de. **Fronteiras do sertão baiano: (1640-1750).** São Paulo: USP, 2010.

SILVA, Jacionira Coêlho. **Arqueologia no médio São Francisco: indígenas, vaqueiros e missionários.** Recife: UFPE, 2003. Tese de doutorado.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição.** São Paulo: USP, 2003.